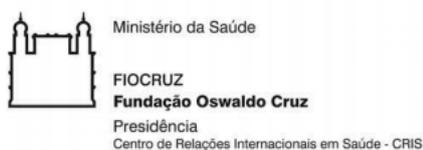


**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 02/2023**  
**28 de fevereiro a 13 de março de 2023**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 14 de março de 2023**



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
11	Três anos de Covid-19 - <i>Margareth Dalcolmo</i>	
<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>		
13	Agenda 2030 recupera espaço político nas Nações Unidas – <i>Paulo Buss e Santiago Alcázar</i>	
17	Destaques da agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU com temas relacionados ao direito à saúde, saúde global e diplomacia da saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
29	Os três anos da pandemia de Covid-19: prevenção e projeção dos anos que virão - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>	
34	Acompanhamento na mídia e da produção bibliográfica sobre as negociações do acordo de pandemias da OMS (CA+) e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional – <i>Leandro Viegas</i>	
41	Plásticos e saúde global: um problema atual, pouco abordado e fora de controle - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
50	Lições da Malásia no enfrentamento da Pandemia de COVID-19 - <i>Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa</i>	
58	Relatório ‘Panorama Laboral da América Latina e Caribe 2023’ (OIT) tenta analisar a pobreza na Região e o “fenômeno dos trabalhadores pobres” - <i>René Mendes</i>	
67	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
73	Dia Internacional das Mulheres 2023: onde estamos na inovação e tecnologia para a igualdade de gênero? - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
81	A regulação de alimentos e os sistemas alimentares: o papel do Codex Alimentarius e outras instâncias no apoio à transformação dos ambientes alimentares - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>	
90	UNESCO – patrimônio em guerra e racismo: dois temas sensíveis - <i>Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar</i>	
93	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
96	Reforma da Organização Mundial do Comércio: Informe - <i>Claudia Chamas</i>	

### **Movimentos sociais globais e saúde**

- 100 Enfrentar conflitos, crises e iniquidades: as mulheres sabem como fazer! - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*
- 110 Os movimentos sociais em defesa do interesse público em sua busca por maior capacidade de incidência em agendas políticas transformadoras em saúde e seus determinantes - *Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 118 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 132 A Guerra na Ucrânia: 8+12=20 - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 139 O BRICS no G20, o foco no conflito na Ucrânia, Índia e Brasil se apresentam como mediadores e o sentimento do sul global - *Claudia Hoirisch*
- 143 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 160 A saúde global e diplomacia da saúde: o contributo africano - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 181 Europa em estado de greve - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 183 O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso - *Lúcia Marques*
- 193 Reforma no Sistema de Ciência e Tecnologia - *André Costa Lobato*
- 197 EUA: Questões prioritárias da administração Biden - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 201

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 204

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 205

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 03/2023 – 28 de fevereiro a 13 de março de 2023

#### APRESENTAÇÃO

Iniciamos o Caderno 13 prestando sensível homenagem à memória de *Marielle Franco* e *Anderson Gomes*, vítimas brasileiras da mesma banalização da violência que afeta o mundo contemporâneo. Assassinados há 5 anos, nenhuma solução para o bárbaro crime foi até agora encaminhada. Na mesma esteira de homenagens, cumprimentamos o *Papa Francisco* pelos 10 anos de pontificado (2013-2023), ele que teve sua extraordinária encíclica *Fratelli Tutti*, apresentada em memorável seminário avançado de saúde global e diplomacia da saúde do CRIS em 2021, pelo qual a Fiocruz recebeu sensível mensagem do homenageado.

Às convulsões produzidas pela guerra da Ucrânia, somaram-se, na Europa, importantes protestos sociais por medidas governamentais contrárias aos interesses populares, casos das greves na França e Inglaterra, que exigem salários melhores e rechaçam as mudanças nas regras da previdência social. Os recursos para atender tais reivindicações não existem, dizem os governantes. Assim como negam recursos o desenvolvimento global equitativo por meio do apoio à implementação da agenda 2030, que alimentaria a paz, a equidade e a saúde. Entretanto, não faltam recursos públicos manipulados para ampliar as guerras ou para salvar bancos, vítimas das diatribes do capitalismo globalizado.

Contudo, contra o pessimismo da razão que frequentemente nos assola, mantemos o otimismo da vontade para mudarmos este velho e ameaçado mundo.

*Dalcolmo*, em artigo para O Globo, produziu uma importante reflexão sobre os três anos de declaração da pandemia de Covid-19 pela OMS, repassando os principais momentos do processo que afetou profundamente o mundo e para sempre nossas vidas, alertando ainda que ameaças futuras persistem.

*Buss e Alcazar* assinalam o protagonismo que a **Agenda 2030 e seus ODS** reassumem na agenda global das **Nações Unidas**. Fazem uma análise dos principais eventos que estão programados em torno da Agenda no sistema ONU, informando sobre o High-Level Political Forum (HLPF), instância mais elevada de avaliação e acompanhamento da Agenda, que este ano se realiza no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em julho, e a nível presidencial, na Assembleia Geral da ONU, em setembro. Nas considerações finais relevam o papel do Brasil, para fazer jus à mensagem do presidente Lula, “o Brasil está de volta”, e da sociedade civil global.

A agenda da 52ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)** é densa e cobre inúmeros aspectos de interesse relacionados à determinação da saúde e suas formas de atenção, diante da fragilidade da garantia dos direitos humanos e ambientais. *De Negri Filho* destaca no seu artigo o informe do Comitê Consultivo (CC) do CDH, que aborda impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no gozo dos direitos humanos (resolução 48/14 do CDH); e sobre o avanço da justiça racial e da igualdade (resolução 48/18 do CDH). Aborda também dois novos mandatos conferidos pelo CDH ao CC: neurotecnologia e a promoção e proteção de todos os direitos humanos (resolução 51/3 do CDH); implicações de direitos humanos de tecnologias novas e emergentes no domínio militar (resolução 51/22 do CDH).

Sobre pesquisa, o Comitê apresentou ao CDH as seguintes propostas: a) Direitos da criança e alterações climáticas; b) Abordagem baseada nos direitos humanos para combater a ciberviolência de gênero; e c) Proteção da liberdade acadêmica e do livre fluxo da investigação. Solicitou também investigação sobre "Direito a um recurso e reparação para as vítimas de graves violações do direito internacional dos direitos humanos e de graves violações do direito internacional humanitário".

O analista dá destaque ao painel de alto nível sobre a integração estratégica (mainstreaming) dos direitos humanos, com o tema: "Uma reflexão sobre cinco anos da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude (Juventude 2030): traçando um plano para os próximos passos". No painel sobre pena de morte, foram abordadas as "Violações dos direitos humanos relacionadas com o uso da pena de morte". Da Reunião comemorativa de alto nível do 35º. aniversário da Declaração do Direito ao Desenvolvimento ressalta o reforço a enorme importância do direito ao desenvolvimento para alcançar a materialidade dos direitos no Sul Global e a expectativa de aprovar em 2023, no CDH, o Tratado sobre este Direito. Ressalta também o diálogo interativo com o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, que abordou as fragilidades dos sistemas de seguridade social e saúde, incluindo as pessoas com deficiência por razões de patologias ou dos efeitos do envelhecimento.

Por fim, registra as diferentes abordagens do CDH aos direitos humanos no Sudão do Sul, Nicarágua e Territórios Palestinos Ocupados, representando diferentes blocos de poder e diferentes abordagens dos mesmos direitos, o que o faz refletir sobre a politização conveniente dos mesmos e as barreiras que se geram neste processo para a garantia material do seu conjunto.

Na semana em que se completam 3 anos da declaração pela **OMS** da pandemia de Covid-19, ainda há um longo caminho a percorrer, na percepção dos analistas CRIS, *Reges, Bermudez e Galvão*. A pandemia escancarou iniquidades. Pôs à prova o conceito de comunidade global. Avanços em discussão são apreciados, mas ainda é pouco. O INB 4 se encerra com a proposta de que o Rascunho 1 do tratado de pandemias esteja pronto em abril. Busca-se maiores esclarecimentos e escolha de linguagem adequada sobretudo relacionado a cadeia global de suprimentos, saúde única e regimentos quadripartites, acesso à tecnologia, sistemas bem estabelecidos de acesso a patógenos e compartilhamentos de benefícios. A OMS se prepara para questões futuras, mas ainda tem de trazer respostas a problemas passados. Pela primeira vez na sua história, um diretor geral da organização foi demitido: Takeshi Kasan, diretor da regional Pacífico Ocidental. Alegações de racismo, xenofobia e condutas antiéticas e abusivas levaram à demissão. O episódio traz de novo a necessidade de resposta a outros escândalos. A investigação de assédio sexual por funcionário da agência de alto escalão no WHS em 2022 e os tenebrosos relatos de acobertamento do que aconteceu com diversas mulheres na República Democrática do Congo, durante a resposta ao Ebola, no qual cerca de 100 mulheres relatam episódios crassos de abuso sexual e de autoridade.

Artigo do Secretário Executivo do **GT Acordo e Pandemias e Revisão do RSI<sup>1</sup>**, *Leandro Viegas*, apresenta o trabalho de monitoramento da mídia e da produção acadêmica sobre os processos a reforma do governança global de prevenção, preparação e resposta a emergências e reúne as publicações mais recentes do GT, num compilado de artigos de opinião, análises de especialistas e perspectivas da sociedade civil sobre os processos de negociação em curso no

---

<sup>1</sup> Ver: <https://saudeglobal.org/>

âmbito da OMS. Esta novidade, introduzida no Caderno 3, passará a ser publicada quinzenalmente a partir deste Caderno 3.

O *cluster* de **saúde e ambiente** aborda o tema dos efeitos diretos dos plásticos sobre a saúde humana, que ainda são desconhecidos. A OMS adverte que embora os dados científicos sejam insuficientes para inferir efeitos na saúde, os plásticos não devem ser considerados seguros para a saúde humana e seu uso e produção devem ser reduzidos e reavaliados. A maior produção e utilização de plásticos se dá em países desenvolvidos e afetam os países mais pobres se caracterizando como mais uma crise socioambiental gerada pela discriminação e o racismo sistêmico. **Magalhães e Galvão** reportam também que a nova Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM) pós 2020 encontra-se bem avançada e deve ser lançada em setembro de 2023. O Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos discutiu em sua 18ª reunião os arranjos de financiamento e plano de trabalho estratégico de cinco anos. O Novo Tratado de Alto Mar tem como objetivo assegurar a conservação e a sustentabilidade do uso da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional através da implementação efetiva das disposições da Convenção e maior cooperação e coordenação internacional.

**Kastrup e Sousa** apresentam lições da Malásia no enfrentamento da COVID-19 durante os primeiros meses. As recomendações sobre políticas a serem implementadas em momentos iniciais de crise sanitária são fruto de uma avaliação de impacto realizada pelo PNUD no país do sudeste asiático que, como o Brasil, possuiu mercado emergente e renda média. A ideia é que o documento forneça informações sobre comportamentos, mentalidades e escolhas políticas que possam ajudar no processo decisório de autoridades governamentais nesses momentos, em linha com os objetivos do **PNUD** de contribuir para a melhor governança em países do Sul global.

Na terceira rodada de análises do relatório “*World Employment and Social Outlook: Trends 2023*” (OIT - **Genebra**) e de seu aprofundamento regional denominado “*Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022*” (elaborado pelo Escritório Regional da OIT em Lima, e analisado na edição anterior – Cadernos 2/2023), este artigo de **René Mendes** prossegue a temática das interfaces entre economia, trabalho e emprego, abordada no relatório global, ao mesmo tempo em que avança e se aprofunda nos estudos de pobreza, em direção ao assim chamado “fenômeno dos trabalhadores pobres”. Ou melhor: empobrecidos. A análise deste intrigante tema é feita a partir da versão completa do Relatório em espanhol, que tem 244 páginas

O informe de **França e colegas**, do grupo de **migração e refúgio**, destaca as atividades de inclusão digital organizadas pelo **ACNUR** com foco nas mulheres e meninas refugiadas venezuelana. As mudanças climáticas têm causado deslocamentos forçados e as ilhas Vanuato, no pacífico, têm enfrentado ciclones que alertam para o aumento de refugiados e apatridia. A **OMS** lançou um informe técnico sobre migrantes e refugiados, com ênfase na cobertura universal de saúde. Também organizou um compêndio com casos de sucesso na promoção da saúde de migrantes e refugiados. O Iêmen é protagonista de uma das piores crises humanitárias do mundo e o ACNUR alerta que a assistência humanitária ao país permanece gravemente subfinanciada. O Chifre da África entra em sua sexta estação chuvosa consecutiva sem chuva e aumenta deslocamento, o ACNUR pede solidariedade global e apoio para proteger, ajudar e capacitar as comunidades afetadas pela seca.

O informe sobre **saúde da mulher, criança e adolescente**, reportado por **Massari e colegas**, apresenta alguns destaques da primeira semana da 67ª Comissão Sobre a Situação das Mulheres, as pautas que ainda serão abordadas e algumas expectativas de encaminhamento para a resolução final. A agenda começou na semana do Dia Internacional das Mulheres 2023 com o tema “DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero” no foco do debate. Em seguida, apresenta dados sobre a persistente lacuna no acesso digital de meninas e mulheres, sua relação com a perpetuação de desigualdades de gênero e algumas possibilidades para reverter este cenário. Também na lógica de abordar a igualdade de gênero, o informe apresenta o Mapa Mulheres na Política 2023, lançado pela **ONU Mulheres** e **IPU** (Inter-Parliamentary Union), mostrando que, embora a participação de mulheres na política tenha aumentado, elas seguem sub-representadas. Por fim, o informe traz trechos de uma reflexão publicada no The Lancet sobre a corporatização da igualdade e bem-estar das mulheres.

O informe de **Nilson, Oliveira-e-Silva e colegas**, sobre **alimentação e nutrição**, discute o papel da regulação de alimentos na transformação dos sistemas alimentares, particularmente por meio da promoção de ambientes alimentares promotores da saúde, a partir dos trabalhos do *Codex Alimentarius* e suas repercussões nas legislações nacionais, bem como os riscos da interferência de interesses financeiros nessas agendas. Espera-se, nesse contexto, que a regulação dos alimentos seja pautada pela priorização da saúde humana, animal e planetária, e que o comércio internacional seja baseado nessas premissas.

O informe de **Sanglard e Gaspar**, sobre **educação, cultura e saúde**, traz um balanço das últimas ações da **UNESCO**, levando em consideração os desafios na conservação e recuperação do patrimônio histórico em áreas de guerra e informações fundamentais sobre o fórum mundial contra o racismo.

As **instituições financeiras internacionais** são abordadas por **Cazumbá** que primeiro indicado para presidir o Banco Mundial. O novo membro do BID Invest. As considerações do Banco Mundial e do FMI sobre a guerra na Ucrânia, que completou 1 ano.

Angela Ellard, vice-diretora-geral da **Organização Mundial do Comércio**, participou de Mesa Redonda de Alto Nível sobre Restauração do Multilateralismo e Revitalização da OMC. A embaixadora Katherine Tai, Representante de Comércio dos Estados Unidos fez visita oficial ao Brasil e se reuniu com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e com a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha. Houve discussão sobre a reforma da OMC e oportunidades de cooperação em setores estratégicos como semicondutores, robótica, indústria de saúde, siderurgia e equipamentos, segundo nos informa a analista **Claudia Chamas**.

Na quinzena encerrada, o **grupo de trabalho do Observatório do CRIS** sobre as **Organizações da Sociedade Civil (OSC) globais** de interesse público e privado, registrou manifestações de 24 das 36 organizações monitoradas.

O tema em destaque foi o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, que faz referência às lutas e potencialidades da atuação feminina no mundo. Ao invés de se concentrarem em manifestações de protestos acerca das mazelas que atingem as mulheres, as manifestações abordaram a capacidade das mulheres de resistirem e apontarem caminhos para o enfrentamento das questões que desafiam a todas. As questões de gênero como tema de destaque reforçam a necessidade de priorizar ações que mitiguem as várias manifestações de iniquidades, por meio de capacitações, atendimento e promoção da saúde destinadas a grupos

de mulheres que lidam diariamente com situações adversas de guerras, deslocamento forçado, crise ambiental, calamidade e extremismos políticos e religiosos.

Além da luta das mulheres, o meio ambiente e a crise climática continuaram sendo um assunto muito presente nas manifestações, ressaltando o impacto da crise ambiental na saúde de populações mais vulnerabilizadas. A saúde mental também continuou recebendo atenção especial, inclusive em sua associação a distúrbios por estresse em contextos de guerra. Outras temáticas destacadas foram a insegurança alimentar, o HIV, as doenças crônicas, as doenças negligenciadas, os direitos humanos e, no caso das Organizações da Sociedade Civil de interesse privado, o desenvolvimento científico.

Para **Ungerer**, o evento mais importante da quinzena no espaço da **cooperação sul-sul**, foi a segunda parte da *5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos (LDC5)*, na qual foi discutido o *Programa de Ação de Doha* para o período de 2022 a 2031. Considerando a enorme crise sanitária e socioeconômica atual, a Conferência enfatizou seis áreas prioritárias, desde a erradicação da pobreza, investimento em ciência, tecnologia e inovação até o enfrentamento das mudanças climáticas e mobilização de parcerias. O **G-77 e a China**, presentes na Conferência, foram enfáticos em afirmar que é inaceitável que os países menos desenvolvidos, que se encontram entre os mais vulneráveis, continuem com a capacidade produtiva limitada e espaço fiscal insuficiente devido ao estrangulamento do sistema financeiro internacional; portanto, consideram imperativo que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Em um discurso bombástico, o presidente do **MNA** abriu a Cúpula do Grupo de Contato do MNA em resposta à Covid-19, sugerindo o estabelecimento de um Painel de Alto Nível da ONU sobre a Recuperação Global pós Covid-19; uma reforma imediata no Conselho de Segurança da ONU que ele considerou ineficiente, sugerindo a inclusão de um assento permanente para o MNA e outro para a África. Disse ainda que o Azerbaijão está considerando o estabelecimento de um ODS nacional específico (ODS18) para lidar com o problema das minas espalhadas pelo país e convidou todos os países que sofrem com as minas antipessoais a apoiarem esta iniciativa. O **Centro Sul**, presente na reunião sobre o Rascunho Zero do tratado pandêmico da OMS sugeriu que permanecem lacunas importantes em áreas fundamentais para os países em desenvolvimento.

No âmbito de **BRICS**, a Índia desejava concentrar seu período na presidência do G20 em temas como a redução da pobreza e o financiamento de medidas climáticas, mas a guerra na Ucrânia ofuscou essas e outras questões, como demonstrou o encontro de MRE do G20, em Nova Délhi, no início de março. A maioria dos membros do G20 condenou a guerra na Ucrânia, exceto a Rússia, China e Índia. O governo dos EUA não parece estar disposto a mudar de posição sobre suas relações com Moscou. Rússia e China acusam o Ocidente de tentar interferir nos assuntos internos de outros países, de impor abordagens unilaterais por meio de chantagens e ameaças. Segundo **Hoirisch**, em meio às divergências chanceleres que participaram do evento do G20 emitiram uma declaração na qual Rússia e China não concordaram com a inserção do parágrafo que exigia a retirada completa e incondicional da Rússia do território ucraniano. O governo indiano vem tentando se posicionar como mediador, um elemento neutro no conflito e afirma defender a posição dos países do Sul. O Brasil, apesar de ter solicitado a retirada imediata das tropas russas da Ucrânia e condenar a invasão ao país, continua tendo um bom relacionamento com todas as partes envolvidas, inclusive com Moscou. Lula sugeriu a criação de um Fórum para a Paz para discutir maneiras de encerrar as hostilidades, proposta que é bem

recebida pela Rússia. O que falta neste momento para o Brasil é construir pontes com a Ucrânia, para completar as partes fundamentais para a solução do conflito.

A resposta do Sul global à guerra na Ucrânia representa uma mudança muito maior na ordem global do que a maioria dos analistas americanos e europeus reconhecem. Países importantes como Índia, Brasil, África do Sul reconhecem que “*esta não é (...) a nossa guerra, e o que realmente nos preocupa, são os nossos próprios conflitos regionais*”. Em um mundo em que os EUA disputam cada vez mais com a China, os países não querem ter que escolher lados. Na área da saúde global, a declaração falou da necessidade de fortalecer a arquitetura global de saúde, com o papel de liderança e coordenação da OMS, incluindo o processo de negociação e adoção de um novo acordo pandêmico e emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) e apoio ao Fundo Pandêmico; que é preciso fortalecer os sistemas de saúde, alcançar a cobertura universal de saúde e implementar a abordagem ‘Saúde Única’. E, por fim, mencionaram a importância de promover cadeias de abastecimento globais seguras e fiáveis em todas as cadeias relacionadas à saúde.

O informe de **Tobar, Minayo e Brito** sobre **América Latina e Caribe** traz informações sobre eventos regionais importantes que tiveram lugar na última quinzena ou que ainda acontecerão, mas que já há movimentações importantes na sua preparação. A XXVIII Cúpula Ibero-americana vai acontecer na próxima semana e já temos importantes discussões sobre os documentos que serão adotados. No Mercosul, as aproximações internacionais aos países do bloco para garantir áreas de influência também foram assunto deste relatório. Reuniões nos âmbitos da COMISCA, ORAS-CONHU e SELA trataram de diferentes temas relacionados à saúde e receberam destaque. Por fim, trouxemos assuntos migratórios importantes para a região, grandes manifestações femininas no 8 de março, degelo da calota polar antártica e cenários políticos internos conturbados.

Saúde global e diplomacia da saúde na **África** são abordadas neste caderno por **Silva, Cá, Mahoce e Rosenberg**. Repercussão integral do 9º Fórum Regional Africano para o Desenvolvimento Sustentável visando fazer o balanço e acelerar a realização dos ODS e da Agenda 2063 da União Africana. A revista Fortune Journal of Health Sciences publica estudo sobre os Institutos Nacionais de Saúde Pública, seus marcos legais e modelos existentes no continente. As Ministras e os Ministros da Saúde da CPLP reuniram-se virtualmente tendo analisado e aprovado o *PECS-CPLP, 2023-2027*. Parceiros de alto nível reunidos em apoio à plataforma digital 50 Million African Women Speak. Funcionários de postos fronteiriços, abrangidos pela Área de Livre Comércio Tripartida, treinados sobre gerenciamento de fronteiras durante emergências de saúde pública. O BAD realizou uma reunião de consulta com organizações da sociedade civil para avaliar necessidades de inclusão financeira de deslocados à força na RDC. A SADC e o ACNUR fortalecem cooperação com base em valores, prioridades e estratégias comuns.

A declaração política emitida por representantes de vários países, inclusive da **Ásia e Oriente Médio**, durante a UNGA77, em 2022, expressa a indignação e o cansaço dos países em desenvolvimento com o Norte Global: “expressamos rejeição categórica às práticas coloniais e neocoloniais nas relações internacionais, que incluem, entre outras, tentativas de exercer dominação racial, cultural, econômica, social e política, inclusive por meio de exploração e discriminação, ocupação estrangeira e políticas de apartheid, interferência externa, bem como por meio de outras práticas destinadas a promover concepções supremacistas perversas e alcançar a subjugação dos outros.” **Marques** escreve sobre o empoderamento do Sul Global, que pode se refletir – espera-se - nas negociações sobre um acordo global para prevenção,

preparação e resposta a pandemias, que já começou com uma divisão de interesses: sanções versus acesso a vacinas e medicamentos. Depois EUA e União Europeia reclamam do não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África na questão da guerra na Ucrânia. No Tabuleiro da Geopolítica, a cereja do bolo de Bibi, o golpe constitucional que coroa o plano insano do premier israelense que envolve legalizar a ocupação da Cisjordânia, tornar Jerusalém a capital de Israel, escapar da cadeia e perpetuar-se no poder.

A greve geral contra as reformas da previdência na França é o destaque desta quinzena na **Europa**, o que vem descrito por **Freire**, direto de Paris. No Reino Unido, que vai vacinar contra a obesidade, protestos também acontecem contra os baixos salários na área da saúde. Os preços do gás arrefecem, mas ainda comprometem o bem estar dos cidadãos e a competitividade da indústria europeia.

Dados do Centro de Controle de Doenças da **China** indicam que infecções por influenza superaram as por Covid-19. Reunião anual dos órgãos legislativo e consultivo discutem situação do país. Primeira Reunião da 14ª Assembleia Nacional do Povo reelege Xi Jinping e nomeia Li Qiang primeiro-ministro. Reforma em órgãos do governo, com ênfase em ciência, tecnologia. Iniciativa Global de Segurança tem grande sucesso com acordo, mediado por Pequim, de renovação de laços diplomáticos entre Irã e Arábia Saudita. Presidente brasileiro prepara viagem para China, sua quarta, após Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Delegação estimada pela imprensa em 200 pessoas. São as informações do artigo de **Lobato**, direto da China.

Nos **Estados Unidos**, em destaque uma lista de atividades prioritárias da administração Biden em geral, da cooperação estratégica com o Brasil, sobre saúde pública em geral e sobre a saúde global, analisados por **Guto Galvão**.

Queridos leitoras e leitores, continuamos com o propósito de trazer informações e reflexões críticas sobre a saúde global e a diplomacia da saúde, no marco de referência do conceito ampliado de saúde, o que implica em compreender as complexas relações geopolíticas do mundo contemporâneo e indagar como as mesmas impactam a saúde humana.

Boa leitura, e até a próxima.

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 15 de março de 2023**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**  
**(com Erica Kastrup)**

## Três anos da Covid19<sup>2</sup>

**Margareth Dalcolmo**

Há três anos a OMS declarava a epidemia do novo Betacoronavírus, já então denominado SARSCov2, em status epidemiológico de pandemia, isto é, tendo-se disseminado por todos os continentes, em rapidez extraordinária. Nossa memória era apenas a da última pandemia, a da Gripe Espanhola, de há pouco mais de um século, e que também durara três anos. Choque, angústia, medo do novo desconhecido, se descortinavam nos instando a viver uma experiência longe de ser uma aventura, mas desde pronto algo forte, modificador da vida, a ceifar vidas e desenhar um indesejado último capítulo de vidas ainda cheias de expectativas e promessas.

No Brasil, o então Ministro Mandetta reunira instituições e médicos, reconhecendo a emergência sanitária e o desafio que se nos afigurava, com o objetivo de preparar a rede do SUS e incentivar as chamadas boas práticas frente ao desafio. Durou pouco. Logo nos defrontávamos em nossas rotinas com a permanente necessidade de respostas rápidas, aprendizado compulsório, participação em estudos, e prestação de serviço de comunicação clara à população através dos órgãos de imprensa falada e escrita. Felizmente contamos com a produção de dados constantemente gerados pelo consórcio de órgãos de comunicação, a substituir o que o Ministério da Saúde de então não fizera.

Contar números e descrever estatísticas no país, com mais de 37 milhões de casos, 699.310 mortes, das quais sabemos pelo menos um terço evitável, parece frio diante da maior tragédia sanitária de que este século viveu, com suas consequências sociais e econômicas. Em nosso caso, como em muitas outras regiões do planeta, a exasperar a obscena exclusão social que marca nosso tempo. Podemos afirmar que, se clinicamente a Covid longa e suas sequelas configuram hoje um dos mais desafiadores problemas médicos a enfrentar, o empobrecimento e carência de acesso a serviços básicos são a face do real concreto, sem solução fácil.

O melhor e o pior do ser humano se revelaram ao longo daqueles primeiros meses, que nos pareciam intermináveis, a corromper rotinas e nosso convívio, quer com famílias, quer com colegas de trabalho e amigos. Idosos confinados em sua solidão, mulheres em casas com crianças fora da escola e sujeitas à violência doméstica, profissionais da saúde trabalhando em condições muitas vezes inadequadas frente ao risco, centenas de pesquisadores em busca de testes e plataformas de vacinas e sobretudo, no Brasil, a tensão, permanente, entre a nociva retórica governamental, em sua perversa peroração de defesa de práticas sem sustentação científica ou negação do óbvio, compuseram o cenário até que iniciássemos a vacinação. Melhor é sem dúvida, citar os números de vacinados, com 510 milhões de doses aplicadas até há dois dias, a autonomia do país na produção de vacinas, os estudos clínicos de excelente qualidade aqui conduzidos e publicados, os projetos em comunidades, a participação inédita da iniciativa privada, e o fortalecimento das cooperações interinstitucionais.

Distinta da política, da filosofia, da religião e até mesmo de ideologias, a ciência nasce e se produz com base na observação de fatos, registra descobertas graças ao método, ou ao que hoje se chamaria uma boa metodologia, e faz destas o material, refutável ou não, de todo o conhecimento. Vivido um século XX com a pletera de tragédias, e guerras, quando experimentos extraordinários e outros inenarráveis, foram postos em execução, a favor e contra o ser humano,

---

<sup>2</sup> Publicado originalmente no jornal **O Globo**, edição de 14 de março de 2023, pg. 23. Autorização para publicação da autora.

a ciência e o progresso necessariamente perderam a soberba. Permanecem recursos que se sabem indispensáveis, porém sujeitos a protocolos éticos e socialmente justificáveis.

Sim, estamos perto de terminar a emergência da Covid19, embora ainda ocorra cerca de 40 mil mortes pela doença no mundo a cada semana, em especial entre pessoas mais velhas e, portadoras de comorbidades. Mais do que nunca a cobertura vacinal, com a dose de reforço bivalente é estratégica, para reduzir esses casos mais graves e consequentemente interferir na transmissão *a posteriori*. Sabedores de que enfrentaremos novas epidemias, e possivelmente pandemias, de que mais de 50% delas terão origem zoonótica, e ainda, originadas de vírus já conhecidos, países têm que se preparar em recursos humanos qualificados e em logística para a contingência.

## **Agenda 2030 recupera espaço político nas Nações Unidas**

***Paulo Buss e Santiago Alcázar***

A Agenda 2030 recupera espaço nas Nações Unidas, a meio caminho dos 15 anos entre 2015 e 2030. Sufocada pela Covid-19 desde o início de 2020 e pela guerra da Ucrânia desde princípios de 2022, a Agenda 2030 de fato nunca deixou de ser mencionada em documentos do SG ou de outras instâncias das Nações Unidas, mas que, de fato, não produziam os efeitos desejados ou a que se propunham.

Lamentavelmente, o governo Bolsonaro deixou o Brasil de fora dos esforços de implementação de uma agenda de desenvolvimento para o país, autônoma, própria, mas que pelo menos se inspirasse neste compromisso global, aliás iniciado aqui mesmo no país, no Rio de Janeiro, durante a Rio+20, em 2012. Tudo começou com a eliminação da Comissão Nacional do Desenvolvimento Sustentável, junto com diversos outros órgãos colegiados federais, em dezembro de 2019, na esteira do antiglobalismo e da desvalorização das Nações Unidas e da cooperação política internacional que transformou o Brasil num pária internacional nos 4 anos do governo de Bolsonaro. Lula promete reverter tudo isso, com o lema “O Brasil está de volta”, que começa a tomar corpo. No plano nacional, reinstalar a Comissão é um movimento inicial imprescindível.

O Fórum Político de Alto Nível (HLPF) realiza-se anualmente em julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), reunindo representantes de alto nível de governos e partes interessadas para revisar o progresso, examinar obstáculos, trocar melhores práticas e recomendar novas ações para alcançar a Agenda 2030 e seus ODS. Os países concordaram (Resolução 67/290 da Assembleia Geral) que a cada quatro anos, o HLPF se reunirá sob os auspícios da AGNU, no nível de Chefes de Estado e de Governo. Quando o HLPF se reunir duas vezes no mesmo ano, o Fórum adotará apenas uma declaração política negociada (resolução 70/299 da Assembleia Geral).

### **A Agenda 2020 no ECOSOC<sup>3</sup>**

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) marcha em ritmo acelerado na direção da realização do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), entre 10 e 19 de julho de 2023. O processo inclui o segmento ministerial de três dias do Fórum (17-19 de julho). O tema será "*Acelerando a recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis*".

Os participantes discutirão medidas de recuperação eficazes e inclusivas para enfrentar os impactos da pandemia da Covid-19 sobre os ODS e explorar orientações políticas para a plena implementação da Agenda 2030 e dos ODS em todos os níveis.

O HLPF em 2023, sem prejuízo da natureza integrada, indivisível e interligada dos ODS, revisará com maior profundidade os Objetivos 6 (água limpa e saneamento), 7 (energia limpa e acessível), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17, sobre parcerias para alcançar os ODS.

Quarenta e um países apresentarão suas Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) sobre a implementação da Agenda 2030: Bahrein, Barbados, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brunei

---

<sup>3</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/2023>

Darussalam, Burkina Faso, Camboja, Canadá, República Centro-Africana, Comores, Chile, Croácia, República Democrática do Congo, União Europeia, Fiji, França, Guiana, Islândia, Irlanda, Kuwait, Liechtenstein, Lituânia, Maldivas, Mongólia, Polónia, Portugal, Roménia, Ruanda, Arábia Saudita, Singapura, Eslováquia, São Cristóvão e Nevis, República Árabe Síria, Tadjiquistão, Timor-Leste, Turquemenistão, República Unida da Tanzânia, Uzbequistão, Venezuela, Vietname, Zâmbia. O Brasil não apresenta uma RNV desde 2017, pois o governo Bolsonaro se afastou das ideias globalistas e solidárias das Agenda 2020.

O HLPF realizado no ECOSOC em julho também apoiará a revisão intermediária da implementação dos ODS e os preparativos para a Cúpula dos ODS, a se realizar, sob os auspícios da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2023.

A Presidente da sessão de 2023 do ECOSOC<sup>4</sup>, embaixadora Lachezara Stoeva, Representante Permanente da Bulgária na ONU, preparará um resumo com as principais mensagens capturadas durante as discussões, que será enviado, como de praxe, à Assembleia Geral. À propósito, na sua posse como presidente do ECOSOC, a embaixadora elencou suas prioridades para o período em que presidirá o Conselho:

- Garantir que o ECOSOC e o HLP forneçam “orientações políticas sólidas, baseadas em evidências, inovadoras e acionáveis” para abordar os impactos da pandemia de Covid-19 nos ODS;
- Ajudar a superar a “grande divisão financeira”, identificada no Relatório de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável de 2022;
- Garantir que o HLPF e o ECOSOC contribuam efetivamente para os preparativos para a Cúpula dos ODS de setembro de 2023;
- Apoiar e reforçar o trabalho da ONU e de seus parceiros humanitários no enfrentamento da “profunda crise humanitária” enfrentada pela comunidade internacional;
- Seguindo as recomendações do Secretário-Geral da ONU dirigidas ao ECOSOC em “Nossa Agenda Comum”;
- Oferecer melhor acesso ao ECOSOC para jovens, sociedade civil e outras partes interessadas;
- Implementar as recomendações adotadas pela Assembleia Geral da ONU (UNGA) em junho de 2021 para reformar o trabalho do ECOSOC e do HLPF.

Estão programadas uma série de *side events*, eventos especiais e exposições, à margem do HLPF 2023.

Uma série de *eventos regionais preparatórios para o HLPF* estão programados<sup>5</sup>, e sobre eles trataremos especificamente em próximos informes. Chamamos a atenção para o evento preparatório da América Latina e Caribe, o 6<sup>o</sup>. *Fórum de Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável*<sup>6</sup>, a ser realizada pela CEPAL, em Santiago do Chile, de 24 a 29 de abril.

Eventos temáticos sobre os ODS a serem examinados também serão realizados. O timeline do ECOSOC é vastíssimo e pode ser acessado em <https://hlpf.un.org/2023/preparation>

---

<sup>4</sup> Os vice-presidentes eleitos do Conselho são: Albert Ranganai Chimbindi (Zimbábue), Arrmanatha Christia wan Nasir (Indonésia), Maurizio Massari (Itália) e Paula Narváez Ojeda (Chile)

<sup>5</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/2023/preparation>

<sup>6</sup> Ver: <https://www.cepal.org/pt-br/node/58546>

O sistema da ONU como um todo, e outros órgãos e fóruns intergovernamentais, fornecerão insumos para as revisões temáticas do HLPF 2023<sup>7</sup>.

### **Cúpula dos ODS na Assembleia Geral da ONU<sup>8</sup>**

O Fórum Político de Alto Nível (HLPF) sobre Desenvolvimento Sustentável, sob os auspícios da Assembleia Geral, também denominado **Cúpula dos ODS 2023**, será realizado em setembro de 2023, na sede da ONU, em Nova York. Esta será a segunda Cúpula dos ODS, desde a adoção da Agenda 2030 em setembro de 2015.

Durante a semana de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2023, os Chefes de Estado e de Governo se reunirão na sede das Nações Unidas em Nova York para revisar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O HLPF de julho de 2022 convocou a Cúpula para “marcar o início de uma nova fase de progresso acelerado em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

A **Cúpula dos ODS** marca o ponto médio da implementação da Agenda 2030. Reunirá líderes políticos e de pensamento de governos, organizações internacionais, setor privado, sociedade civil, mulheres e jovens e outras partes interessadas em uma série de reuniões de alto nível. Na visão das Nações Unidas, eles deverão realizar uma revisão abrangente do estado dos ODS, responder ao impacto de crises múltiplas e interligadas que o mundo enfrenta e fornecer orientação política de alto nível sobre ações transformadoras e aceleradas para alcançar os ODS em 2030. A Cúpula dos ODS será presidida pelo Presidente da Assembleia Geral, o embaixador Csaba Kőrösim, da Hungria. O resultado da Cúpula será uma declaração política negociada.

Segundo a ONU, a Cúpula centrar-se-á nas pessoas. Culminará 10 meses de preparativos ativos envolvendo governos, o sistema ONU e outras organizações internacionais e regionais, o setor privado, ONGs, jovens, cidades e vários outros atores e pessoas. Ele se beneficiará das propostas de um grupo independente de cientistas por meio do *Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global*<sup>9</sup>, do *relatório de progresso dos ODS do Secretário-Geral* e das análises do sistema ONU, grupos de reflexão e outros.

Em próximos informes trataremos mais detidamente da Cúpula dos ODS 2023.

### ***Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global***

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global (GSDR) originou-se em “ O Futuro que Queremos”, o resultado da conferência Rio+20 sobre desenvolvimento sustentável, quando os Estados Membros estavam lançando as bases para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável associados (ODS). Os negociadores sabiam que a Agenda 2030 seria complexa e sem precedentes em termos de ambição, e que uma abordagem isolada para o desenvolvimento não responderia às expectativas. Eles reconheceram o poder da ciência para entender e navegar nas relações entre os objetivos de desenvolvimento social, ambiental e econômico e, por isso, pediram um relatório para fortalecer a interface ciência-política.

---

<sup>7</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/inputs>

<sup>8</sup> Ver: <https://hlpf.un.org/sdg-summit>

<sup>9</sup> Ver: <https://sdgs.un.org/gsdrr>

Em 2016, os Estados Membros decidiram que o relatório deveria ser produzido uma vez a cada quatro anos, para informar as deliberações de revisão quadrienal dos ODS (Cúpula dos ODS) na Assembleia Geral, e que deveria ser escrito por um Grupo Independente de Cientistas nomeados pelo Secretário-Geral. Ficou decidido que o Grupo seria composto por 15 especialistas representando uma variedade de formações, disciplinas científicas e instituições, garantindo o equilíbrio geográfico e de gênero.

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2019, The Future is Now: Science for Achieving Sustainable Development, foi o primeiro relatório preparado por um Grupo Independente de Cientistas nomeados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. O segundo Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global, escrito por um Grupo Independente de Cientistas, está programado para ser lançado em setembro de 2023.

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 está sendo lançado quando o mundo se encontra na metade do caminho da Agenda 2030 e luta para se reconstruir após (ou no meio) da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, soluções práticas que possam acelerar o progresso dos ODS serão urgentemente necessárias. O Relatório de 2023 se baseará no Relatório de 2019, fornecendo evidências que podem ajudar os tomadores de decisão a acelerar a ação e superar os obstáculos que impedem o progresso no desenvolvimento sustentável. O foco será acelerar a transformação por meio de importantes pontos de entrada e permitir que a ciência apoie essa aceleração.

Assim que o relatório for disponibilizado à comunidade internacional traremos o mesmo analisado e comentado aos leitores dos Cadernos.

### **À guisa de considerações finais**

Ainda que pareça mais claro que a Agenda 2030 retoma sua importância nos acordos políticos globais do desenvolvimento, resta saber se esta impressão e as constantes referências em quase todos os fóruns das Nações Unidas e instituições plurilaterais globais ou regionais e geopolíticas de países (como G7, G20, G77, Movimento dos Não-Alinhados, BRICS, CELAC, União Africana, União Europeia, ASEAN etc.) se tornará realidade ou permanecerá como pura retórica diplomática.

A comunidade da saúde global e diplomacia da saúde do Brasil espera muito do governo Lula nesta seara. A sociedade civil precisa estar atenta e forte para apoiar o governo nestas iniciativas e cobrar caso não se concretize a expectativa gerada pela bela frase cunhada pelo presidente quanto à política exterior do país: O Brasil está de volta! Que assim, seja, presidente!

## **Destaques da Agenda da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU com temas relacionados ao direito à saúde, saúde global e diplomacia da saúde**

*Armando De Negri Filho*

Como destacamos no informe anterior, a agenda da 52ª Sessão é densa e cobre inúmeros aspectos de interesse relacionados à determinação da saúde e suas formas de atenção, sobretudo neste mundo tão frágil no que se relaciona à garantia dos direitos humanos e ambientais.

No exame dos temas refletidos na agenda da Sessão, começamos por destacar o informe do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos, o qual tem em sua agenda as demandas do Conselho referentes ao **impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no gozo dos direitos humanos** (resolução 48/14 do CDH); e sobre o **avanço da justiça racial e da igualdade** (resolução [48/18](#) do CDH). Além disso, o Comitê discutiu dois novos mandatos conferidos pelo Conselho de Direitos Humanos em sua 51ª sessão para estudos sobre o **impacto, as oportunidades e os desafios da neurotecnologia** no que diz respeito à promoção e proteção de todos os direitos humanos (resolução 51/3 do CDH); e sobre **as implicações de direitos humanos de tecnologias novas e emergentes no domínio militar** (resolução [51/22](#) do CDH).

Sobre as propostas de **pesquisa**, o Comitê decidiu submeter à consideração e aprovação pelo Conselho de Direitos Humanos as seguintes propostas de pesquisa:

- a) Direitos da criança e alterações climáticas;
- (b) Abordagem baseada nos direitos humanos para combater a ciberviolência de gênero; e
- c) Proteção da liberdade acadêmica e do livre fluxo da investigação.

E solicitou uma proposta de investigação sobre o tema "Direito a um recurso e reparação para as vítimas de graves violações do direito internacional dos direitos humanos e de graves violações do direito internacional humanitário", para apreciação na sua 30.ª sessão."

Cabe também destacar os debates do Painel de discussão anual de alto nível sobre a integração estratégica (mainstreaming) dos direitos humanos, com o Tema: "Uma reflexão sobre cinco anos da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude (Juventude 2030): traçando um plano para os próximos passos". Tema complexo frente à ausência de políticas potentes para responder às necessidades da juventude em tempos tão incertos. Debate de interesse para a saúde e o bem-estar das atuais e futuras gerações.

No painel de discussão bienal de alto nível sobre a questão da pena de morte, foram abordadas as "Violações dos direitos humanos relacionadas com o uso da pena de morte", em particular no que diz respeito à limitação da pena de morte aos crimes mais graves. Tema complexo, de interesse da saúde pública por seu vínculo com o tema da segurança pública, narcotráfico e desigualdades e que merecem em seu conjunto um olhar de saúde pública orientado pelos direitos humanos.

Na Reunião comemorativa de alto nível do trigésimo quinto aniversário da Declaração do Direito ao Desenvolvimento, ocorrido em dezembro de 2021, mas só agora incluído na agenda oficial, foi possível reforçar a enorme importância do direito ao desenvolvimento para alcançar a materialidade dos direitos no Sul Global e a expectativa de aprovar em 2023, no CDH, o Tratado sobre este Direito.

No dia 13 de março, iniciou um importante diálogo interativo com o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, resultando em um amplo e inovador painel sobre as fragilidades dos sistemas de seguridade social e saúde frente as necessidades das populações fragilizadas, incluindo as pessoas com deficiência por razões de patologias ou dos efeitos do envelhecimento e que demandam enormes investimentos dos estados para superar iniquidades cada vez maiores.

Por fim, registramos as diferentes abordagens que mereceram no âmbito do CDH os problemas relacionados aos direitos humanos no Sudão do Sul, Nicaragua e Territórios Palestinos Ocupados, representando diferentes blocos de poder e diferentes abordagens dos mesmo direitos, o que nos faz refletir sobre a politização conveniente dos mesmos e as barreiras que se geram neste processo para a garantia material do seu conjunto.

#### **Extratos de documentos e intervenções sobre os temas mencionados:**

1. **GENEBRA (24 de fevereiro de 2023)** - O Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos concluiu sua 29ª sessão na Câmara de Direitos Humanos e Aliança das Civilizações (Sala XX) no Palais des Nations, em Genebra. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/02/human-rights-council-advisory-committee-concludes-its-29th-session?sub-site=HRC>

A sessão foi aberta em 20 de fevereiro pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos, **Embaixador Václav Bálek**, que deu as boas-vindas aos novos membros do Comitê e lembrou como o Comitê, como grupo de reflexão do Conselho, forneceu aconselhamento baseado em pesquisa ao Conselho, permitindo-lhe considerar pontos de vista e perspectivas inovadoras sobre importantes questões de direitos humanos, incluindo temas tópicos emergentes. O Embaixador Bálek sublinhou que o Conselho conta com a experiência independente do Comitê Consultivo e a sua capacidade de chamar a atenção do Conselho para uma vasta gama de questões de direitos humanos relevantes para a era moderna.

"Também estou ansioso pelos outros dois estudos em que vocês têm trabalhado, a saber, sobre o avanço da justiça e igualdade racial e sobre o impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no gozo dos direitos humanos, que vocês apresentarão ao Conselho no final deste ano", disse o embaixador Bálek. Registrou os esforços envidados para uma maior visibilidade do trabalho do Comitê e afirmou que o Conselho se baseou nas suas orientações sobre muitas questões.

Durante esta sessão, presidida por Milena Costas Trascasas, o Comitê continuou trabalhando em dois estudos mandatados pelo Conselho de Direitos Humanos, sobre o **impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no gozo dos direitos humanos** (resolução 48/14 do CDH); e sobre o **avanço da justiça racial e da igualdade** (resolução 48/18 do CDH). Além disso, o Comitê discutiu dois novos mandatos conferidos pelo Conselho de Direitos Humanos em sua 51ª sessão em setembro passado para estudos sobre o **impacto, as oportunidades e os desafios da neurotecnologia** no que diz respeito à promoção e proteção de todos os direitos humanos (resolução 51/3 do CDH); e sobre **as implicações de direitos humanos de tecnologias novas e emergentes no domínio militar** (resolução 51/22 do CDH).

Finalmente, o Comitê realizou discussões sobre seus **métodos de trabalho**, durante as quais discutiu questões relacionadas à conscientização e ao aumento da visibilidade de seu trabalho; seu envolvimento com organizações não-governamentais; e sua interação com amigos acadêmicos do Comitê.

No final da sessão, o Comitê tomou medidas em **quatro questões**.

**Sobre o avanço da justiça e igualdade racial**, o Comitê tomou nota do projeto de relatório sobre padrões, políticas e processos que contribuem para incidentes de discriminação racial e sobre propostas para promover a justiça e a igualdade racial, apresentado pelo grupo de redação ao Comitê Consultivo em sua sessão atual; e saudou a contribuição recebida dos Estados-Membros e outras partes interessadas em resposta à nota verbal e ao questionário que circulou após a 28ª sessão de o Comitê Consultivo. Solicitou ao grupo de redação que ultimasse o relatório à luz do debate realizado pelo Comitê Consultivo na sua presente sessão. Além disso, decidiu submeter o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 54ª sessão, depois de tê-lo distribuído a todos os membros do Comitê Consultivo para aprovação eletrônica.

Sobre o impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no exercício dos direitos humanos, o Comitê tomou nota do projeto de relatório sobre **o impacto das novas tecnologias para a proteção do clima no gozo dos direitos humanos** apresentado pelo grupo de redação ao Comitê Consultivo na sua presente sessão. O Comitê solicitou ao grupo de redação que prosseguisse os seus trabalhos com vista a rever e aprovar o projeto de relatório no período inter-sessões, à luz dos debates realizados pelo Comitê Consultivo na sua sessão em curso; e finalizar o relatório à luz das discussões realizadas pelo Comitê Consultivo em sua presente sessão e durante uma reunião virtual a ser realizada no período intersessional. O Comitê decidiu submeter o relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 54ª sessão, depois de tê-lo distribuído a todos os membros do Comitê Consultivo para aprovação eletrônica.

No que se refere à **neurotecnologia e aos direitos humanos**, o Comitê decidiu recolher os pontos de vista e os contributos das partes interessadas, incluindo os Estados-Membros, as organizações internacionais e regionais, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem, os procedimentos especiais do Conselho dos Direitos do Homem, os órgãos de tratados, outras agências, fundos e programas relevantes das Nações Unidas no âmbito dos respectivos mandatos, instituições nacionais de direitos humanos, sociedade civil, setor privado, comunidades médicas e técnicas, instituições acadêmicas e outras partes interessadas relevantes. O Comitê solicitou ao grupo de redação que apresentasse um anteprojeto do relatório ao Comitê Consultivo na sua 30.ª sessão, tendo em conta os debates realizados na sessão em curso.

**Sobre as implicações para os direitos humanos das tecnologias novas e emergentes no domínio militar**, o Comitê solicitou ao grupo de redação que preparasse um projeto de questionário para recolher os pontos de vista e os contributos das partes interessadas, incluindo Estados, agências das Nações Unidas, entidades, fundos e programas no âmbito dos respectivos mandatos, organizações internacionais e regionais, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, dos órgãos de tratados, das instituições nacionais de direitos humanos, da sociedade civil, do setor privado, das instituições acadêmicas, das iniciativas multissetoriais e de outras partes interessadas relevantes, a serem considerados pelo Comitê Consultivo em sua 30ª sessão e enviados posteriormente. Solicitou ainda ao grupo de redação que apresentasse um esboço do relatório ao Comitê Consultivo na sua 30.ª sessão, tendo em conta os debates realizados na sessão em curso.

Sobre as propostas de **pesquisa**, o Comitê decidiu submeter à consideração e aprovação pelo Conselho de Direitos Humanos as seguintes propostas de pesquisa:

a) Direitos da criança e alterações climáticas;

- (b) Abordagem baseada nos direitos humanos para combater a ciberviolência de género; e
- c) Protecção da liberdade académica e do livre fluxo da investigação.

Solicitou igualmente a Buhm-Suk Baek que preparasse, com base no seu documento de reflexão e tendo em conta os debates realizados na presente sessão, uma proposta de investigação sobre o tema "Direito a um recurso e reparação para as vítimas de graves violações do direito internacional dos direitos humanos e de graves violações do direito internacional humanitário", para apreciação na sua 30.ª sessão.

A documentação sobre a 29ª sessão está disponível na [página da sessão](#) do Comitê Consultivo. A **30ª sessão do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos** está programada para ocorrer no Palais des Nations, em Genebra, de 7 a 11 de agosto de 2023.

O Comitê Consultivo é um órgão de 18 especialistas independentes que atuam como um think-tank para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH). Foi criada em 2008, de acordo com a resolução [5/1 do Conselho de Direitos Humanos](#), para fornecer estudos e aconselhamento baseado em pesquisa, conforme solicitado pelo Conselho e se reúne duas vezes por ano. O trabalho do Comitê é orientado para a implementação e segue questões temáticas ligadas ao mandato do Conselho, nomeadamente a promoção e protecção de todos os direitos humanos. Interage com Estados, instituições nacionais de direitos humanos, organizações não-governamentais e outros órgãos da sociedade civil. A composição do Comitê Consultivo está em conformidade com as seguintes directrizes de distribuição geográfica estabelecidas na sua resolução de estabelecimento: cinco membros de Estados africanos e asiáticos; três de Estados da América Latina e do Caribe, e da Europa Ocidental e de outros Estados; e dois membros de Estados da Europa Oriental.

A lista dos atuais membros do Comitê Consultivo e as datas de vencimento de seus respectivos mandatos são as seguintes:

Nurah Alamro (Arábia Saudita, 2024); Noor Al Malki Al-Jehani (Catar, 2025); Buhm-Suk Baek (República da Coreia, 2023); Nadia Amal Bernoussi (Marrocos, 2023); Rabah Boudache (Argélia, 2025); Aldo de Campos Costa (Brasil, 2025); Milena Costas Trascasas (Espanha, 2025\*); Sebastião da Silva Isata (Angola, 2025); Jewell Major (Bahamas, 2025); Ajai Malhotra (Índia, 2023); Javier Palummo (Uruguai, 2025\*); Vasilka Sancin (Eslovênia, 2025); Patrycja Sasnal (Polónia, 2023); Dheerujlall Seetulsingh (Maurícios, 2023\*); Vassilis Tzevelekos (Grécia, 2024); Catherine Van de Heyning (Bélgica, 2023); Frans Viljoen (África do Sul, 2024); e Yue Zhang (China, 2025).

## **2. [Annual high-level panel discussion on human rights mainstreaming](#) - Painel de discussão anual de alto nível sobre a integração dos direitos humanos, Tema: Uma reflexão sobre cinco anos da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude (Juventude 2030): traçando um plano para os próximos passos.**

Com suas discussões centradas nos desafios e progressos alcançados desde 2018 na implementação da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude em acordo com o relatório de 2021 do Secretário-Geral intitulado “Nossa Agenda Comum” na busca por definir um plano e agenda comuns para a “integração da juventude” baseados nos 3 pilares das Nações Unidas: Direitos Humanos, Paz e Segurança e Desenvolvimento e para através desses tomar ações e formular políticas globais, regionais e nacionais para “atender às necessidades dos jovens”

construindo agência social e poder de decisão, dentro dos 5 campos estratégicos: Engajamento, participação e defesa da juventude; Fundamentos informados e saudáveis; Empoderamento econômico por meio do trabalho decente; Juventude e direitos humanos e Construção da paz e construção da resiliência.

### ***Declarações de abertura***

VOLKER TÜRK, *Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, disse que em inúmeras pesquisas e entrevistas, os tópicos na vanguarda das preocupações dos jovens são os direitos humanos e as mudanças climáticas. Isso demonstrou o poder e a relevância dos direitos humanos – os princípios que asseguraram a justiça e a equidade, e também indicou que, tomados como um todo, os jovens eram profundos e clarividentes – e que todos fariam bem em ouvir e levar em conta suas ideias. Há cinco anos, a Estratégia das Nações Unidas para a Juventude, Juventude 2030, foi adotada para intensificar os esforços para trabalhar com e para os jovens em todas as Nações Unidas. Desde que o Escritório das Nações Unidas para a Juventude foi estabelecido, a inclusão dos direitos humanos como uma área prioritária da Estratégia para a Juventude forneceu um quadro claro para a ação - com referências concretas em todas as áreas de direitos humanos, desenvolvimento, paz e justiça - incluindo a justiça climática. O envolvimento dos jovens também seria fundamental para a iniciativa Direitos Humanos 75.

Houve progressos, disse Türk. Ainda assim, algumas instituições continuaram a se envolver com os jovens de uma maneira superficial, quase simbólica. Eles podem ter estruturas formais que reconheçam a importância dos pontos de vista dos jovens, mas era improvável que procurassem vozes que fossem diversas ou desconhecidas – e ainda menos propensas a agir de acordo com o que dissessem. E, mais amplamente, embora os jovens em geral nunca tenham sido mais educados ou mais conectados, eles continuaram a enfrentar obstáculos significativos para alcançar todo o seu potencial – bem como a discriminação que bloqueou seu acesso a muitos direitos humanos. Em muitos países, severas restrições às liberdades cívicas também alienaram os jovens das estruturas que deveriam representá-los.

Ao implementar plenamente a Juventude 2030, a comunidade internacional poderia garantir que este espaço fosse aberto, combater a discriminação generalizada e garantir que as pessoas e as sociedades fossem capazes de realizar todo o seu potencial. O Gabinete do Alto Comissário continuará a integrar os direitos dos jovens e a ajudar os Estados-Membros a concretizar os direitos dos jovens nas leis, políticas e programas. Os jovens em todas as partes do mundo foram os impulsionadores da mudança social, o espírito de resiliência, o gênio da inovação e os mais fortes buscadores de soluções para o futuro da humanidade, mas eles também tinham direitos hoje, e muito ainda precisava ser feito para realizá-los.

JAYATHMA WICKRAMANAYAKE, *Enviada do Secretário-Geral para a Juventude*, disse que os jovens enfrentam inúmeros desafios no exercício de seus direitos humanos que devem ser protegidos e promovidos. A criação do novo Gabinete das Nações Unidas para a Juventude foi um passo importante a este respeito. Até hoje, 130 Equipes de Países das Nações Unidas e 51 entidades das Nações Unidas participaram da implementação da Juventude 2030. As bases para a implementação em todo o sistema estavam em vigor. O Apelo à Acção do Secretário-Geral sobre os Direitos Humanos e o seu relatório sobre a Nossa Agenda Comum foram uma declaração de solidariedade para com as gerações actuais e futuras. O Secretário-Geral encarregou-a de preparar recomendações em consulta com os jovens do mundo para um envolvimento mais significativo dos jovens. Ela espera que essas recomendações sejam de

inspiração para o sistema das Nações Unidas em geral e instou o Conselho de Direitos Humanos a considerar métodos para melhorar e institucionalizar a participação dos jovens em seu trabalho de forma permanente.

Wickramanayake disse que era hora de rever a implementação do Youth 2030 e atualizar a estratégia para torná-la adequada para o presente e o futuro, conforme necessário. Ela espera que a próxima fase da implementação da Juventude 2030 veja uma maior responsabilidade para com os jovens e para que mais partes do sistema das Nações Unidas se envolvam estrategicamente com a estratégia. Um passo imediato poderia ser garantir briefings recorrentes sobre o progresso da implementação ao Conselho de Direitos Humanos. Ela pediu aos Estados que considerem como garantir a integração dos direitos dos jovens em seu trabalho existente, a fim de abordar as violações e preocupações de direitos humanos que afetaram especificamente as populações jovens. Eles também devem considerar como garantir a participação contínua de diversos grupos de jovens, especialmente mulheres jovens, jovens indígenas, jovens em comunidades rurais, jovens com deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e jovens queer, jovens sem acesso à tecnologia e outros, para garantir que esse processo de integração aconteça junto com os jovens e realmente reflita suas necessidades?

#### ***Declarações dos membros do painel***

DIENE KEITA, *secretária-geral adjunta e vice-diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para as Populações*, disse que, para progredir em direção às aspirações globais, é importante cumprir os compromissos com os jovens. O Fundo de População das Nações Unidas acreditava nos jovens em toda a sua diversidade como detentores de direitos de pleno direito. Todo jovem tinha direito a uma vida saudável, segura e gratificante. A parceria com os jovens poderia impulsionar o desenvolvimento social econômico positivo em suas comunidades. Em 2018, as Nações Unidas lançaram a Estratégia Juventude 2030. Cinco anos após a implementação desta estratégia, continuou a ganhar impulso. Estratégias e enquadramentos permaneceram palavras no terreno. As parcerias significativas desenvolvidas pelo Fundo de População das Nações Unidas ajudaram a promover a coesão social. O Fundo de População das Nações Unidas trabalhou para co-presidir a coalizão global sobre juventude, paz e segurança. O engajamento de jovens ativistas foi promovido, e organizações lideradas por jovens foram apoiadas, abrindo suas portas para a participação no cenário internacional.

O espaço cívico estava encolhendo, disse Keita. É preciso fazer mais para cuidar do bem-estar dos jovens. O Secretário-Geral e a Nossa Agenda Comum apelaram à comunidade internacional para que se concentre nos jovens. Os jovens estavam conseguindo mais lugares na mesa para discutir a perspectiva da juventude. No entanto, eles precisavam estar envolvidos nas discussões. Embora já existisse um fórum de jovens em Nova York, um pilar semelhante em Genebra poderia ser considerado. Para alcançar um mundo onde 8 bilhões de pessoas pudessem prosperar, era necessário haver cooperação em todos os níveis. Enquanto o mundo celebrava o septuagésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, era mais importante do que nunca levantar as vozes vulneráveis entre os jovens.

GILBERT HOUNGBO, *diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho*, disse hoje que 282 milhões de jovens não estão empregados, educados ou em treinamento. A maioria delas eram mulheres jovens que eram três vezes mais propensas do que os homens jovens a não estarem empregadas nem na escola. No entanto, ter um emprego nem sempre era igual a prosperidade. Os jovens trabalhadores eram mais propensos a estar em empregos temporários

ou em empregos sem um contrato escrito. Mais de três em cada quatro estavam na economia informal, enquanto um em cada três estava trabalhando, mas vivendo na pobreza, com pouco ou nenhum acesso à proteção, direitos e representação vocal. O desemprego, a inatividade e o trabalho precário podem ter "efeitos marcantes" duradouros nas carreiras e nos ganhos futuros dos jovens.

A menos que essas vulnerabilidades fossem abordadas e a menos que o bem-estar mental dos jovens fosse protegido, poderia haver uma crise prolongada de emprego juvenil.

Os esforços, tanto individualmente como como parceiros na implementação da Agenda 2030 e da Estratégia das Nações Unidas para a Juventude, devem – acima de tudo – proteger os direitos daqueles a quem o sistema internacional estava servindo. Havia muitas evidências de que a melhoria das condições de trabalho poderia andar de mãos dadas com o aumento da produtividade. As Normas Internacionais do Trabalho permitiram um ambiente em que foram criados empregos decentes e o trabalho foi realizado em condições de liberdade, segurança e dignidade. Isto foi crucial para os jovens de hoje e de amanhã, à medida que navegavam em mercados de trabalho cada vez mais complexos. Os jovens devem estar conscientes dos seus direitos e rodeados das instituições que os protegeram, para o que a comunidade internacional deve defender e promover a aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. A comunidade internacional deve garantir que suas ações sejam baseadas em direitos e fortaleçam as vozes dos jovens nos principais processos de formulação de políticas e no diálogo social – e isso inclua o apoio à participação dos jovens e sua voz nos sindicatos e organizações patronais.”

### **3. Biennial high-level panel discussion on the question of the death penalty - Painel de discussão bienal de alto nível sobre a questão da pena de morte; Tema: Violações dos direitos humanos relacionadas com o uso da pena de morte, em particular no que diz respeito à limitação da pena de morte aos crimes mais graves.**

O painel de 2 horas discutiu e abordou as violações crônicas dos direitos humanos relacionadas ao uso ainda atual e persistente da pena de morte como punição judicial e a imposição da pena apenas em casos mais graves - definidos arbitrariamente aqui como assassinato\morte intencional.

“Em particular, o painel de discussão visa: Promover uma compreensão mais profunda da obrigação internacional de limitar o uso da pena de morte aos crimes mais graves Explorar como o escopo do uso da pena de morte pode ser reduzido em conformidade com as normas e padrões internacionais de direitos humanos; Discutir como o Conselho e seus mecanismos podem contribuir para dar visibilidade aos impactos do uso da pena de morte sobre os direitos humanos, especialmente quando não se limita aos crimes mais graves, com base nas obrigações internacionais dos Estados Membros.”

Também foi destacado o uso da pena em casos não tão graves vai de desacordo com as normas internacionais dos direitos humanos: “No entanto, o Secretário-Geral observou que a sentença de morte está prevista na lei para crimes que não atendem ao limite acima, como crimes relacionados a drogas, crimes econômicos, como corrupção, relações sexuais consensuais fora do casamento, relações entre pessoas do mesmo sexo, estupro, sequestro, blasfêmia, espionagem, traição ou amplas categorias de crimes contra a segurança do Estado.” O caso da aplicação de pena de morte para crimes relacionados a drogas recebeu especial atenção, porém houve uma notável falta de recorte político, social, racial e econômico na

discussão, não adentrando as nuances do sistema carcerário e seu funcionamento dentro do neoliberalismo.

#### **4. High-level meeting commemorating the thirty-fifth anniversary of the Declaration on the Right to Development - Reunião comemorativa de alto nível do trigésimo quinto aniversário da Declaração do Direito ao Desenvolvimento.**

A Reunião Comemorativa contou com 5 objetivos oficiais, sendo o quinto o mais interessante para esse informe. A Reunião também demonstrou atualidade e contextualidade ao trazer para seus objetivos e agenda os novos desafios e circunstâncias que impedem ou interseccionam o Direito ao Desenvolvimento, como desequilíbrio climático, a pandemia de COVID-19 e suas consequências e a necessidade de documentos e práticas vinculativas - binding - sob as resoluções do Direito ao Desenvolvimento.

- Celebrar o trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o direito ao desenvolvimento e reafirmar o compromisso global **com a efetiva realização do direito ao desenvolvimento;**
- Conscientizar sobre a natureza multidimensional e contribuição positiva do direito ao desenvolvimento para a realização de todos os direitos humanos e justiça social;
- **Abordar as barreiras e obstáculos na plena realização do direito ao desenvolvimento;**
- Explorar formas de superar os desafios para a implementação do direito ao desenvolvimento, **incluindo a pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas;**
- Compartilhar boas práticas na realização do direito ao desenvolvimento, em particular no contexto de uma efetiva cooperação e solidariedade internacional;
- **Destacar a importância de medidas concretas, como a adoção de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, para a realização do direito ao desenvolvimento. Lembrando que este ano deverá aprovar-se o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento no Conselho de Direitos Humanos.**

#### **5. O Conselho de Direitos Humanos realizou na manhã do dia 13 de março um diálogo interativo com o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência. <https://www.ohchr.org/en/news/2023/03/human-rights-council-hears-new-philosophy-services-and-support-centred-social?sub-site=HRC>**

E no início da reunião, os Estados Unidos disseram que o Conselho deveria comemorar o falecimento de Judy Heumann, a mãe da deficiência, que faleceu na semana passada. O Conselho realizou então um minuto de silêncio em homenagem a Judy Heumann.

Gerard Quinn, Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, disse que havia uma necessidade de mudar para uma nova filosofia de serviços e apoio – uma que colocasse água azul clara entre ela e o modelo estático de bem-estar de meados do século XX. O objetivo final não era simplesmente fornecer uma rede de segurança material que permitisse que as pessoas vivessem à margem da sociedade. Em vez disso, o objetivo final era proteger a personalidade e a inclusão social. O sistema mais amplo das Nações Unidas em breve revisaria o futuro da economia do cuidado em geral. Tinha de ser entendido que, tal como aplicado às pessoas com deficiência, "cuidado" significava e só podia significar uma abordagem

sustentada e coerente com a filosofia subjacente da Convenção – honrar a personalidade e alcançar a inclusão.

Quinn falou de suas visitas à União Europeia e à Jordânia. A União Europeia e a Jordânia falaram como países interessados.

Na discussão que se seguiu, os oradores agradeceram ao Relator Especial por seu relatório oportuno e seu apelo visionário por novas abordagens para modelos de serviço e apoio, que defendiam a autonomia individual e a inclusão social. Eles acreditavam que o relatório contribuiria para garantir a clareza sobre os padrões a serem seguidos ao implementar o direito de viver de forma independente e ser incluído na comunidade. Alguns disseram que o relatório veio em um momento crítico, onde a pandemia de COVID destacou as deficiências dos modelos tradicionais de atendimento para pessoas com deficiência, expondo-as a maiores riscos de pobreza e exclusão em todo o mundo. Foi manifestada a preocupação de que, em algumas regiões, crianças e adolescentes com deficiência estavam desproporcionalmente representados em instalações institucionais, onde muitas vezes experimentavam violações de direitos, abusos e outras formas de violência. Os palestrantes observaram que, quando a deficiência se cruza com outros fatores, como gênero, idade ou etnia, as desvantagens podem aumentar a pobreza e a vulnerabilidade.

Alguns oradores disseram que não sentiam que era apropriado passar de uma abordagem médica para uma abordagem de direitos humanos em relação a questões de deficiência, uma vez que a prestação de apoio a pessoas com deficiência estava geralmente associada ao grau de seus problemas de saúde. Havia a necessidade de rever o léxico existente, onde as contribuições vinham principalmente de países ocidentais e organizações não-governamentais.

## **Relatórios**

O Conselho tem perante si o [relatório](#) do Relator Especial para os Direitos das Pessoas com Deficiência (A/HRC/52/32), Gerard Quinn, sobre a **transformação dos serviços para as pessoas com deficiência**, e sobre as suas visitas à [União Europeia](#) (A/HRC/52/32/Add.1) e à [Jordânia](#) (A/HRC/52/32/Add.2).

## **Apresentação de Relatórios**

GERARD QUINN, *Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência*, apresentando um relatório temático sobre a transformação dos serviços para as pessoas com deficiência e relatórios sobre as missões que ele realizou à União Europeia e à Jordânia, disse que o relatório temático deste ano se destina a informar e expandir a imaginação política coletiva quando se trata da implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Havia uma necessidade de mudar para uma nova filosofia de serviços e apoio – uma que colocasse água azul clara entre ela e o modelo estático de bem-estar de meados do século XX. O objetivo final não era mais simplesmente fornecer uma rede de segurança material que permitisse que as pessoas vivessem à margem da sociedade. Em vez disso, o objetivo final era proteger a personalidade e a inclusão social.

O relatório pesquisou as muitas ferramentas políticas inovadoras agora à disposição dos governos para permitir que eles remodelem o mercado para garantir que ele fosse calibrado para avançar e não impedir a implementação da Convenção. Igualmente promissoras foram as medidas tomadas por vários governos a favor de "estratégias positivas de acumulação de

riqueza" para contornar o fenômeno comum, de modo a que as pessoas com deficiência fossem obrigadas a empobrecer-se para serem elegíveis para programas sociais. O relatório também afirmou como o uso de inteligência artificial poderia avançar significativamente a personalização de serviços, mesmo em – ou talvez especialmente em – países de baixa renda. Sobre o papel do setor privado, o relatório disse que o objetivo era tentar animar o setor privado (e todos os matizes internos) a se ver como parte do ecossistema mais amplo para alcançar direitos ao lado de seus outros objetivos. Importantes redes de provedores de serviços em todo o mundo adotaram totalmente essa virada para as empresas e os direitos humanos no contexto da Convenção. Essa jornada de transformação não ficaria sem alguns dilemas políticos agudos para os formuladores de políticas. A personalização também não impediu questões de equidade, especialmente entre diferentes coortes de pessoas com deficiência.

O sistema mais amplo das Nações Unidas em breve revisaria o futuro da economia do cuidado em geral. Tinha de ser entendido que, tal como aplicado às pessoas com deficiência, "cuidado" significava e só podia significar uma abordagem sustentada e coerente com a filosofia subjacente da Convenção – honrar a personalidade e alcançar a inclusão.

Na sua visita à União Europeia, visitou a sede da União Europeia, em Bruxelas, e ficou impressionado com o empenho e o trabalho das muitas instituições e do pessoal com que se reuniu para implementar os direitos das pessoas com deficiência. Como única organização regional a ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a União Europeia desenvolveu uma base jurídica e política sólida para a ação em matéria de deficiência, que foi complementada por recursos financeiros significativos. É evidente que os valores e princípios subjacentes à Convenção tinham enraizado raízes profundas nas instituições da União Europeia. A mais recente Estratégia Europeia para a Deficiência (2021-2030), bem como os esforços para integrar as perspectivas da deficiência em todos os domínios políticos, constituíram excelentes passos na direção certa. Estes desenvolvimentos positivos foram um pouco prejudicados pela falta de uma abordagem coerente no que se refere à utilização dos fundos da União Europeia para fazer avançar a aplicação da Convenção, especialmente no domínio da vida independente.

Em sua visita à Jordânia, o Relator Especial disse que a Jordânia era um defensor de longa data dos direitos das pessoas com deficiência e um dos primeiros signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Seu compromisso com a questão fez da Jordânia um líder no avanço dos direitos das pessoas com deficiência não apenas regionalmente, mas também globalmente, como demonstrado pelo copatrocinio da terceira Cúpula Global de Deficiência em 2024. Ele parabenizou o governo por sua extensa e contínua reforma legislativa para harmonizar a legislação nacional com os compromissos estabelecidos na Convenção, bem como por estabelecer uma arquitetura institucional robusta para tornar os direitos das pessoas com deficiência uma realidade. O mais importante, disse ele, foi a ação para combater o estigma e mudar o paradigma cultural em torno da deficiência. Os sérios desafios enfrentados pelos refugiados com deficiência para atender às suas necessidades básicas foram outra lição fundamental da visita.

**6. Conselho Continua o Diálogo Interativo com o Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência.** <https://www.ohchr.org/en/news/2023/03/human-rights-council-holds-annual-debate-rights-persons-disabilities-focusing-support?sub-site=HRC>

O Conselho de Direitos Humanos realizou esta tarde seu debate interativo anual sobre os direitos das pessoas com deficiência, com foco em sistemas de apoio para garantir a inclusão comunitária de pessoas com deficiência, inclusive como um meio de melhorar o avanço após a

pandemia de COVID-19. Prosseguiu igualmente o seu diálogo interativo com o Relator Especial para a liberdade de religião ou de crença.

Nada Al-Nashif, Alta Comissária Adjunta das Nações Unidas para os Direitos Humanos, disse que os sistemas de apoio são uma questão fundamental de direitos humanos para as pessoas com deficiência, inclusive no contexto da realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, os sistemas de cuidados atuais eram ineficazes, baseados em um sistema de valores que negava agência, escolha e controle sobre o apoio que as pessoas com deficiência recebiam. Os impactos catastróficos da resposta à pandemia de COVID-19 nas pessoas com deficiência destacaram a necessidade de uma mudança de paradigma nos sistemas de cuidados. Havia uma necessidade urgente de transformação dos serviços, o fortalecimento de marcos regulatórios baseados em direitos humanos e a fundamentação de modelos de negócios nos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo a economia social. Os Estados devem se envolver ativamente na preparação do próximo relatório mandatado pelo Escritório do Alto Comissariado, que se concentrará nas boas práticas nos sistemas de apoio.

Gerard Quinn, Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, moderador da discussão, disse que este ano marcou o septuagésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que continha a interoperabilidade entre os direitos econômicos, sociais e culturais e os direitos civis e políticos: o apoio era essencial para todos, em particular aqueles com deficiência, a fim de construir pontes para a comunidade e ter uma vida digna. A comunidade internacional estava no início de um novo tipo de paradigma no desenvolvimento, prestação e monitoramento de serviços no futuro. Os governos tiveram muitas oportunidades de levar as coisas adiante para garantir que todos, incluindo o mundo dos negócios, fizessem sua parte como parceiros para a mudança.

Natalia Gherardi, diretora executiva da Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero, disse que é preciso haver um modelo de desenvolvimento que inclua a perspectiva dos direitos das pessoas com deficiência, a violência familiar e institucional exposta e a falta de políticas públicas, e coloque a igualdade de gênero no centro. Uma abordagem de direitos humanos foi essencial para articular essas diferentes perspectivas para que o apoio e o cuidado pudessem ser prestados em igualdade de condições. O Compromisso de Buenos Aires, adotado em novembro de 2022, reconheceu o cuidado como um direito humano e instou os Estados Partes a adotarem marcos regulatórios para estabelecer políticas e sistemas abrangentes baseados na igualdade, universalidade e corresponsabilidade social e de gênero, envolvendo todos os setores da sociedade. Este documento foi um marco em termos de inclusão de uma abordagem da deficiência.

Rose Achayo Obol, presidente do Conselho de Administração da União Nacional de Mulheres com Deficiência de Uganda, disse que os sistemas de apoio e cuidados são necessários para que as pessoas com deficiência vivam de forma independente em suas comunidades e são essenciais para a participação plena, ativa e significativa das pessoas com deficiência na sociedade. Todos os Estados devem repensar e reformular os sistemas de apoio e cuidados para garantir que as pessoas com deficiência não continuem a ser marginalizadas, caindo na pobreza e na exclusão, enfrentando violência, exploração e abuso, vivendo em isolamento ou sendo institucionalizadas.

Alison Barkoff, administradora interina e secretária adjunta de Envelhecimento, Administração para a Vida Comunitária, Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos

Estados Unidos, disse que a COVID-19 destacou globalmente a fragilidade – e a necessidade de investir e transformar – o que muitas vezes foi chamado de "infraestrutura de cuidados". Os governos devem apoiar os cuidadores familiares por meio de programas como apoio ao cuidador, descanso e licença familiar, além de programas que forneçam serviços formais e apoio a pessoas com deficiência e idosos. Os governos, por si só, não poderiam resolver esse problema. Empresas, filantropia e organizações de defesa tinham papéis importantes a desempenhar.

Na discussão interativa, alguns oradores disseram que a reforma era necessária para que as pessoas com deficiência pudessem participar da sociedade em um espírito de igualdade e tolerância. A pandemia de COVID-19 revelou desigualdades de gênero e econômicas decorrentes da organização de modelos tradicionais de atenção e destacou a necessidade de investimento em sistemas de saúde e assistência social sensíveis ao gênero e inclusivos para pessoas com deficiência, e apoio complementar específico às pessoas com deficiência e suas redes de apoio. Esta questão foi, portanto, muito oportuna, uma vez que visava sensibilizar para a necessidade de reforçar os sistemas de apoio às pessoas com deficiência, a fim de garantir a sua inclusão nas comunidades e a plena realização dos seus direitos humanos. Os Estados devem tomar medidas resolutas na reformulação dos sistemas de cuidados tradicionais de uma forma dinâmica e inclusiva em termos de gênero.

## Os três anos da pandemia de Covid-19: prevenção e projeção dos anos que virão

*Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

### Assédio, mudanças e promessas na OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) demitiu o diretor regional da organização para o Pacífico Ocidental, Takeshi Kasai, após comprovação das denúncias de dezenas de funcionários de comportamento racista, xenofóbico, abusivo e antiético.

Documentos e gravações mostraram que Kasai fez comentários racistas para sua equipe e culpou o aumento do COVID-19 em alguns países do Pacífico por sua “falta de capacidade devido à sua cultura, raça e nível socioeconômico inferior”. Vários funcionários da OMS disseram que ele compartilhou indevidamente informações sensíveis sobre vacinas COVID para ajudar o Japão.

O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou por e-mail aos funcionários da repartição dizendo que a nomeação do Dr. Takeshi Kasai estava “encerrada” após uma investigação interna que encontrou “achados de má conduta”.

É a primeira vez na história da OMS que um diretor regional foi demitido. E nas palavras do Diretor Geral “Esta tem sido uma jornada sem precedentes e desafiadora para todos nós”.

A decisão de demitir Kasai é a primeira tomada após uma série de investigações de alto nível contra vários altos funcionários da OMS.

Alegações de acobertamento gerencial de casos de exploração sexual, abuso e assédio envolvendo dezenas de mulheres congoleesas durante a resposta ao Ebola 2018-2020 da agência na República Democrática do Congo. Mais recentemente, o caso de assédio sexual que ocorreu durante o World Health Summit em Berlin, outubro de 2022, segue sob investigação. À época, a médica britânica Rosie James, relatou através de seu twitter o abuso sofrido durante uma das confraternizações do evento por um membro de alto escalão da organização.

Kasai, por outro lado, foi acusado de conduta abusiva e racismo – mas não de má conduta sexual. De acordo com fontes próximas ao Escritório Regional do Pacífico Ocidental, quatro das seis acusações originais contra ele foram confirmadas por uma investigação formal da OMS – levando à votação na semana passada no Comitê Regional da WPRO. A remoção de Kasai foi duramente contestada pelo Japão - que reuniu 11 votos contra sua remoção contra 13 que votaram a favor.

O processo de eleição de um novo diretor regional para o Pacífico Ocidental começa no próximo mês. A Dra Zsuzsanna Jakab atuará como diretora regional interina até que um sucessor seja eleito e tome posse, provavelmente em fevereiro do próximo ano.

A eleição ocorrerá em reunião fechada do Comitê Regional em outubro de 2023, e a indicação seguirá para aprovação do Conselho Executivo. Isso segue o processo e prazo padrão, ou seja, 5 anos após a última eleição de um Diretor Regional para o Pacífico Ocidental.

Ironicamente, o Dr. Temo Waqanivalu, um alto funcionário da OMS de Fiji, que era cotado como substituto de Kasai, foi o membro da equipe da OMS que está em investigação pelo assédio da jovem colega do Reino Unido, Dra. Rosie James. As investigações sobre o caso estão em andamento há mais de cinco meses.

Já o caso das mais de 100 mulheres que acusaram os trabalhadores humanitários do Ebola da Organização Mundial da Saúde e das principais ONGs de exploração e abuso sexual na República Democrática do Congo, vem se desdobrando desde a denúncia em 2020. Algumas dessas mulheres, a quem foi prometido apoio em 2021, receberam pagamentos únicos de \$ 250 - o equivalente aproximado a dois dias de diárias para funcionários da ONU. O New Humanitarian e a Thomson Reuters Foundation [descobriram o escândalo pela primeira vez em 2020](#), publicando uma segunda investigação em 2021. A reportagem levou a OMS a nomear uma comissão independente, que confirmou em 2021 que trabalhadores da OMS atraíram mulheres para esquemas de sexo por trabalho. Várias outras agências da ONU e organizações de ajuda também foram nomeadas por elas, incluindo UNICEF, Oxfam, Médicos Sem Fronteiras, World Vision, ALIMA, Organização Internacional para Migração, dentre outros.

Embora a comissão independente tenha recomendado em seu relatório que “reparações” sejam feitas às vítimas, a OMS disse que as regras da ONU proíbem tais pagamentos. As investigações sobre o abuso ainda estão em andamento.

Após o escândalo, a OMS criou o fundo de assistência aos sobreviventes. Até fevereiro de 2023, a OMS disse que cerca de US\$ 350.000 do fundo foram transferidos para organizações na República Democrática do Congo e que estava considerando a extensão de alguns contratos relacionados às operações de apoio lá. O orçamento global da OMS para a prevenção da exploração, abuso e assédio sexual é de US\$ 50 milhões, de acordo com Gaya Gamhewage, nomeada em 2021 para liderar a prevenção de abuso sexual da OMS..

Os demais detalhes sobre esse escândalo podem ser lidos neste levantamento do [Health Policy watch](#).

#### **Balanços do INB 4**

Depois de uma semana de negociações para a construção do futuro acordo pandêmico proposto no órgão de negociação intergovernamental (INB, pela sigla em Inglês) criado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), os Estados membros retomarão as discussões de 3 a 6 de abril.

As discussões tiveram como base o [rascunho zero](#) (ZD) elaborado pelo Bureau do INB após uma série de reuniões e audiências públicas ao longo de 2022 sobre o conteúdo do documento destinado a orientar e proteger o mundo na próxima pandemia.

Durante a sessão de encerramento, vários delegados expressaram a esperança de que seria possível para o Secretariado desenvolver um primeiro rascunho do acordo após a reunião de abril, mas o INB acabou optando por não se comprometer com isso.

O início das discussões sobre uma linguagem concreta para o acordo pandêmico da OMS pode enviar um sinal claro de que os países querem trabalhar juntos para um futuro mais seguro e saudável. A copresidente do INB, Dra Precious Matsoso, descreveu a reunião como uma etapa crítica para garantir que não se repitam os erros da resposta à pandemia do COVID-19, inclusive no compartilhamento de vacinas que salvam vidas, fornecimento de informações e desenvolvimento de capacidades locais.

No entanto, pôde-se perceber diversos tensionamentos entre as posições dos países durante a sessão fechada do INB4. A partir do segundo dia da reunião, iniciou-se o chamado Grupo de redação (drafting group), onde estava permitida a presença somente dos delegados dos Estados membros. Inicialmente foi feita uma apresentação com o objetivo de esclarecer aos

Estados membros as fontes e referências utilizadas para a elaboração do ZD. Cabe destacar que diversos artigos foram baseados em artigos da Convenção Quadro de Controle do Tabaco, do Regulamento Sanitário Internacional, da Constituição da OMS, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Carta da ONU, do Acordo de Paris, além de outras resoluções da OMS, de intervenções do INB3, do rascunho conceitual zero (CZD), entre outros.

Depois dessa apresentação foi aberta uma rodada para que os países fizessem seus questionamentos sobre o ZD, artigo por artigo. De forma geral, os delegados questionaram sobre a responsabilidade dos Estados membros, o papel da OMS, o funcionamento dos diversos mecanismos propostos em tempos não pandemias, e assim por diante.

Em um segundo momento, iniciou-se a revisão de cada artigo com propostas de inclusão e exclusão por parte dos Estados membros. Foi possível chegar até o ponto 10 do Artigo 4 do ZD, pulando o preâmbulo, e pretende-se continuar deste ponto no INB5.

Observou-se grande discórdia em alguns temas específicos, como a criação de uma rede global de cadeia de suprimentos previsível e logística, um sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (“PABS System”), além da questão de propriedade intelectual como barreira de acesso, transparência, e o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR).

CBDR é um princípio orientador no regime internacional de mudanças climáticas, e funcionaria como base normativa para definir responsabilidades diferenciadas entre os estados para enfrentar ameaças à saúde pública. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 1992 formalizou, pela primeira vez, este o compromisso essencial entre o Norte e o Sul globais, em que os países desenvolvidos concordaram em assumir obrigações mais elevadas para combater os desafios ambientais. Neste sentido, a adaptação do princípio CBDR ao regime internacional de saúde tem o potencial de reforçar a governança global da saúde, fortalecer a preparação e resposta global à pandemia por meio da cooperação e solidariedade internacional e proteger o mundo de futuras pandemias.

Por um lado, os países desenvolvidos defendem que CBDR é contra o princípio de universalidade e que dividiria os países. Porém, os países em desenvolvimento, defendem que aqueles com mais capacidades devem agir para garantir que todos tenham as mesmas condições de resposta a uma futura pandemia. Neste sentido, o delegado do Brasil enfatizou que os países em desenvolvimento não estavam buscando pegar carona em futuras pandemias, mas sim um reconhecimento da importância de um tratamento diferenciado de acordo com as capacidades de cada país, como foi feito na implementação do Acordo TRIPS por exemplo. O representante do Brasil foi além, afirmando ser cegueira dizer que CBDR dividiria os países, e lembrando que o que dividiu os países durante a pandemia de Covid-19 foi a falta de equidade, transparência e solidariedade.

Por fim, acordou-se a necessidade de se aprofundar alguns temas em sessões informativas antes do INB5, que será realizado na primeira semana de abril. Neste sentido, o Bureau prevê que sejam realizados 3 encontros com a participação de todos os atores relevantes:

#### 1. 17 de março

Tema 1: Artigo 6. Rede global de cadeia de suprimentos previsível e logística

Tema 2: Artigo 18. Saúde Única e o Quadripartite

2. 20 de março

Tema: Artigo 7. Acesso à tecnologia: promoção da produção sustentável e equitativamente distribuída e transferência de tecnologia e know-how

3. 22 de março

Tema: Artigo 10. Sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios da OMS, com o Quadro de Preparação para Pandemia de Influenza como exemplo

### **Os três anos da pandemia de Covid-19**

Era 11 de março de 2020 e a pandemia de Covid-19 era declarada. Apesar dos muitos estudos e projeções do que seria a infecção, os últimos anos provaram que o mundo não estava preparado para tamanho impacto. Foram muitos os avanços científicos, o foco em pautas de Saúde Global aumentou, mas ainda assim não é o suficiente.

O retorno a uma nova normalidade de vida é sentido ao redor do mundo, mas ainda assim a OMS afirma não ser possível a declaração do fim da pandemia. Globalmente, de acordo com os [dados mais atualizados na plataforma da OMS](#), até 7 de março de 2023, foram 759.408.703 casos confirmados de Covid-19, incluindo 6.866.434 mortes, relatadas à OMS. Até a data mencionada, um total de 13.231.697.778 doses de vacina foram administradas.

Concatenado pela People 's Vaccine Alliance, cerca de 200 autoridades globais anunciaram o plano "Never Again". A carta aberta clama que os líderes mundiais para “nunca mais” permitam que as empresas farmacêuticas escolham lucros em vez de salvar vidas.

A carta, publicada no terceiro aniversário da declaração de pandemia da OMS em 11 de março, atribuiu milhões de mortes evitáveis aos monopólios privados resultantes de patentes sobre formulações de vacinas e ao desejo das empresas farmacêuticas de obter lucros extraordinários sobre as necessidades da humanidade. Entre os assinantes estão Ban Ki-Moon e Fernando Henrique Cardoso.

Pontua-se que o mundo está em um momento crítico. As decisões tomadas agora determinarão como o mundo se prepara e responde a futuras crises globais de saúde. Os líderes mundiais devem refletir sobre os erros cometidos na resposta à pandemia do COVID-19 para que nunca se repitam.

O [Documento](#) traz críticas duras às grandes indústrias farmacêuticas. O enriquecimento às custas de aumento de preços e centralização de vendas no Norte Global, enquanto se recusavam a compartilhar tecnologia e conhecimento com pesquisadores e produtores competentes no Sul Global. Em vez de lançar vacinas, testes e tratamentos com base na necessidade, as empresas farmacêuticas maximizaram seus lucros vendendo doses primeiro para os países mais ricos.

Assim, clama-se que nunca mais a vida das pessoas nos países ricos seja priorizada sobre a vida das pessoas no Sul Global. Nunca mais a ciência financiada publicamente fique presa a monopólios privados. Nunca mais o desejo de uma empresa de obter lucros extraordinários venha antes das necessidades da humanidade.

Propõe-se quatro medidas para tanto:

1. Apoiar um Acordo Pandêmico na OMS que incorpore equidade e direitos humanos na preparação e resposta à pandemia. Para tanto, deve comprometer os governos a renunciar

automaticamente às regras relevantes de propriedade intelectual e garantir o compartilhamento de tecnologia e conhecimento médico quando ocorrer uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

2. Investir em inovação científica e capacidade de produção no Sul Global por meio de projetos como o Centro de Transferência de Tecnologia mRNA estabelecido pela OMS e parceiros. Governos, empresas e instituições internacionais devem fornecer apoio político, financeiro e técnico a essas iniciativas para maximizar a produção e o abastecimento para todos

3. Investir em bens comuns globais. O financiamento público teve papel fundamental no enfrentamento à Covid-19, mas as inovações médicas financiadas publicamente devem ser usadas para maximizar o benefício público, não os lucros privados. Eles não devem ser bloqueados por patentes. Todos os governos devem investir mais em pesquisa e desenvolvimento públicos e estabelecer requisitos rígidos para que as tecnologias médicas com financiamento público desenvolvidas a partir desse investimento sejam acessíveis a todos, em todos os lugares.

4. Remover as barreiras de propriedade intelectual que impedem o compartilhamento de conhecimento e tecnologia. Os estados-membros, dentro das discussões na Organização Mundial do Comércio (OMC), demoraram muito e fizeram muito pouco para lidar com essa barreira para as vacinas COVID-19. Os membros da OMC devem aprovar uma isenção de propriedade intelectual para vacinas relacionadas ao COVID-19 e estender essa decisão para cobrir os testes e tratamentos do COVID-19. Isso melhoraria drasticamente o acesso a todos esses produtos que salvam vidas. Países em desenvolvimento devem exercer seus direitos de usar todas as flexibilidades do acordo TRIPS para proteger a saúde pública.

Essas ações devem ser prioritárias para o G20 e G7, neste momento histórico da liderança do Sul Global com a Presidência do G20 passando da Indonésia para a Índia, e depois para o Brasil e a África do Sul.

A concepção de tempo nos últimos três anos mudou. São diversos os conflitos políticos e sociais. São diversas as modificações na comunidade global. Muitos avanços, muitos entraves. Ainda assim, o que permanece é o fato de a Covid-19 ter exasperado as iniquidades.

## **Acompanhamento na mídia e da produção bibliográfica sobre as negociações do acordo de pandemias da OMS (CA+) e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional**

***Leandro Luiz Viegas***

A resposta dos Estados e das organizações internacionais à pandemia de covid-19 revelou os limites, falhas e lacunas na governança global da saúde, em particular nos mecanismos globais de prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública. Para responder ao chamado da comunidade internacional para o fortalecimento da capacidade global de enfrentamento a futuras pandemias, os Estados membros da OMS, reunidos na Assembleia Mundial da Saúde (AMS) extraordinária de dezembro de 2021, decidiram dar início às negociações de uma convenção, um tratado ou um instrumento internacional sobre preparação, resposta e pandemias, para o qual foi constituído o Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN ou INB, em inglês), com o objetivo é propor e negociar a linguagem do novo acordo. Mais tarde, decidiu-se, também, constituir um Grupo de Trabalho para revisar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005) e propor eventuais edições ao texto, de modo a fortalecer as capacidades da OMS e de seus Estados membros em enfrentar emergências de saúde pública da abrangência global.

Para monitorar as atividades do OIN e produzir subsídios para as sessões de negociação do OIN e do GT de revisão do RSI (2005), um conjunto de especialistas coordenados pelo Centro de Relações Internacionais (CRIS) da Fiocruz e pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) decidiu criar o Grupo de Trabalho sobre o Acordo de Pandemias e Revisão do RSI (2005). Em funcionamento desde agosto de 2022, o GT reúne especialistas em saúde pública, saúde global, direito, relações internacionais e áreas relacionadas ao debate sobre a reforma da arquitetura global da saúde. No núcleo de coordenação do GT, o Secretariado Executivo é responsável pela convocação de reuniões, distribuição de documentos, materiais informativos e literatura especializada, e monitoramento da produção midiática e acadêmica relevante.

Para manter o mais alto nível de informação dos membros do GT e de interessados nas atividades do grupo e nas negociações em curso, a Secretaria Executiva prepara regularmente publicações de conteúdos monitorados em diversas plataformas, como artigos de opinião, documentos de negociação, análise de conjuntura e produções próprias do GT (como Notas Técnicas). Disponibilizadas na aba “Atualizações” do site do Grupo ([saudeglobal.org](http://saudeglobal.org)), essas publicações buscam situar os desdobramentos de ambas as negociações a partir da perspectiva de negociadores, representantes da sociedade civil ou especialistas em diversos campos. Este artigo apresenta um compilado das publicações realizadas desde o início de 2023:

### **Implementação do Acordo Pandêmico: especialista propõe garantias de cumprimento dos elementos vinculantes**

*13 de março de 2023*

Editorial do periódico *Health Policy Watch* apresenta entrevista com Layth Hanbali, especialista em governança global da saúde, que propõe a criação de uma série de garantias para que o acordo de pandemias venha a ser implementado em sua plenitude, sobretudo os elementos vinculantes do instrumento internacional. A íntegra do editorial pode ser acessada [aqui](#).

De acordo com o especialista, o desafio está não apenas em assegurar que os países se responsabilizem pelas obrigações às quais venham a aderir após a aprovação do acordo. Seria preciso, também, viabilizar mecanismos de monitoramento do cumprimento dessas obrigações pelos Estados, tais como a instalação de um comitê independente, a publicação de revisões por atores não-estatais e a criação de instâncias tais como o Conselho de Ameaças à Saúde Global das Nações Unidas, proposto pelo Relatório do Comitê Independente de Especialistas, de 2021.

### Próxima reunião do GT discutirá emendas ao Regulamento Sanitário Internacional – 22 de março, 14h

10 de março de 2023

A IV Reunião do Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI, que ocorrerá no dia 22 de março de 2022, quarta-feira, 14h-16h, será dedicada à **Reforma do Regulamento Sanitário Internacional: atual estágio das negociações e desafios**, e será transmitida pelo youtube em três idiomas: português, espanhol e inglês (ver links abaixo).

A reunião contará com a participação de **Clare Wenham**, Professora da London School of Economics e Relatora do Comitê de Revisão sobre as Emendas ao RSI OMS<sup>10</sup>; e **Márcio Garcia**, Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do MS Brasil. Serão debatedores: **Eduardo Hage Carmo**, Pesquisador da Fiocruz/Brasília, Consultor ad hoc da OMS, e **Deisy Ventura**, IRI-FSP/USP, com moderação de **Leandro Viegas**, Secretário Executivo do GT.

Links para acesso:

Espanhol – <https://youtube.com/live/cwATENSOGsU?feature=share>

Inglês – <https://youtube.com/live/Z8xOTX-Y3h4?feature=share>

Português – <https://youtube.com/live/5Ug2fzqj1LA?feature=share>

**GT ACORDO SOBRE PANDEMIAS E REFORMA DO RSI**

**4ª reunião**  
**REFORMA DO REGULAMENTO SANITÁRIO INTERNACIONAL: ATUAL ESTÁGIO DAS NEGOCIAÇÕES E DESAFIOS**  
22 de março de 2022, quarta-feira, 14h-16h

**CONVIDADOS**

**Clare Wenham**  
Professora da London School of Economics, Relatora do Comitê de Revisão sobre as Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional

**Márcio Garcia**  
Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (DEMSP/SVSA)

**DEBATEDORES**

**Eduardo Hage Carmo**  
Pesquisador da Fiocruz/Brasília, Consultor ad hoc da OMS

**Deisy Ventura**  
(IRI-FSP/USP)

**MEDIAÇÃO**

**Leandro Viegas**  
Secretário Executivo do GT

**TRANSMISSÕES SIMULTÂNEAS EM INGLÊS, ESPANHOL E PORTUGUÊS**  
Links na descrição

Organização:  
OMS, Fiocruz, USP, IRI-FSP/USP

<sup>10</sup> [https://apps.who.int/gb/wgih/pdf\\_files/wgih2/A\\_WGIHR2\\_5-en.pdf?sfvrsn=4b549603\\_12](https://apps.who.int/gb/wgih/pdf_files/wgih2/A_WGIHR2_5-en.pdf?sfvrsn=4b549603_12)

#### **INB 4: Primeiro rascunho do acordo pode ser aprovado em abril de 2023**

*06 de março de 2023*

Em artigo publicado no periódico Health Policy Watch, Kerry Cullinam afirma que representantes dos Estados membros presentes ao final da 4ª reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (OIN, ou *INB*, em inglês) da Organização Mundial da Saúde (OMS) concluíram ser possível que o Bureau do OIN elabore um primeiro rascunho do acordo depois do próximo encontro, previsto para 3 a 6 de abril de 2023. O OIN, entretanto, decidiu não se comprometer formalmente com essa perspectiva. A íntegra do artigo encontra-se [aqui](#).

De acordo com Cullinam, o início das discussões de linguagem concreta para o acordo sobre pandemias da OMS é um sinal claro de que os países desejam colaborar para um futuro mais saudável e mais seguro, no qual estejamos mais bem preparados, capazes de prevenir futuras ameaças e de responder a elas de forma mais efetiva e igualitária.

O Bureau do OIN vai organizar reuniões intersessionais informais entre as reuniões do Órgão, e um relatório de progresso sobre o acordo será levado ao conhecimento da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) em maio deste ano, enquanto a versão final do acordo deverá ser apreciada pela 77ª AMS, em 2024. Não menos importante será a realização da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, prevista para o dia 20 de setembro de 2023.

A OMS registrou em uma declaração à imprensa sua visão positiva quanto ao avanço do processo negociador e a preocupação de que o trabalho do OIN e as negociações de revisão do Regulamento Sanitário Internacional – RSI (2005) estejam alinhados. A revisão do RSI deverá ser, também, finalizada até maio de 2024, na 77ª AMS.

A declaração à imprensa completa encontra-se [aqui](#).

#### **Reforma do RSI (2005): especialistas avaliam propostas do relatório do Comitê de Revisão**

*02 de março de 2023*

Artigo de K. M. Gopakumar and Nithin Ramakrishnan, da Third World Network Beard, avalia que o Comitê de Revisão para a Reforma do Regulamento Sanitário Internacional – RSI (2005) falhou em aportar recomendações significativas ao instrumento. De acordo com os especialistas, o relatório *status quo* ao manter o RSI (2005) como um documento altamente focado no compartilhamento de informações sobre potenciais surtos de emergências de saúde em detrimento de demandas por maior equidade no Regulamento. A íntegra do artigo encontra-se [aqui](#).

Gopakumar e Ramakshinan argumentam que a demanda por maior equidade no RSI (2005) estava explícita nos termos de referência que originaram o Comitê, mas foram temporizadas pelos especialistas que o compõem ao decidirem apresentar uma série de “comentários” às propostas dos Estados Membros e não proverem “recomendações técnicas” sobre os debates. Além disso, posições expostas pelos representantes governamentais foram avaliadas como “desnecessárias” pelo Comitê, sem se oferecer ao menos a oportunidade de esclarecimento antes da publicação do relatório.

A íntegra do relatório do Comitê de Revisão do RSI (2005) pode ser acessada [aqui](#).

## **“Rascunho zero”: GT lança nota técnica como subsídio para próximas etapas das negociações**

24 de fevereiro de 2023

O Grupo de Trabalho (GT) Acordo sobre Pandemias e a Reforma do Regulamento Sanitário Internacional (2005) lançou, nesta sexta-feira, 24 de fevereiro de 2023, sua 3ª nota técnica, preparada para subsidiar as próximas etapas das negociações no âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN, ou *INB*, em inglês). A nota técnica foi preparada a partir dos comentários e sugestões dos membros do GT ao “rascunho zero” (*zero draft*, em inglês) consolidado pelo Secretariado da Organização Mundial da Saúde (OMS) após a 3ª Reunião do OIN, que terá novo encontro para negociação a partir do próximo dia 27 de fevereiro. Além de especialistas, docentes, gestores e ativistas, ela contou com a participação de seis doutorandos do PPG em Saúde Global e Sustentabilidade da USP, além de pós-graduandos do IRI/USP.

A nota técnica buscou analisar criticamente o “rascunho zero” do novo acordo internacional sobre pandemias (*WHO CA+*). Além de oferecer informações básicas sobre a negociação, contém onze seções que abordam: a persistente indefinição sobre a natureza jurídica do instrumento; questões relacionadas ao Preâmbulo; a definição de pandemia e o novo mecanismo de declaração proposto no *CA+*; a necessidade de ampliação da definição de vigilância; os limites do novo dispositivo sobre direitos humanos; a estrutura institucional; os mecanismos de controle e *accountability*; questões relacionadas à propriedade intelectual; a proposta da criação de uma Força Global de Emergência em Saúde Pública; as referências ao tema da resistência aos antimicrobianos (RAM); e questões relacionadas à participação de atores não estatais.

Ao final, a nota apresenta uma síntese das conclusões de forma propositiva de modo a contribuir para que o caráter retórico e diversas imprecisões e lacunas possam ser superados, garantindo avanços efetivos na resposta global às pandemias.

A íntegra da NT pode ser acessada [aqui](#).

Os documentos de trabalho da próxima reunião do OIN (*INB-4*, em inglês), incluindo o “rascunho zero” consolidado pelo Secretariado da OMS, encontram-se disponíveis no seguinte [link](#).

## **“Zoonotic spillover”: sociedade civil avalia que “rascunho zero” negligencia a prevenção de pandemias**

23 de fevereiro de 2023

Artigo de Kerry Cullinan, publicado no periódico Health Policy Watch, apresenta as principais preocupações de diversas organizações da sociedade civil com relação à componente de prevenção no texto do “rascunho zero” do acordo da OMS sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. Para essas entidades, seria necessário tratar dos fatores sociais, ambientais e alimentares que levam à dispersão de patógenos de populações animais para comunidade humanas. Esses fatores envolvem desde o desflorestamento, que levam populações animais tais como morcegos (que carregam um amplo espectro de patógenos mortais) a se mudarem para habitats humanos, até o tráfico e o comércio de animais silvestres, passando pela produção industrial, venda e abate de espécies de animais selvagens. O artigo na íntegra pode ser acessado [aqui](#).

Para solucionar o problema, em reunião de *stakeholders* no último dia 14 de fevereiro, conduzida pelo Secretariado da OMS, representantes da sociedade civil sugeriram a identificação e a priorização de ações de prevenção de dispersão zoonótica, baseada em uma regulação reforçada sobre os mercados e sobre as cadeias de comercialização internacionais e domésticas de animais selvagens; e a expansão da lista de emergência do risco de patógenos que inclua não apenas o desflorestamento, mas também a perda, a fragmentação e a detração de ecossistemas e o fortalecimento da força de trabalho em saúde animal, entre outras medidas.

Para a sociedade civil, o “rascunho zero” carece de linguagem que obrigue os Estados a tomar medidas que assegurem a equidade, entre as quais que os governos invistam em pesquisa e desenvolvimento e no fortalecimento das capacidades de produção de tecnologias voltadas a pandemias. Outros sugerem ser importante que o financiamento público seja condicionado ao compartilhamento de tecnologias, de conhecimentos e de direitos de propriedade intelectual como desenvolvedores e produtores do Sul Global.

### **Reforma do RSI (2005): Comitê de Revisão apresenta relatório com propostas de emendas**

*15 de fevereiro de 2023*

O Comitê de Revisão relativo às Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) apresentou ao Secretariado da Organização Mundial da Saúde (OMS) relatório contendo propostas de emendas ao RSI (2005). Ao longo de sua última reunião, de meados de janeiro de 2023, o Comitê de Revisão analisou as cerca de 300 propostas de edição ao documento apresentadas até dezembro de 2022, que se concentravam, em sua maioria, sobre melhorias no *accountability* e no *compliance* ao Regulamento. O relatório do Comitê de Revisão encontra-se disponível em nossa [página](#) sobre a Reforma do RSI (2005).

As emendas apresentadas refletem a necessidade crítica de fortalecer o RSI (2005) para melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a eventos de saúde pública que representem risco de disseminação internacional. O Comitê de Revisão identificou temas transversais nas propostas de emendas, tais como a equidade, a transparência, a confiabilidade, a soberania, a colaboração e a assistência, todos envolvidos com o objetivo mais abrangente de proteger a saúde pública.

O relatório do Comitê de Revisão foi submetido à apreciação do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao RSI, que, após levar ao conhecimento do Diretor-Geral da OMS, deverá ser encaminhado aos Estados Membros até 4 meses antes da Assembleia Mundial da Saúde de 2024.

### **O “rascunho zero” e seu impacto sobre a preparação e a resposta às pandemias**

*09 de fevereiro de 2023*

Artigo de Smriti Mallapaty, publicado na revista “Nature”, em 07 de fevereiro, destaca os principais avanços contidos no “rascunho zero”, documento de trabalho publicado pelo Secretariado da OMS como resultado da última sessão do Órgão Intergovernamental de Negociação (INB). Mallapaty aponta que, apesar de ambiciosa ao propor regras para mais equidade no acesso a vacinas, medicamentos e diagnósticos, a proposta de tratado não possui os “dentes” que confeririam ao documento a força necessária para garantir uma resposta mais adequada durante a próxima pandemia. A íntegra do artigo pode ser acessada [aqui](#).

O artigo sinaliza que o “rascunho zero” incorporou temas sensíveis, tais como a aplicação de “waivers” de direitos de propriedade intelectual; a criação de uma rede global para o fornecimento e distribuição de ingredientes para a produção de medicamentos; o fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento de vacinas e tratamentos; e o compartilhamento de know-how. No entanto, a linguagem aprovada até o momento, que inclui termos como “encorajar” ou “promover”, tende a diluir a intenção das partes do tratado em se comprometerem a aplicar as regras acordadas. Segundo Mallapaty, as próximas etapas das negociações serão cruciais para reforçar a confiança entre os Estados, mudar comportamentos e estabelecer normas internacionais de solidariedade.

### **Zero draft WHO CA+: OMS publica texto resultante da 3ª reunião do INB e base para as próximas negociações do grupo**

*01 de fevereiro de 2023*

O Secretariado da Organização Mundial da Saúde (OMS) acaba de tornar público o documento resultante da 3ª reunião do Órgão Negociar Intergovernamental (INB), realizada em dezembro de 2022, cujo conteúdo servirá de base para a próxima rodada de negociações do grupo, cujo início está previsto para o próximo dia 27 de fevereiro de 2023. A íntegra do chamado “Zero Draft WHO CA+” pode ser acessado [aqui](#).

A versão publicizada pelo Secretariado da OMS contém incrementos nas seções relativas à propriedade intelectual, transparência, repartição de benefícios e equidade. O GT Acordo sobre Pandemias e a Reforma do RSI circulará, em breve, consulta aos seus membros para receber comentários e sugestões ao Zero Draft que, uma vez consolidadas, possam subsidiar de forma construtiva a participação do Brasil e de outras partes interessadas na próxima reunião do INB.

### **Reforma do RSI (2005): países em desenvolvimento buscam assegurar equidade nas propostas de emenda ao texto do Regulamento**

*13 de janeiro de 2023*

Artigo de Nithin Ramakrishnan and K. M. Gopakumar, publicado pela Third World Network Berhard, apresenta crítica ao processo negociador de reforma do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e aponta o esforço de países em desenvolvimento para que as propostas de emendas tenham um foco no aspecto de equidade quando da preparação e da resposta a emergências.

O artigo completo pode ser acessado [aqui](#).

Os autores contrapõem as posições países desenvolvidos, centradas eminentemente em garantir obrigações de compartilhamento de informações e em promover uma agenda de securitização, e as propostas de países em desenvolvimento, que vislumbram o escopo, os princípios, a formação de capacidades para a vigilância, como o fortalecimento de sistemas de saúde, o acesso equitativo a tecnologias, produtos e know-how relacionados à saúde. As propostas do Sul Global buscam, ainda, garantir a assistência financeira internacional, a regulação de medidas unilaterais e a ação de atores não-estatais, sempre com um foco na equidade.

A 6ª e última reunião do Comitê de Revisão sobre Emendas ao RSI (2005) está sendo realizada esta semana, na sede da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra. De

acordo com a decisão [WHA75\(9\)](#), de maio de 2022, o Comitê deverá apresentar os resultados de suas deliberações à 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em 2024. O discurso de abertura da reunião proferido pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, pode ser acessado [aqui](#).

### **Conselho de Alto Nível para Emergências Sanitárias Globais: OMS propõe a criação de instância para coordenação de respostas rápidas, coordenadas e sustentáveis**

10 de janeiro 2023

Matéria de Kerry Cullinam no site Health Policy Watch apresenta a proposta circulada na primeira semana de janeiro de 2023 pelo Secretariado da Organização Mundial da Saúde (OMS) referente à criação de um Conselho de Alto Nível para Emergências Sanitárias Globais, a qual será debatida durante a 152ª sessão do Conselho Executivo (EB) da Organização, entre os próximos dias 30 de janeiro e 07 de fevereiro, em Genebra.

Leia a íntegra da matéria [aqui](#).

De acordo com Cullinam, a proposta da OMS desdobra-se em 10 pontos temáticos, dentre os quais se destacam a promoção da adesão dos Estados membros a instrumentos internacionais de saúde global, como o Regulamento Sanitário Internacional (2005), e a promoção da coordenação entre os diversos atores-chave globais na resposta a emergências sanitárias de abrangência global. Além disso, sugere-se a expansão dos fundos disponíveis para viabilizar uma resposta emergencial rápida e sustentável e a centralidade da OMS na arquitetura global de saúde como ponto de inflexão no enfrentamento de emergências sanitárias globais.

O documento (EB152/12) circulado pelo Secretariado da OMS encontra-se disponível [aqui](#).

A íntegra da documentação referente à 152ª sessão do EB/OMS pode ser acessada no seguinte [link](#).

## Plásticos e saúde global: um problema atual, pouco abordado e fora de controle

*Guto Galvão e Danielly Magalhães*

A poluição é mais silenciosa das três crises planetárias, são muitas as substâncias que estamos expostos todos os dias e que acumulamos em nossos corpos desde o ventre de nossa mãe. Para muitas dessas substâncias já foram determinados os efeitos adversos na saúde, muitas foram banidas, outras se estabeleceram limites de concentração de exposição e outras ainda sabemos muito pouco, nesse último, enquadramos a poluição por plásticos. Os plásticos são atualmente o produto com menor tempo de utilização e maior risco para o ambiente, devido à sua persistência e difícil degradação. A dimensão desses efeitos na saúde humana, ainda que pouco conhecida, pode estar à altura da crise climática.

A poluição por plásticos é um problema transfronteiriço e intersetorial que não pode ser resolvido apenas por meio de iniciativas nacionais ou regionais, daí a importância da criação de um acordo multilateral global. Em março do ano passado, na ocasião da UNEA 5.2, 193 membros aprovaram o ambicioso instrumento juridicamente vinculante para controle da poluição de plásticos. A proposta final deve ser apresentada em 2024 e visa acabar com os plásticos de uso único e alavancar o desenvolvimento de tecnologias para o “uso circular” de plásticos, investindo na reciclagem, bem como o gerenciamento desde o uso até os oceanos. A Resolução propõe que o PNUMA estabeleça um Comitê Intergovernamental de Negociação (INC) com o mandato de preparar um novo acordo global para combater a poluição de plásticos juridicamente vinculativo que faça parte do direito internacional.

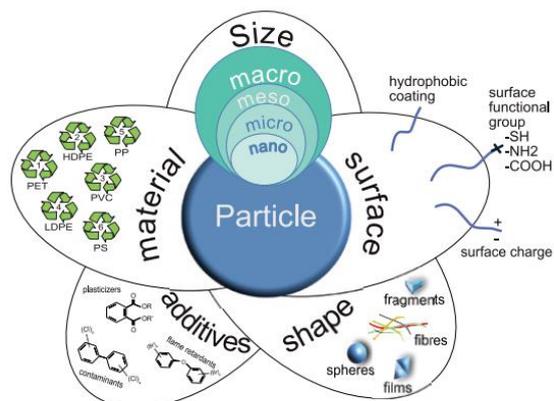
A OCDE publicou em fevereiro de 2022 o relatório *Global Plastics Outlook: economic drivers, environmental impacts and policy options* que aponta que a geração global de resíduos plásticos mais que dobrou de 2000 a 2019, de 156 milhões de toneladas para 353 milhões de toneladas anuais. Quase dois terços dos resíduos plásticos vêm de plásticos com vida útil inferior a cinco anos, sendo 40% provenientes de embalagens, 12% de bens de consumo e 11% de roupas e têxteis. Com relação à produção, o relatório destaca que 90% dos plásticos são provenientes da "produção e conversão de combustíveis fósseis – ou seja, o plano global também irá contribuir para o controle das mudanças climáticas. A produção de novos plásticos é mais viável economicamente do que a reciclagem, apenas 9% dos resíduos plásticos são reciclados. Há a necessidade de baratear e investir em tecnologias de reciclagem. Dos resíduos restantes, 50% vão para aterros sanitários e 19% são incinerados e contribuíram com 3,4% das emissões globais de efeito estufa em 2019. Veja abaixo o ciclo de vida dos plásticos.



**Figura 1 – Ciclo de vida dos Plásticos. Fonte: [IUCN](#)**

Uma vez disposto no ambiente, o plástico se degrada constantemente, aumentando continuamente a concentração de micro e nanoplásticos durante décadas. São reconhecidos 10 tipos diferentes de tamanhos de partículas de plástico entre macro, meso, micro e

nanoplásticos. A composição também é diversa, incluindo material, forma, superfície de reação e centenas de aditivos como mostra a figura abaixo.



**Figura 2 – Atributos dos plásticos a serem considerados na avaliação de exposição e risco.**

Fonte: [WHO, 2022](#)

Por toda essa complexidade em sua composição, os efeitos diretos dos plásticos na saúde humana ainda são desconhecidos devido a falta de sistematização das evidências. Alguns plásticos possuem em sua composição compostos que desregulam o sistema endócrino, como o pvc. Nanoplásticos já são encontrados em todas as partes, no solo, na água, no ar, nos alimentos e faz parte de muitos dos nossos utensílios domésticos e até mesmo das roupas. Já se encontra na água de consumo humano, inclusive em água engarrafada. Também foi encontrado recentemente no sangue e no leite materno. No entanto, a complexidade de tamanho de partícula e mistura dos plásticos dificulta a geração de evidência toxicológica e epidemiológica.

A OMS adverte que embora os dados científicos sejam insuficientes para inferir efeitos na saúde, os plásticos não devem ser considerados seguros para a saúde humana e seu uso e produção devem ser reduzidos e reavaliados. Concluem por exemplo que, apesar da falta estudos que corroborem entre si, as propriedades físico-químicas das partículas de plástico inaladas, como tamanho, forma e densidade, influenciam sua potencial deposição nas regiões alveolares dos pulmões, onde sua biopersistência pode ter efeitos adversos como asma e outros transtornos respiratórios. Pesquisas até o momento sugere que os efeitos potenciais para a saúde da exposição a plásticos incluem irritação respiratória, dispnéia, diminuição da capacidade pulmonar, tosse, obesidade, aumento da produção de catarro, doenças e problemas cardiovasculares, asma e câncer. Além disso, os plásticos têm um impacto significativo na saúde planetária, contribuindo para a poluição do ar, da água e do solo, para a perda da biodiversidade e seus efeitos na segurança alimentar, além dos serviços ecossistêmicos provenientes das espécies ameaçadas.

Existem várias referências importantes sobre o tema dos plásticos e saúde, algumas delas são<sup>11</sup>:

- Relatório de 2022 da OMS sobre Exposição dietética e inalatória a partículas nano e micro plásticas e potenciais implicações para a saúde humana

<sup>11</sup> Dietary and inhalation exposure to nano- and microplastic particles and potential implications for human health. Geneva: World Health Organization; 2022. disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240054608>

- Estudo de 2022 sobre a acumulação global de resíduos de plástico e os impactos multifacetados do plástico na saúde biológica em uma perspectiva de Saúde Única.
- Revisão da literatura sobre plásticos e saúde publicada na revista The Lancet Planetary Health em 2019. A revisão destacou os principais produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos e seus efeitos na saúde humana, além de discutir as principais fonte
- Estudo publicado na revista Environmental Science & Technology em 2018 que examinou os efeitos da exposição a produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos na saúde humana.
- O estudo feito em 2019 por um consorcio de instituições intitulado Plástico e Saúde: Os Custos Ocultos de um Planeta Plástico
- O painel online da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) de 2023 sobre plásticos.
- A comissão Mindereroo - Monaco sobre Plásticos e Saúde Humana que deve divulgar as descobertas e recomendações em março de 2023 durante a Semana do Oceano de Mônaco e publicar o relatório completo da Comissão nos Annals of Global Health.

Essas referências fornecem informações importantes sobre os impactos dos plásticos na saúde humana e no meio ambiente, bem como as medidas necessárias para reduzir a poluição plástica e proteger a saúde pública. Com a degradação constante dos plásticos no ambiente, estudos epidemiológicos mais robustos devem ser encorajados pelo setor saúde para conhecimento dos efeitos potenciais e possibilidades de prevenção de exposição.

Ainda que tenham existidos vários esforços de estudar o problema, incluindo alguns mais recentes que encontraram associações específicas e com plausibilidade biológica de efeitos á saúde, existem várias perguntas de pesquisa relevantes que deveriam ser exploradas como:

1. Quais são os produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos que podem afetar a saúde humana?
2. Qual é a extensão da exposição humana aos produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos?
3. Quais são os impactos na saúde humana associados à exposição a produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos?
4. Como reduzir a exposição humana aos produtos químicos tóxicos presentes nos plásticos?
5. Quais são as melhores práticas para reduzir o impacto dos plásticos na saúde planetária?

Os resultados de estudos sobre os impactos dos plásticos na saúde são importantes para proteger a saúde humana e preservar o meio ambiente. É fundamental entender como eles podem afetar a saúde humana a longo prazo e quais medidas podem ser tomadas para

---

Morrison M, Trevisan R, Ranasinghe P, Merrill GB, Santos J, Hong A, Edward WC, Jayasundara N and Somarelli JA (2022) A growing crisis for One Health: Impacts of plastic pollution across layers of biological function. *Front. Mar. Sci.* 9:980705. doi: 10.3389/fmars.2022.980705

Akdogan Z, Guven B. Microplastics in the environment: A critical review of current understanding and identification of future research needs. *Environ Pollut.* 2019 Nov;254(Pt A):113011. doi: 10.1016/j.envpol.2019.113011

Geyer R, Jambeck JR, Law KL. Production, use, and fate of all plastics ever made. *Sci Adv.* 2017 Jul 19;3(7):e1700782. doi: 10.1126/sciadv.1700782

Landrigan PJ, Raps H, Symeonides C, Chiles T, Cropper M, Enck J, Hahn ME, Hixson R, Kumar P, Mustapha A, Park Y, Spring M, Stegeman J, Thompson R, Wang Z, Wolff M, Yousuf A, Dunlop S. Announcing the Mindereroo - Monaco Commission on Plastics and Human Health. *Ann Glob Health.* 2022 Aug 25;88(1):73. doi: 10.5334/aogh.3916

minimizar esses riscos. Além disso, a pesquisa pode ajudar a informar políticas e regulamentações que incentivem a produção e utilização mais sustentáveis de plásticos.

TOXICITY CODE:  LOW  HIGH							
Polymer Name	POLYETHYLENE TEREPHTHALATE	HIGH-DENSITY POLYETHYLENE	POLYVINYL CHLORIDE	LOW-DENSITY POLYETHYLENE	POLYPROPYLENE	POLYSTYRENE	All other plastics, including acrylic, fiberglass, nylon, polycarbonate, and polyactic acid (a bioplastic)
Resin Identification Code							
Abbreviation	PET or PETE	HDPE	PVC	LDPE	PP	PS	OTHER
Recyclable?	Commonly Recycled	Commonly Recycled	Sometimes Recycled	Sometimes Recycled	Occasionally Recycled	Commonly Recycled (but difficult to do)	Difficult to Recycle
Percentage Recycled Annually	 36%	 30-35%	<1% gauge" data-bbox="415 292 465 326"/> <1%	 6%	 3%	 34%	 Low
How Long to Decompose Under Perfect Conditions	5-10 Years	100 Years	Never	500-1,000 Years	20-30 Years	50 Years	Majority of these plastics: never Polyactic acid: 6 months
Maximum Temperature	 70°C (158°F)	 120°C (248°F)	 70°C (158°F)	 80°C (176°F)	 135°C (275°F)	 90°C (194°F)	Polycarbonate: 135°C (275°F) Polyactic acid: 150°C (302°F)
Brittleness Temperature	 -40°C (-40°F)	 -100°C (-148°F)	 -30°C (-22°F)	 -100°C (-148°F)	 0°C (32°F)	 -20°C (-4°F)	Polycarbonate: -135°C (-211°F) Polyactic acid: 60°C (140°F)
Toxicity Level							
Most Commonly Leached Toxin(s)	Antimony Oxide, Bromine, Diazomethane, Lead Oxide, Nickel Ethylene Oxide, and Benzene	Chromium Oxide, Benzoyl Peroxide, Hexane, and Cyclohexane	Benzene, Carbon Tetrachloride, 1,2-Dichloroethane, Phthalates, Ethylene Oxide, Lead Chromate, Methyl Acrylate, Methanol, Phthalic Anhydride, Tetrahydrofuran, and Tribasic Lead Sulfate, Mercury, Cadmium, Bisphenol A (BPA)	Benzene, Chromium Oxide, Cumene Hydroperoxide, And Tert-butyl Hydroperoxide	Methanol, 2,6-di-tert-Butyl-4-Methyl Phenol, and Nickel Dibutyl Dithiocarbamate	Styrene, Ethylbenzene, Benzene, Ethylene, Carbon Tetrachloride, Polyvinyl Alcohol, Antimony Oxide, and Tert-butyl Hydroperoxide, Benzoquinone	BPA, BPS, as well as all other toxins mentioned

Figura 3 - Os Sete tipos de plásticos, sua reciclagem, ciclo de vida e características físico-químicas e toxicológicas. Fonte: [Alan's Factory Outlet](#)

A saúde planetária também considera as questões sociais e nesse sentido sabemos que a poluição causada pelos plásticos é particularmente acentuada em comunidades pobres e marginalizadas que muitas vezes enfrentam altos níveis de exposição à poluição plástica, já que muitas indústrias que produzem e descartam grandes quantidades de plástico estão localizadas em áreas pobres e de minorias étnicas. Além disso, muitas vezes as pessoas nessas comunidades são obrigadas a trabalhar em empregos mal remunerados e perigosos, que os expõem ainda mais à poluição plástica.

Para combater as inequidades na poluição plástica e seus efeitos na saúde, é importante tomar medidas para reduzir a produção e o consumo de plástico, bem como promover práticas sustentáveis de gerenciamento de resíduos. Além disso, é importante lutar contra a desigualdade socioeconômica e o racismo ambiental que contribuem para a concentração de poluição plástica em comunidades pobres e marginalizadas.

Ainda que pareça um tema distante da prática da saúde pública devemos alertar que existem ações concretas que as autoridades de saúde podem fazer principalmente na sensibilização da população sobre os riscos à saúde associados à exposição aos produtos químicos presentes nos plásticos e à contaminação ambiental. Eles também podem desenvolver políticas públicas para reduzir o consumo e o descarte de plásticos, incluindo o estabelecimento

de leis e regulamentos que restrinjam o uso de plásticos descartáveis, incentivem a reciclagem e promovam a adoção de alternativas sustentáveis. Além disso, os ministérios da saúde podem apoiar pesquisas sobre a relação entre a exposição a plásticos e a saúde humana, bem como investir em tecnologias para o monitoramento da poluição por plásticos e a mitigação dos impactos na saúde.



Figura 4 – Produtos onde os tipos de plásticos podem ser encontrados suas principais propriedades e risco para a saúde (continua). Fonte: [Alan's Factory Outlet](#)

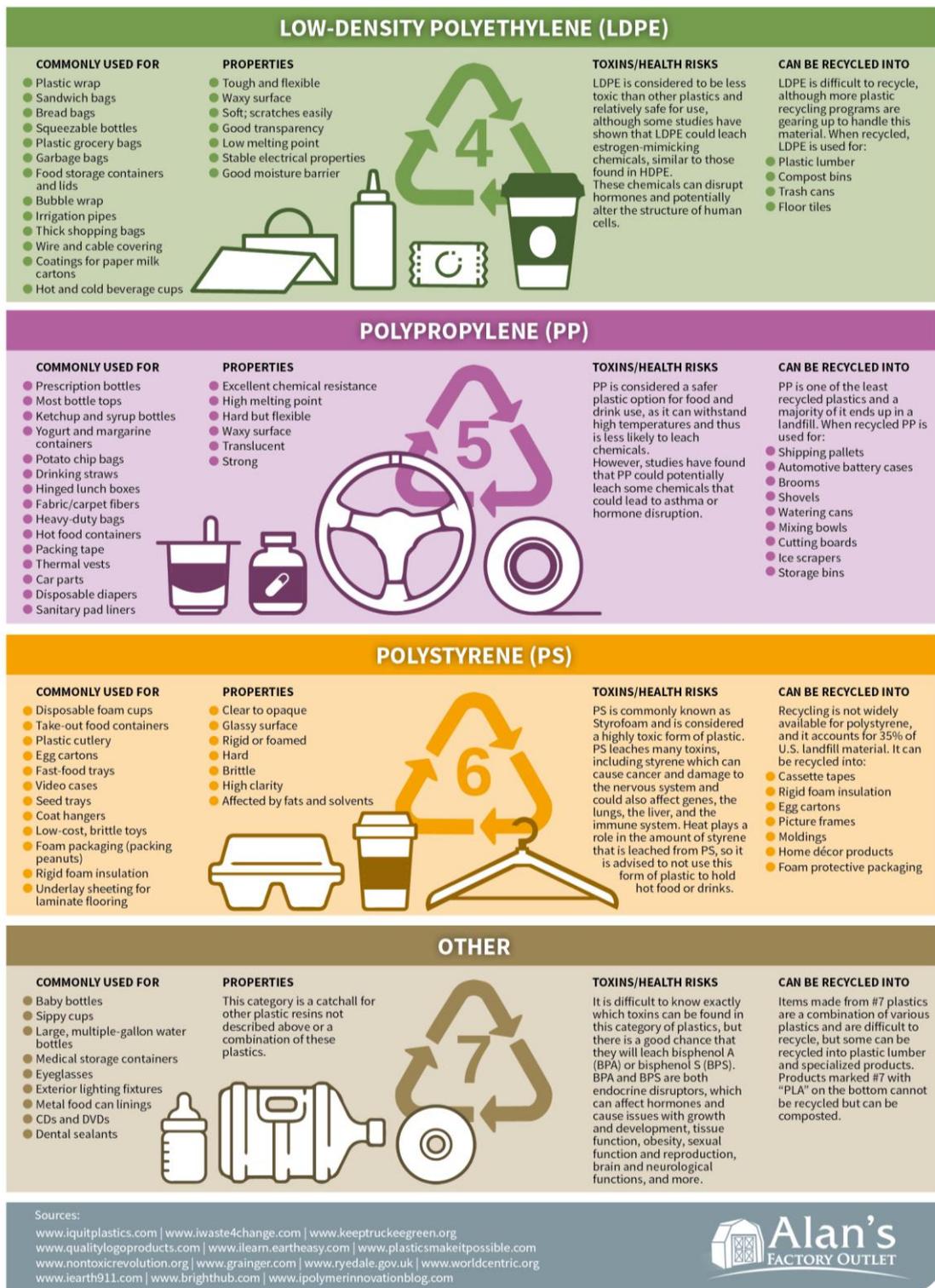


Figura 4 – Continuação. Produtos onde os tipos de plásticos podem ser encontrados suas principais propriedades e risco para a saúde. Fonte: [Alan's Factory Outlet](http://Alan's Factory Outlet)

As academias também têm um papel importante a desempenhar na questão dos plásticos. Os pesquisadores podem conduzir estudos para avaliar os efeitos dos plásticos na saúde humana e no meio ambiente, bem como desenvolver alternativas sustentáveis ao plástico e novas tecnologias de economia circular. As academias também podem educar o público sobre

os riscos associados à exposição a plásticos e a importância da redução do consumo e descarte adequado.

#### **Quarta reunião do processo intersessional do SAICM pós 2020**

A estrutura SAICM<sup>12</sup> é revisada a cada cinco anos, a última edição do SAICM expirou em 2020. Um processo intersessional (IP), adiado pela pandemia do COVID-19, busca chegar a um acordo sobre uma nova estrutura sobre produtos químicos e resíduos que orientará os esforços globais nos próximos anos.

A quarta sessão do IP, que começou em agosto de 2022, foi retomada em Nairóbi, Quênia, de 27 de fevereiro a 3 de março de 2023. Aproximadamente 500 delegados compareceram, representando governos, organizações intergovernamentais, indústria, organizações da sociedade civil e grupos especiais, incluindo crianças e jovens .

Na ocasião, os delegados trabalharam arduamente para elaborar metas ambiciosas para o novo instrumento e determinar quais questões deveriam ser objeto de projetos de resolução a serem adotados na Quinta Conferência Internacional sobre Gerenciamento de Produtos Químicos (ICCM5) em Bonn, Alemanha, em setembro de 2023. Isso inclui propostas para uma nova aliança sobre pesticidas ou negociações sobre um código internacional de conduta sobre produtos químicos.

Várias propostas formais foram apresentadas, entre as quais destacamos:

- O IOMC<sup>13</sup> apresentou três propostas, a segunda proposta do IOMC ( SAICM/IP.4/CRP.5 ) pedia que o instrumento Beyond 2020 incluísse três “programas de implementação” em:
  - desenvolver sistemas nacionais integrados de gestão de produtos químicos e capacidades em todos os países e regiões;
  - integração de produtos químicos sólidos e gestão de resíduos em setores econômicos e cadeias de valor com uso intensivo de produtos químicos; e
  - integrando produtos químicos sólidos e gerenciamento de resíduos dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável e processos de decisão.
- A OMS apresentou uma proposta ( SAICM/IP.4/CRP.8 ) em conjunto com Bósnia e Herzegovina e Canadá, para usar o roteiro de produtos químicos da OMS para orientar, aprimorar e facilitar a implementação do SAICM para além de 2020, e adicionar um parágrafo sobre isso no novo instrumento.
- A OMS também apresentou uma proposta ( SAICM/IP.4/CRP.13 ) sobre uma meta simplificada que exige que todos os países tenham acesso a centros toxicológicos equipados com recursos essenciais para prevenir e responder a envenenamentos.

---

<sup>12</sup> SAICM significa Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos. É um quadro político adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 que visa promover a boa gestão dos produtos químicos ao longo do seu ciclo de vida, desde a produção até à eliminação, minimizando seus efeitos adversos na saúde humana e no meio ambiente, promovendo o uso de produtos químicos mais seguros e a redução de produtos químicos perigosos. O SAICM tem o objetivo de cobrir produtos químicos que os acordos ambientais multilaterais existentes (MEAs) não abordam.

<sup>13</sup> O IOMC (Inter-Organization Program for the Sound Management of Chemicals) reúne nove organizações intergovernamentais ativamente envolvidas na segurança química. O IOMC foi criado em 1995, seguindo as recomendações feitas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e, em particular, aquelas do Capítulo 19 da Agenda 21 sobre produtos químicos tóxicos.

Ao final, as principais partes exigiram mais trabalho antes do novo Instrumento ser submetido ao ICCM5; portanto, a Repartição, em consulta com as partes interessadas relevantes, decidiu suspender o IP novamente e se reunir novamente dois dias antes do início do ICCM5, na esperança de produzir avanços no Documento Consolidado IP. O draft do documento preliminar consolidado pode ser encontrado [aqui](#).

### **18ª Reunião do Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM) para Perdas e Danos**

De 28 de fevereiro a 03 de Março ocorreu na cidade de Makati, Manila, Filipinas, a 18ª Reunião do Comitê Executivo (ComEx) do Mecanismo Internacional de Varsóvia (MIV) para Perdas e Danos, organizada pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais das Filipinas (DENR) em colaboração com o Quadro das Nações Unidas Convenção sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

O Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Prejuízos e Danos (WIM ComEx) <sup>14</sup> é um órgão subsidiário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) criado em 2013 durante a 19ª Conferência das Partes (COP) em Varsóvia, Polônia. O WIM ComEx é composto por 10 membros, com cinco membros de países desenvolvidos e cinco de países em desenvolvimento.

A ComEx tem como objetivo auxiliar e orientar a implementação do MIV, que foi criado para tratar de prejuízos e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas, principalmente em países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos seus impactos. O mecanismo reconhece que existem limites para as medidas de adaptação e que alguns efeitos adversos das mudanças climáticas podem resultar em danos permanentes ou de longo prazo, perda de vidas e perturbação dos ecossistemas e meios de subsistência.

Durante a reunião, foram discutidos os arranjos de financiamento para lidar com perdas e danos, juntamente com o cumprimento dos mandatos de relatórios do ComEx por meio de um plano de trabalho estratégico de cinco anos. O resumo das decisões podem ser lidas [aqui](#).

O ComEx definiu também suas prioridades para 2023, com foco no desenvolvimento de uma gama de produtos de conhecimento e guias técnicos. Entre elas estão a atividade 8 do TEG-CRM, que explorará os riscos e impactos de perdas e danos, e a atividade 6 do TEG-CRM, que analisará os NAPs dos países em desenvolvimento em relação a perdas e danos. Além disso, há a atividade ASEG a.2, que examinará os tipos de projetos financiados pelo Green Climate Fund, e a atividade NEL 7/TFD atividade 4, que produzirá um guia técnico sobre como lidar com perdas não econômicas no contexto da mobilidade humana.

Outros produtos em andamento incluem um documento técnico atualizado sobre perdas não econômicas, um guia técnico sobre recuo glacial, desertificação e aumento do nível do mar, e as atividades 5 e 6 do TFD, que desenvolverão guias sobre a integração de vínculos entre mobilidade humana e mudança climática nos processos de planejamento nacional e

---

<sup>14</sup> O papel do ComEx é promover coerência e coordenação entre os stakeholders relevantes, fornecer orientação e suporte técnico aos países em desenvolvimento e facilitar a mobilização e fornecimento de recursos financeiros e transferência de tecnologia para abordar prejuízos e danos. O WIM ComEx se reúne duas vezes por ano para revisar o progresso na implementação do mecanismo, fornecer orientação e fazer recomendações para aumentar sua eficácia

acesso a financiamento para evitar, minimizar e abordar os impactos do deslocamento, respectivamente.

Por fim, o ComEx estabeleceu um processo para desenvolver e endossar guias técnicos e produtos de conhecimento, incluindo a possibilidade de grupos de especialistas buscarem orientação adicional do ComEx.

### **Novo Tratado de Alto Mar**

A quinta sessão da Conferência Intergovernamental sobre um instrumento juridicamente vinculativo no âmbito das Nações Unidas para a **Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Biológicos Marinhos da Diversidade de Áreas Além da Jurisdição Nacional** foi retomada em Nova York, de 20 de fevereiro a 3 de março de 2023. Na ocasião foi definido o Novo Tratado de Alto Mar com o objetivo de assegurar a conservação e a sustentabilidade do uso da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional, para o presente e a longo prazo, através da implementação efetiva das disposições da Convenção e maior cooperação e coordenação internacional.

Na última avaliação de espécies marinhas globais, quase 10% foram consideradas em risco de extinção, de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). O Tratado de Alto Mar da ONU coloca os oceanos do mundo em áreas protegidas (incluindo as áreas além das jurisdições nacionais), disponibiliza mais financiamento na conservação marinha e significa novas regras para a mineração no mar que ajudarão a alcançar o objetivo global de proteger 30% dos oceanos do mundo - definido na conferência da ONU sobre biodiversidade do ano passado.

Serão estabelecidas nessas áreas limites para a quantidade de pesca, rotas de navegação e atividades de exploração, como a mineração em águas profundas. Sendo assim, qualquer atividade futura no fundo do mar e nessas áreas será sujeita a regulamentos ambientais rigorosos e supervisão para garantir que sejam realizadas de maneira sustentável e responsável. A criação de áreas marinhas protegidas sob o Tratado dos Oceanos é um passo significativo para alcançar o objetivo de proteger a biodiversidade marinha e garantir o uso responsável dos recursos oceânicos.

O último acordo internacional sobre proteção dos oceanos foi assinado há 40 anos, em 1982 - a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Esse acordo estabeleceu uma área chamada alto mar - águas internacionais onde todos os países têm o direito de pescar, navegar e realizar pesquisas - mas apenas 1,2% dessas águas são protegidas. A vida marinha que vive fora das áreas de jurisdição nacional tem sido afetada pelas mudanças climáticas, sobrepesca e tráfego marítimo.

Os países precisarão se reunir novamente para ratificar formalmente o acordo e, então, terão muito trabalho a fazer antes que o tratado possa ser implementado, como a criação de um Comitê Técnico Científico. Esse mecanismo visa atrelar a conservação e uso sustentável de toda a vida do oceano às metas acordadas no novo Global Biodiversity Framework (GBF). Essa sincronização é necessária para evitar ao GBF o fracasso que foram as metas de Aichi.

## Lições da Malásia no enfrentamento da Pandemia de COVID-19

*Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*

Em 2020, durante os primeiros meses de enfrentamento à pandemia de COVID-19, os governos foram forçados tomar decisões rápidas e de alto impacto com informações limitadas, sem saber os *trade-offs* nelas envolvidos e suas consequências na vida e na saúde das pessoas, ou mesmo seu impacto mais amplo na sociedade e na economia. O documento do PNUD intitulado **“O INÍCIO DE UMA PANDEMIA: Avaliações de impacto e respostas políticas na Malásia durante os primeiros meses da COVID-19”** é um compêndio de estudos que buscam descrever o impacto socioeconômico da pandemia na Malásia, os quais serviram de subsídio para o Plano de Resposta Socioeconômica da ONU ao COVID-19 no país. Examina os desafios para as pessoas e comunidades durante o período de *lock down*, algumas políticas implementadas pelo governo do país e faz recomendações sobre políticas para situações de crise. Tem como objetivo fornecer insumos para futuras respostas a possíveis crises sanitárias, acreditando que as primeiras ações são cruciais para a determinação da duração e extensão das epidemias.

A Malásia é um país do sudeste asiático, com 33,5 milhões de habitantes, com uma área total um pouco menor que o estado do Mato Grosso do Sul e de maioria muçulmana. É um país emergente, onde os bons índices de crescimento econômico convivem com grandes desigualdades sociais internas. Examinar dilemas enfrentados por sua população e as políticas desenvolvidas por seus dirigentes podem contribuir para a aprendizagem de outros governos e sociedades de renda média.

O compendio inclui 3 estudos: o primeiro é um estudo de contexto que inclui uma linha do tempo e as políticas de *lock down* no país, assim como os impactos socioeconômicos, na saúde e no ambiente; o segundo é uma avaliação de impacto nos domicílios, feita através de um inquérito online e de contatos telefônicos; e o terceiro se refere ao impacto da pandemia na coesão social. A ideia é que o documento forneça informações sobre comportamentos, mentalidades e escolhas políticas que possam ajudar no processo decisório de autoridades governamentais.

### **Contexto do país e resultados**

O governo da Malásia confirmou seu primeiro caso de COVID-19 em 25 de janeiro de 2020 e sua primeira infecção local em 6 de fevereiro. A primeira onda de infecções por COVID-19 no país aconteceu entre 25 de janeiro e 15 de fevereiro, envolvendo um total de 22 pessoas, doze dos quais tinham um histórico de viagens para outros países afetados.

Entre 27 de fevereiro e 01 de março, ocorreu no país um evento islâmico com duração de 3 dias e um público estimado em 16 mil pessoas. Somente no dia 15 de março foram notificados 180 novos casos da doença. As medidas de quarentena consideradas nesta pesquisa ocorreram em 7 fases, a partir de 18 de março até 31 de agosto de 2020, sendo que, em maio foram iniciadas algumas medidas de relaxamento.

Já em 27 de fevereiro de 2020, o governo lançou o primeiro de seus muitos pacotes de estímulos econômicos com o objetivo de fomentar o crescimento e proteger o emprego. Naquele momento, o pacote era principalmente para ajudar as empresas lidarem com interrupções no comércio com a China, que havia iniciado suas restrições de mobilidade mais cedo. Esta medida foi concebida, principalmente, para amortecer os efeitos negativos

provocados nos setores econômicos mais afetados pela COVID-19, nomeadamente turismo, companhias aéreas, viagens e outras cadeias dependentes do turismo. Posteriormente, foram introduzidos pacotes de estímulos subsequentes para apoiar pessoas e empresas que objetivaram principalmente auxiliar famílias, salvar empregos, reestruturar dívidas, apoiar a continuidade dos negócios e garantir liquidez na economia.

Com relação aos impactos macroeconômicos, constatou-se que, num primeiro momento, a busca pela alta dos rendimentos de investimentos causou uma rápida recuperação dos influxos de capital nos países emergentes e a Malásia foi um dos principais beneficiários dessa tendência. Por outro lado, a China diminuiu sua dependência de fornecedores externos através do aumento da fabricação interna de produtos intermediários. Com diversificação econômica limitada, a Malásia havia permanecido muito dependente de muitos países para compra de *key commodities* na última década, o que prejudicou a indústria nacional. Aproximadamente, 90% das microempresas e empresas informais eram particularmente vulneráveis, não possuindo nenhuma forma de seguro de riscos, enquanto metade das pequenas e médias estavam completamente sem seguro.

Com relação ao mercado de trabalho, observou-se que a taxa de desemprego aumentou de 3,3% em fevereiro para 3,9% em março para um pico de 5,3% em maio (826.100 desempregados). Esta taxa caiu para 4,9% (773.200 desempregados) em junho, uma melhoria de 0,4% em relação ao mês anterior. Dos que estavam desempregados em maio, apenas 37% estavam desempregados há menos de três meses, refletindo a gravidade da crise na demanda de trabalho. No final de março de 2020, quase metade dos trabalhadores autônomos, havia perdido o emprego devido à pandemia. Isso contrasta fortemente com os funcionários do setor privado, dos quais apenas 1,8% relataram ter perdido seus empregos, e metade relatou que eles são capazes de trabalhar de casa. 2 em cada 5 autônomos tiveram sua renda mensal reduzida em mais de 90%, enquanto 7 em cada 10 não tinham renda suficiente ou poupança para durar mais de um mês.

Os impactos socioeconômicos foram medidos nos campos da educação e aprendizagem digital, saúde e meio ambiente. Embora as perdas de receita evidenciadas pelos impactos econômicos tenham afetado inicialmente setores da economia voltados para a exportação, o declínio da renda gerada por esses setores estendeu-se a outros setores da economia, reduzindo o poder de compra e a demanda nacional e causando ainda menos demanda conformando um ciclo vicioso. Nesse contexto, ficou evidente a maior vulnerabilidade dos mais pobres.

O *lock down* fez com que escolas, universidades e outras instituições de ensino necessitassem implantar métodos de aprendizagem on-line. No entanto, sua rápida implantação deu origem a outras questões, como problemas de alfabetização tecnológica e acesso a dispositivos e internet. No início de 2020, 36,9 % não tinham acesso a nenhum dispositivo eletrônico adequado para propósitos de *e-learning*, apenas 6 % dos alunos (cerca de 54.000) tinham acesso a um computador pessoal, 5,7% tinham acesso a *tablets*, 9% tinham acesso a *laptops* e 46% tinham acesso a smartphones.

Com relação ao processo específico de disseminação do vírus da COVID-19, foi observada uma disparada de casos em março após a enorme aglomeração gerada pelo evento religioso, mas a curva de casos começou a cair em abril e depois permaneceu em um nível baixo de junho até agosto. A Malásia conseguiu achatar a curva, mas com um alto custo social e econômico, com a perda da liberdade de movimento e de empregos e rendimentos, e problemas

de saúde mental se tornaram proeminentes, constituindo-se outra prioridade ao lado do tratamento COVID-19.

Adversamente, a pandemia de COVID-19 apresentou benefícios para o meio ambiente. Reduções na atividade econômica durante as restrições de mobilidade levaram a reduções correspondentes na poluição da água e do ar. A pesquisa mostrou um aumento de 26% no número de dias limpos, durante o *lock down* e mais de um quarto das 29 estações automáticas de monitoramento de água em todo o país registrou uma melhoria em tempo real na qualidade da água. Temia-se, no entanto, que os benefícios fossem apenas temporários.

O segundo estudo abordado no documento foi a “Pesquisa Rápida de Impacto Familiar” concluída em meados de 2020, que teve como objetivo de examinar os impactos iniciais da pandemia de COVID-19 na vida das pessoas, considerando padrões de renda e saúde frente aos mecanismos de enfrentamento propostos pelo governo. Para efeitos comparativos, a coleta de dados considerou os períodos antes e durante as restrições de mobilidade, sendo que os dados foram colhidos por uma combinação de inquéritos online e entrevistas telefônicas que atingiram 10 mil entrevistados, com um total de dados utilizáveis de 6.468 famílias.

A pesquisa buscou identificar problemas de saúde mental durante este período, quando foram observados novos comportamentos negativos (não observados antes dos bloqueios do COVID-19) que incluem: aumento tensão dentro das famílias, 647 (10,0 por cento), aumento da depressão ou sintomas de abstinência, 547 (8,5 por cento); aumento dos níveis de sofrimento psicológico entre as crianças nas famílias, 484 (7,5 por cento) e aumento do uso de tabaco e derivados, 457 casos (7,1 por cento). O quadro indicou que interrupções na rotina de vida e estabilidade de renda têm um impacto profundo no estado psicológico dos indivíduos, criando sentimentos de medo, ansiedade, incerteza, solidão, vazio, tensões e outros sofrimentos psicológicos.

Ademais, os resultados revelaram que fatores como tamanho da família, restrições financeiras (não ter suprimento suficiente de comida e outras necessidades para a próxima semana consumo, tendo de continuar a pagar prestações mensais, e média mensal do agregado familiar renda), estão ligadas à presença desses sentimentos e comportamentos negativos.

### **Lições para resposta imediata a crises**

#### **1. Otimizando os Sistemas de Rede de Segurança Social Existentes**

- Expansão dos programas de rede de resposta a choques para fornecer mais ou maiores transferências monetárias de desembolso rápido aos beneficiários existentes em programas de proteção social, que geralmente são os mais pobres da sociedade. No contexto da Malásia existência de um banco de dados consolidado de beneficiários de proteção social melhoraria a auto inscrição para iniciativas de ajuda à crise. Um denominador comum, como uma identificação de registro nacional deve ser usado para reduzir registros múltiplos e garantir que ninguém seja deixado para trás.

- Aumento da cobertura dos programas de rede de proteção existentes para novos beneficiários com base no local (por exemplo, as áreas com os níveis mais altos de transmissão comunitária e/ou perturbações econômicas), ou setor de emprego (por exemplo, turismo, transporte), ou concentrando-se em categorias de risco (por exemplo, famílias com crianças pequenas, problemas de saúde pré-existentes condições e familiares idosos). Também pode

incluir não-pobres, de baixa renda familiar, que provavelmente sofrerão um choque de renda negativo como resultado de instabilidade renda.

- Portabilidade dos benefícios do programa de rede de segurança, para garantir a previsibilidade da cobertura conforme os migrantes urbanos provavelmente retornarão às áreas rurais.

- Os pagamentos de transferência privada (por exemplo, dentro da família alargada) funcionaram como uma forma informal em tempos de crise econômica. Pessoas que ganham uma renda estável normalmente tentam enviar dinheiro regularmente para sustentar seus pais idosos ou parentes carentes, implicando que a solidariedade e a justiça são valores importantes na sociedade malaia. Isso pode ser incentivado ou destacado como uma resposta à crise com o tema 'a caridade começa em casa', e expandido para uma rede maior de parentes e amigos.

- A agricultura rural e os setores pesqueiros tradicionalmente dependem fortemente de suas respectivas sociedades cooperativas para apoio financeiro, social e moral em casos de infortúnio, e puderam desempenhar um papel no fornecimento de proteção financeira das dificuldades do COVID-19. No entanto, atualmente, a adesão a essas cooperativas profissionais entre a comunidade rural é bastante baixa, e muitas famílias foram incapazes de se beneficiarem deste tradicional e eficaz mecanismo de proteção social.

- A pandemia exacerbou ainda mais a questão da falta de proteção para migrantes trabalhadores e a exploração dessa mão de obra por parte de seus empregadores. Assim, questões ligadas aos direitos, bem-estar e a segurança dos trabalhadores migrantes devem ser corrigidas imediatamente. Trabalho atual leis e políticas para garantir os direitos e o bem-estar dos trabalhadores migrantes devem ser fortalecidos, especialmente considerando que as residências e locais de trabalho dos trabalhadores migrantes muitas vezes não conduzem ao distanciamento social, portanto, representam um risco maior de transmissão de vírus.

- Um subsídio salarial de 60-80% dos salários por seis meses focado em micro, pequenos, e médias empresas seriam ideais, mas isso variaria dependendo do tipo e tamanho de cada empresa. Outra opção seria permitir que os funcionários tirassem licença até que a demanda e a produção se recuperem, com condições padrão a serem obrigatoriamente aplicada por todas as empresas que fazem este percurso. Isso garantiria condições justas para os funcionários em troca de segurança no emprego a longo prazo.

## **2. Melhorar a distribuição de transferência de renda**

- Uma revisão dos mecanismos de registro automatizado e canais de comunicação para a ajuda do governo deve ser realizada para melhorar o alcance de grupos mal atendidos como a comunidade rural, trabalhadores informais e jovens trabalhadores. Confusão e a falta de informação sobre a elegibilidade fez com que muitos beneficiários elegíveis perdessem benefícios em programas de assistência em dinheiro.

- Indivíduos registrados como proprietários de empresas na Comissão de Empresas da Malásia (SSM) também devem ser autorizados a solicitar assistência em dinheiro se atenderem os critérios de elegibilidade. Subsídios e empréstimos comerciais destinam-se a garantir continuidade e apoio aos trabalhadores ou cobrir outras despesas. Os tipos de suporte não são automaticamente utilizados para resolver as necessidades de consumo privado do indivíduo ou suas famílias. Um desenho mais universal do que segmentado de pacotes de ajuda para crises minimizaria a carga de comunicação.

- Famílias que trabalham no setor informal ou no setor primário (agricultores, autônomos, pequenos vendedores, trabalhadores autônomos), que ainda não foram registrados no banco de dados de assistência social (seja eKasih ou o Welfare Departamento) e não tinham registro de imposto de renda, foram instadas a se inscrever para serem incluídos na lista de beneficiários do programa de assistência em dinheiro de resposta ao COVID-19 do governo. Devido ao grande número de aplicações e à documentação necessária, o processo foi lento e difícil para os pobres, sem ajuda de amigos e líderes comunitários para ‘conduzir’ este exercício de registro no nível local.

- Uma medida potencialmente útil seria fornecer alívio temporário aos pobres e pessoas vulneráveis na forma de uma renda básica garantida de curto prazo. A cobertura, tamanho e duração dos esquemas temporários de renda básica assumiriam que os custos da crise são generalizados, profundos e potencialmente duradouros. Assim, os valores por beneficiário poderiam ajudar as pessoas a cobrir a conectividade com a Internet para apoiar a educação e trabalhar em casa, compensar os custos associados ao cuidado dos filhos ou ajudar as famílias para evitar o esgotamento dos ativos produtivos. Vários países deram um passo nessa direção, implementando esquemas semelhantes sob nomes diferentes e com diversos métodos para direcionar limites - como o temporário de pleno direito de Tuvalu renda básica, a garantia de renda mínima da Espanha ou a Renda Solidária da Colômbia.

- O acesso a transferências monetárias tem estado amplamente dependente do acesso ao sistema bancário. Aqueles que não têm acesso a serviços bancários físicos também não têm acesso a serviços bancários digitais. Comunidades em locais remotos se beneficiariam de métodos alternativos de entrega de ajuda. Soluções de serviços bancários móveis por SMS e/ou entrega física aprimorada de dinheiro ou outra ajuda preencheria a lacuna de acesso. Fortalecimento e integração social formal das estruturas (por exemplo, chefes de aldeia, Conselhos de Gestão Comunitária da Aldeia e, o Departamento de Desenvolvimento Comunitário) facilitaria soluções locais.

- Longas filas e preocupações com a exposição ao COVID-19 em caixas eletrônicos lotados estão entre as principais causas de dificuldades no acesso à ajuda do governo. Assim, seria benéfico acelerar o uso de pagamentos e transferências eletrônicas (com suporte digital adequado) infraestrutura e conectividade com a Internet para reduzir a dependência de bancos físicos a infraestrutura.

- Deficiências físicas, idade avançada, opções de transporte limitadas e outros desafios de mobilidade foram uma causa significativa de dificuldades no acesso a fundos de assistência em dinheiro. Grupos com desafios de mobilidade devem ser direcionados em esforços para melhorar a alfabetização digital e a aceitação do banco digital. Opções de acessibilidade no banco digital (por exemplo, opções de áudio para deficientes visuais) são importantes para pessoas com deficiência.

### **3. Proteção da Saúde Mental**

- Os efeitos sociais, médicos e psicológicos do período de bloqueio não foram tão amplamente estudados quanto os efeitos econômicos da pandemia, mas a pesquisa junto aos domicílios mostrou uma necessidade substancial de atenção a esses aspectos, especialmente entre os grupos de pessoas mais pobres. As medidas de distanciamento social da COVID-19 tiveram um impacto profundo sobre o bem-estar psicológico e mental dos indivíduos em toda a sociedade, especialmente entre os idosos, pessoas com deficiência, crianças pequenas e doentes crônicos, uma vez que esses grupos não são capazes de transferir as interações sociais

para o espaço virtual. Assim, os familiares e cuidadores precisam ser encorajados a considerar maneiras de incluir esses grupos especiais em conversas e atividades, bem como atividades de vizinhança.

- Aqueles em ocupações mal remuneradas, autônomas ou precárias experimentaram o maior impacto devido à perda de trabalho ou ao fechamento temporário de seus negócios. A pesquisa nos domicílios registrou sentimentos elevados de ansiedade e depressão, com algum medo de ansiedade pós-bloqueio e paranoia, sendo o maior estressor um sentimento abrangente de perda (perda de renda, rotina ou interação social).

- Outros grupos de risco incluem crianças e alunos que passaram por experiências escolares e/ou fechamento de universidades causando perturbações significativas nas rotinas diárias, com fatores como adiamento de exames, expulsão de acomodação e cancelamentos de formatura contribuindo para os problemas. Esses fatores que contribuem para a ansiedade poderiam ter sido diminuídos caso houvesse comunicação clara e padronizada das autoridades sobre como o aprendizado, a avaliação e o progresso educacional devem ser tratados durante a pandemia.

#### **4. Fortalecimento das respostas dos governos estaduais e locais**

- A pandemia de COVID-19 provou que, quando desafiada com regiões cruzadas e diferenciais intersetoriais, processos decisórios rápidos e autônomos são fundamentais para reduzir os impactos negativos. Diferentes estados e localidades devem ser autorizados a adotar medidas próprias com base em diretrizes centrais do nível federal. A pandemia da COVID-19 ultrapassou os limites das relações federal-estaduais, não para mencionar a quantidade de confusão que trouxe ao público. As decisões de certos estados para recusar instruções federais medidas de lockdown são um exemplo, provando que as decisões de governança e gestão devem ser feitas de forma consultiva com governos subnacionais, dentro de condições estabelecidas nacionalmente e um amplo quadro de responsabilidade.

- Isso também significa que cada estado deve ter capacidade de arrecadar ou ter acesso a dados granulares sobre saúde pública, como dados de testes e infecções, o que pode ajudar a garantir que recursos escassos sejam usados com o maior eficiência e eficácia nos esforços de resposta e construção de resiliência.

- Pacotes de estímulo e medidas políticas podem ser adotados para aumentar a capacidade de governos locais e regionais para sustentar setores críticos e regiões geográficas.

- Campanhas de comunicação em nível estadual e local que sejam eficazes e coerentes devem ser priorizados com o objetivo de construir a confiança do público na resposta ao COVID-19, com esforços proativos para remover barreiras em relação à alfabetização, diferenças de linguagem e acesso à tecnologia.

- Recursos financeiros suficientes e capacidade de arrecadação de receita precisam ser garantidos para sustentar serviços públicos críticos (por exemplo, água, saneamento, transporte, educação). Os serviços também devem incluir abrigos para vítimas de violência doméstica e outros serviços de proteção. O governo local deve aumentar continuamente as capacidades para um serviço público equitativo e sistemas de transporte público sensíveis ao gênero.

- Dada a natureza altamente infecciosa do vírus, é necessário introduzir, ativar ou reorientar os órgãos de coordenação multinível existentes para minimizar o risco de uma

resposta à crise fragmentada. Cooperação entre distritos (intra e interestaduais) ajudará a minimizar respostas desconexas e a competição por recursos (por exemplo, fronteira encerramento e reabertura, medidas de contenção, estratégias de saída, trabalhadores migrantes).

- A adoção de uma abordagem “baseada no local” ou territorialmente sensível para medidas de combate a pandemia poderia ser considerada. É fundamental que o processo de empoderamento de autoridades estaduais e locais devem ser facilitadas e aceleradas para respostas direcionadas às pandemias.

- Deve haver uma implantação rápida de um sistema de cuidados de saúde financiado pelo estado e baseado na comunidade. À medida que mais e mais pessoas estão em quarentena em casa ou enfrentam perda de renda devido ao lockdown, a assistência direta às famílias afetadas é crítica. Os serviços de assistência vão desde o envio de alimentos cozidos ou mantimentos até o cuidado de crianças ou idosos, se o cuidador principal da família está hospitalizado devido a COVID.

## **5. Melhorando a Ética da Mídia**

- Deve ser introduzido um código de ética de "tratamento de crise" do jornalismo autorregulador para minimizar a desinformação e o distanciamento cultural entre os grupos. Um código de ética abrangente para jornalistas deve fornecer diretrizes suficientes sobre questões legais e éticas em torno da reportagem da mídia. Em geral, a mídia deve evitar estereótipos de raça, religião, etnia, gênero, idade, geografia ou status social. O código deve incluir uma ampla estrutura sobre ética central para reportagens da mídia, em áreas como neutralidade, assuntos de interesse público, altos padrões de verificação de fatos com diretrizes extensas e específicas para que jornalistas têm algo concreto a que se referir ao conduzir investigações ou escrever relatórios.

- Diretrizes claras sobre como gerenciar relatórios incorretos e sua correção devem ser publicados. Se desinformação for apresentada ao público, a mídia deve ser responsabilizada e emitir outro artigo explicitando o erro cometido no artigo anterior, corrigindo o erro, incluindo um link ou uma referência que leve os leitores ao artigo. Além disso, um pedido de desculpas inequívoco e incondicional aos leitores deve ser publicado. Os ativistas da mídia argumentaram que as correções dos jornais deveriam levar os nomes do escritor e do editor principal que cuidou da história.

- Devem ser estabelecidos altos padrões de abastecimento adequado. Mídia de notícias na Malásia deve ter citações em suas publicações, e devem desenvolver orientações sobre como as citações devem ser escritas e descritas no código (para diferenciar reportagem jornalística de reportagem acadêmica). Um exemplo que poderia ser emulado é The Guardian, um jornal baseado no Reino Unido que geralmente inclui links destacados e embutidos para as fontes originais mencionadas em seus artigos.

- Programas adicionais de capacitação devem ser fornecidos para treinar jornalistas sobre diretrizes para relatórios para aumentar a consciência cultural, ajudar com conflito resolução e facilitar a construção da paz. Os jornalistas devem receber formação em termos de lei de difamação e relatórios éticos. Esse treinamento deve ser ministrado por especialistas na área: os advogados devem realizar cursos sobre a lei de difamação, e os jornalistas devem realizar cursos sobre práticas éticas. Atualmente, não existe tal treinamento.

## 6. Comunicação Política

- Líderes políticos e funcionários que falam com autoridade governamental são capazes influenciar narrativas sociais – assim, há uma responsabilidade maior para eles garantir que a comunicação política seja sempre civilizada e respeitosa. Narrativas que enfatizam a divisão da sociedade podem impactar negativamente a coesão social. Palavras e atitudes podem ser impressas na mente das pessoas e influenciar suas ações. Como tal, todos os esforços devem ser feitos para garantir que a comunicação política seja inclusiva e adequada para os diversos interesses de uma sociedade multirracial. Para minimizar a confusão e divisão devido à falta de comunicação política no início de uma crise, é melhor montar uma equipe de imprensa e comunicação confiável e estabelecer os orçamentos e os canais pelos quais as informações do governo serão disseminadas.

- Alguma forma de orientação ou treinamento deve ser fornecida para orientar os secretários de imprensa e pessoal de comunicação na preparação de planos de comunicação, discursos e declarações políticas particularmente adequadas a uma situação em que o país enfrenta uma crise iminente. Isso garantiria que a consciência cultural fosse refletida e deveria sempre contribuir para a redução do pânico, resolução de conflitos, bem como para a construção da paz. Nos primeiros meses após o início de uma crise, é imperativo que programas adicionais de capacitação devam ser ministrados por especialistas, para treinar secretários de imprensa e equipe de comunicação sobre como se preparar e responder a questões com tato e rapidez.

## Relatório ‘Panorama Laboral da América Latina e Caribe 2023’ (OIT) tenta analisar a pobreza na Região e o “fenômeno dos trabalhadores pobres”

*René Mendes*

### APRESENTAÇÃO

Na terceira rodada de análises do relatório “**Word Employment and Social Outlook: Trends 2023**” (OIT - Genebra) e de seu aprofundamento regional denominado “**Panorama laboral da América Latina e Caribe 2022**” (elaborado pelo Escritório Regional da OIT em Lima, e analisado na edição anterior – Cadernos 2/2023), este artigo prossegue a temática das interfaces entre economia, trabalho e emprego, abordada no relatório global, ao mesmo tempo em que avança e se aprofunda nos estudos de pobreza, em direção ao assim chamado “**fenômeno dos trabalhadores pobres**”. Ou melhor: empobrecidos. A análise deste intrigante tema é feita a partir da versão completa do Relatório em espanhol, que tem 244 páginas<sup>15</sup>.

Com efeito o Relatório **Panorama Laboral 2022** incluiu dois “tópicos especiais”. O primeiro é o “**fenômeno dos trabalhadores pobres**”. Esta parte do relatório realizado pelo Escritório Regional da OIT visa contribuir para a compreensão da relação entre as condições de trabalho e a incidência da pobreza na América Latina. Em particular, analisa-se a incidência da pobreza laboral nos países da região, antes e durante a pandemia de COVID-19. Em seguida, para alguns países em particular, são estudadas com maior profundidade tanto as características individuais (demográficas e de emprego) quanto as famílias onde vivem os trabalhadores pobres, mostra o Relatório) que durante o novo milênio, antes do início da pandemia, a região vivenciou uma queda de 15 pontos percentuais na incidência da pobreza e de 8,5 pontos percentuais na pobreza extrema. Apesar dessa redução significativa, 30,4% da população da região vivia na pobreza em 2019 e 11,4% na pobreza extrema (CEPAL, 2022). Paralelamente, naquele ano, os mercados de trabalho da região apresentaram déficits estruturais, onde um em cada dois ocupados era informal, uma proporção significativa de trabalhadores recebia baixos rendimentos e as disparidades salariais horizontais e verticais eram altas.

Em relação a este já complexo contexto laboral e social, a pandemia da COVID-19 teve impactos laborais, distributivos e de pobreza muito significativos. Além da perda de empregos e horas trabalhadas, a perda do poder de compra da renda do trabalho em decorrência da aceleração da inflação tem dado maior visibilidade ao chamado “**fenômeno dos trabalhadores pobres**”, o que significa que as pessoas podem viver na pobreza mesmo tendo um emprego, mesmo tendo um emprego formal.

A análise geral se concentra em dez países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai), enquanto outras análises mais específicas são realizadas, a título de exemplo, para a Argentina, Brasil e Paraguai. Para estudar o efeito da pandemia de COVID-19, mas também para ter uma visão de longo prazo, são considerados três anos: 2012, 2019 e 2021. Os indicadores são de nível nacional, exceto na Argentina, onde a cobertura da pesquisa de domicílios utilizado é apenas urbano.

---

<sup>15</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_867497.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_867497.pdf)

## METODOLOGIA UTILIZADA PARA MEDIÇÃO DOS TRABALHADORES POBRES NA REGIÃO

Adotou-se no Relatório da OIT a **abordagem da pobreza absoluta**, segundo a qual um agregado familiar é pobre quando o seu rendimento total é inferior ao valor de uma cesta de bens e serviços que permitem satisfazer as necessidades alimentares e não alimentares básicas do agregado familiar.

As linhas de pobreza e a metodologia para estimar a pobreza são as utilizadas regularmente pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). As linhas de pobreza urbana e rural levam em conta o valor em moeda local necessário para comprar uma cesta básica que satisfaça as necessidades nutricionais, bem como para adquirir bens e serviços não alimentícios de forma compatível com o padrão de vida existente em cada país (CEPAL, 2018, p. 19).

Uma vez identificada a situação de pobreza de um domicílio, **todas as pessoas empregadas que vivem em um domicílio pobre são consideradas trabalhadores pobres** (Nolan e Marx, 1999). Assim, a primeira definição de trabalho pobre inclui **todos os trabalhadores que pertencem a uma família pobre, mesmo que sua renda seja alta o suficiente para atender às suas próprias necessidades básicas**.

Uma segunda definição de trabalhador pobre enfatiza as necessidades individuais do trabalhador em comparação com sua própria renda. Eles são chamados de **trabalhadores pobres "individualmente"** para distingui-los dos trabalhadores pobres da primeira definição. **Qualquer trabalhador é considerado pobre se sua renda auferida estiver abaixo da linha de pobreza individual**. Desta forma, os trabalhadores pobres são identificados 'individualmente' independentemente de pertencerem ou não a uma família pobre.

O QUADRO1.1 apresenta uma matriz de dupla entrada que permite visualizar a combinação de ambas as definições e, portanto, os quatro grupos de trabalhadores que daí surgem.

O **Grupo 1** é formado pelos trabalhadores que são individualmente pobres e vivem em domicílios pobres.

O **Grupo 2** é formado pelos trabalhadores que são individualmente pobres e vivem em domicílios fora da pobreza.

O **Grupo 3** é formado por trabalhadores individuais não pobres que pertencem a famílias pobres. Finalmente, o **Grupo 4** inclui trabalhadores não pobres que vivem em domicílios não pobres. Ou seja, na diagonal ambas as definições coincidem, enquanto fora dela encontramos situações opostas, dependendo da definição utilizada.

► Cuadro 1.1 Definiciones I y II de trabajador pobre

		Hogar	
		Pobre	No pobre
Trabajador	Individualmente pobre	Trabajador pobre. Def. I Trabajador pobre. Def. II (Grupo 1)	Trabajador no pobre. Def. I Trabajador pobre. Def. II (Grupo 2)
	Individualmente no pobre	Trabajador pobre. Def. I Trabajador no pobre. Def. II (Grupo 3)	Trabajador no pobre. Def. I Trabajador no pobre. Def. II (Grupo 4)

Fuente: Elaboración propia.

Levando em conta ambas as definições, a seguir são realizadas diferentes análises dos trabalhadores pobres nos países selecionados. Em primeiro lugar, estuda-se a composição e a incidência específica da **‘pobreza laboral’**, levando em consideração tanto as características familiares dos trabalhadores pobres quanto suas características individuais.

A segunda análise caracteriza os trabalhadores pobres de acordo com as **características do emprego** com foco na **informalidade do trabalho** e nas **horas trabalhadas**.

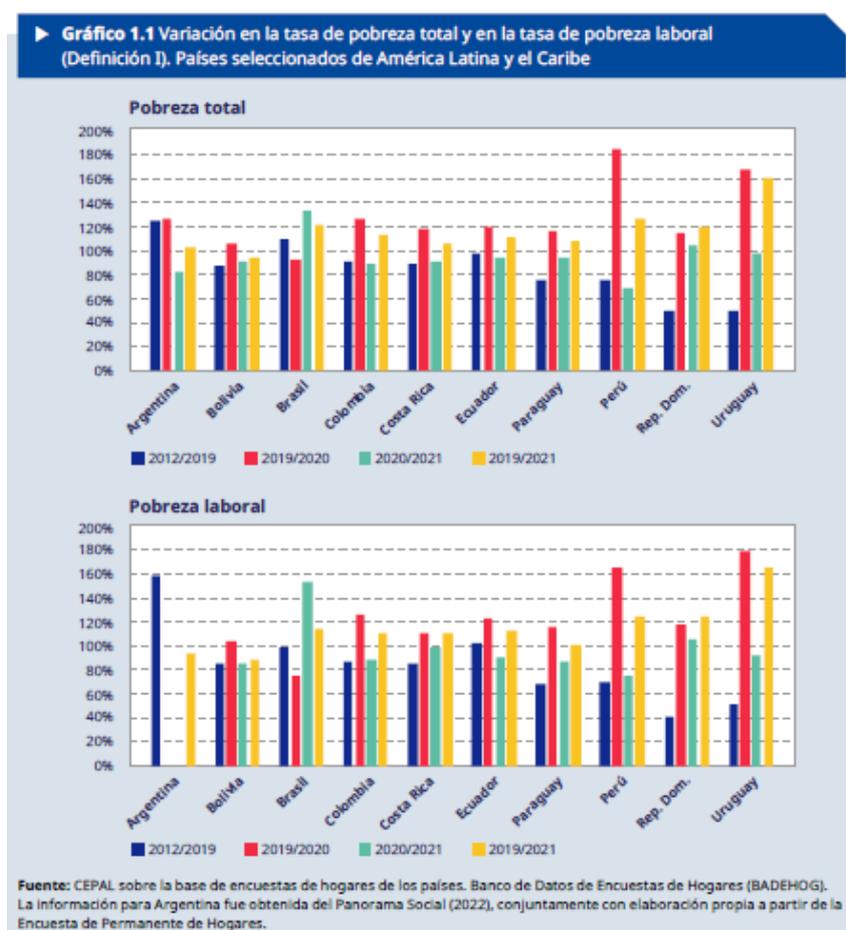
A terceira análise apresenta a distribuição dos trabalhadores individualmente pobres em domicílios pobres e não pobres seguindo o agrupamento de trabalhadores explicado no Quadro 1.1.

Finalmente, o papel do **mercado de trabalho** e da **renda familiar ‘não laboral’** na incidência da pobreza no trabalho. Para isso, estima-se a incidência de trabalhadores pobres considerando apenas a renda do trabalho dos domicílios ocupados. Em seguida, calcula-se a redução da taxa de pobreza no trabalho somando primeiro os rendimentos das **‘pensões e benefícios’** e depois os rendimentos das **transferências monetárias**.

### EVOLUÇÃO DA INCIDÊNCIA DA POBREZA TOTAL E DA POBREZA ENTRE OS TRABALHADORES

Como se pode observar no **Gráfico 1.1**, no período de 2012 a 2019 houve redução da taxa de pobreza na maioria -8 em 10- dos países aqui considerados. Em alguns países essa contração foi muito significativa, em torno de 50%. Essa tendência de queda também foi verificada na ‘pobreza laboral’ na maioria deles. Em vários casos, este indicador registou mesmo quedas de maior intensidade do que o anterior.

**GRÁFICO 1.1**



**Durante a primeira fase da crise gerada pela pandemia, em 2020, tanto a incidência da pobreza quanto a pobreza do trabalho aumentaram em quase todos os países (com a única exceção do Brasil), em alguns casos de forma muito significativa (com aumentos na ordem de 70% / 80%).** Esse resultado é consequência da perda maciça de empregos e horas trabalhadas, principalmente no primeiro semestre deste ano. Conforme analisado, essa contração, por sua vez, foi especialmente intensa entre os empregos informais e de menor qualificação.

Os trabalhadores dessas ocupações situavam-se, portanto, na parte inferior da distribuição de renda do trabalho. Então, dado que a renda do trabalho representa um percentual muito alto da renda familiar total, **os impactos negativos da crise no mercado de trabalho não só aumentaram os níveis de desigualdade como também a incidência da pobreza.** Esses aumentos ocorreram apesar da implementação pelos países de diferentes tipos de políticas de apoio ao emprego e à renda. Essas intervenções conseguiram reduzir o impacto da crise, embora, com exceção do Brasil, não tenham conseguido reverter completamente os efeitos díspares do agravamento das condições de trabalho ao longo de 2020.

Depois de passar pela fase mais crítica da crise, como foi analisado em detalhe, a recuperação econômica e laboral permitiu às famílias aumentar o seu rendimento laboral e total e, com isso, os níveis de pobreza total foram reduzidos em 2021 em relação ao ano em quase todos os países considerados aqui. Brasil e República Dominicana apresentam comportamento oposto. A pobreza no trabalho também diminuiu entre 2020 e 2021 nos outros países.

**Ao comparar os números de 2019 e 2021, observa-se, no entanto, que apesar da redução da pobreza entre 2020 e 2021, em todos os países - exceto na Bolívia - os níveis de pobreza foram maiores do que antes do início da pandemia.** Um panorama semelhante é observado com a incidência da ‘pobreza laboral’, onde a maioria dos países aqui considerados apresenta incidências mais altas em 2021 em comparação com dois anos atrás. Em alguns casos, os níveis ultrapassam mesmo os registados há uma década, em 2012. Isto é particularmente relevante se considerarmos que a **taxa de emprego** e os **níveis de desigualdade**, após o forte aumento registado em meados de 2020, regressaram de valores anteriores -registros pandêmicos em um grupo importante de países. No entanto, o agregado da renda familiar real total ainda não recuperou totalmente o que foi perdido, resultando no comportamento mencionado. Um dos fatores que contribuíram para esse resultado foi a **aceleração inflacionária** que vem sendo registrada nos últimos anos, tanto global quanto regionalmente<sup>16</sup>.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES POBRES**

A Tabela 1.2<sup>17</sup> apresenta a incidência específica da pobreza em diferentes grupos de trabalhadores caracterizados de acordo com seus **atributos pessoais** e de acordo com a **composição dos domicílios** em que moram (residem). Os resultados são apresentados para os casos da Argentina, Brasil e Paraguai. Uma característica comum que emerge aqui é que os trabalhadores que moram em domicílios com menores de 15 anos estão super-representados entre os que vivem na pobreza. Na Argentina, por exemplo, a taxa de pobreza específica dos domicílios com crianças e adolescentes, em 2021, foi de cerca de 27,2%, enquanto para os domicílios sem crianças e adolescentes foi de 19%. No Paraguai, essas incidências foram da ordem de 24% e 9,5%, respectivamente. Nesse ano, por sua vez, **cerca de 75 a 80% dos**

<sup>16</sup> Tema discutido no nosso texto do Cadernos 2/2023.

<sup>17</sup> Ver págs. 89 e 90 do relatório original > [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_867497.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_867497.pdf)

**trabalhadores pobres viviam em domicílios onde também residiam crianças e adolescentes, nos três países considerados.**

A associação positiva entre a incidência da pobreza, tanto total quanto 'laboral', e a **presença de crianças e adolescentes** é uma constante já encontrada em estudos para a região. Essas pesquisas mostraram que a presença de menores em casa diminui a probabilidade de sair da pobreza e, ao mesmo tempo, aumenta o risco de entrar nela (Beccaria et al. 2012; Maldonado & Prieto, 2015; Machado et al. 2010). Isso se explica pelas maiores necessidades do lar e pelas restrições, mais fortemente entre as mulheres, para ingressar e permanecer no mercado de trabalho devido às responsabilidades familiares e de cuidado. A crise decorrente da COVID-19 aprofundou ainda mais essa situação.

De fato, uma análise mais detalhada dos tipos de domicílios mostra que, dentro dos domicílios com **crianças e adolescentes**, a incidência é ainda maior naqueles em que apenas a mãe está presente. Ao mesmo tempo, a já referida Tabela 1.2 revela não só que a presença ou ausência de menores influencia a probabilidade de o trabalhador residir num agregado familiar pobre, como também que o número de menores está positiva e fortemente correlacionado com esta situação.

A combinação de **gênero** e a composição do domicílio faz com que os trabalhadores que vivem em domicílios monoparentais chefiados por uma mulher onde há presença de crianças e adolescentes tenham uma incidência de pobreza significativamente maior do que qualquer outro grupo de domicílios. Em 2021, a taxa de pobreza específica desse grupo foi de cerca de 31% no Brasil e no Paraguai e de cerca de 40% na Argentina. Nesse ano estes valores situavam-se entre 3% e 6% nos agregados familiares unipessoais.

A já referida Tabela 1.2 também relata as características individuais dos trabalhadores, que são relevantes para explicar a incidência divergente de pobreza entre eles. Conforme relatado em diversos estudos, a **escolaridade** é um dos principais determinantes da **renda do trabalho** e da **desigualdade** em sua distribuição na região (Messina e Silva, 2021). Como esperado, portanto, os resultados aqui apresentados também mostram uma correlação negativa entre o nível educacional dos trabalhadores e a probabilidade de morar em um domicílio pobre. Por exemplo, em 2021, na Argentina, Brasil e Paraguai, a proporção de trabalhadores pobres com **educação básica** foi de 30,5%, 21,3% e 29,3%, respectivamente, enquanto a incidência de pobreza entre trabalhadores com **ensino superior completo** foi de 8,4% em Argentina, 2,0% no Brasil e 4,3% no Paraguai.

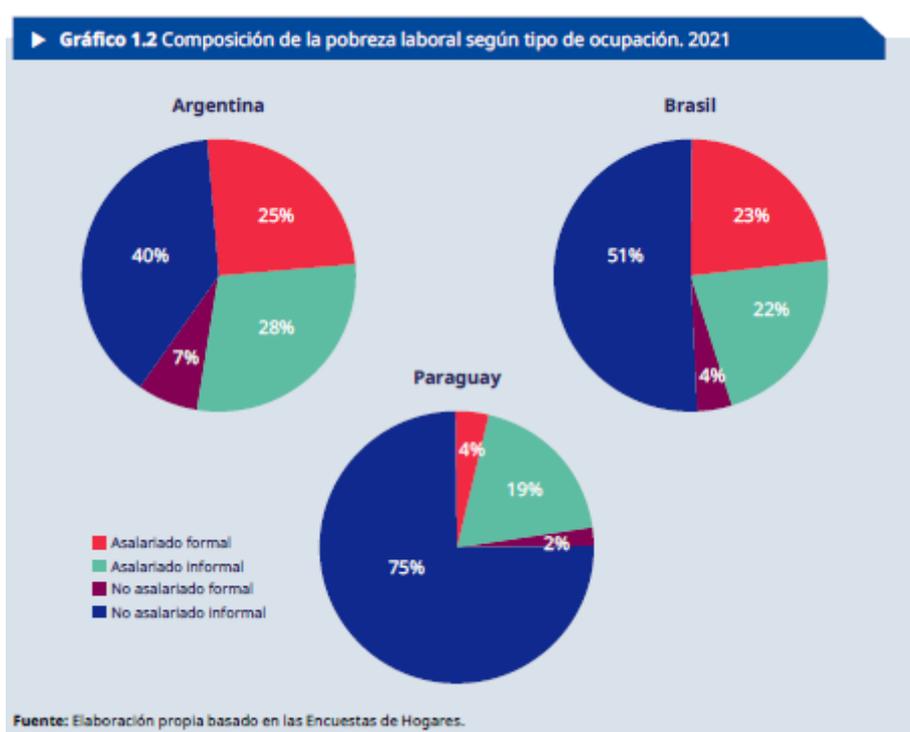
Ao estudar a relação entre a **idade** dos trabalhadores e sua incidência na pobreza, observou-se uma correlação negativa para o ano de 2021 na Argentina e no Brasil, mas não no Paraguai, onde a pobreza no trabalho não é compartilhada de modo uniforme, sendo maior nos trabalhadores maiores de 45 anos do que nas outras faixas etárias. Portanto, na Argentina e no Brasil, os trabalhadores com menos de 25 anos experimentam uma maior incidência de pobreza do que outras faixas etárias. A literatura nos dá duas explicações para isso. Em primeiro lugar, os trabalhadores mais jovens tendem a ganhar salários mais baixos do que os outros trabalhadores. Em segundo lugar, as famílias pobres tendem a incorporar seus membros jovens no mercado de trabalho mais cedo, refletindo assim uma causalidade inversa.

Finalmente, a Tabela 1.2 mostra os resultados da caracterização dos trabalhadores pobres por **gênero**. Observa-se que as mulheres empregadas têm menor probabilidade de residir em domicílios pobres, contrastando com algumas evidências empíricas para a região. No entanto, esses resultados devem ser interpretados com cautela porque, por um lado, a medida

dos trabalhadores pobres exclui aqueles que não trabalham em casa, estando as mulheres fora do mercado de trabalho em maior proporção do que os homens. Por outro lado, como mencionado anteriormente, as mulheres responsáveis por domicílios, com presença de crianças e adolescentes, apresentam índices de pobreza mais elevados em relação a qualquer outro grupo de pessoas ocupadas.

Além dos atributos individuais e domiciliares dos trabalhadores pobres, as **características das ocupações** em que trabalham também são fatores associados à incidência desse fenômeno. O **Gráfico 1.2** mostra a distribuição dos trabalhadores pobres em 2021 segundo o tipo de ocupação (assalariado formal, assalariado informal, não assalariado formal e não assalariado informal). Aí fica evidente que os trabalhadores informais não assalariados representam a maior parcela dos pobres empregados. No entanto, notamos que essa proporção varia de país para país. Enquanto no Paraguai, três em cada quatro trabalhadores pobres são trabalhadores informais não assalariados, no Brasil essa proporção é de metade e na Argentina é de dois em cada cinco trabalhadores pobres.

GRÁFICO 1.2

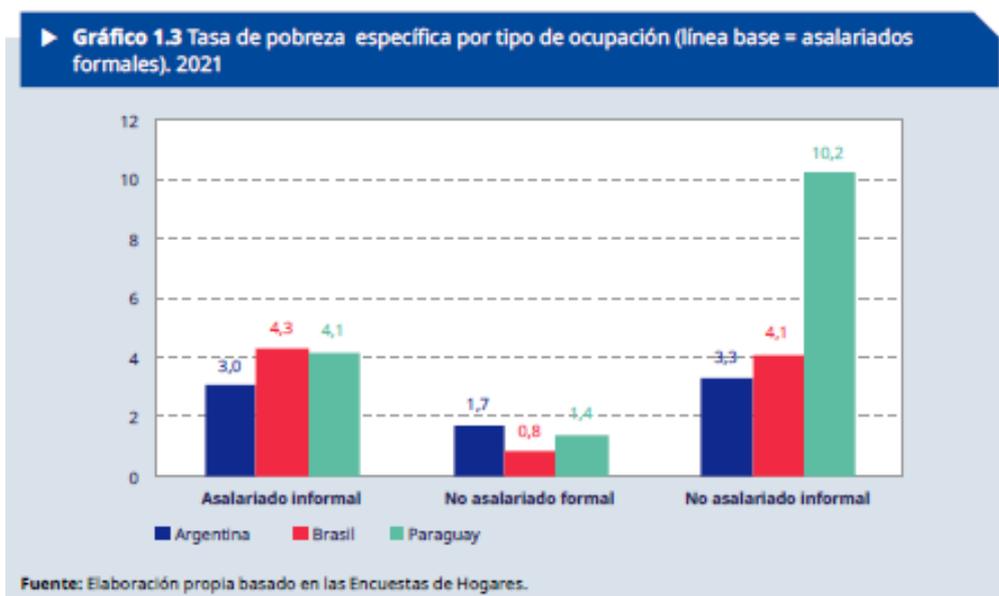


Em todos os casos, os assalariados informais seguem em importância. Na Argentina, a proporção de trabalhadores assalariados informais na pobreza é de 28%, no Brasil de 22% e no Paraguai de 19%. Portanto, **a correlação entre informalidade e pobreza é extremamente alta. Juntos, os trabalhadores informais assalariados e não assalariados representam 68% na Argentina, 73% no Brasil e 94% no Paraguai da pobreza 'laboral'.**

No entanto, isso também reflete que **há uma proporção de trabalhadores formais residindo em domicílios pobres**. No Paraguai, cerca de 6% dos pobres empregados são formais, em sua maioria assalariados. Esse valor é maior na Argentina, 32%, e no Brasil, 27%. É importante notar que a composição da pobreza trabalhadora depende de dois fatores. Por um lado, a composição do emprego total de acordo com essas características. Por outro lado, a incidência específica da pobreza em cada um deles. Sobre esta última, o **Gráfico 1.3** mostra as

taxas específicas de pobreza no trabalho para cada tipo de ocupação em comparação com a incidência entre os assalariados formais (grupo de comparação). Lá se observa que a taxa de pobreza específica dos assalariados informais no Brasil e no Paraguai é quase quatro vezes maior do que a taxa de pobreza dos assalariados formais. Para a Argentina a diferença também é muito alta, três vezes. Para os trabalhadores informais não assalariados, a diferença é de 10 vezes no Paraguai, quatro vezes no Brasil e três vezes na Argentina.

GRÁFICO 1.3



Assim, em todos os países, os assalariados informais e os não assalariados informais estão claramente super-representados entre os trabalhadores pobres. Isso, junto com a alta incidência de informalidade laboral no total de empregados, maior no Paraguai e na Argentina do que no Brasil, faz com que **a grande maioria dos trabalhadores pobres seja informal**. Finalmente, a Tabela 1.4<sup>18</sup> mostra nos três países que a incidência da pobreza -tanto em 2019 quanto em 2021- foi maior para os **trabalhadores de meio período** em relação aos que **trabalham em período integral** ou excedem 45 horas semanais. **Na Argentina e no Brasil, a probabilidade de viver na pobreza é ainda maior quando o trabalho de meio período é feito involuntariamente.**

Em todos os casos, este resultado mostra que a insuficiência de horas - que em muitos casos resulta em baixos salários - tem efeitos negativos sobre a capacidade dos trabalhadores de obter rendimentos altos o suficiente para evitar viver em situação de pobreza.

### TRABALHADORES POBRES/NÃO POBRES E SITUAÇÃO DE POBREZA EM SUAS CASAS

Até agora foram analisadas as tendências e características dos trabalhadores que vivem em domicílios pobres. Segue-se uma descrição da ligação entre a situação de pobreza familiar e a situação de pobreza individual definida a partir da renda dos empregados. A já referida Tabela 1.4 mostra a distribuição dos trabalhadores nos quatro grupos previamente definidos de acordo com essa dupla categorização.

<sup>18</sup> Ver págs. 93 do relatório original > [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_867497.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_867497.pdf)

O Grupo 4, formado por trabalhadores que não são pobres com base em sua própria renda e que também vivem em domicílios não pobres, constitui a maior proporção de pessoas ocupadas. Tanto em 2019 quanto em 2021 representaram cerca de 50% do total de trabalhadores na Argentina, 80% no Brasil e aproximadamente 70% no Paraguai.

No outro extremo, o Grupo 1 - correspondente aos trabalhadores pobres individuais que vivem em domicílios em situação de pobreza - constitui o menor grupo no Brasil e no Paraguai. Em 2021, esse grupo representava 12% do total de empregados na Argentina, 8% no Paraguai e cerca de 5% no Brasil.

Para além destes dois casos em que ambas as definições coincidem, os outros dois grupos de ocupados também apresentam proporções significativas, evidenciando a pertinência da análise conjunta das duas abordagens à pobreza laboral.

Em particular, em 2021, os trabalhadores pobres individuais que viviam em domicílios não pobres (Grupo 2) giravam em torno de 30% na Argentina -registrando um forte aumento em relação a 2019-, 10% no Paraguai e 7% no Brasil. Esses casos refletem a contribuição de outras fontes de renda de outros membros da família que não as do próprio trabalhador para garantir que ele viva fora da pobreza mesmo quando sua renda do trabalho é insuficiente para cobrir o custo de sua cesta básica e não alimentar.

Por fim, o Grupo 3, que corresponde aos trabalhadores não pobres individualmente, mas que vivem em domicílios pobres, representou entre 6 e 11% do total de empregados em 2021, registrando aumentos em relação a 2019 no Brasil e no Paraguai. Nesse grupo, a geração de renda do trabalhador é insuficiente para compensar o déficit de recursos monetários dos demais membros em relação às necessidades totais do domicílio. Esta, por sua vez, está ligada à composição do agregado familiar, especialmente à presença de pessoas fora do mercado de trabalho (principalmente menores) e aos baixos rendimentos laborais e não laborais dos membros economicamente ativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da recuperação dos indicadores 'laborais', a incidência da pobreza entre os trabalhadores foi maior em 2021 do que em 2019. Assim, o **fenômeno do trabalhador pobre** ganha ainda mais relevância nesse contexto e sugere que **ter emprego na região não é garantia para não se viver na pobreza**.

Esse cenário, por sua vez, projeta-se complexo quando se considera, por um lado, a **forte desaceleração do ritmo de crescimento regional** tanto para 2022 quanto para o ano seguinte; por outro lado, que a **taxa de informalidade laboral** é da ordem dos 50 por cento a nível regional<sup>19</sup> e onde alguns países já apresentam taxas mais elevadas do que em 2019; da mesma forma, que a **correlação entre informalidade, baixa renda e pobreza laboral é muito alta**; e, por fim, que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda familiar.

Tudo isso sugere que o crescimento mais fraco da demanda por trabalho, juntamente com o impacto negativo sobre a renda real da inflação acelerada, pode levar a aumentos significativos na incidência da pobreza total e da pobreza entre os trabalhadores.

Saliente-se que, desde 2020, os países da região implementaram uma gama significativa de diferentes tipos de políticas para sustentar o emprego e a renda, especialmente para a

---

<sup>19</sup> América Latina e Caribe.

população em situação de alta vulnerabilidade. Embora tenham desempenhado um papel muito importante, especialmente nos momentos iniciais da crise da pandemia da Covid-19, é necessária uma maior abrangência e cobertura dos diferentes instrumentos para compensar, pelo menos parcialmente, a fragilidade que os mercados de trabalho provavelmente apresentarão - e com eles -, renda do trabalho - em um futuro próximo nos países da região.

Nosso comentário pessoal e final é sobre a pobreza destas análises reducionistas conduzidas pela OIT, sobretudo pela compreensão prevalente e hegemônica de que o empobrecimento da classe trabalhadora seja um “fenômeno” – ‘sazonal’, surpreendente, intrigante – , sem o questionamento causal mais lúcido e ousado, de que se trata – principalmente - de um efeito previsível e óbvio, resultante da adoção das agendas neoliberais pelos países da região, justificado e escamoteado, agora, pela pandemia da COVID-19, pela guerra da Ucrânia e por muitas outras questões e ‘artefatos’, que, aliás, nunca irão faltar...

## REFERÊNCIAS

Beccaria, L., Maurizio, R., Fernández, A. L., Monsalvo, P. y Álvarez, M. Urban poverty and labor market dynamics in five Latin American countries: 2003–2008. *The Journal of Economic Inequality*, 11, 555–580, 2013.

CEPAL. Medición de la pobreza por ingresos: Actualización metodológica y resultados. (No. 2 (LC/PUB.2018/22-P); p. 232). Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2018.

CEPAL. Panorama Social 2022: La transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2022.

Machado, A. F., Ribas, R. P. Do Changes in the Labour Market Take Families Out of Poverty? Determinants of Exiting Poverty in Brazilian Metropolitan Regions. *The Journal of Development Studies*, 46, 1503–1522, 2010.

Maldonado, L. , Prieto, J. Determinantes de la dinámica de la pobreza en Chile y el rol de la persistencia temporal: Análisis de la Encuesta Panel Casen 2006-2009 con métodos de historia de eventos. *Economía y Política*, 2, 5–39, 2015.

Messina, J., Silva, J. Twenty Years of Wage Inequality in Latin America. *The World Bank Economic Review*, 35, 117–147, 2021.

Nolan, B., Marx, I. Low Pay and Household Poverty (Working Paper No. 216). LIS Working Paper Series, 1999.

## Migrações, Refúgio e Saúde global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,  
Júlia Moraes, Marina Sujkowski  
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

### **Em Brasília, ACNUR realiza tentativa de apoio ao acesso a direitos e inclusão digital de venezuelanas**

Na semana do Dia Internacional da Mulher, ocorreram uma série de atividades propostas pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) no Centro de Acolhida e Integração das Aldeias Infantis. Além de atividades, também aconteceram oficinas, como a de empregabilidade que foi realizada em meio ao novo laboratório de informática do Centro e teve a oportunidade de incorporar na programação uma roda de conversa sobre direitos, mediada pela Oficial Associada de Proteção de Violência Baseada em Gênero do ACNUR no Brasil, Eliana Moreno. Ela fez um convite às mulheres, para que elas tivessem a chance de compartilhar sua visão sobre como é ter ou não acessos a direitos em um país diferente do seu de origem, além disso, também foram abordadas temáticas como saúde física, mental e reprodutiva, segurança, educação e empregabilidade. Ela disse que mulheres e meninas refugiadas e migrantes ainda enfrentam em seu dia a dia muitas barreiras na tentativa de acessar seus direitos e oportunidades, tanto por não serem nacionais e quanto pela enorme desigualdade de gênero existente. Neste evento, há uma proposta de oferecer a elas uma oportunidade de reflexão e entendimento de que, para que se possa oferecer cuidados aos demais, é necessário, primeiramente, cuidar de si mesma, explica Eliana.<sup>20</sup>

A escassez de informação é um dos fatores que acaba colocando mais obstáculos para mulheres refugiadas e migrantes terem acesso aos seus direitos. Por esse motivo, é importante trabalhar na capacitação delas para o uso de inovações e tecnologias digitais. Aproximadamente, de maneira global, 37% das mulheres não utilizam a internet, isso é um problema, pois se as mulheres não conseguem acessar a rede e não se sentem seguras online, elas deixam de desenvolver as habilidades importantes para ocupar os espaços digitais, algo que diminui suas oportunidades de seguirem carreiras voltadas à ciência, tecnologia, engenharia e matemática, áreas que serão responsáveis por 75% dos empregos até 2050. Em 2023, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu o tema “DigitALL: Inovação e tecnologia para a igualdade de gênero” para observar o Dia Internacional das Mulheres. O intuito dessa escolha é apresentar o impacto da lacuna digital de gênero no crescimento das desigualdades econômicas e sociais, e também realçar a relevância de se proteger os direitos de mulheres e meninas em espaços digitais.<sup>21</sup>

Com o objetivo de incentivar a inclusão digital em meio a população venezuelana no Brasil, o ACNUR fez uma doação de 72 laptops para centros de acolhidas das Aldeias Infantis no país, sendo que em Brasília, 18 deles estão disponíveis para serem utilizados por residentes e funcionários desde o dia 8 de março. A educadora social das Aldeias Infantis, Keyla Julia, afirma que o laboratório já pode ser considerado um avanço na inclusão digital das pessoas residentes, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social. O laboratório pode ajudar os

---

<sup>20</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/03/10/em-brasilia-acnur-apoia-acesso-a-direitos-e-inclusao-digital-de-venezuelanas/>

<sup>21</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/03/10/em-brasilia-acnur-apoia-acesso-a-direitos-e-inclusao-digital-de-venezuelanas/>

residentes a terem acesso a informações e cursos de português online, realizar buscas de emprego e até mesmo terem contato com a família que está longe, já que muitos chegam no Brasil sem ter um telefone celular.<sup>22</sup>

Vale salientar que além de informação, o contato com ferramentas e espaços digitais seguros possibilita gerar mais oportunidades de meios de vida para mulheres refugiadas e migrantes. Das mais de 10 mil pessoas venezuelanas interiorizadas por meio da Operação Acolhida através de vagas de emprego sinalizadas desde 2018, menos de 30% são mulheres. No mais novo laboratório de informática das Aldeias Infantis em Brasília, que foi recém-inaugurado, as mulheres também participaram de uma oficina de empregabilidade oferecida pelo ACNUR, tendo auxílio de como encontrar e ter acesso aos empregos formais no Brasil, e ajuda para realizar seu cadastro em uma plataforma online de vagas.<sup>23</sup>

### **Vanuatu, ciclones e o refúgio climático no pacífico<sup>24</sup>**

Uma grande quantidade de ciclones vem atingindo a ilha de Vanuatu, afetando uma imensa quantidade de pessoas. Nesse sentido, a Cruz Vermelha apontou que os esforços para responder a esses eventos serão imensos. O ciclone “Kevin”, com ventos a mais de 160km/h foi responsável por grande destruição na ilha. O acesso às comunidades afastadas está danificado, já que grande parte das estradas foram danificadas ou estão inoperantes, e as linhas de comunicação também foram danificadas.

A ilha de Tanna, na província de Tafea, é dada como a mais afetada por esse desastre ambiental. No entanto, é notório que esses desastres vêm sendo e serão cada vez mais frequentes e intensos, devido à situação de emergência climática na qual o planeta se encontra. E, as ilhas do pacífico, como Vanuatu, serão dos lugares mais duramente afetados por essa situação, muito embora sejam países que pouco ou quase nada emitem de gases poluentes, em comparação com países ricos que emitem em altíssimas quantidades.

Por essa razão, há uma grande variedade de estudos direcionando para fenômenos como o refúgio climático e a apatridia climática. Conforme o Banco Mundial, o mundo pode ter até 216 milhões de migrantes e refugiados devido às alterações climáticas nas próximas 3 décadas. 49 milhões deles do leste asiático e do pacífico e 89 milhões da África Subsaariana. Mas, quando se fala nos refugiados climáticos das ilhas do pacífico, é preciso notar a possibilidade de apatridia, com o desaparecimento completo de seus Estado-Nação e a diáspora de seu povo. Dado que muitas das ilhas do pacífico estão marcadas para submergir completamente nas próximas décadas.

Por essa razão, conforme o ACNUR, é preciso fomentar acordos internacionais no âmbito da convenção-quadro das Nações Unidas sobre as mudanças do clima que sirvam como bases legais para que as populações possam se deslocar e adquirir o devido status legal antes mesmo da dissolução dos seus Estados-Nação. Ademais, estes acordos devem versar sobre uma recepção própria a estes migrantes e refugiados, acolhendo-os de maneira sócio economicamente viável e sustentável, além de proteger sua etnia, identidade e cultura. Dessa

---

<sup>22</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/03/10/em-brasilia-acnur-apoia-acesso-a-direitos-e-inclusao-digital-de-venezuelanas/>

<sup>23</sup><https://www.acnur.org/portugues/2023/03/10/em-brasilia-acnur-apoia-acesso-a-direitos-e-inclusao-digital-de-venezuelanas/>

<sup>24</sup><https://www.ifrc.org/press-release/vanuatu-back-back-cyclones-hammer-island-nation-recovery-efforts-will-be-immense>

forma, o ACNUR completa: para este fim, o reconhecimento seria exigido, inter alia, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) que o deslocamento externo será inevitável e que a apatridia pode surgir como consequência da mudança climática, particularmente no caso de Estados insulares de baixa altitude. O financiamento deve ser disponibilizado em um estágio inicial para se preparar para a prevenção da apatridia e para deslocamento e/ou migração como possível medida de adaptação. Mas, mesmo com a devida proteção dos migrantes e refugiados, é preciso observar que estas migrações representariam mudanças drásticas no modo de vida de cada um, além de terem como ponto fundamental a destruição da terra e do território com o qual estes migrantes estavam vinculados, questão essa de imenso impacto emocional e cultural.<sup>25</sup>

É por esta razão que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha salienta a urgência de uma ação conjunta para reduzir o impacto da emergência climática nas ilhas do pacífico<sup>26</sup>. A cruz vermelha reitera a aceleração da intensidade e da frequência dos eventos extremos, salientando que ações têm de ser tomadas agora para frear a emergência climática.

### **OMS: Países ressaltam a urgência de resguardar a saúde de migrantes e refugiados**

No dia 1º de março, a Organização Mundial da Saúde lançou um novo informe técnico, “Atendendo as necessidades de migrantes e refugiados: uma abordagem inclusiva para a cobertura universal de saúde”<sup>27</sup>, determinando ações prioritárias e recomendações de políticas públicas para promover a saúde de migrantes e refugiados e assegurar equidade no acesso à saúde para essas populações.

A OMS tem como um de seus principais objetivos promover a cobertura universal de saúde, de forma que todas as pessoas tenham igualdade no acesso ao cuidado à saúde quando e como precisarem. Contudo, em um contexto em que uma em cada oito pessoas no mundo está em situação de deslocamento - na maioria das vezes em condições precárias, levando a profundos impactos em sua saúde mental e física -, diversas barreiras, como financeiras, linguísticas, culturais e discriminatórias, impedem que esse objetivo se concretize.

O novo informe técnico da OMS delinea as seguintes ações que devem ser consideradas por governos, tomadores de decisão, gestores de ministérios da saúde nacionais e outros *stakeholders* na construção de políticas para migrantes e refugiados: (i) acelerar o progresso em direção aos objetivos e compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Global para Migração Ordenada, Segura e Regular, e o Programa de Ação Global de promoção de saúde de migrantes e refugiados; (ii) endereçar as causas primordiais para desigualdade no acesso à saúde, incluindo fatores críticos não-médicos; (iii) dissolução de barreiras institucionais, financeiras e administrativas que previnem refugiados e migrantes de acessar serviços de saúde locais; (iv) providenciar serviços de saúde e programas que assegurem a diversidade cultural, linguística e religiosa; (v) monitorar a saúde desses grupos por meio de

---

<sup>25</sup><https://www.unhcr.org/protection/environment/4a1e50082/climate-change-statelessness-overview.html>

<sup>26</sup><https://www.ifrc.org/press-release/pacific-urgent-call-collective-action-reduce-impact-climate-change-and-disasters>

<sup>27</sup> <https://www.who.int/news/item/01-03-2023-countries-urged-to-safeguard-the-health-of-refugees-and-migrants>

sistemas de informação em saúde; (vi) promover a saúde de refugiados e migrantes por meio da abordagem “One Health”.

### **OMS: Novo compêndio demonstra exemplos positivos na promoção da saúde de migrantes e refugiados**

A Organização Mundial da Saúde lançou, no início do mês de março, um novo compêndio com 49 casos de sucesso na promoção da saúde de migrantes e refugiados<sup>28</sup>, para ilustrar ações positivas que países tomaram para aprimorar os resultados em saúde desses grupos em deslocamento, que hoje já constituem um bilhão de pessoas.

O compêndio foi elaborado a partir de submissões voluntárias de países e parceiros, e apresenta como países com diversos desafios e sistemas de saúde implementaram políticas alinhadas com o Plano de Ação Global da OMS para promoção da saúde de refugiados e migrantes de 2019-2023.

Entre os exemplos trazidos nesse novo compilado, está, por exemplo, o caso do Paquistão durante a crise de COVID-19, que conseguiu, através de serviços de imunização móveis, aumentar a cobertura vacinal de 5% para 48% entre refugiados e populações marginalizadas. Outro exemplo é o projeto “*Sexual Reproductive Health Rights and HIV Knows No Borders*”, que alcançou mais de 100 mil migrantes e trabalhadores sexuais no Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, África do Sul e Zâmbia em 2021. O projeto desenvolveu ações de educação sexual para populações vulneráveis desses países. O Chile também figura como um dos casos de sucesso apresentados no compêndio, a partir da estratégia “Safe Corridors for Inclusion”, que fomentou o acesso aos serviços de saúde para migrantes e refugiados.

### **Diferença de US\$ 295 milhões de financiamento compromete ajuda humanitária no Iêmen**

Agora, depois de nove anos desde o início da guerra, o ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, pede maior atenção às necessidades humanitárias crescentes do Iêmen, que está enfrentando uma crise prolongada, causando deslocamento e risco em consequência da guerra, choques climáticos e decadência econômica.<sup>29</sup>

O Iêmen continua sendo protagonista de uma das piores crises humanitárias do mundo, com 4,5 milhões de pessoas deslocadas internamente e mais de dois terços da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Não obstante, apesar de suas dificuldades, as comunidades iemenitas estão sobrecarregadas, abrigando cerca de 100 mil refugiados e pessoas necessitadas de abrigo de outros países avariados pela guerra.<sup>30</sup>

Em abril do ano passado, a ONU mediou uma trégua com validade de seis meses que levou a um declínio nas baixas civis. Durante este período, o número de novos deslocamentos internos caiu 76%. A atual ausência de uma trégua oficial e a frágil situação política e de segurança estão deixando a vida das pessoas no limbo. Em 2023, a ONU estima que 21,6 milhões

<sup>28</sup> <https://www.who.int/news/item/03-03-2023-new-compendium-showcases-positive-examples-in-refugee-and-migrant-health>

<sup>29</sup> <https://www.unhcr.org/news/press/2023/2/63fc5aea4/unhcr-funding-gap-us295m-yemen-jeopardizes-life-saving-humanitarian-aid.html>

<sup>30</sup> <https://www.unhcr.org/news/press/2023/2/63fc5aea4/unhcr-funding-gap-us295m-yemen-jeopardizes-life-saving-humanitarian-aid.html>

de pessoas no Iêmen precisarão de assistência humanitária e proteção, isto é, quase três quartos da população.<sup>31</sup>

Aproximadamente 93% das famílias iemenitas deslocadas têm pelo menos um membro da família com vulnerabilidade, com ferimentos ou sofrimento psicológico, gestantes ou idosos. A falta de meios de subsistência, serviços básicos e alimentação, somada a conflitos prolongados e deslocamentos, está levando a riscos crescentes: as crianças abandonam a escola e acabam trabalhando para ajudar suas famílias, viúvas e mulheres solteiras sustentam as famílias sozinhas e meninas utilizam o casamento precoce como estratégia de sobrevivência comumente.<sup>32</sup>

As necessidades continuam a crescer, mas a assistência humanitária ao Iêmen permanece gravemente subfinanciada. Até este ano, o ACNUR recebeu apenas 8% dos US\$ 320 milhões necessários para seu trabalho no Iêmen em 2023<sup>33</sup>. Em vista da Conferência de Doações de Alto Nível para o Iêmen<sup>34</sup>, o ACNUR pede à comunidade internacional comprometimento e apoio ao povo do Iêmen.

### **ACNUR pede assistência urgente em vista da sexta estação chuvosa fracassada, prolongando a seca no Chifre da África**

O Chifre da África entra em sua sexta estação chuvosa consecutiva sem chuva e aumenta deslocamento. Milhões lutam para sobreviver em meio a fontes de água escassas, fome, insegurança e conflito na Somália, Etiópia e Quênia. À vista de uma das secas mais longas e severas já registradas, o ACNUR faz um apelo por US\$ 137 milhões para fornecer ajuda a 3,3 milhões de refugiados, deslocados internos e comunidades anfitriãs.<sup>35</sup>

Nos campos de Dadaab, no Quênia, por exemplo, refugiados recentes foram forçados a se assentarem nos arredores dos abrigos onde a assistência é limitada.<sup>36</sup> Além disso, cerca de 100 mil novos somalis chegaram à zona de Doolo, na Etiópia, nas últimas quatro semanas, para escapar dos confrontos e da insegurança na cidade de Laascaanood, na região de Sool. A maioria são mulheres, crianças - muitas desacompanhadas - e idosos. Até agora, cerca de 30 mil pessoas já foram cadastradas.<sup>37</sup>

A Etiópia, um país anfitrião de refugiados de longa data, está enfrentando uma piora em sua crise humanitária por efeito dos conflitos e secas que provocaram deslocamentos internos em larga escala nos últimos anos. Apesar do aumento das necessidades, a operação do ACNUR na Etiópia foi uma das menos financiadas no ano passado.<sup>38</sup>

---

<sup>31</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2023/2/63fc5aea4/unhcr-funding-gap-us295m-yemen-jeopardizes-life-saving-humanitarian-aid.html>

<sup>32</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2023/2/63fc5aea4/unhcr-funding-gap-us295m-yemen-jeopardizes-life-saving-humanitarian-aid.html>

<sup>33</sup><https://www.unhcr.org/news/press/2023/2/63fc5aea4/unhcr-funding-gap-us295m-yemen-jeopardizes-life-saving-humanitarian-aid.html>

<sup>34</sup><https://media.un.org/en/asset/k1r/k1r3dzxgi2>

<sup>35</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63fdbcee4/horn-africa-drought-enters-sixth-failed-rainy-season-unhcr-calls-urgent.html>

<sup>36</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63fdbcee4/horn-africa-drought-enters-sixth-failed-rainy-season-unhcr-calls-urgent.html>

<sup>37</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/3/64070a444/unhcr-teams-partners-rush-assistance-100000-newly-arrived-somali-refugees.html>

<sup>38</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/3/64070a444/unhcr-teams-partners-rush-assistance-100000-newly-arrived-somali-refugees.html>

O ACNUR planeja fornecer mais itens básicos de socorro, incluindo abrigo de emergência e utensílios domésticos para os recém-chegados refugiados e deslocados nos três países. O abastecimento de água será aumentado por meio de caminhões-pipa, perfurando poços adicionais, bem como reformando os sistemas de água e saneamento existentes. As unidades de saúde também devem receber apoio para intensificar a assistência nutricional para mulheres e crianças por meio de alimentação rica em nutrientes e tratamento médico para doenças relacionadas.<sup>39</sup>

O ACNUR pretende trabalhar com as autoridades locais para fortalecer o monitoramento das fronteiras e facilitar o registro e a documentação dos refugiados para que os recém-chegados, incluindo aqueles com necessidades especiais, possam ter acesso à assistência adequada. A proteção da criança, bem como as intervenções para mitigar a violência de gênero, também serão intensificadas.<sup>40</sup>

Em 2022, o ACNUR recebeu menos da metade dos recursos financeiros previstos para responder à seca. Assim, continuam a pedir solidariedade global e apoio para proteger, ajudar e capacitar as comunidades afetadas pela seca e salvar vidas.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63fdbcee4/horn-africa-drought-enters-sixth-failed-rainy-season-unhcr-calls-urgent.html>

<sup>40</sup><https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63fdbcee4/horn-africa-drought-enters-sixth-failed-rainy-season-unhcr-calls-urgent.html>

<sup>41</sup> <https://www.unhcr.org/news/briefing/2023/2/63fdbcee4/horn-africa-drought-enters-sixth-failed-rainy-season-unhcr-calls-urgent.html>

**Dia Internacional das Mulheres 2023:  
onde estamos na inovação e tecnologia para a igualdade de gênero?**

***Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes  
Karinne Marieta Carvalho***

**Notícias da 67ª Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW67)**

A Comissão sobre a Situação das Mulheres (*Commission on the Status of Women - CSW*) é o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. É uma comissão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), estabelecida por uma resolução em 21 de junho de 1946. Este ano, o evento está sendo realizado de 6 a 17 de março. O tema deste ano é DigitALL: Transformação Digital para Meninas e Mulheres.

Um informativo sobre os encaminhamentos da primeira semana foi dado na manhã de sexta-feira (10/03). Alguns pontos destacados foram:

- Grande participação da alta governança dos estados-membro: 87 ministérios, 6 chefes de estado, diversos vice-presidentes e primeiros-ministros estão presentes;
- A representante da Comissão destaca a fala do secretário-geral de uma preocupação para garantir que os espaços de “Vales do Silício” não sejam os “Vales da morte da igualdade de gênero”;
- Reforça que a agenda tem ocorrido com o propósito de buscar uma estrutura global de governança para aplicar as propostas discutidas na CSW;
- Expectativa da porta voz sobre o tema é de que as discussões sobre segurança e tecnologia vão se prolongar para muito além da CSW, mas que há um anseio pela definição do significado de “violência de gênero facilitada pela tecnologia” - e definir isso agora é crucial;
- Preocupações levantada representantes da sociedade civil: algumas diretrizes jurídicas protegem as *big techs* e não a segurança de meninas e mulheres - situação é mais grave no sul global; pouca representatividade da sociedade civil nas mesas de negociação/decisão; solicitação para incluir as “meninas” no rascunho que está sendo discutido, já que em muitas seções só citam “mulheres” e isso pode ser um ponto decisivo da resolução.

Perspectivas para a próxima semana:

- Diálogo Interativo da Juventude (*Youth Interactive Dialogue*): será a primeira oportunidade oficial na CSW para que as jovens se manifestem quanto ao tema em debate, influenciando os tomadores de decisão;
- Ocorrerá a agenda anual da Sociedade Civil com o Secretário Geral (*Annual Calendar Event*) - 40 ONGs terão espaço para dialogar;

Muitos eventos paralelos estão ocorrendo e podem ser acessados no site da [UN Web TV](#). Para acessar a gravação que sintetiza a primeira semana da 67CSW, [clique aqui](#).

## ONU Mulheres - Dia Internacional das Mulheres 2023 - DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero

Alguns números:

- As mulheres representam apenas 22% dos trabalhadores de inteligência artificial em todo o mundo;
- Uma análise global de 133 sistemas em todos os setores que utilizam inteligência artificial apontou que 44,2% deles demonstram viés e preconceito de gênero.
- Uma pesquisa com mulheres jornalistas de 125 países constatou que 73% sofreram violência online durante seu trabalho.

Desde os primórdios da computação até a era atual da realidade virtual e da inteligência artificial, as mulheres fizeram e fazem contribuições incalculáveis para o mundo digital. Suas realizações foram contra todas as probabilidades, em um campo que historicamente não as acolheu ou apreciou.

Hoje, uma persistente lacuna de gênero no acesso digital impede as mulheres de acessarem todo o potencial da tecnologia. Sua sub-representação na educação e nas carreiras STEM (*science, technology, engineering and mathematics* - ciência, tecnologia, engenharia e matemática) continua sendo uma grande barreira para sua participação no design e governança de tecnologias. E a ameaça generalizada de violência baseada em gênero on-line – juntamente com a falta de recurso legal – muitas vezes as força a sair dos espaços digitais que ocupam.

Ao mesmo tempo, a tecnologia digital está abrindo novas portas para o empoderamento global de mulheres, meninas e outros grupos marginalizados. Da aprendizagem digital sensível ao gênero à saúde sexual e reprodutiva facilitada pela tecnologia, a era digital representa uma oportunidade sem precedentes para eliminar todas as formas de disparidade e desigualdade.

A convocação deste 8 de março é para que governos, ativistas e o setor privado fortaleçam seus esforços para tornar o mundo digital mais seguro, inclusivo e igualitário.

### **“Power on”: como podemos turbinar um futuro digital igualitário**

Do aprendizado online e do ativismo digital à rápida expansão de empregos tecnológicos com altos salários, a era digital gerou oportunidades sem precedentes para o empoderamento de mulheres e meninas. Mas o avanço da tecnologia também está introduzindo novas formas de desigualdade e aumentando as ameaças aos seus direitos e bem-estar.

Mulheres e meninas continuam sub-representadas na criação, uso e regulamentação da tecnologia. Elas são menos propensas a usar serviços digitais ou ingressar em carreiras relacionadas à tecnologia e significativamente mais propensas a enfrentar assédio e violência online. Isso limita não apenas seu próprio empoderamento digital, mas também o potencial transformador da tecnologia como um todo – na última década, a exclusão das mulheres da esfera digital eliminou US\$1 trilhão do PIB de países de baixa e média renda.

Diante da escalada das crises globais, estamos em uma encruzilhada: permitir que a tecnologia amplie as disparidades existentes e concentre ainda mais o poder nas mãos de poucos, ou colocá-la para trabalhar em prol de um futuro mais seguro, sustentável e igualitário para todos. E as escolhas que fazemos hoje impactarão profundamente os caminhos a seguir. Estes são quatro passos que podem ser tomados na direção certa:

## **1. Fechar todas as lacunas no acesso e habilidades digitais**

Embora os esforços para fechar essas lacunas tenham levado a melhorias na pontuação de paridade de gênero, a lacuna absoluta entre o acesso de homens e mulheres aumentou em 20 milhões desde 2019. Hoje, 63% das mulheres têm acesso à Internet, em comparação com 69% dos homens. E as mulheres têm 12% menos probabilidade de possuir um telefone celular - número praticamente inalterado desde antes da pandemia.

Essas médias globais não consideram ainda questões como: raça, idade, deficiência, status socioeconômico e localização - fatores que desempenham um importante papel na determinação do acesso e uso digital das mulheres. Grupos marginalizados, como mulheres mais velhas, mulheres rurais e mulheres com deficiência, enfrentam barreiras significativamente maiores à conectividade. Nos países menos desenvolvidos – onde, apesar dos sinais de banda larga móvel cobrirem 76% da população, apenas 25% das mulheres estão conectadas – os homens têm 52% mais chances de pertencer a essa minoria online.

Estes números deixam claro que preencher as lacunas de acesso exigirá mais do que apenas uma infraestrutura digital melhor. Abordar fatores como acessibilidade, acesso à eletricidade, privacidade, segurança online, normas sociais, habilidades digitais e alfabetização – todos mediados por gênero – é fundamental para conectar as mulheres de maneira significativa.

Nenhum setor pode fazer isso sozinho. É necessário a colaboração entre governos, empresas e organizações da sociedade civil e de mulheres. O trabalho explícito de gênero e perspectivas interseccionais em planos e políticas digitais pode ajudar a catalisar esse tipo de coordenação intersectorial – um ponto de partida crucial, visto que apenas metade das políticas ou planos diretores nacionais de tecnologia da informação e comunicação (TIC) fazem qualquer referência ao gênero hoje. A formulação de políticas bem-sucedidas também exigirá mais pesquisas sobre as barreiras ao acesso digital das mulheres, bem como a coleta de dados sobre a eficácia dos esforços para superá-las.

Saber o que funciona também não é suficiente – os governos precisam investir em programas e iniciativas baseadas em evidências. Fornecer planos de dados de baixo custo, por exemplo, pode ajudar muito a superar as barreiras de acesso de gênero. Isso também se aplica aos programas de alfabetização digital, que podem ajudar a dar às mulheres e meninas as habilidades necessárias para liderar, conectar e moldar com sucesso o espaço digital.

## **2. Apoiar mulheres e meninas em carreiras de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM)**

Hoje, as mulheres continuam sendo uma minoria na educação e nas carreiras STEM, representando apenas 28% dos graduados em engenharia, 22% dos trabalhadores de inteligência artificial e menos de 1/3 dos funcionários do setor de tecnologia em todo o mundo. Sem representação igualitária nesses campos, a participação das mulheres na definição de tecnologia, pesquisa, investimentos e políticas permanecerá extremamente limitada. Os mesmos desafios se aplicam ao acesso a carreiras de rápido crescimento e altos salários – uma desigualdade agravada pelo fato de que, à medida que a tecnologia e a inovação digital perturbam as indústrias, as mulheres arcarão com o peso da perda de empregos.

Os estereótipos sobre quem é e quem não é adequado para carreiras ligadas à STEM desempenham um papel importante em desencorajar as meninas a entrarem nesses campos.

Essas crenças se tornam um ciclo que se autopropetua: sem incentivo nas áreas de tecnologia, as meninas acabam sem o conhecimento necessário – tornando-as menos propensas a expressar interesse.

Já àquelas que conseguem entrar em trabalhos ligados à tecnologia geralmente enfrentam um ambiente ativamente hostil, com uma diferença salarial significativa (21%) e taxas de promoção consideravelmente mais baixas (52 mulheres para cada 100 homens). Quase metade (48%) relata ter sofrido assédio no local de trabalho e 22% dizem que estão pensando em deixar o trabalho por completo devido ao tratamento que receberam no setor.

Fornecer acesso universal de banda larga para professores, alunos e escolas – e garantir alfabetização digital para seus usuários – pode aumentar a exposição das meninas ao STEM, especialmente aquelas de origens menos privilegiadas. A aprendizagem digital oferece novas oportunidades para adaptar ambientes educacionais e currículos às necessidades de meninas e estudantes de grupos marginalizados.

Trabalhar para eliminar preconceitos de gênero nas escolas também é fundamental, assim como garantir que as meninas tenham acesso a mentoras nas áreas de STEM com as quais possam se identificar e conectar essas áreas com outras disciplinas – bem como enfatizar suas aplicações potenciais para os desafios sociais, que as evidências mostram ser um dos principais impulsionadores das escolhas de carreira das meninas – pode ajudar a aumentar o interesse das meninas também.

Para ajudar as mulheres a serem bem-sucedidas em um mercado de trabalho em mudança, devem ser criados programas direcionados para isso, com regulamentações trabalhistas ampliadas para garantir que as transições no mercado de trabalho melhorem a posição das mulheres, em vez de simplesmente reproduzir as desigualdades existentes. Isso inclui salário-mínimo, regulamentos contra a discriminação salarial e sistemas de proteção social que abordam, por exemplo, as discrepâncias entre os encargos de cuidados não remunerados de mulheres e homens.

### **3. Criar tecnologias que atendam às necessidades de mulheres e meninas**

A tecnologia reflete seus criadores. Portanto, quando mulheres e meninas são deixadas de fora dos espaços de tecnologia e inovação, não é surpresa que as ferramentas digitais não atendam às suas necessidades. O baixo investimento em, por exemplo, ferramentas digitais que promovam a saúde sexual e reprodutiva é o resultado natural dos processos de tomada de decisão que sistematicamente excluem as vozes das mulheres.

Ao mesmo tempo, as lacunas de acesso digital significam que as mulheres produzem menos dados do que os homens, e a falta de desagregação dos dados leva a uma representação desigual nos conjuntos de dados. Isso tem grandes efeitos no aprendizado de máquina e na entrega de serviços habilitados para a inteligência artificial. Uma análise global de 133 sistemas de 1988 até hoje descobriu que 44,2% apresentam viés de gênero, com 25,7% exibindo preconceito de gênero e racial – o que levou a uma qualidade de serviço inferior, distribuição desigual de recursos e reforço de estereótipos nocivos. Este problema passou despercebido devido à inadequação da supervisão do setor de tecnologia. Mesmo onde estruturas éticas foram desenvolvidas, elas carecem de salvaguardas – e como a regulamentação foi amplamente deixada para as próprias empresas, muitas ignoraram ou investiram pouco em estratégias de mitigação de danos.

A criação de tecnologia mais inclusiva e menos tendenciosa começa com processos de design e regulamentação baseados em direitos humanos. Isso significa centrar as vozes de mulheres marginalizadas e vulneráveis, bem como cientistas sociais e comportamentais e especialistas em direitos humanos, na concepção de novas ferramentas digitais. Também significa abordar explicitamente as tensões entre o exercício de diferentes direitos online, como liberdade de expressão versus direito à segurança. E significa tornar as estruturas éticas aplicáveis, fundamentando-as em padrões e normas internacionais de direitos humanos.

A reforma regulatória não pode ser deixada para o setor de tecnologia. Os governos precisam intervir para definir as responsabilidades das empresas, exigir mecanismos de monitoramento e avaliações de impacto de gênero, e garantir a transparência no uso de dados por meio de mecanismos como auditorias obrigatórias de inteligência artificial. No nível internacional, a governança digital será crucial para garantir que o desenvolvimento da tecnologia esteja alinhado com o bem comum e não apenas com os interesses das corporações multinacionais.

#### **4. Abordar a violência de gênero facilitada pela tecnologia**

Apesar de sua prevalência e gravidade, não existe uma definição universalmente aceita de violência de gênero facilitada pela tecnologia, mas pode ser entendida como qualquer ato de violência cometido, assistido ou agravado pelo uso das TIC com base no gênero. Embora tais atos geralmente ocorram na esfera virtual, eles resultam em danos tangíveis – físicos, sexuais, psicológicos, sociais, políticos e/ou econômicos. Esse tipo de violência não termina quando as mulheres se desconectam: há uma continuidade entre a violência no mundo real e a violência online, com a tecnologia ajudando a perpetuar e aumentar, por exemplo, o tráfico e outras formas de abuso.

Na esfera online, a violência baseada em gênero também força mulheres e meninas a se autocensurar e se defender, limitando sua capacidade de se envolver e participar virtualmente. À medida que a mídia social se torna um espaço cada vez mais crucial para socialização e organização, também se tornou um local importante de desinformação de gênero, desinformação, discurso de ódio sexista, dentre outros – tudo o que prejudica a expressão e o movimento online das mulheres e meninas.

Para mulheres que enfrentam formas cruzadas de discriminação, incluindo mulheres de negras, mulheres com deficiência e pessoas LGBTQI+, o risco é ainda maior. O mesmo acontece com as mulheres públicas – jornalistas, políticas e ativistas – que enfrentam níveis significativamente mais altos de discurso de ódio e outros tipos de violência do que seus colegas do sexo masculino.

Além da falta de uma definição formal, não existem normas e padrões globais coerentes sobre violência baseada em gênero online. À medida que a tecnologia gera novas formas de violência – como deepfakes não consensuais – as estruturas legais existentes deixam de se aplicar. E a violência online (como todas as formas de violência de gênero) é seriamente subnotificada, com apenas 1 em cada 4 mulheres relatando atos violentos à plataforma onde ocorreram, e menos ainda – 14% – relatando a uma agência de proteção.

Todo este cenário leva a crer que uma ação urgente é necessária. Estruturas legais ampliadas devem ser desenvolvidas em coordenação com as organizações de mulheres e centradas nos direitos humanos. Os formuladores de políticas devem coordenar com o setor de justiça, organizações da sociedade civil, mídia e outros setores, o desenvolvimento de respostas

coerentes e estratégias de mitigação. E os processos de design baseados em direitos humanos podem melhorar os sistemas de denúncia e moderação, ajudando a aliviar o ônus das vítimas.

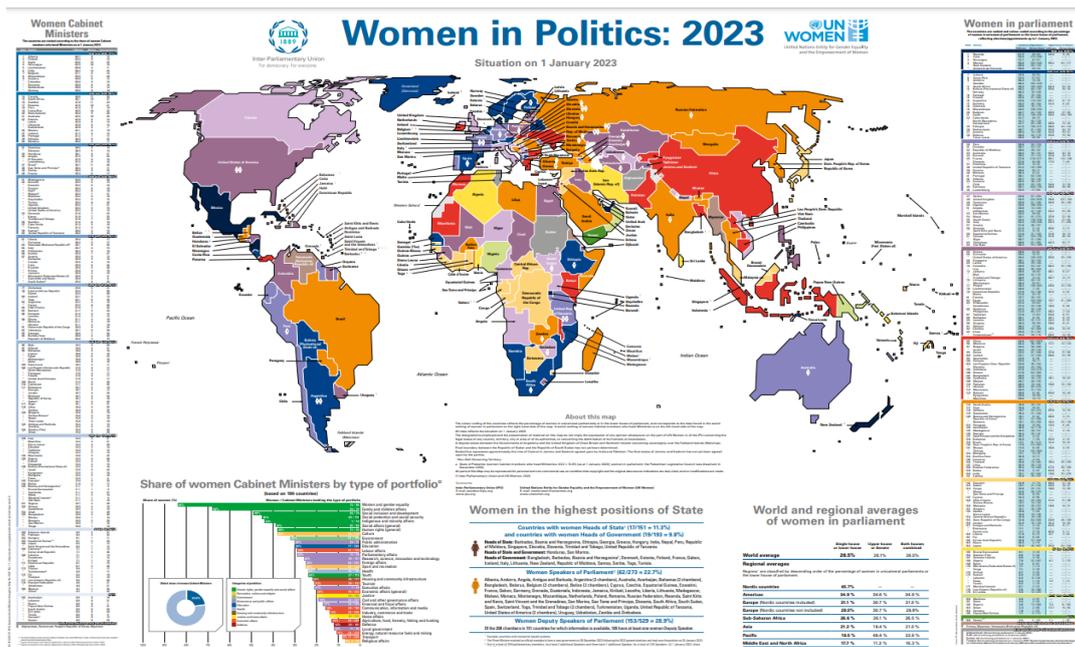
Por fim, ensinar cidadania digital pode ajudar a cobrir questões de violência online – ao mesmo tempo em que instila empatia e uso ético de mídia digital e ensina meninos e homens a se tornarem defensores da igualdade de gênero.

Para ler a proposta completa, [clique aqui](#). Para assistir o vídeo divulgado pela ONU Mulheres, [clique aqui](#).

### **ONU Mulheres - Mulheres na Política 2023**

O mapa “Mulheres na política: 2023”, elaborado pela União Interparlamentar (IPU) e pela ONU Mulheres, apresenta novos dados para mulheres em cargos executivos e parlamentares nos países a partir de 1º de janeiro de 2023. Dados mostram que as mulheres estão sub-representadas em todos os níveis de tomada de decisão em todo o mundo e que alcançar a paridade de gênero na vida política está longe.

- Mais mulheres nos cargos mais altos do Estado: 11,3% dos países tinham mulheres como chefes de Estado (17 de 151 países, excluindo os sistemas de monarquia) e 9,8% tinham mulheres como chefes de Governo (19 de 193). Estes números mostram um aumento em comparação com uma década atrás, quando os números eram de 5,3% e 7,3%, respectivamente. De todas as regiões, a Europa continua a ter o maior número de países liderados por mulheres.
- A Europa e as Américas têm o maior número de mulheres ministras: representam 22,8% dos ministros globalmente. Europa e América do Norte (31,6%) e América Latina e Caribe (30,1%) - regiões com a maior participação de mulheres nos gabinetes. No entanto, na maioria das outras regiões, as mulheres estão gravemente sub-representadas, caindo para 10,1% na Ásia Central e Meridional e 8,1% nas Ilhas do Pacífico (excluindo Austrália e Nova Zelândia).
- Apenas 13 países, quase todos na Europa, têm gabinetes com paridade de gênero, com 50% ou mais de mulheres como chefes de ministério (Albânia, Finlândia, Espanha, Nicarágua, Liechtenstein, Chile, Bélgica). Enquanto nove países – a maioria na Oceania e na Ásia Ocidental – não têm mulheres em cargos ministeriais.
- Mulheres lideram pastas de direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social.
- As mulheres tendem a liderar áreas políticas relacionadas à igualdade de gênero, direitos humanos e assuntos sociais.
- Embora sub-representadas, as mulheres estão à frente de outras importantes pastas políticas, incluindo meio ambiente (32%), administração pública (30%) e educação (30%).
- Os homens continuam a dominar áreas políticas como economia, defesa, justiça e assuntos internos. As mulheres representam apenas 12% dos ministros de gabinete que lideram os portfólios de defesa e governo local, 11% dos portfólios de energia, combustíveis de recursos naturais e mineração e 8% dos portfólios de transporte.



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2023.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#). Para acessar outras informações, [clique aqui](#).

### The Lancet - Seu Corpo é um Campo de Batalha - De flores a rastreadores de fluxo menstrual: a corporatização da igualdade e bem-estar das mulheres

O Dia Internacional da Mulher oferece uma série de opções de “merchandising”, desde as onipresentes flores até o hidratante mais específico “que combate a insônia” ou um “iluminador para canalizar seu brilho interior”. Apropriação corporativa de um dia originalmente estabelecido para promover os direitos das mulheres e o sufrágio universal teria, presumivelmente, sido um anátema para Clara Zetkin, a socialista alemã que propôs pela primeira vez um “Dia da Mulher Especial” com um “caráter internacional” em 1910.

No entanto, a data para conscientizar sobre a luta pela igualdade e celebrar as contribuições das mulheres para a sociedade foi oficializada pela ONU apenas em 1975, instituindo assim o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Do lado positivo, as mulheres agora têm o direito ao voto em todos os países (embora no Vaticano apenas membros masculinos do sínodo possam votar). Do ponto de vista negativo, ainda há muita luta pela frente. O Banco Mundial estima que bilhões de mulheres carecem dos mesmos direitos legais e oportunidades econômicas iguais aos homens, e as desigualdades continuam ao longo de uma série de indicadores sociais, políticos, de desenvolvimento e econômicos.

Por exemplo, em 56 países as mulheres (mas não os homens) estão sujeitas a algum tipo de restrição à sua mobilidade, incluindo 31 países onde uma mulher não pode obter um passaporte da mesma forma que um homem. Embora a participação das mulheres no ensino superior tenha aumentado globalmente, as normas restritivas de gênero continuam a influenciar o que as pessoas estudam: as lacunas de gênero permanecem arraigadas em favor dos homens na parcela de pós-graduação em informação, comunicação, tecnologias, engenharia, manufatura e construção.

O impacto combinado do conflito, da crise climática e dos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19 está exacerbando as desigualdades de gênero, inclusive por meio da menor participação das mulheres na força de trabalho formal do que antes da pandemia em 169 países. Quando as mulheres obtêm acesso à força de trabalho remunerada, é provável que ocupem empregos com salários e status inferiores aos dos homens. A análise em 54 países realizada pela Organização Internacional do Trabalho e a OMS em 2022 constatou que as mulheres nos setores de saúde e assistência ganham cerca de 20% menos que os homens. Essa diferença salarial entre gêneros não reflete o trabalho não pago ou mal pago de 6 milhões de mulheres que trabalham para manter sistemas de saúde ou a contribuição dos cuidados domésticos não remunerados das mulheres que sustentam os sistemas globais de trabalho e produção.

Em 2023, o tema do Dia Internacional das Mulheres da ONU: “Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero” aborda uma questão que parece voltada para o futuro, mas levanta desafios de igualdade de gênero na era do capitalismo de vigilância. As mulheres ocupam apenas um quarto das posições de liderança em tecnologia global e, como consumidoras, as mulheres não têm acesso igual às tecnologias digitais.

Em 2022, a diferença de gênero no acesso à Internet móvel foi relatada como 20–38% na Índia e no Quênia e a posse de telefone celular teve uma diferença de gênero de 16% no Nepal. Quando mulheres e meninas acessam espaços digitais, elas enfrentam ameaças à segurança e privacidade: mais de 50% das mais de 14.000 meninas pesquisadas em 31 países relataram violência cibernética, incluindo assédio, abuso, perseguição e ameaças de violência física e sexual.

Desafios de gênero e saúde incluem as consequências de empresas comerciais que detêm dados pessoais de milhões de mulheres em todo o mundo. Um dos aplicativos de rastreamento menstrual mais baixados e usado por milhões de mulheres e mecanismos de pesquisa na internet como informações sobre onde encontrar uma clínica de aborto, como comprar on-line medicamentos para interrupção da gravidez ou quaisquer outras atividades dessa natureza deixam uma pegada digital do status reprodutivo e da história de uma mulher. Essas atividades on-line não são neutras em relação ao risco na era do complexo industrial de vigilância. Dados de rastreamento de localização podem ser usados para atingir mulheres que visitam clínicas de aborto nos EUA com mensagens antiaborto. Preocupações sobre essas questões levaram à introdução do tema “My Body, My Data Act” em Congresso dos EUA, que busca garantir a privacidade dos dados de saúde reprodutiva e sexual, incluindo os dados coletados online.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

## **A regulação de alimentos e os sistemas alimentares: o papel do Codex Alimentarius e outras instâncias no apoio à transformação dos ambientes alimentares**

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva,  
Erica Ell e Juliana Ubarana***

A agenda regulatória de alimentos tem relação direta com a discussão de sistemas alimentares, na medida em que contempla desde os resíduos de pesticidas e outros contaminantes nos alimentos até o perfil nutricional dos alimentos comercializados e consumidos, ou seja, desde a produção até o consumo. Nesse sentido, as regulações são mais reconhecidas por seus impactos sobre os ambientes alimentares, na medida em que influenciam a oferta de alimentos e devem ter como principais objetivos proteger a saúde das pessoas em relação a alimentos que representem risco à saúde e promover escolhas alimentares mais saudáveis, mas podem e devem afetar aspectos desde a produção agrícola até o processamento dos alimentos.

### **A relação entre a regulação de alimentos, a saúde e os sistemas alimentares**

A história de vigilância sanitária global e nos países tem origens na segurança microbiológica e de contaminantes e o processamento industrial dos alimentos foi frequentemente uma solução para estes problemas. Contudo, nas últimas décadas, essa vigilância passa a incorporar cada vez mais elementos relacionados a outros efeitos dos alimentos sobre a saúde, primeiramente com as carências de micronutrientes e mais recentemente na sua relação com doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs). Considerando a múltipla carga da má nutrição, a regulação de alimentos tem o desafio de abordar conjuntamente todos esses aspectos que frequentemente coexistem nas populações e territórios.

Assim, a regulação de alimentos acaba por responder historicamente à situação epidemiológica e do ambiente alimentar das diferentes épocas e tem se alinhado com a lógica dos sistemas alimentares hegemônicos, particularmente no que se refere ao comércio e processamento dos alimentos. Por exemplo, depois da primeira linha de abordagem dessa regulação ser na segurança sanitária para responder aos riscos de infecção alimentar associados a más condições de preparo dos produtos pelos manipuladores e indústrias, veio a necessidade de incorporação da fortificação dos alimentos, particularmente incluindo micronutrientes (vitaminas e minerais) em sua composição, para responder a problemas de escassez desses nutrientes na dieta. Paradoxalmente, esse problema está diretamente relacionado justamente à substituição da dieta tradicional, diversificada e nutritiva, baseada em alimentos locais e adequada à cultura alimentar local, por alimentos industrializados (que depois viriam a ser chamados de ultraprocessados, devido ao grau e propósito do processamento industrial aos quais estão associados).

Além disso, outros problemas relacionados aos modos de produção dos sistemas alimentares acabam por criar necessidades adicionais às agendas regulatórias, como no caso dos agrotóxicos e a contaminação de alimentos e o uso de antibióticos na pecuária e o aumento da resistência antimicrobiana (mostrando uma relação importante com iniciativas como o *One Health*).

Mais tarde, com a descoberta da associação de fatores de risco dietéticos a desfechos de saúde, são identificados os chamados nutrientes críticos associados ao risco de DCNTs, tais como hipertensão, obesidade e diabetes (particularmente sódio, gorduras não saudáveis e

açúcares), levando a iniciativas regulatórias para melhorar a informação ao consumidor e eventualmente limitar seu conteúdo.

Os fatores de risco dietéticos representam atualmente as principais causas de adoecimento e doença no mundo, mas cada vez mais cresce também a base de evidência em relação à associação dos padrões alimentares com a saúde e doença, considerando o grau e propósito do processamento industrial dos alimentos. Todavia, enquanto a questão dos nutrientes críticos conseguiu ser incorporada em muitos aspectos da agenda regulatória, a questão dos ultraprocessados ainda é abordada de forma incipiente e, no máximo, de forma indireta. Ainda não há estimativas de outros países, mas as mortes prematuras associadas ao consumo de alimentos ultraprocessados representam cerca de 22% das mortes preveníveis no Brasil, ou seja, 57 mil mortes por ano<sup>42</sup>.

Com isso, o modelo regulatório global, refletido nas regulações nacionais para alimentos, frequentemente reflete as necessidades e interesses dos sistemas alimentares hegemônicos e conforma os ambientes alimentares. Contudo, são também possíveis soluções fomentadas pela regulação, na medida em que medidas que modifiquem os ambientes alimentares para favorecer escolhas alimentares saudáveis e desincentivar o consumo de alimentos não-saudáveis, como subsídios a alimentos frescos locais, a taxação de alimentos e bebidas ultraprocessadas, o aprimoramento da rotulagem nutricional e a regulação da publicidade e venda de alimentos ultraprocessados, podem influenciar positivamente todo o sistema alimentar.

### **O Codex Alimentarius: histórico, funcionamento e críticas**

Retornando à história da agenda regulatória, com o avanço de regulações nacionais e mesmo da ausência destas em alguns países, surgiu a necessidade de padronização global de padrões, guias e códigos em relação aos alimentos, visando tanto proteger a saúde dos consumidores quanto a promover práticas justas de comércio de alimentos. Para tanto, na década de 1960, foi criado o Codex Alimentarius, sob coordenação da FAO e da OMS, com o objetivo de que os alimentos sejam seguros e possam ser comercializados<sup>43</sup>.

O Codex Alimentarius conta atualmente com 189 membros (representações de governos nacionais e da União Europeia) e 235 observadores (organizações intergovernamentais e não-governamentais) e seus padrões são voluntários por natureza, devendo ser traduzidos em legislações ou regulações nacionais para que sejam aplicadas e devem ser definidos com base na ciência para garantir a segurança e qualidade dos alimentos. Para isso, há padrões gerais e específicos que abordam práticas higiênicas, rotulagem, aditivos, critérios de inspeção e certificação, nutrição e resíduos de drogas veterinárias e pesticidas, tratados em diferentes comitês temáticos, além de comitês específicos para padrões de commodities e comitês regionais. A partir disso, padrões do Codex podem inclusive servir como referência para disputas em outros âmbitos, como a OMC.

O trabalho do Codex deve ser bem definido, aberto e transparente, se iniciando a partir de demandas de governos nacionais ou de comitês, passando por um processo de detalhada discussão técnica (frequentemente em grupos eletrônicos) até sua aprovação final. Essa

---

<sup>42</sup> Nilson EAF, Ferrari G, Louzada MLC, Levy RB, Monteiro CA, Rezende LFM. Premature deaths attributable to the consumption of ultra-processed foods in Brazil. *Am J Prev Med.* (2022) 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013>

<sup>43</sup> <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/home/en/>

discussão deve ser baseada nas evidências científicas mais atuais, o que requer a participação de especialistas em diferentes campos, incluindo organizações especializadas, e tornam o Codex um importante fórum de intercâmbio de informações científicas sobre alimentos.

Apesar desse arcabouço e racional que firmou o Codex como a referência regulatória global e exerce um inegável papel na busca de seus objetivos, há muitas críticas a ela. Por exemplo, são comuns as críticas de que o Codex pode promover e perpetuar desigualdades e desbalanços de poder, favorecendo os países ricos sobre os pobres, as indústrias sobre os consumidores e o comércio sobre a saúde. Além disso, os processos de discussão e tomada de decisão frequentemente são muito longos e poderiam ser otimizados<sup>44</sup>.

Grande parte das maiores críticas ao Codex Alimentarius vem justamente de um sistema que traz disputas inerentes entre seus objetivos: saúde e comércio. Esse balanço é muito delicado e apesar da busca por muitas instituições da prioridade à saúde, os interesses comerciais afetados pelas medidas podem barrar ou fragilizar medidas regulatórias mais efetivas. Por exemplo, determinada norma menos rigorosa em relação à proteção à saúde normalmente é benéfica ao comércio internacional, ainda que coloque em maior risco os consumidores, enquanto medidas mais rigorosas podem ser consideradas potenciais barreiras ao comércio.

Isso pode representar grande risco ao processo decisório, visto que interesses corporativos podem influenciar inclusive as representações nacionais devido aos grandes interesses financeiros envolvidos, sempre com a argumentação de que os riscos à saúde humana devem estar equilibrados em relação à promoção do comércio global de alimentos. A participação de representantes do setor privado em delegações do Codex não é incomum, apesar da coordenação normalmente ser de representantes do governo, mas casos mais extremos e emblemáticos da influência dos interesses privados na agenda chegaram até à representação de países em comitês do Codex pelo setor produtivo ao invés do governo. Por exemplo, em 2011, a delegação mexicana no Comitê de nutrição e alimentos para fins especiais (CCNFSDU) era composta unicamente por representantes das indústrias de alimentos para a discussão dos valores de nutrientes relacionados ao risco de DCNTs e da revisão dos padrões das fórmulas infantis de seguimento. Somado a isso, iniquidades entre regiões do mundo podem também ser perpetuadas e exacerbadas na medida em que países pobres não têm recursos para garantir uma participação ativa e frequente nos comitês e plenárias<sup>45</sup>.

Particularmente em temas do CCNFSDU, como as fórmulas infantis, há um grande risco de que conflitos de interesses e interferências do setor produtivo impactem diretamente a garantia do direito humano à alimentação adequada das crianças menores de 2 anos, na medida em que esses produtos concorrem com o aleitamento materno. Além disso, influenciam agendas como a fortificação voluntária de alimentos, mesmo ultraprocessados, ainda que não sejam o veículo ideal para micronutrientes, bem como a regulação de alimentos terapêuticos para o tratamento da desnutrição (os RUTF – *ready to use therapeutic foods*), que, apesar de fundamentais no tratamento domiciliar da desnutrição infantil, tem sido utilizada sem o

---

<sup>44</sup> Halabi, Sam, The Codex Alimentarius Commission, Corporate Influence, and International Trade (May 24, 2015). American Journal of Law and Medicine, Vol. 41, No. 2, 2015, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2635550>

<sup>45</sup> An Unwelcome Seat at the Table: The Role of Big Food in Public and Private Standard Setting and its Implications for NCD Regulation. Anita George. QUT Law Review. 18(1), pp. 1–44. <https://lr.law.qut.edu.au/article/download/726/653/726-1-2497-1-10-20181116.pdf>

fomento a políticas estruturantes que revertam os determinantes da insegurança alimentar e nutricional e da desnutrição nas populações, principalmente na África.

Além disso, as atuais normas ainda não são capazes de levar em consideração questões relevantes como a sustentabilidade, nem de incorporar o valor nutricional que é agregado pelos sistemas curtos de produção e consumo. Com isso, há perda de oportunidades de maior articulação da agenda regulatória com grandes compromissos globais que envolvem questões intersetoriais e de saúde humana, animal e planetária, como a Agenda 2030. Ademais, essas limitações se refletem inclusive na internalização nas regulações nacionais, que frequentemente são incapazes e diferenciar normas e regramentos para pequenos e grandes produtores de alimentos, favorecendo as grandes corporações em detrimento dos negócios locais, de menor escala, bem como favorecendo grandes agricultores a agricultores familiares, além de não considerarem os aspectos ambientais de sua implementação.

Outras críticas se estendem à própria abordagem das evidências científicas, devido à necessidade de fomentar em todos os campos a evidência com os melhores dados experimentais possíveis. Por exemplo, como a necessidade de aprimoramento de questões de avaliação de risco, considerando limitações na avaliação do histórico de uso seguro podem interferir em temas como a análise de aditivos alimentares e níveis de resíduos nos alimentos, sem que se considere amplamente o princípio da precaução. Outro risco no campo das evidências é relacionado aos conflitos de interesses nas pesquisas com alimentos (muitas com financiamento das indústrias de alimentos) e à cooptação de especialistas pelo setor produtivo, diretamente ou mais comumente por meio de instituições ditas científicas e sem fins lucrativos, mas criadas ou mantidas pelo setor produtivo e suas corporações, como o ILSI (*International Life Science Institute*).

Uma questão adicional, mas muito relevante, é que o caráter voluntário dos padrões e normas do Codex na prática não representa a realidade para algumas questões. Por exemplo, o Acordo de Padrões Sanitários e Fitossanitários (*Sanitary and Phytosanitary Standards - SPS*) da OMC tem relação muito próxima com o Codex Alimentarius e seus padrões, de modo a tornar estes últimos vinculantes na prática, devido às repercussões comerciais que podem gerar. Novamente em relação principalmente aos países de menor renda, também é muito comum que internalizem diretamente as normas do Codex, tendo em vista a fragilidade ou inexistência de instâncias regulatórias estruturadas e a pressão em relação ao atendimento de critérios para a comercialização internacional de alimentos, de modo que nesses cenários o caráter voluntário de incorporação e adaptação na prática não se aplica.

### **Exemplos recentes das interferências de interesses comerciais na agenda regulatória de alimentos**

Os conflitos de interesses entre as corporações da alimentação (também chamadas de *Big Food*) estão entre os principais riscos à agenda regulatória, pois representam uma grande força de mercado em favor dos sistemas alimentares hegemônicos, voltados para a produção, promoção e consumo de alimentos de baixo custo, ultraprocessados, pobres nutricionalmente e altos em sal, gorduras e açúcar, que substituem os alimentos tradicionais em todo o mundo. Essa concentração se manifesta na medida em que dez empresas multinacionais controlam atualmente a maioria das marcas de alimentos e bebidas no mundo e têm por objetivo maior a geração de lucros a seus acionistas e não a garantia do consumo de alimentos saudáveis e utiliza-se de estratégias semelhantes às usadas pelas indústrias de tabaco (*Big Tobacco*) para frear ou enfraquecer as regulações.

É fundamental reforçar que os impactos do consumo de alimentos e bebidas ultraprocessadas se dá por múltiplos mecanismos comportamentais, sociais e fisiológicos, começando pela substituição dos alimentos tradicionais e preparações feitas a partir deles, reduzindo a comensalidade e a importância da alimentação no cotidiano. Também se manifestam na oferta de produtos mais baratos do que os alimentos frescos, de modo que a dieta mais saudável corre risco de tornar-se mais cara, afetando mais significativamente famílias de menor renda. Do ponto de vista nutricional, os alimentos ultraprocessados são em geral pobres em nutrientes como fibras, vitaminas e minerais, além de terem alta densidade energética e possuírem maior conteúdo de sódio, gorduras e açúcar. Por serem feitos em grande parte de ingredientes industriais, estão associados a mudanças na absorção de nutrientes, pois a matriz celular dos alimentos frescos, particularmente os de origem vegetal em que interagem com as fibras e outros componentes e substâncias que atuam sinergicamente, é substituída por uma matriz acelular, em que os nutrientes estão livres.

Além disso, pela utilização de aditivos alimentares para conferir sabor, durabilidade, odor, consistência e outras propriedades aos produtos, pode provocar a modificação de mecanismos de saciedade, alterações na microbiota intestinal e provocação de mecanismos inflamatórios, entre outros. Com isso, o consumo de ultraprocessados foi associado com desfechos que incluem mortes por todas as causas, risco de doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e mesmo problemas de saúde mental, cuja resolução efetiva não se dá por mudanças internas nos sistemas alimentares hegemônicos, salvo se os alimentos ultraprocessados puderem deixar de sê-los para se tornarem processados ou minimamente processados.

Um primeiro exemplo dessas estratégias do *Big Food*, amparadas por evidências produzidas com grandes conflitos de interesses pela interferência e financiamento pelas grandes indústrias de bebidas adoçadas, foi a associação maior do consumo de gorduras saturadas com DCNTs, até sugerindo a limitação do consumo de alimentos como manteiga, leite integral, ovos e outros e determinando as prioridades de regulação de alimentos. Enquanto isso, era omitido intencionalmente o impacto do consumo de açúcares simples, particularmente nos refrigerantes, à saúde, cuja regulação foi sucessivamente adiada. Mesmo com o conhecimento atual dos impactos do açúcar, as soluções para reduzir seu consumo, com interface na regulação, passam pela reformulação de alimentos e bebidas para a substituição do açúcar por adoçantes artificiais, cuja exposição nas populações tem aumentado, apesar do aumento de evidências em relação a seus efeitos deletérios sobre a saúde humana.

A utilização das gorduras hidrogenadas (principais fontes de gorduras trans) foi uma alternativa industrial para substituir outras gorduras na fabricação de alimentos, cujo consumo foi mais tarde associado diretamente a maior risco cardiovascular e hoje muitos países, incluindo o Brasil têm aprovado e implementado resoluções para sua redução e eliminação do mercado. Contudo, mesmo com esses avanços, são pouco conhecidos os efeitos dos principais substitutos das gorduras trans sobre a saúde em médio e longo prazos, como as gorduras interesterificadas e o óleo de palma (que também tem repercussões ambientais significativas), em vez das gorduras insaturadas recomendadas pelas evidências.

Outro exemplo da apropriação da agenda regulatória global e nacional para favorecer interesses comerciais aproveita-se da demanda dos consumidores por alimentos mais saudáveis ou com propriedades específicas. No campo das informações ao consumidor, há uma infinidade de exemplos do uso de terminologias que criam uma falsa percepção dos benefícios à saúde ou em relação à qualidade dos alimentos, muitos dos quais sem regulação até o momento, como “caseiro”, “nutricional”, “natural”, “super” e outros.

Mesmo em relação a termos e expressões de qualidade e propriedades de alimentos que são reguladas, existem muitos problemas, como nas normas internacionais que permitem que estabeleçam limites de um mínimo de 70% de ingredientes produzidos organicamente para que produtos possam ser chamados de orgânicos. Analogamente, no Brasil, para que um produto possa ser chamado de integral, na realidade basta que pelo menos 30% de todos os seus ingredientes sejam integrais. Além disso, o uso das embalagens como elementos da publicidade tem crescido muitas vezes sem a regulação correspondente para coibir isso, considerando o uso de imagens de personagens e oferta de que apelam principalmente para o público infantil e adolescentes.

O lobby contrário a medidas regulatórias no escopo dos ambientes alimentares, tais como regulação da rotulagem nutricional, da publicidade e da venda de alimentos ultraprocessados, bem como da taxação de bebidas adoçadas, é muito intenso e ocorreu nos processos de vários países da América Latina. Dentre as estratégias, o setor produtivo buscou incentivar a adoção de modelos alternativos de rotulagem, questionou o impacto das medidas sobre o comércio e empregos, questionou as evidências científicas favoráveis às medidas, buscou protelar a implementação e até judicializou os processos, tanto nacional quanto internacionalmente.

O Chile, em particular, foi palco de adoção de grande parte dessas estratégias por ter sido o país pioneiro na proposição de uma rotulagem nutricional frontal de advertência, que também se aplicava à publicidade dos alimentos e seu comércio em ambientes como as escolas, além das pressões internas, chegou a ser levada à OMC, a pretexto de configurar barreira técnica ao comércio por serem excessivamente restritivas.

No Brasil, outros exemplos de interferência na política alimentar nacional e global pelas indústrias de alimentos e do agronegócio foram analisados no “Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação”, de autoria do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da ACT Promoção da Saúde<sup>46</sup>. Além da discussão da interferência do setor privado na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, que exploramos no Informe 14/2022, o documento também analisou as pressões do setor privado sobre a Anvisa no processo de discussão da rotulagem nutricional frontal no Brasil.

Durante a discussão da rotulagem frontal, as indústrias nacionais promoveram primeiramente a defesa de um sistema de rotulagem que comprovadamente tinha baixo impacto sobre o consumo de alimentos não-saudáveis e a percepção de saudabilidade dos produtos (o semáforo nutricional) e depois pressionaram a Anvisa contra a adoção dos modelos de advertência já implementados em outros países latino-americanos (advertência usando triângulos ou octógonos), levando a agência a propor e aprovar um terceiro modelo, não testado suficientemente, usando um design de lupa. Além disso, a proposta final da Anvisa considerou poucos nutrientes em relação a outros países (somente excesso de sódio, gorduras saturadas e açúcares adicionados), não previu a vinculação das advertências a outras regulações como publicidade e venda de alimentos e uso de alegações nutricionais e desconsiderou o Perfil Nutricional da Opas, que foi formulado com vistas a aumentar o impacto sobre a saúde dos consumidores, ao propor um perfil nutricional nacional mais permissivo (ou seja, em que os limites de nutrientes são maiores e, portanto, menos produtos trarão advertências comparado ao perfil da Opas). Por fim, o prazo original para adequação do setor produtivo foi bastante

---

<sup>46</sup> [https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD\\_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao\\_ACT\\_IDEC\\_2022.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf)

longo comparado ao adotado em outros países, começando a vigorar somente 2 anos após a aprovação da resolução (em 2020) e contando com um prazo adicional de adequação de 1 ano para alimentos em geral, 2 anos para alimentos produzidos por pequenos fabricantes (como agricultores familiares e produtores artesanais) e 3 anos para produtos com embalagens retornáveis, retardando muito o impacto dessas medidas no consumo da população.

Em outro exemplo, ocorrido há mais de uma década, houve a suspensão de uma resolução da própria Anvisa, que tratava da regulação da publicidade de alimentos, após a judicialização do tema pelas indústrias de alimentos, sob a alegação de que a agência não teria competência legal para regulamentar o tema. Como resultado, essa regulamentação passou a depender de projetos do legislativo, que também por interferência do lobby, não foram concluídas e votadas até hoje.

Mais recentemente, uma regulação nacional pela Anvisa, visando a declaração obrigatória de substâncias alergênicas nos alimentos, foi denunciada por outros países do bloco, alegando que a medida causaria barreiras ao comércio regional, e teve que ser resolvido no âmbito das soluções de controvérsia do bloco, com resultado favorável à agência brasileira.

Vale destacar também que, além da atuação regulatória dentro dos estados membros, por demanda do setor produtivo, cresce atualmente uma demanda por medidas voluntárias (também conhecidas como “*soft law*”) para evitar a regulação para a prevenção de DCNTs associadas à alimentação, como se observa na reformulação voluntária de alimentos para a redução de nutrientes críticos e iniciativas de autorregulação da publicidade. Contudo, evidências mostram claramente as limitações dessas medidas voluntárias na produção de impactos mais significativos sobre a saúde, caracterizando-as como medidas de redução de danos fomentadas pelos sistemas hegemônicos e não de solução efetiva aos problemas de saúde relacionados à alimentação inadequada.

Como exemplo prático dessas diferenças, considerando somente no Brasil, o estabelecimento de metas regulatórias baseadas nas menores metas aplicadas para os mesmos produtos no mundo representaria a prevenção de três vezes mais casos de eventos cardiovasculares e cerca de cinco vezes mais mortes por infarto e acidentes vasculares cerebrais comparada à manutenção de metas voluntárias para o teor de sódio em alimentos processados e ultraprocessados. No total, a adoção das medidas regulatórias evitaria aproximadamente 850 mil casos de doenças cardiovasculares e 15 mil mortes nos próximos 20 anos, representando economias de 2,4 bilhões de dólares em termos de custos do tratamento dessas enfermidades<sup>47</sup>.

Um último exemplo, ocorrido nas primeiras semanas de março de 2023, refere-se à discussão do início ou não de trabalhos de discussão de perfis nutricionais para subsidiar a rotulagem nutricional frontal no âmbito do CCNFSDU. Os perfis nutricionais são instrumentos fundamentais para a rotulagem frontal e outras políticas, pois servem de referência para questões como os limites de nutrientes críticos e ingredientes para que sejam considerados excessivos ou altos e por isso há interesses opostos dos interessados na saúde do consumidor, que defendem limites mais rigorosos, enquanto o setor produtivo defende limites mais

---

<sup>47</sup> Nilson EAF, Pearson-Stuttard J, Collins B, Guzman-Castillo M, Capewell S, O’Flaherty M, Kyridemos C. OP39 Quantifying the health and economic benefits of different salt reduction strategies in Brazil: a microsimulation analysis. *J Epidemiol Community Health* 2022;76:A19-A20. <http://dx.doi.org/10.1136/jech-2022-SSMabstracts.39>

permissivos (lembrando o exemplo da influência do setor produtivo no processo de regulação da rotulagem nutricional frontal no Brasil, descrito anteriormente).

Todavia, apesar de um possível interesse inicial em uma discussão técnica sobre o tema no âmbito do CCNFSU, a abertura dessa discussão pode abrir precedente perigoso à regulação do tema da rotulagem nutricional frontal, atrasando possivelmente fragilizando critérios nos processos regulatórios nacionais em andamento e abrindo espaço para pressão das indústrias de alimentos. Há que se destacar, nesse sentido, que já havia sido finalizado há um ano a discussão da rotulagem nutricional frontal, incluindo os perfis nutricionais usados para sua construção, no comitê de rotulagem (CCFL), além da OMS, por meio das suas representações regionais, ter desenvolvido perfis nutricionais específicos para cada uma das regiões, baseados nas evidências científicas mais recentes e visando o maior impacto na promoção da saúde e prevenção de doenças associadas à alimentação inadequada.

Após a proposição de início desse grupo de trabalho sobre perfis nutricionais, houve reação imediata de vários países, particularmente na América Latina, tendo em vista que o perfil nutricional da Opa subsidiou boa parte das regulamentações nacionais na região, bem como da OMS, por conta dos perfis regionais já desenvolvidos. Além disso, organizações científicas e da sociedade civil brasileira, incluindo o Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA) da Fiocruz, manifestaram-se junto à Anvisa e ao Ministério da Saúde para que a representação do Brasil na plenária do CCNFSU também se manifestasse contrariamente à proposta, visto que a posição original do grupo nacional tinha sido manifestada como neutra. Contudo, mesmo com a negativa à proposta na reunião preliminar do CCNFSU, a Costa Rica insistiu na análise da questão novamente na plenária do comitê, porém a proposta foi negada mais uma vez. Apesar dessa reversão, é provável que a proposta seja revista e reapresentada em reuniões futuras, portanto a mobilização de entidades científicas de defesa do consumidor mostra papel importante na defesa dos interesses da saúde nesses processos.

### **Recomendações**

O papel da regulação de alimentos é central para a saúde humana, animal e planetária, na medida em que pode moldar positivamente ambientes alimentares e os sistemas de produção e consumo de alimentos. Contudo, exemplos da interferência dos interesses dos sistemas alimentares hegemônicos têm frequentemente colocado em risco a implementação de medidas que sejam focadas na saúde humana, além de desconsiderar os outros impactos dos modelos de produção, em termos culturais, sociais e ambientais.

O Codex Alimentarius, em particular, deve ter seu papel e mandato reforçado nesse sentido e para tanto deve ter a saúde como prioridade em relação aos interesses financeiros. Na busca atender a seus dois objetivos oficiais, mas muitas vezes concorrentes, a saúde dos consumidores e o comércio internacional de produtos, há risco à adoção de medidas regulatórias mais efetivas por serem consideradas barreiras comerciais, inclusive pautadas por países que manifestam maior preocupação com pautas econômicas do que as de saúde. Portanto, é fundamental rever esses objetivos à luz de compromissos globais (incluindo os ODS) e aprimorar mecanismos de gerenciamento de conflitos de interesses nas discussões para que o Codex possa exercer esse papel e que isso repercuta também nas legislações nacionais.

É importante, por outro lado, notar que há movimentos positivos nessa direção, que precisam ser ampliados. Na última plenária do Comitê de Nutrição do Codex Alimentarius (CCNFSU), houve múltiplas manifestações de organizações observadoras sobre preocupações com o ultraprocessamento dos alimentos e a incorporação de aspectos de sustentabilidade nas

análises, contrapondo-se aos interesses comerciais envolvidos na criação e regulação de novos produtos ultraprocessados ligados a demandas por fontes alternativas aos alimentos de origem animal e a alegações de saúde e de funcionais, como probióticos. Representações de governos e mesmo os organismos internacionais ainda não incorporaram esses argumentos, mas precisam fazê-lo.

Isso mostra a necessidade de ampliar o escopo da avaliação nos novos padrões e regulamentos, além de revisar os existentes à luz desses novos paradigmas, menos focados em nutrientes e livres de conflitos de interesses, e que considerem os padrões de consumo e sua relação com o direito humano à alimentação adequada, a soberania alimentar e a produção sustentável.

É necessário que a agenda regulatória global e nacional seja pautada pela saúde e que o comércio se baseie nos produtos e serviços com base nas prioridades de saúde dos consumidores, da mesma maneira que a transformação dos sistemas alimentares deve se pautar pela saúde humana, animal e planetária.

Nesse sentido, como organismos internacionais da Nações Unidas, particularmente a OMS e FAO, devem defender a saúde humana, animal e planetária e usar os espaços como o Codex Alimentarius para isso, tornando-os protegidos de conflitos de interesses. Além disso, governos nacionais devem atuar na mesma direção, também se pautando pela agenda de saúde em relação aos interesses comerciais, com o apoio de especialistas e da sociedade civil, inclusive na avaliação dos potenciais impactos das medidas e suas alternativas com vistas a priorizar aquelas que tragam maior impacto sobre a saúde, os custos das doenças e indicadores sociais e ambientais.

## UNESCO – patrimônio em guerra e racismo: dois temas sensíveis

*Gisele Sanglard e Fabiane Gaspar*

### Entre a recuperação e a preocupação

Estes dois termos chamam a atenção para duas ações distintas do organismo: a recuperação refere-se ao trabalho que vem sendo realizado em Mossul, Iraque. A cidade de Mossul se localiza em um ponto estratégico do Iraque – faz a ligação norte-sul, leste-oeste – e é considerada uma das mais antigas cidades da humanidade. Devemos nos lembrar que lá floresceu importantes civilizações, sumérios e acadianos, e que nos legaram uma importante estrutura de governo e códigos. A despeito do caráter consuetudinário, os códigos e Eshununa, Lipit-estar e, sobretudo, o código de Hammurabi são as primeiras leis escritas, sendo que o publicado pelo rei de Summer, Hammurabi, em 3 mil a.C., foi o único que chegou completo a nós e cuja estela está no museu do Louvre em Paris.

Por sua localização estratégica, Mossul foi dominada pelo Estado Islâmico e fortemente bombardeada. Foi por esta razão que, em fevereiro de 2018, a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, criou o projeto “Fazer reviver o espírito de Mossul”. A iniciativa deve ser entendida como

“uma resposta da Organização afim de apoiar a reconstrução de uma das cidades mais emblemáticas do Iraque. Fazer reviver Mossul, não constituiu somente em reedificar os sítios tombados, mas igualmente fornecer à população os meios de se tornarem atores da mudança, ao se tornarem parte do processo de reconstrução de sua cidade através da educação e da cultura” (<https://www.unesco.org/fr/faire-revivre-lesprit-de-mossoul>, acessado em 12/03/2023).

Com apoio dos Emirados Árabes Unidos foram recuperados espaços de culto emblemáticos na cidade, tais como: a mesquita de Al-Nouri e o minarete Al-Hadba; além das igrejas de Al Saa'a e Al Tahera. Com o apoio da União Europeia, foram reconstruídas as *vielles villes* de Mossul e Bassora.

Ações de apoio à uma vida cultural e ao ensino também foram objeto de ação da Unesco na cidade. A preocupação com relação ao ensino foi criar um ambiente de aprendizagem, uma vez que as crianças perderam três anos de ensino (2014-2017), além do que aqueles que conseguiram frequentar escola foram influenciados pela ideias extremistas do grupo islâmico.

O objetivo consistia em desenvolver o conhecimento cognitivo e comportamentais tais qual: pensamento crítico, capacidade de considerar as coisas a partir de diversos ângulos distintos; a compreensão da complexidade, a coragem moral e o comportamento responsável on-line. (<https://www.unesco.org/fr/revive-mosul/education-program?hub=1067>, acessado em 13/03/2023).

Ainda neste tópico há de se referenciar que, graças ao apoio financeiro da União Europeia, foi dado treinamento aos professores da educação básica, o que criou um ambiente seguro para o ensino.

No que tange à preocupação, o segundo termo que chamamos atenção neste tópico, a Unesco se dedica à guerra na Ucrânia, onde 10 jornalistas foram mortos, 246 sítios históricos sofreram algum tipo de dano dos quais, 107 igrejas/templos, 20 museus, 88 edifícios de

interesse histórico e/ou artístico, 19 monumentos e 12 bibliotecas; e 3145 escolas foram danificadas (das quais 415 completamente destruídas) ao longo de um ano de conflito.

### **Fórum mundial contra o racismo e a discriminação**

Ocorrido em novembro último no México, o Fórum mundial contra o racismo e a discriminação teve como tema “O caminho em direção a uma sociedade pós-COVID-19 fundado nos direitos” e procura reagir aos impactos nefastos que o racismo e a discriminação tem sobre as populações mais vulneráveis. Sobretudo teve como objetivo entender como está a situação em matéria de luta contra o racismo; além de se propor a funcionar como uma plataforma para os setores públicos e a sociedade civil que atuam no combate ao racismo e a discriminação.

Dentre os direitos, foram enfatizados os das mulheres, das adolescentes e meninas; a discriminação das pessoas de origem africana e asiática; o papel das cidades e dos lugares públicos; a ligação com as comunidades artísticas e universitárias; a discriminação da inteligência artificial e da mobilização de recursos.

Com relação aos temas discutidos, ressaltamos: os árabes latinos; o racismo na educação; a criativa e inclusiva expressão cultural dos afrodescendentes na América do Sul e Central; lançamento da coalização global sobre racismo estrutural e reparações; Ferramentas contra os discursos de racismo e discriminação na comunicação: experiências do México; construindo uma parceria norte-americana para a igualdade e inclusão racial; e lançam a pergunta: empresa antirracista, é possível?

### O Indicado por Biden para o Banco Mundial

O indiano naturalizado americano Ajay Banga foi indicado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden para ocupar o cargo da presidência do **Banco Mundial (BM)**.

Banga ficou 12 anos à frente da Mastercard e se aposentou em 2021. Em seu repertório, consta que o executivo ajudou milhares de pessoas sem banco a ingressar na economia digital, evitou demissões de funcionários do banco durante a pandemia de COVID-19 e possui liderança em temas atuais como gênero, clima e agricultura de forma sustentável.

Biden justificou a indicação de Ajay dizendo que o empresário possui larga experiência empresarial em seu país e que possui compromissos na mobilização de fundos privados para apoiar a inclusão financeira e na ajuda aos países em desenvolvimento a lidar com as alterações climáticas. Ajay Banga trabalhou com a vice-presidente norte-americana, Kamala Harris e atualmente é presidente honorário da Câmara de Comércio Internacional.

*“Criado na Índia, Ajay tem uma perspectiva única sobre as oportunidades e desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e como o Banco Mundial pode cumprir sua ambiciosa agenda para reduzir a pobreza e expandir a prosperidade”.* Joe Biden, Presidente dos EUA.

Por ser maior acionista da instituição financeira, os EUA podem indicar um nome ao cargo, assim como foi a indicação de Donald Trump a David Malpass, em 2019.

Fontes:

<https://diariodocomercio.com.br/financas/ajay-banga-e-indicado-por-biden-para-o-banco-mundial/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/biden-indica-ex-ceo-da-mastercard-ao-cargo-de-presidente-do-banco-mundial/>

### Novo Membro do BID Invest

O **BID Invest** (o braço do setor privado do **BID**) deu as boas-vindas ao Reino Unido como seu 48º país membro. A declaração oficial de adesão foi assinada durante uma cerimônia de adesão liderada pelo ministro do Desenvolvimento do Reino Unido, Andrew Mitchell, pelo presidente do **BID**, Ilan Goldfajn, e pelo CEO do **BID Invest**, James P. Scriven.

O anúncio segue um relacionamento de longa data com o **BID**. Desde 1976, o Reino Unido é membro do **BID**, e sua admissão no **BID Invest** reforça seu compromisso com o aumento do desenvolvimento econômico e social na **América Latina e no Caribe (ALC)** por meio do setor privado.

Em 2017, o **BID**, o **BID Invest** e o Reino Unido formaram uma parceria para criar o Programa de Infraestrutura Sustentável do Reino Unido, um fundo fiduciário de **£ 177,5 milhões**, mobilizando investimentos do setor privado para aumentar a ação climática por meio de infraestrutura sustentável de baixo carbono, apoiando países na região para cumprir seus compromissos do Acordo de Paris.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/united-kingdom-joins-idb-invest-its-newest-member-country>

## Ucrânia

A diretora-ferente do **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, Kristalina Georgieva, esteve na Ucrânia na última semana de fevereiro. Durante a sua visita, Kristalina fez algumas declarações do que viu no país e exaltou o espírito resiliente do povo ucraniano.

*“Fiquei com o coração partido ao ver por mim mesmo a angústia dos cidadãos comuns e o preço que a invasão da Rússia está assumindo sobre a Ucrânia. No entanto, enquanto eu estava em pé frente de edifícios destruídos em Kiev e Irpin ontem, eu também fui capaz de experimentar em primeira mão a resiliência do povo da Ucrânia”.* Kristalina Georgieva.

Kristalina teve uma breve reunião com o presidente Volodymyr Zelenskyy, o primeiro-ministro Denys Shmyhal, o ministro das Finanças, Sergii Marchenko, e o governador do Banco Central, Andriy Pyshnyy. Nesta oportunidade, os parabenizou pela forte liderança, especialmente pela gestão econômica, setor mais delicado e atingido desde o começo da invasão russa. Argumentou ainda que, a Ucrânia se mantendo forte, pavimentando o caminho da reconstrução.

Georgieva reiterou o compromisso do FMI com a Ucrânia e disse que a comunidade internacional será vital para ajudar o país a se recuperar. Destacou que a invasão russa ao país resultou em graves consequências na economia local, regional e global e que por essa razão, a comunidade internacional deve se unir para construir um futuro mais esperançoso.

Assim como o FMI, o BM tem apoiado a Ucrânia. O Banco mobilizou mais de US\$ 20,6 bilhões em financiamento de emergência, incluindo compromissos e promessas, que incluem subvenções, garantias e financiamento paralelo vinculado dos EUA, Reino Unido, países europeus e Japão. Até 24 de fevereiro de 2023, mais de US\$ 18,5 bilhões foram desembolsados por meio de projetos e fundos fiduciários do BM, bem como fundos adicionais por meio de desembolsos paralelos. No total, metade de toda a assistência econômica empenhada em apoiar a Ucrânia foi mobilizada através do BM. Esse apoio alcançou mais de 12 milhões de ucranianos e está ajudando a fornecer salários para trabalhadores de hospitais, funcionários do governo e de escolas, pensões para idosos, salários para servidores públicos e programas sociais para os vulneráveis.

Para o Banco, manter as capacidades e funções do governo intactas é fundamental para o sucesso da recuperação e reconstrução. Sem apoio adequado para manter o governo funcionando e fornecer serviços essenciais mínimos, tornar-se-á muito mais caro reconstruir e recuperar a economia e mais pessoas poderão cair na pobreza.

A recuperação (reparos de emergência) deve ser executada simultaneamente com o suporte contínuo para serviços essenciais, e isso é uma grande parte foco atual do Banco. Para além do apoio orçamental, a Ucrânia precisa de investimentos urgentes para pressionar os reparos – para infraestrutura de energia, estradas, pontes, habitação, escolas e clínicas – para garantir que os serviços possam ser prestados e a população possa ter calor.

- Algumas estimativas do governo ucraniano indicam que:
- O PIB diminuiu 30% em 2022;
- Estima-se que 8 milhões de ucranianos adicionais vivam na pobreza até o final de 2022;
- Revés de 15 anos nas metas de redução da pobreza;

- A Ucrânia precisa de cerca de US \$ 3-4 bilhões / mês para serviços essenciais.

Fontes:

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/02/21/pr2348-ukraine-statement-imf-managing-director-kristalina-georgieva-conclusion-of-visit>

<https://www.imf.org/en/Topics/IMF-and-Ukraine>

<https://www.worldbank.org/en/country/ukraine>

## Publicações

O apoio à integração regional entre os latino-americanos aumentou para 74% nos países pesquisados nos últimos 25 anos, segundo uma nova publicação do Instituto para a **Integração da América Latina e do Caribe (INTAL)** do **BID**.

No entanto, esses níveis variam significativamente com base na idade, sexo, localização geográfica e histórico socioeconômico e educacional dos entrevistados, relata o estudo.

Uma das conclusões da publicação, intitulada *A Voz da América Latina: A opinião pública sobre a integração regional* nos últimos 25 anos, é que o apoio à integração melhorou à medida que as economias da região cresceram. Segundo o relatório, para cada aumento de 10 pontos percentuais no PIB per capita, o apoio à integração regional aumenta 2,3 pontos percentuais.

O estudo baseia-se nas conclusões da pesquisa de opinião pública (latino-americanos), que inclui mais de 225.000 pontos de dados de 18 países coletados nos últimos 25 anos.

O estudo também obteve importantes descobertas durante a sua elaboração:

- O apoio à integração regional tornou-se mais forte ao longo do tempo. A porcentagem de pessoas a favor da integração regional cresceu nos últimos anos, de 70% em 1995–2010 para 74% em 2010–2020.
- Os jovens lideram o caminho no apoio à integração. Historicamente, os mais jovens demonstraram maior apoio à integração econômica regional. Aproximadamente 74% das pessoas de 15 a 36 anos são a favor da integração, em comparação com apenas 65% entre as pessoas com mais de 65 anos (média regional para 1995-2020).
- Quanto maior o nível de educação das pessoas, maior seu apoio à integração econômica regional. O estudo encontrou uma lacuna de 24,5 pontos percentuais entre os segmentos socioeconômicos mais altos e mais baixos da população e uma lacuna de 24,6 pontos percentuais entre os entrevistados que concluíram o ensino superior e aqueles com ensino fundamental (média regional para 1995-2020).
- Os homens são mais a favor da integração regional do que as mulheres: a diferença regional média de gênero é de 7 pontos percentuais (média regional para 1995-2020).

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/gender-age-and-educational-gaps-impact-views-regional-integration-latin-america>

Documento lançado pelo **BM** na semana do Dia Internacional da Mulher, o *Women, Business and the Law 2023* (Mulheres, Empresas e a Lei 2023, tradução livre) é o nono de uma série de relatórios anuais que analisam leis e regulamentos que afetam as oportunidades econômicas das mulheres em 190 economias.

Os relatórios anuais medem o progresso global em direção à igualdade de gênero na lei. Oito indicadores – estruturados em torno das interações das mulheres com a lei à medida

que começam, progridem e terminam suas carreiras – se alinham com as decisões econômicas que as mulheres tomam em vários estágios de suas vidas. Os indicadores são: Mobilidade, Local de Trabalho, Remuneração, Casamento, Parentalidade, Empreendedorismo, Ativos e Previdência.

Os dados obtidos no documento estão atualizados a partir de 1º de outubro de 2022. Os indicadores são utilizados para desenvolver provas da relação entre a igualdade jurídica de gênero e o empreendedorismo e o emprego das mulheres.

Ao examinar as decisões econômicas que as mulheres tomam à medida que atravessam diferentes fases da sua vida profissional, bem como as reformas jurídicas nos domínios medidos, os dados contribuem para as discussões políticas sobre o estado das oportunidades econômicas das mulheres.

Fonte: <https://wbl.worldbank.org/en/reports>

## Projetos

Dois projetos importantes na área da saúde foram aprovados pelo **BM** nas últimas semanas.

O **BM** anunciou uma doação de **US\$ 9,13 milhões** do Global Environment Facility (GEF) para expandir o escopo do Projeto de Gestão da Poluição do Ar e Mudança Climática do Grande Cairo. Esta doação tem a promessa de reforçar os benefícios ambientais do projeto original, tanto em nível local quanto global, melhorando a gestão de resíduos eletrônicos e de saúde.

O projeto original - aprovado em 2021 - apoia os esforços do **Egito** para reduzir a poluição na Grande Cairo, com foco na redução das emissões veiculares, melhoria da gestão de resíduos sólidos e fortalecimento do sistema de tomada de decisões sobre ar e clima.

A geração de resíduos de saúde está aumentando rapidamente no Egito, como em outros países, como resultado da COVID-19, expansão dos sistemas de saúde, aumento da utilização de itens de uso único e práticas inadequadas de segregação de resíduos.

O outro projeto que teve o empréstimo aprovado pelo **BM** foi para aprimorar o desenvolvimento do setor de saúde da Índia.

Com dois empréstimos complementares de **US\$ 500 milhões**, o Banco apoiará a principal Missão de Infraestrutura de Saúde Pradhan Mantri-Ayushman Bharat da Índia (PM-ABHIM), lançada em outubro de 2021, para melhorar a infraestrutura de saúde pública em todo o país. Além das intervenções em nível nacional, um dos empréstimos priorizará a prestação de serviços de saúde em sete estados, incluindo Andhra Pradesh, Kerala, Meghalaya, Odisha, Punjab, Tamil Nadu e Uttar Pradesh.

Fontes

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/01/egypt-new-grant-seeks-to-improve-management-of-electronic-and-healthcare-waste>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/03/03/world-bank-signs-a-1-billion-program-to-support-india-s-health-sector-for-pandemic-preparedness-and-enhanced-health-serv>

## Reforma da Organização Mundial do Comércio: Informe

*Claudia Chamas*

### Reforma da Organização Mundial do Comércio

No dia 1º de março, Angela Ellard, vice-diretora-geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), participou de Mesa Redonda de Alto Nível sobre Restauração do Multilateralismo e Revitalização da OMC (em inglês, “High-Level Round Table on Restoring Multilateralism and Reinvigorating the WTO”), organizada pela [American European Community Association](#), em Bruxelas. DDG Ellard apresentou os resultados bem-sucedidos alcançados na [12ª Conferência Ministerial](#) (MC12), em junho de 2022, bem como as prioridades para a 13ª Conferência Ministerial, que acontecerá em [Abu Dhabi](#), em fevereiro de 2024. Além disso, demonstrou sua crença na importância da OMC e do sistema multilateral de comércio. Informou que os membros da OMC estão trabalhando em várias áreas para alcançar resultados críticos para o sucesso da MC13, como a segunda onda de negociações de pesca, agricultura, comércio eletrônico e desenvolvimento. DDG Ellard observou que “as cadeias de suprimentos estão se recuperando e o comércio de bens intermediários dentro das cadeias de suprimentos cresceu 4% ao ano em relação ao ano anterior no segundo trimestre de 2022, quando medido em termos de comércio de bens intermediários” (OMC, 2023).

Em 8 de março, o [Ministério das Relações Exteriores](#) e o [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços](#) publicaram [nota conjunta](#) por ocasião da Visita oficial da Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), embaixadora [Katherine Tai](#), ao Brasil (MRE, 2023). Destaco os seguintes pontos:

- A embaixadora Katherine Tai realizou visita oficial ao Brasil, em 7 e 8 de março, mantendo encontros com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (Fotos 1, 2 e 3), com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (Foto 4), além de ser recebida para almoço no Palácio Itamaraty pela secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores, Maria Laura da Rocha (Foto 5);

- As discussões focaram em cooperação bilateral e multilateral em matéria comercial;

- no âmbito bilateral, foi ressaltado o momento positivo no relacionamento Brasil-EUA, especialmente após a visita do Presidente Lula a Washington, proporcionando expectativas de “oportunidades de fomento ao comércio e aos investimentos, com incentivo à construção de cadeias de suprimentos mais resilientes (...), cooperação em energias renováveis (...) como o hidrogênio verde, que poderiam potencialmente complementar as estruturas produtivas de ambos os países, (...) e oportunidades em setores estratégicos como semicondutores, robótica, indústria de saúde, siderurgia e equipamentos”;

- Na esfera multilateral, houve análise do atual contexto econômico internacional e compromisso para a reforma e modernização da OMC;

- O Brasil destacou o “mecanismo de solução de controvérsias da OMC, cujo Órgão de Apelação está paralisado, prejudicando a efetividade do sistema multilateral de comércio”;

- O Brasil enfatizou o “compromisso prioritário do governo brasileiro com o desenvolvimento sustentável, o multilateralismo e a segurança alimentar”;

- Os países ressaltaram a promoção do desenvolvimento, da “industrialização de modo inclusivo e sustentável, com redução da desigualdade e proteção do meio ambiente”, e

necessidade de “revitalização e o aprofundamento do [Acordo de Comércio e Cooperação Econômica](#) (ATEC)”, com vista à retomada da discussão de temas de interesse comum;

- Brasil e EUA salientaram que o “empoderamento econômico das mulheres é essencial para se alcançarem os objetivos prioritários dos respectivos governos”. 1



**Ambassador Katherine Tai** @AmbassadorTai · 16 h

We have an important bilateral relationship with Brazil and share priorities for addressing the climate crisis and sustainable development. Thank you to Vice President Dr. Geraldo Alckmin for the conversation on strengthening our cooperation on trade and investment.



**Geraldo Alckmin**

@geraldoalckmin

Representante do governo brasileiro

Na esfera multilateral, Brasil e EUA debateram alguns dos desafios apresentados pelo atual contexto econômico internacional e se comprometeram a trabalhar de maneira engajada para a reforma e modernização da OMC.

8:53 PM · 8 de mar de 2023 de Brasília, Brasil · 6.928 Visualizações



**Geraldo Alckmin**

@geraldoalckmin

Representante do governo brasileiro

O momento no relacionamento Brasil-EUA é muito positivo, na sequência da recente visita do Presidente [@LulaOficial](#) a Washington. Compartilhamos a importância de promover o desenvolvimento e a industrialização de modo inclusivo e sustentável.



8:53 PM · 8 de mar de 2023 de Brasília, Brasil · 2.581 Visualizações



**Itamaraty Brasil**

@ItamaratyGovBr

Organização do governo brasileiro

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, recebeu, hoje, a Representante de Comércio dos EUA [@USTRadeRep](#), Embaixadora Katherine Tai, para tratar da cooperação bilateral e multilateral em matéria comercial.



9:57 PM · 7 de mar de 2023 · 2.743 Visualizações

Ambassador Katherine Tai Retweetou



Embaixada EUA Brasil  
@EmbaixadaEUA

...

Quando investimos nas mulheres, fortalecemos economias. Quando as empoderamos, podemos moldar democracias. De Maria Laura da Rocha do @ItamaratyGovBr a líderes do trabalho e meio ambiente, agradeço às mulheres que conheci no 🇧🇷 e seu trabalho p/ enriquecer a vida dos brasileiros.

Ambassador Katherine Tai @AmbassadorTai · 19 h

When we invest in women, we strengthen economies. When we empower women, we can shape democracies.

From @ItamaratyGovBr, Maria Laura da Rocha to labor and environment leaders, thank you to the women I've met during my visit and their work to enrich the lives of all Brazilians.



6:35 PM · 8 de mar de 2023 · 3.212 Visualizações

### Referência

OMC. DDG Ellard emphasizes importance of achieving outcomes at MC13 to reinvigorate WTO. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news23\\_e/ddgae\\_03mar23\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/ddgae_03mar23_e.htm)  
Acesso em: 13 de março de 2023.

## Enfrentar conflitos, crises e iniquidades: as mulheres sabem como fazer!

**Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,  
Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia  
Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio  
de Souza**

### Introdução

Nesta quinzena foram registradas as manifestações de 24 das 36 organizações monitoradas, incluindo Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado.

O tema em destaque foi o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, que faz referência às lutas e potencialidades da atuação feminina no mundo. Ao invés de se concentrarem em manifestações de protestos acerca das mazelas que atingem as mulheres, as manifestações abordaram a capacidade das mulheres de resistirem e apontarem caminhos para o enfrentamento das questões que desafiam a todas.

As OSC de interesse público compartilharam experiências de grupos que conseguiram superar as adversidades, com resiliência, protagonismo e inovação. São mulheres que ativam redes de apoio e empreendedorismo em suas comunidades e formam cooperativas e coletivos de trabalho em regiões onde os conflitos e as crises ameaçam a sobrevivência.

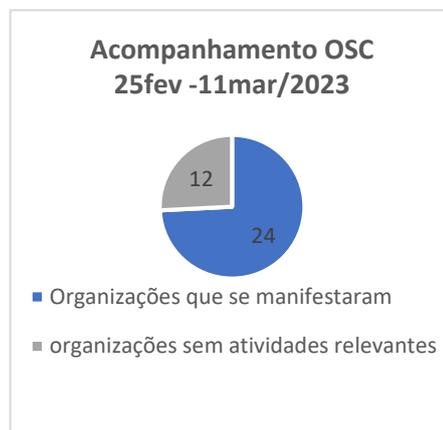
As organizações também ressaltaram a importância de olhar para a situação das mulheres trabalhadoras da saúde, cujos trabalhos estão injustamente pouco valorados. A maioria das OSC reforçou o compromisso no enfrentamento à violência sexual e de gênero, prestando especial atenção às mulheres grávidas e lactantes, migrantes e indígenas.

Além da luta das mulheres, o meio ambiente e a crise climática continuaram sendo um assunto muito presente nas manifestações, ressaltando o impacto da crise ambiental na saúde de populações mais vulnerabilizadas. O desmatamento da Amazônia, o uso de agrotóxicos e os seus efeitos na saúde das pessoas, e as ligações diretas entre mudança climática e migração forçada, foram assuntos frequentes.

A saúde mental também continuou recebendo atenção especial. As organizações reiteraram a importância da promoção de saúde para evitar distúrbios por estresse em casos extremos como uma guerra. Ressaltaram ainda a saúde mental das gestantes e os obstáculos e desafios que enfrentam em uma sociedade que não prioriza a maternidade.

As Organizações da Sociedade Civil de interesse privado, por sua vez, se manifestaram sobre desenvolvimento científico, doenças negligenciadas, guerra na Ucrânia entre outros temas relacionados a crises humanitárias.

Outras temáticas, caracterizadas pela diversidade e complexidade, foram levantadas nas agendas da sociedade civil, tendo sido objetos de manifestações: a crise humanitária, insegurança alimentar, HIV, doenças crônicas, doenças negligenciadas, direitos humanos, entre outros.



Este informe está estruturado em três tópicos, com a síntese das manifestações das OSC de interesse público; em seguida os posicionamentos das OSC de interesse privado; a programação de eventos; e por fim, apresentamos as considerações finais.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Igualdade de gênero**

Na passagem do Dia Internacional da Mulher, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública<sup>48</sup> (WFPHA) divulgou [artigo](#) publicado na Global Policy, em que os autores (Bettina Borisch, CEO da WFPHA, e colegas) argumentam que a priorização do ODS 5 – Igualdade de Gênero é essencial para acelerar a implementação da Agenda Global 2030 das Nações Unidas.

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians<sup>49</sup> (WONCA) manifestou-se no [Dia Internacional da Mulher](#), convocando os médicos de família a apoiar e defender as incríveis contribuições das profissionais de saúde do sexo feminino e se comprometer a promover a equidade no acesso a cuidados para todas as mulheres.

A WONCA repercutiu publicação da OMS que ressalta do tema de 2023 do Dia Internacional da Mulher - "[DigitALL: Inovação e tecnologia para igualdade de gênero](#)" -, acrescentando que as tecnologias e os serviços digitais de saúde são ferramentas poderosas que permitem que mulheres e meninas tomem decisões informadas sobre suas necessidades de saúde.

A International Federation of Medical Students' Associations<sup>50</sup> (IFMSA) noticiou sua participação na 67ª sessão da [Comissão da ONU sobre a situação das mulheres](#), tratando da questão das habilidades digitais que podem impulsionar a participação econômica das mulheres, desde que superada sua vulnerabilidade relativa à transformação digital.

Pelo Dia Internacional da Mulher, Médicos sem fronteiras<sup>51</sup> (MSF) reforça o [compromisso com as mulheres](#) de todas as regiões do mundo como um pilar na sua missão médico-humanitária. A organização prioriza ações relativas às mulheres migrantes e às vítimas de violência sexual, ao parto seguro e às consequências de abortos inseguros.

A CARE International<sup>52</sup> destacou o trabalho de [mulheres agricultoras em Honduras](#). A união de mulheres camponesas permitiu a criação da Associação de Agricultores El Achotal, apoiada pela CARE e financiada pela Cargill. Trata-se de uma fazenda cooperativa de tilápia perto de Santa Cruz de Yojoa, que une produtores que anteriormente trabalhavam de forma independente. A associação permitiu a criação de economias de escala, tanto na produção quanto na comercialização. Honduras é um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas, que afetam a qualidade e a quantidade de água disponível, agravando os eventos climáticos extremos e criando condições cada vez mais difíceis para a agricultura e os meios de subsistência.

A [influência empreendedora de Ely](#) na cidade de Villanueva, Honduras, também é destaque na CARE International. O seu perfil empreendedor se estendeu além de sua família

---

<sup>48</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>49</sup> [www.globalfamilydoctor.com/](http://www.globalfamilydoctor.com/)

<sup>50</sup> <https://ifmsa.org/>

<sup>51</sup> <https://www.msf.org/>

<sup>52</sup> <https://www.care.org/>

para a comunidade mais ampla, devido ao apoio da parceria da Cargill com a CARE que a ajudou através de bancos de poupança rurais, que oferecem a empresários como Ely acesso ao microcrédito.

Na Jordânia, [mulheres encanadoras](#) estão atuando de forma pioneira na profissão. Segundo Ra'edah Abu Alhalaweh, em sua cultura não é fácil deixar encanadores homens entrarem em casa, especialmente quando os maridos não estão presentes. Essa constatação a levou a praticar a profissão e iniciar a formação de outras mulheres. A CARE patrocinou um curso sobre desenvolvimento de pequenos negócios e a ajudou a obter uma bolsa para comprar novas ferramentas e equipamentos.

Os quatro maiores programas de [empoderamento feminino](#) da indústria da moda e a CARE formam uma nova iniciativa chamada RISE (*Reimagining Industry to Support Equality*), que tem por objetivo aumentar o impacto e acelerar a igualdade para mulheres trabalhadoras nas cadeias globais de suprimentos de vestuário, calçados e artigos de decoração. A RISE seguirá três estratégias principais: fortalecer o conhecimento e as habilidades das trabalhadoras e gerentes de fábrica; transformar as práticas de negócios para incluir a igualdade de gênero e influenciar as políticas públicas e atores-chave.

A [superação dos estereótipos de gênero no Vietnã](#) impõe desafios às mulheres vietnamitas. Ao decidirem abrir os seus negócios, geralmente precisam seguir um trabalho solitário, sem o apoio dos maridos, além de serem obrigadas a assumir sozinhas os cuidados com a família. Há ideias profundamente arraigadas sobre “cuidadoras” e “provedores de família” nos lares vietnamitas. No Vietnã, a CARE constatou que 80% dos homens e 60% das mulheres concordam que as empresárias devem ser as principais cuidadoras das crianças, apesar da pressão adicional de administrar um negócio. E 76,6% das pessoas com mais de 51 anos concordaram que os homens deveriam ser o principal provedor de suas famílias.

A [CARE Internacional](#) lançou a seguinte questão: “profissionais de saúde da linha de frente cuidam de todos nós, como podemos mostrar nosso cuidado por eles?” Para a CARE, o Dia Internacional da Mulher é tanto uma celebração quanto um chamado à ação, para reconhecer o trabalho e o sacrifício das mulheres em todo o mundo e um lembrete para elevar as vozes e os direitos das mulheres. Está claro que as contribuições das mulheres na força de trabalho da saúde são essenciais para o funcionamento dos sistemas de saúde, mas as mulheres assumem esses papéis indispensáveis sem remuneração ou poder de decisão compatível com suas contribuições.

No [Dia Internacional da Mulher](#), a CARE apresentou a história de uma mecânica do campo de refugiados de Kakuma, no Quênia. Jackiline Amina integra uma equipe de técnicos de serviços automotivos e ainda sofre discriminação ou questionamentos sobre suas habilidades.

A [Campanha anual da CARE](#) destacou mulheres em todo o mundo que superam as adversidades e injustiças de gênero para ter sucesso e prosperar. Por meio da *hashtag* #WomenKnowHow (As mulheres sabem como fazer), a campanha convida as pessoas a investirem em mulheres e meninas, apresentando obstáculos significativos às mulheres apenas por causa de seu gênero.

No Dia Internacional da Mulher, a Drugs for Neglected Diseases initiative <sup>53</sup> (DNDi) apontou as [lacunas de tratamento baseadas em gênero](#). A partir da história de Mary Alamak sobre sua experiência com a leishmaniose visceral, concluiu que poucas pesquisas são realizadas para encontrar tratamentos novos, melhores e mais acessíveis para populações especiais, como mulheres grávidas e lactantes. As mulheres são muitas vezes excluídas dos ensaios clínicos, dificultando o desenvolvimento de medicamentos seguros e eficazes durante a gravidez.

O Greenpeace<sup>54</sup> fez publicação do Dia Internacional das Mulheres em que explicita a relação que o garimpo ilegal tem com a exploração de seus corpos e vidas. A ONG aponta dezenas de [casos de estupro e violência contra mulheres indígenas e ribeirinhas](#), vulneráveis aos garimpeiros invasores de suas terras.

“As mulheres representam 70% da força de trabalho de saúde e assistência, mas ocupam apenas 25% dos cargos de liderança. Este é o XX Paradoxo na Saúde”, diz o relatório político da Women in Global Health<sup>55</sup> intitulado “The XX Paradox: The State of Women's Leadership in Health” que será lançado no 16 de março. O relatório lembra ainda que a falta de diversidade na liderança enfraquece a saúde global. [Clique para se inscrever](#).

A presidente do [Conselho Internacional de Enfermeiras](#) (ICN)<sup>56</sup> apela por maiores esforços para promover a igualdade de gênero nos cuidados de saúde através da inclusão digital. O tema do Dia Internacional da Mulher é “DigitALL: Inovação e tecnologia para a igualdade de gênero”. O ICN incentiva os esforços por parte dos governos e sociedade para abordar estas e outras questões de equidade de gênero, para que os pacientes possam se beneficiar do trabalho dos enfermeiros dentro de uma cultura mais equitativa e inclusiva.

## Saúde e crise humanitária

- *Terremoto na Síria e Turquia*

Médecins Sans Frontiers<sup>57</sup> (MSF) continuam respondendo às [necessidades médicas e humanitárias](#) da população afetada pelo terremoto na Síria e na Turquia. A organização expandiu suas atividades no noroeste da Síria, distribuindo produtos de primeira necessidade e administrando quatro clínicas móveis onde os médicos tratam ferimentos, prestam consultas de medicina geral e de saúde sexual e reprodutiva, além de oferecer apoio à saúde mental. A organização MSF também lançou uma linha direta de saúde mental com o objetivo de tornar esse serviço o mais acessível para a população.

- *Imigração e refúgio*

Conflitos na Síria deixam marcas em quem busca refúgio em outros países. A CARE conta dois relatos de experiências que revelam os desafios de quem foge dos conflitos em busca de sobrevivência e melhores condições de vida. O [primeiro relato](#) conta a história de um jovem ex-jogador de basquete profissional sírio, que fugiu do país rumo ao Líbano e à Turquia, e hoje lidera o trabalho humanitário e de desenvolvimento da CARE Yemen. A [segunda experiência](#) é sobre Azhar, uma adolescente de 15 anos, que após viver em um acampamento sírio, foi para Jordânia onde sofreu por xenofobia até conseguir ser incluída no programa da CARE no país.

---

<sup>53</sup> <https://dndi.org/>

<sup>54</sup> <https://www.greenpeace.org/>

<sup>55</sup> <https://www.womeningh.org/>

<sup>56</sup> <https://www.icn.ch/news>

<sup>57</sup> <https://www.msf.org/>

## Meio ambiente e crise climática

A DNDi divulgou sua apresentação de avaliação técnica destinada ao primeiro [balanço global do Acordo de Paris](#). A DNDi destaca que a mudança climática terá impacto na epidemiologia e na distribuição geográfica das doenças infecciosas sensíveis ao clima, incluindo as doenças tropicais mais negligenciadas, muitas das quais carecem de ferramentas de saúde eficazes, seguras e acessíveis para preveni-las ou tratá-las. Concentra suas contribuições nas motivações para que a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de saúde para prevenir e tratar essas doenças façam parte das estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

O Greenpeace comemorou a [finalização das negociações para a assinatura do Tratado Global dos Oceanos](#), acordo que estava na mesa de discussões da ONU há mais de duas décadas. A ONG espera que ele seja efetivo em criar zonas de proteção marítima que preservem integralmente pelo menos 30% dos oceanos até o ano de 2030.

O Greenpeace ressaltou que os [deslizamentos de terra ocorridos no litoral norte de São Paulo](#) são um problema decorrente da mudança climática global e das habitações precárias da desigual população brasileira. Para a ONG, é necessário que justiça social seja feita para mitigar o sofrimento.

- *Desmatamento da Amazonia*

O [garimpo ilegal](#) que ocorre principalmente na floresta Amazônica gera uma rede de crimes na região, como tráfico de armas, drogas e animais silvestres, além de contaminar rios, animais e pessoas com os resquícios químicos utilizados em sua atividade. Um levantamento do Greenpeace demonstrou que sequer efeitos econômicos positivos vêm pelo garimpo ilegal, uma vez que o método extrativista predatório acaba beneficiando grandes empresas que sequer são da região.

- *Agrotóxicos*

O Greenpeace relatou que o glifosato – veneno mais utilizado no Brasil – é genotóxico, ou seja, capaz de danificar o material genético dos organismos (DNA), levando ao surgimento de [cânceres e doenças hereditárias](#). Esse é um dos exemplos que a ONG levanta para ressaltar a necessidade da população brasileira se alimentar com frutas e vegetais orgânicos.

- *Crise climática e migração*

No dia 22 de março, a IANPHI realizará um webinar sobre mudanças climáticas e saúde, intitulado “Respostas da epidemiologia de campo à [crise climática e de saúde](#): migração forçada”, onde se discutirão as ligações diretas entre mudança climática e migração forçada e como os profissionais de saúde podem responder.

## Saúde Mental

A Federação Mundial para Saúde Mental<sup>58</sup> (WFMH) divulgou evento online onde ensinará meios de ser resiliente ao [estresse](#) através do método Breath-Body-Mind. Esse programa é pensado principalmente para ucranianos e seus profissionais de saúde, que estão

---

<sup>58</sup> <https://wfmh.global/>

em pressão constante da guerra e precisam aprender a lidar de forma rápida com situações de urgência e extremo risco.

A Mental Health Foundation<sup>59</sup> (MHF) liderou a primeira [Conferência Nacional de Saúde Mental Perinatal do Reino Unido](#). Foram debatidos temas como dificuldades das gestantes no transporte público, criação-solo, instabilidade familiar, barreira linguística (no caso de migrantes), insensibilidade dos médicos e comunidade em ouvi-las, entre outros.

Sob o logo “sua saúde é sua riqueza”, a MHF pressiona o próximo primeiro ministro da Escócia a estabelecer planos para solucionar a [crise do custo de vida](#) que vem afetando o Reino Unido. Segundo a Fundação, a inflação no preço dos alimentos e energia, a insegurança no trabalho e a desigualdade social tem aprofundado problemas de saúde mental na população escocesa.

A MHF divulgou texto sobre o [transtorno alimentar em homens](#). Essa parcela da população, apesar de representar entre 25% a 40% dos afetados, é diagnosticada mais tardiamente do que as mulheres. Há uma correlação entre a desnutrição e a agressividade e para homens esse sentimento é entendido socialmente sob estigma cultural da masculinidade e não de sua própria má nutrição ou anorexia. Segundo a Fundação os transtornos alimentares têm as maiores taxas de mortalidade entre todas as doenças mentais.

### **Doenças negligenciadas**

A [Fiocruz e DNDi](#) assinaram acordo de aliança estratégica que amplia e fortalece a parceria já existente. O objetivo da aliança é implementar, até 2027, ações que ajudem a garantir o desenvolvimento e o acesso de medicamentos a pacientes de comunidades frequentemente negligenciadas. Como parte do acordo, a aliança se empenhará em promover o desenvolvimento de medicamentos e biofármacos para o tratamento de doenças tropicais virais e negligenciadas; melhorar o acesso a medicamentos para populações negligenciadas; encorajar ensaios clínicos; promover ciência aberta e compartilhamento de dados; e criar iniciativas educativas sobre doenças negligenciadas.

### **Doenças crônicas**

A Public Citizen comunicou que a farmacêutica Eli Lilly [reduziu os preços de suas insulinas](#) mais prescritas em 70%, além de cortar o preço do genérico autorizado de insulina lispro para US\$25 por frasco. Um estudo recente da Public Citizen, Harvard Medical School e City University de Nova York mostrou que 1,3 milhão de americanos com diabetes racionam a insulina devido aos custos. Em dezembro passado, a Public Citizen, T1 International e mais de 50 organizações enviaram uma carta ao Congresso, pedindo a expansão do acesso à insulina e a redução dos preços em comemoração ao Dia Mundial do Diabetes.

### **HIV**

A DNDi destacou o trabalho com parcerias para garantir o [tratamento ideal às crianças](#) vivendo com HIV na África do Sul. A cooperação possibilitou o treinamento de profissionais de saúde sobre o melhor uso de medicamentos antirretrovirais (ARV) para crianças vivendo com HIV.

---

<sup>59</sup> <https://www.mentalhealth.org.uk/>

## Segurança alimentar

MSF denunciou a [redução no financiamento e atuação humanitária](#) em um dos maiores acampamentos para refugiados no mundo que abriga mais de 1 milhão de pessoas da etnia Rohingya em Bangladesh. Em decorrência da falta de fundos, o Programa Alimentar Mundial (PMA) reduziu as porções em 17%, o que significa que a quantidade de calorias por pessoa ficará abaixo do padrão mínimo aceito de 2.100 calorias por dia, aumentando o risco de desnutrição e anemia, além dos frequentes surtos de sarna, dengue e cólera, no contexto de saneamento precário.

O Greenpeace Brasil comemorou o [retorno do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional](#), desativado pelo governo Bolsonaro. É um órgão responsável pela comunicação da sociedade civil com o governo federal, contribuindo para a soberania alimentar e a democracia nutricional.

## Direitos humanos

A World Medical Association<sup>60</sup>, junto a outras organizações médicas internacionais e de direitos humanos, enviou uma [carta](#) às autoridades turcas, solicitando que [retirem as acusações infundadas contra a liderança da Associação Médica Turca \(TMA\)](#). A TMA, com mais de 110.000 membros, é a maior associação de médicos do país, cuja direção enfrenta um julgamento por motivos políticos e pode ser destituída de suas funções. As acusações seguem a condenação de um de seus membros, Dr. Şebnem Korur Fincancı, sob acusações falsas de "fazer propaganda terrorista".

Oxfam Brasil<sup>61</sup> divulgou a programação do [“Seminário Direitos Humanos e Empresas, o Brasil na frente – Lei Marco no caminho global de mais regras para as empresas”](#) que será realizado entre os dias 14 e 16 de março em Brasília. O seminário visa reforçar o projeto de lei 572/22 que responsabiliza empresas por danos em matéria de direitos humanos, tipificando crimes e promovendo políticas públicas de recompensa.

A International Federation of Social Workers<sup>62</sup> (IFSW) publicou notícia sobre a [participação na 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos](#), sendo representado por seu Presidente, que discursou sobre a necessidade de novas práticas para apoio à saúde e o desenvolvimento social das pessoas. Ressaltou que essa ação deve ser independente das sanções geopolíticas aplicadas aos Estados, uma vez que “reduzem o investimento social e econômico e a proteção necessária para co-construir um novo mundo ecossocial sustentável para todos”.

## Tratado de pandemias

A People's Vaccine Alliance<sup>63</sup> e a Oxfam fizeram uma [declaração](#) referente ao quarto encontro do Corpo Intergovernamental de Negociações (em inglês, Intergovernmental Negotiating Body - INB) que destaca a importância deste encontro como uma oportunidade para estabelecer uma agenda transformadora que visa manter a segurança de todos em futuras pandemias. As organizações ressaltam que as novas tecnologias médicas para patógenos com potencial pandêmico devem ser consideradas como bens comuns e disponibilizadas para todos

---

<sup>60</sup> <https://www.wfot.org/>

<sup>61</sup> <https://www.oxfam.org/>

<sup>62</sup> <https://www.ifsw.org/>

<sup>63</sup> <https://peoplesvaccine.org/>

que necessitam delas. Para alcançar esse objetivo, é fundamental o compartilhamento de tecnologia e conhecimento, bem como investimentos em pesquisa e o desenvolvimento da capacidade de fabricação em países de baixa e média renda, o que é uma responsabilidade global.

### **Vacinas**

A People's Vaccine Alliance [reagiu](#) à recente [pesquisa](#) publicada no British Medical Journal, que revelou que o governo dos Estados Unidos investiu pelo menos 31,9 bilhões de dólares no desenvolvimento, produção e compra de vacinas mRNA para COVID-19. Foram confirmadas como falsas as afirmações das farmacêuticas, que tentaram assumir o crédito pelo investimento e pelos resultados para justificar o lucro obtido. Embora a Moderna tenha começado a pagar royalties para o NIH pelo seu trabalho na vacina, a quantia paga é uma pequena fração quando comparada ao lucro gerado pela empresa.

### **Farmacovigilância**

A Public Citizen<sup>64</sup> informou que a Covis Pharma decidiu voluntariamente [retirar o Makena](#) (caproato de hidroxiprogesterona), utilizado para prevenção de parto prematuro, do mercado. Anteriormente, a Public Citizen havia solicitado à FDA a proibição do medicamento, após a publicação de um grande ensaio clínico pós-aprovação em 2019, que constatou sua ineficácia na prevenção do parto prematuro ou de complicações graves em recém-nascidos relacionadas ao parto prematuro.

### **Sistemas de saúde**

A Public Citizen informou que uma resolução em [apoio ao Medicare for All foi aprovada por unanimidade em Newark](#), tornando-se o 15º município em Nova Jersey a fazê-lo. A resolução tem como objetivo enviar uma forte mensagem de apoio ao fim da assistência médica com fins lucrativos e em favor de um sistema universal sem copagamentos ou custos diretos. Isso ocorreu depois que pelo menos 31 municípios e conselhos escolares informaram ao governo estadual que haviam optado por usar planos de saúde privados para funcionários do governo, abandonando o plano de benefícios de saúde estadual de Nova Jersey cuja taxa aumentou em 20% no início do ano logo após que a Legislatura de Nova Jersey permitiu à Horizon, a maior seguradora do estado e provedora do plano de saúde estatal, se reestruturar em uma entidade com fins lucrativos.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### **Crise humanitária**

O [projeto de Prosperidade e Desenvolvimento, Agenda humanitária](#) da Center for Strategic and International Studies<sup>65</sup> (CSIS) realizou um webinar para discutir o momento crítico por que 28 milhões de pessoas estão passando no Afeganistão. As ações do Talibã contra as mulheres, incluindo a proibição de trabalhadoras humanitárias femininas em dezembro de 2022, é um desafio. Em resposta, várias organizações de ajuda internacional interromperam sua programação, vivendo o dilema entre atender as mulheres e expor suas trabalhadoras ou proteger suas trabalhadoras, mas deixar de atender as mulheres.

---

<sup>64</sup> <https://www.citizen.org/>

<sup>65</sup> <https://www.csis.org/>

- *Guerra na Ucrânia*

O centro [Global de políticas de saúde](#) da CSIS, junto com a Physicians for Humans Rights (PHR), e seus parceiros Eye Witness to Atrocities, Insecurity Insight, Media Initiative for Humans Rights (MIHR) e o Centro de Saúde Ucrâniano - publicou uma análise, intitulada “Destruction and Devastation: One year of Russia’s Assault” em que apresenta possíveis crimes de guerra cometidos pelos ataques russos ao sistema de saúde da Ucrânia.

O [programa de segurança internacional](#) da CSIS junto com o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, realizou, na segunda-feira, 6 de março, um conversatório no âmbito da iniciativa “Smart Woman, Smart Power”. A conversa com a representante da CARE USA tratou da ajuda a quase um milhão de ucranianos em resposta holística à crise humanitária naquele país.

### **Doenças negligenciadas**

A Gates Foundation <sup>66</sup>homenageou o ex-presidente norte americano Jimmy Carter em sua luta pela [erradicação do Guinea Worm](#) (verme da Guiné). Essa é uma doença erradicada na maior parte do mundo, mas ainda existente no Chade, Etiópia, Mali e Sudão do Sul. Não há vacina, cura ou terapia – é necessário que se retire lenta e meticulosamente o verme de dentro do corpo. O texto comemora o fato de que em 2022 apenas 13 casos de infecção foram relatados, em comparação a mais de três milhões e meio de casos em 1986. A Fundação atribui essa redução radical às ações do Carter Center nas últimas décadas, e acredita que até 2030 será possível erradicar a *Guinea Worm*.

### **Desenvolvimento científico**

A cientista Jacqueline Kirchner, da Fundação Bill e Melinda Gates, aposta num futuro em que os acesso às terapias com [anticorpos monoclonais](#) seja democratizada. Essas terapias podem ser um divisor de águas na luta contra malária, vírus sincicial respiratório, HIV e outras doenças infecciosas. Um anticorpo monoclonal pode fornecer proteção quase imediata e funcionar mesmo em pessoas com sistema imunológico comprometido.

A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou a história de [criação do Centro de Modelagem e Análise Epidemiológica da Universidade de Nairóbi, no Quênia](#). O Centro que é hoje referência para o continente africano surgiu apenas a 3 anos atrás, através da união de trabalhos de três cientistas do Quênia preocupadas com a irrupção da COVID-19 no mundo. Em três meses, após o início da pandemia, o Centro conseguiu gerar tantos dados e discussão que foi reconhecido pelo presidente do Quênia e vinculado oficialmente às diretrizes de políticas públicas de saúde.

### **EVENTOS**

No dia 15 de março, a International Association of National Public Health Institutes<sup>67</sup> (IANPHI) realizará um webinar intitulado “[Saúde Pública e Medidas Sociais: Preenchendo a Lacuna do Conhecimento](#)”, levando a discussão sobre o papel dos Institutos de Saúde Pública nos estudos randomizados de saúde pública e medidas sociais fornecidos aos governos.

No dia 8 de maio, a World Association for Disaster and Emergency Medicine<sup>68</sup> (WADDEM) realizará um [workshop pré-congresso](#) intitulado “Sem medo: Métodos inovadores de

---

<sup>66</sup> <https://www.gatesfoundation.org/>

<sup>67</sup> <https://www.ianphi.org/>

<sup>68</sup> <https://wadem.org/>

treinamento em medicina de desastres - um treinamento de simulação de realidade virtual para gerenciamento pré-hospitalar” no centro de convenções Killarney, Irlanda.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública<sup>69</sup> (WFPHA) divulgou a programação da [Global Public Health Week](#) que será realizada de 03 a 07 de abril de 2023, constando de uma série de webinários. Entre os temas a serem debatidos estão: a formação de profissionais de saúde pública, a governança global da saúde, sofrimento psíquico dos profissionais de saúde, a qualidade dos dados e das informações em saúde pública, infodemia, reabilitação de pacientes de covid-19 longa.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento<sup>70</sup> (IFA) anunciou a [16ª Conferência Global em Envelhecimento](#), convidando especialistas em assistência médica, formulação de políticas, representantes de governos, da ONU e da OMS, representantes da indústria, ONGs e outros a participar. A Conferência será realizada em Bangkok, Tailândia, de 27 a 30 de junho.

O IUHPE-UIPES<sup>71</sup> participou da [Semana de Desenvolvimento Internacional no Canadá](#), onde a palestra de encerramento foi conduzida pelo Ministro de desenvolvimento internacional, Harjit Sajjan, organizada pelo [Conselho das Relações Internacionais de Montreal](#), abordando as prioridades em mudança climática, saúde e conflito.

### **Considerações finais**

A diversidade de temáticas destacadas pela sociedade civil nos mostra a necessidade de olhar para os desafios da saúde global em uma perspectiva mais abrangente e não de maneira isolada. Coloca um cenário muito desafiador para as organizações e os Estados, sendo urgente uma resposta coordenada dos países, além ampliação recursos financeiros para subsidiar a recuperação e enfrentamento dos principais agravos, produtos de calamidades ambientais e guerras. É imprescindível estabelecer uma agenda global que priorize a equidade de gênero, a sustentabilidade econômica e ambiental.

As questões de gênero como tema de destaque reforçam a necessidade de priorizar ações que mitiguem as várias manifestações de iniquidades através da assistência humanitária, capacitações, atendimento e promoção da saúde destinadas a grupos de mulheres que lidam diariamente com situações adversas de guerras, deslocamento forçado, crise ambiental, calamidade e extremismos políticos e religiosos.

Por fim, cabe ressaltar a importância de dar visibilidade de experiências de mulheres que encontram mecanismos para enfrentar as situações adversas e que através da organização, da autogestão e a cooperação, contribuem para sobrevivência das suas famílias e comunidades. Frente a inúmeros exemplos no mundo todo, é importante destacar as mulheres como sujeitos de luta, resiliência e resistência.

---

<sup>69</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>70</sup> <https://ifa.ngo/>

<sup>71</sup> <https://www.iuhpe.org/>

## **Os Movimentos Sociais em defesa do Interesse Público em sua busca por maior capacidade de incidência em agendas políticas transformadoras em saúde e seus determinantes**

***Armando de Negri Filho & Rafaela Venturella De Negri***

Na função de observar e destacar as tendências e as agendas persistentes ou inovadoras dos movimentos sociais – organizações da sociedade civil defensoras do interesse público, ou PINGOS no acrônimo em inglês, destacamos considerações estratégicas feitas em torno ao direito das mulheres à saúde – com referência ao 8 de março e destacando uma agenda de interseccionalidade das lutas pela saúde como propõe o Movimento pela Saúde dos Povos. Igualmente realçamos o debate sobre os efeitos da contínua escassez derivada da ordem da colonialidade e das suas políticas de austeridade aplicadas ao Sul Global, como barreiras estruturais para o alcance da saúde como direito universal.

Os movimentos sociais em defesa do interesse público estão organizando diferentes fóruns para alinhar suas agendas em um contexto de restrições e ameaças contra o direito à saúde e contra aqueles e aquelas que lutam em sua defesa. O Movimento pela Saúde dos Povos prepara sua 5ª Assembleia Mundial na Colômbia no final de 2023, a Associação Latino Americana de Medicina Social prepara seu XVII Congresso em Buenos Aires em julho de 2023, assim como o Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social – FSMSSS discute seu IX Fórum Mundial no México em data a ser definida. No Brasil se desenvolvem diversas Conferencias Livres, além das Conferencias Municipais Oficiais, preparatórias todas para a XVII Conferencia Nacional de Saúde e ao mesmo tempo se desenvolvem os trabalhos de organização da I Conferencia Democrática e Popular sobre “ Democracia, Paz e Desenvolvimento com Justiça Social e Justiça Ambiental” como expressão de uma iniciativa de convergência entre movimentos sociais que lutam pelos vários direitos sociais expressos no artigo 6º de la Constituição Federal e que expressam um conceito de seguridade social ampliado ou um sistema integral de proteções sociais, aspiração que inclui a reinserção da economia em favor da solidariedade social e da produção orientada a distribuição da riqueza produzida. Esta elaboração realizada durante a pandemia e amparada em processos liderados pelo FSMSS, pelo Grito Continental dos Excluídos e vinculado com o processo da 6ª Semana Social da CNBB, articulando mais de 130 organizações sociais nacionais revelam o potencial de uma agenda política social que pode inspirar uma efetiva convergência de lutas e a possibilidade de incidir na organização geral do estado e de suas políticas em favor dos direitos humanos em sua plena materialidade.

No cenário brasileiro também merece destaque a força de incidência que ganharam as associações nacionais em defesa das vítimas da Pandemia de Covid19, refletindo a exigência de memória, reparação e fortalecimento estrutural das políticas públicas para o que passou e não deve repetir-se. Associações como Vida e Justiça e AVICO tiveram um protagonismo importante desde 2021 e deram voz às vítimas da Covid na CPI e nas lutas por atenção, reparação e preservação da memória em um momento em que em todo o Mundo parece haver um movimento de perda acelerada de memória sobre a tragédia da Covid e suas relações com a injusta ordem internacional a qual insiste em permanecer inalterada <https://www.facebook.com/vidaejustica/> <https://avicobrasil.com.br/> .

Cabe ainda o destaque sobre as violências que sofrem os defensores dos direitos humanos e ambientais em todo o Mundo como indicativos da restrição do espaço cívico e as restrições aos direitos que foram agudizados durante a Pandemia. Exemplos desta repressão encontramos diariamente na resposta policial frente às manifestações e protestos e alguns

exemplos ganham destaque por sua natureza, como símbolos do sofrimento e da morte dos ativistas que povoam cada dia uma crescente galeria de vítimas / mártires da luta social. Destacamos como símbolos o exemplo da Doutora Maria Natividad Marian Silva Castro ou “Doc” Naty das Filipinas, incansável na luta pelo direito à saúde e ao ambiente saudável e seriamente ameaçada pelo Governo Filipino, e a lamentável assassinato do Líder Indígena Equatoriano Eduardo Mendua [Pronunciamento CONAIE | Pronunciamento frente al asesinato de Eduardo Mendua, dirigente del Consejo de Gobierno de la CONAIE. | By WILAR RTV | Facebook](#) . Em comum encontramos o vínculo da luta por justiça social e ambiental que constituem hoje a linha de frente das lutas sociais e sua dimensão mais letal para os ativistas, como reflexo da voracidade do capital sobre as reservas naturais e de energia, como bem o ilustra o recém lançado Projeto Willow no Alaska.

Cabe ainda o registro da situação de escalada autoritária no Peru, com uma deriva neofujimorista e com níveis de repressão e supressão de liberdades políticas crescentes, como registrou de forma clara a Revista Hildebrandt de 03 de março de 2023.

Também queremos registrar a controvérsia sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela e o debate sobre o Exame Periódico Universal – EPU, o que resultou em um amplo documento analítico “Venezuela Derechos Humanos 3er EPU 2022” da Fundación Proyecto Social - todos los documentos están disponibles en la Biblioteca Virtual del Servicio de Documentación e información Digital SDID de la Fundación Proyecto Social <https://proyectosocialvenezuela.com/> . Bom exemplo do conflito entre versões gerado pelo alinhamento de atores da sociedade civil com interesses conflitantes e o esforço de criar versões hegemônicas para os conflitos nacionais e internacionais.

Anotamos com destaque o enfoque crítico proposto pela coalizão G2H2 sobre o chamado Tratado Pandêmico da OMS em sua versão preliminar <https://g2h2.org/posts/digging/> cujo texto está traduzido em português no corpo deste informe.

Cabe ainda o registro da resposta, que esperamos não seja apenas formal da OMS, em torno ao tema crítico a força de trabalho em saúde, com a convocatória do **Quinto Fórum Global de Recursos Humanos para a Saúde** que será realizado de **3 a 5 de abril de 2023** sob o tema “Proteger, salvaguardar e investir na força de trabalho de saúde e cuidados”.

## **Sínteses de notícias e documentos**

**Women’s right to health: International Working Women's Day Special** - O direito das mulheres à saúde

Dia 8 de Março é conhecido como Dia Internacional da Mulher. Ao redor do mundo, grupos de mulheres foram às ruas para pedir direitos iguais - os movimentos feministas da Argentina e do Uruguai, já vitoriosos em tantos aspectos de direito reprodutivo, foram as ruas pedir por políticas com justiça de gênero; na França, o movimento de mulheres reforçou as lutas contra a reforma da previdência proposta por Macron. Em meio a essas movimentações, foi reiterada a necessidade de garantir o direito ao acesso das mulheres à saúde. Na coletânea de dados diagramada e explicada através de desenho a "Interseccionalidade das lutas pela saúde" e a intersecção da saúde com outros aspectos de gênero e raça é explorada - “A saúde da mulher está fortemente interligada com outros aspectos de suas vidas.”

O People’s Health Movement publicou um manifesto pela “[Justiça de Gênero agora](#)” com hashtags como #Sematrasos e #Semdesculpas, reforçando a luta interseccional pela justiça

de gênero “Gênero é um aspecto interseccional e transversal de nossa saúde e vida e precisa ser reconhecido como tal. As desigualdades e marginalizações raciais e de gênero geralmente são normalizadas e não são visíveis como tal. Isso perpetua as estruturas de poder sociopolítico e econômico existentes em toda a linha. As interseções de gênero e saúde são essenciais para serem localizadas em diversos contextos, regiões e países, incluindo crises humanitárias, pandemias, conflitos e cenários de guerra.”

Dois aspectos valem especial destaque: a interseccionalidade mencionada que atravessa essas lutas e relaciona e torna universal conflitos locais - muito bem explorada por Angela Davis em “Mulheres, raça e classe”; e a globalidade das lutas por justiça - seja ela por políticas feministas, saúde, direito à aposentadoria ou acesso ao aborto seguro, legal e gratuito. A reforma da França pode ser revogada e os países da América Latina podem avançar em suas políticas de gênero, porém, enquanto os corpos - com útero ou não - serem vistos como “pequenos capitais” e as lutas seguirem fragmentadas, não haverá avanço duradouro. E para seguir com esse projeto inclusivo e transformador, lembremos do papel decisivo das mulheres nas grandes revoluções culturais do século XX: de Stonewall à Praça de Maio, o feminismo combativo transforma o mundo.

### **Ongoing shortages undermine right to health - A escassez contínua prejudica o direito à saúde**

O mundo enfrenta a escassez de saúde - profissionais, equipamentos e medicina. Longe de ser apenas um problema de produção - produzir mais para ter mais - o desafio é a relação do Estado - Neoliberal - com os seus profissionais. O Quênia - relatado no informe anterior, Egito e Reino Unido vêm enfrentando crises de greves e demissões em massa de jovens profissionais da saúde cansados do projeto de escassez crônica e sistemática (“a desassistência programada” da qual falamos varias vezes), estruturas precárias e falta de investimento. Os Estados Unidos enfrentam o mesmo, junto de uma crise que já dura um ano da falta de fórmula de leite, comprometendo a saúde de recém nascidos, devido ao fechamento de uma das grandes fábricas que produzia o suplemento. Especialistas apontam que, mais do que uma escolha pessoal ou necessidade médica, o uso de fórmula se dá pela falta de políticas públicas que incentivem e garantam a amamentação: “(...) apenas reestruturar o mercado de fórmulas lácteas comerciais não será suficiente para evitar problemas semelhantes no futuro. Em vez de expandir as parcerias existentes com a indústria, (há) uma chance melhor em construir sistemas de saúde centrados nas mulheres e culturalmente apropriados e expandir os direitos no local de trabalho, como licença maternidade remunerada obrigatória, para aumentar as taxas de amamentação.”

Como exemplo dos efeitos da escassez persistente e planejada, Um novo relatório das Nações Unidas mostrou um caimento preocupante na saúde das mulheres puérperas, com crescimento sensível do número de mortes, especialmente nos Estados Unidos - país marcado pela falta de sistema público de saúde. Ainda, 70% do número de casos pertence à região da África sub-sahariana, em especial na Nigéria. No Oeste Asiático e no Norte Africano os números melhoraram, porém ainda há indicadores preocupantes tendo em consideração mulheres que vivem em zonas de conflito com pouca infraestrutura.

“Ao alocar mais recursos para nutrição, serviços de saúde sexual e reprodutiva e cuidados primários de saúde baseados na comunidade, os países podem garantir melhorias na saúde materna”, disseram os líderes das agências da ONU. Quanto mais cedo os chefes de estado reconhecerem isso e avançarem para o fortalecimento dos serviços de saúde da mulher – inclusive treinando e empregando mais parteiras – melhor, mostra o relatório.”

Porém, a luta pela saúde da mulher puérpera transpassa também um Estado e um Sistema Internacional de proteções que garantam 1) o direito à escolha 2) cuidados de pré-natal 3) um parto seguro e humano 4) maneiras de manter vivo - não sobrevivendo - aos seus filhos, desde acesso aos serviços da saúde até a garantia à licença maternidade paga.

### **Colombia se prepara para recibir la ASP5 en 2023 / Colombia prepares to host PHA5 in 2023**

Com Oficinas que aconteceram no mês de Fevereiro, a Colômbia se prepara para receber a Quinta Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos - a ASP5 - que acontecerá em Dezembro deste ano sob a convocatória "Salud para todos en un mundo "post-pandémico": Desafíos y estrategias para los movimientos sanitarios". Os encontros se dedicaram a trocas sobre as assembleias anteriores e estavam presentes agentes sociais, ativistas, estudantes e outras organizações da Colômbia e da América Latina, foram também eleitos os representantes da Comissão organizadora.

### **Denúncia: A perseguição de Dr. Naty Castro pelos agentes do Estado das Filipinas**

Ativista pelos direitos humanos e médica comunitária da região de Caranga onde trabalha desde 1996, a Doutora Maria Natividad Marian Silva Castro ou "Doc" Naty - apelido carinhoso dado por seus companheiros de ativismo - vem sofrendo assédio moral desde 2022 e em Janeiro desse ano e agora foi colocada por seu próprio governo e pelo Conselho Antiterrorismo (ATC) numa lista de "terroristas", classificada como uma ameaça à segurança nacional.

A ameaça: trabalhar com aspectos de solidificação da saúde pública como um direito humano, treinar líderes comunitários, integrar a construção da saúde pública ao plano comunitário e tornar explícitas a determinação social da saúde e o descaso do governo Filipino.

"Ao obter uma compreensão mais profunda dos determinantes sociais da saúde trabalhando com as comunidades, ela se envolveu cada vez mais em questões não relacionadas à saúde, como assassinatos de fazendeiros, trabalhadores e Lumad que resistiam a projetos de mineração em grande escala em Mindanao, o deslocamento generalizado das comunidades Lumad para abrir caminho para a exploração estrangeira de minerais, e a declaração do governo de uma grande extensão de terras habitadas por camponeses e Lumad como zonas econômicas especiais.

Doc Naty começou a trabalhar cada vez mais com pessoas da igreja, academia, mídia, jovens e profissionais para explicar questões de justiça ambiental e direitos humanos. Ela defendeu incansavelmente como os setores básicos de agricultores e trabalhadores devem ter voz no caminho para o desenvolvimento sustentável e justo, e como os direitos dos Lumad como guardiões históricos e culturais de suas terras ancestrais devem prevalecer sobre sua destruição em nome do desenvolvimento."

### **A exploração do Alaska põe em perigo o direito à saúde e a justiça ambiental:**

Em 13 de Março - Biden, atual presidente dos Estados Unidos, aprovou o "Projeto Willow", ação de exploração e retirada de petróleo do Alaska.

"O Projeto Willow é um empreendimento de perfuração de petróleo de décadas na Reserva Nacional de Petróleo, que pertence ao governo federal. A área onde está previsto o projeto comporta até 600 milhões de barris de petróleo, embora esse óleo demore anos para chegar ao mercado, uma vez que o projeto ainda não foi construído. Pelas próprias estimativas

do governo, o projeto geraria petróleo suficiente para liberar 9,2 milhões de toneladas métricas de poluição de carbono por ano – o equivalente a adicionar 2 milhões de carros movidos a gasolina às estradas.” O projeto é ovacionado por certos grupos de tribos locais que comemoraram a possível oferta de empregos que Willow irá gerar, porém, mesmo com escassos “termos” - ineficazes, obsoletos e insuficientes - postos em consideração pela administração de Biden para proteger o ecossistema como limitar o despejamento de óleo na região do oceano ártico e a proteção de um certo número de acres, assim como a proteção da fauna local; a poluição gerada e a destruição do espaço serão inevitáveis, sendo um plano de integração econômica e justiça ambiental - como um projeto de proteção da natureza local, trazendo vida econômica para as tribos locais e não para o titã de poluição ConocoPhillips - muito mais adequado para o momento atual.

Adicionalmente, lembrando um ponto do último informe, há o perigo crescente de uma nova pandemia devido à exploração inconsequente da natureza e a expulsão da fauna de seus locais habituais.

**Declaração Pública sobre o Projeto Zero de Tratado sobre a Pandemia.**  
<https://g2h2.org/posts/digging/>

“Enquanto toda a comunidade global de saúde está examinando o rascunho zero do texto CA + da OMS, desenvolvido para a consideração do Grupo de Negociação Intergovernamental em sua quarta reunião em fevereiro de 2023, desejamos levantar preocupações sobre o fato de que, mais uma vez, o texto atualmente disponível ignora elementos que são fundamentais para o sucesso de um acordo multilateral que terá operacional, implicações sistêmicas e multigeracionais sobre como a comunidade internacional enfrenta futuras pandemias.

Vários atores da sociedade civil que trabalham no interesse público examinaram profundamente o texto e responderam com um conjunto diversificado de comentários críticos e atuais sobre o rascunho zero, produzindo um trabalho analítico crucial. Nesta fase inicial do processo, preferimos reunir uma visão estrutural holística de suas correntes políticas e epistemológicas, de modo a informar o debate abrangente sobre a negociação da INB da OMS antes de compartilhar contribuições específicas sobre o projeto.

É claro que a Mesa da INB é confrontada com uma tarefa assustadora ao ter que captar um fluxo esmagador de pressões políticas provenientes dos Estados-Membros e das partes interessadas relevantes, com seus interesses diversos e divergentes em lidar com pandemias. Estamos conscientes de que este desafio continuará a ficar conosco e a moldar a negociação intergovernamental, num cenário de assimetrias de poder não reguladas entre governos e partes interessadas. Mas, neste contexto, as principais questões centrais devem ser abordadas no atual rascunho zero, para fazer com que todo o discurso da CA+ da OMS se mantenha. Estes são os seguintes:

**1. O projeto zero tem um âmbito limitado.** A pandemia de COVID-19 tem sido o lembrete mais agudo de quão urgente se tornou a integração da justiça ambiental no debate sobre saúde pública. Em vez disso, o projeto zero negligencia a ênfase indispensável nas medidas de prevenção para combater as causas profundas das repercussões dos agentes patogênicos na interface animal-humano e ignora a gama de medidas pré-surto que são necessárias para este fim, para a saúde pública. Contraintuitivamente, o texto está radicalmente desequilibrado em relação à abordagem biomédica, como se uma pandemia fosse um destino que não pode ser evitado. Os Estados-membros da OMS devem cumprir esse papel de prevenção, após as lições

da COVID-19, na interseccionalidade da saúde pública, desigualdades estruturais, biodiversidade, crise climática, sistemas alimentares, mecânica neoliberal, questões de gênero e raça. A visão biomédica como a cartilha serve bem ao setor corporativo privado, mas dificilmente corresponde à necessidade de uma abordagem ambiciosa baseada na One Health e intervenções *sobre os impulsionadores* de eventos de transbordamento e de outras emergências de saúde, como a Resistência Antimicrobiana (RAM).

Assim, tomar conhecimento criterioso de como as enormes convulsões de saúde pública são engendradas ou exacerbadas pela violência estrutural no planeta torna-se imperativo no desenvolvimento de qualquer orientação que vise preparar os sistemas globais, geopolíticos e de saúde pública para futuras pandemias. As primeiras semanas de 2023 foram marcadas por notícias de propagação da gripe aviária altamente patogênica entre mamíferos na América Latina e na Europa, e uma epidemia de vírus de Marburg na África: trabalhar na promoção dos remédios médicos ocidentais para os sintomas não é suficiente! A menos que haja uma interconexão construtiva e deliberada estabelecida entre o direito à saúde e o direito ao meio ambiente saudável (agora explicitamente adotado como um direito humano pelas Nações Unidas), bem como entre o direito à saúde e os direitos da natureza de existir e prosperar, a coordenação para a futura pandemia continua sendo uma aspiração baseada em uma compreensão antropocêntrica limitada de como tais eventos zoonóticos e outros se manifestam.

**2. A crença implícita do projeto zero «de boa-fé» no regime.** A natureza vinculativa do texto é consideravelmente fraca, quando não está totalmente ausente. A vulnerabilidade do atual projeto de Tratado reside principalmente na sua dependência de recomendações voluntárias. Quais seções do tratado são obrigatórias e quais não são difíceis de decifrar, mas o registro diplomático deve ser inequívoco. Uma linguagem clara e inequívoca que articule o caráter vinculante do acordo é uma condição indispensável para a prossecução do objetivo original da nova AC+ da OMS. É também uma condição para medir o progresso dos mecanismos de cumprimento e o impacto de tal acordo daqui para frente, num regime de complementaridade com os acordos vinculativos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), agora em análise. Nenhum dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no Tratado da OMS produzirá os frutos da mudança necessária, na ausência de um mecanismo robusto e fiável para responsabilizar os governos.

**3. Uma camada adicional de preocupação decorre do fracasso do projeto zero em fornecer salvaguardas que são fundamentais para estabelecer seus padrões de prestação de contas e ferramentas de monitoramento vis-à-vis o papel do setor corporativo.** A negociação sobre este acordo segue uma evolução perigosa, mas irrestrita, do impulso estratégico de "toda a sociedade" do multistakeholderism pela liderança das Nações Unidas. Para o propósito do CA+, a tentativa de convidar o setor privado à mesa para ajudar o mundo a prevenir, se preparar e responder a uma futura pandemia é intencional, mas contraintuitiva, mais uma vez, considerando como a crise do COVID-19 tem sido usada por atores corporativos para manter os direitos de saúde das pessoas em resgate para expandir lucros, acumular propriedades intelectuais, e monopolizar os mercados. A preparação, a prevenção e a resposta à pandemia devem permanecer totalmente no âmbito da saúde pública, da governação pública, dos sistemas públicos e dos fundos públicos. O setor privado é uma entidade que deve ser estritamente regulada. Alternativamente, a aplicação de condições para o financiamento público de pesquisa e desenvolvimento (P & D) para produtos médicos, e os requisitos de

transparência de preços e contratos de compra permanecem puramente ilusórios, como já vimos no passado com WHA61.21 e a então anunciada "resolução de marco" WHA 72.8.

A versão do multistakeholderism sob a qual todo o processo do acordo está sendo promulgado deve ser redesenhada ou, pelo menos, substancialmente reparada. O acordo não apenas precisa propor uma estrutura abrangente de responsabilidade legal que autorize o monitoramento, a avaliação e a regulamentação do papel do setor privado no discurso da saúde pública, mas também precisa proibir a introdução ou a influência do setor privado nos espaços de formulação de políticas, inclusive por meio dos agentes do filantropocapitalismo. As exigências de tal mecanismo não são novas, nem quixotescas, foram avançadas no multilateralismo climático, na atual negociação do tratado sobre empresas e direitos humanos. Além disso, eles já foram adotados na infraestrutura de políticas vinculativas de controle do tabaco que a OMS introduziu há menos de duas décadas.

**4. Justiça financeira para a preparação e resposta à prevenção de pandemias.** No avanço das hegemonias do poder geopolítico – o infeliz legado da COVID-19 – a abordagem de financiamento do rascunho zero ignora descaradamente as múltiplas dependências do sistema financeiro global que historicamente impediram os países de baixa e média renda de investir em saúde conforme necessário, mesmo durante o pico da crise da pandemia de COVID-19. O rascunho zero reconhece a necessidade de investir em sistemas de saúde fortes e realizar progressivamente a Cobertura Universal de Saúde (UHC) e propõe a alocação orçamentária sustentada para prevenção, preparação e resposta a pandemias e recuperação dos sistemas de saúde (PPR & HSR). No entanto, não aparece qualquer referência relativamente aos obstáculos financeiros estruturais que impossibilitam o aumento do espaço orçamental interno. Estes incluem medidas de austeridade, pagamento de dívidas, fluxos financeiros ilícitos, entre outros.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a década anterior à chegada do novo coronavírus testemunhou o maior, mais rápido e mais amplo aumento da dívida nas economias dos países de baixa e média renda nos últimos 50 anos. Desde 2010, sua dívida total aumentou 60% do PIB, para um pico histórico de mais de 170% do PIB em 2019, e mais países emergiram da pandemia com dívidas mais altas e insustentáveis ainda. Nos países de baixa renda, a dívida aumentou de 58% para 65% entre 2019 e 2021. Trinta nações da África Subsaariana viram uma relação dívida/PIB superior a 50% em 2021 e os alarmes estão começando a soar para as instituições financeiras internacionais. A negociação do tratado não pode fugir a estes desafios. Sem remédios para a arquitetura financeira global que permitam aos países ganhar soberania sobre seus orçamentos públicos, não existirá espaço fiscal para manter – e muito menos aumentar substancialmente – seus recursos para a saúde. Se a injustiça financeira permanecer intocada, a capacidade dos países de prevenir, preparar e responder efetivamente às pandemias será significativamente prejudicada. Uma realidade que tem muito a ver com a potencial disseminação de patógenos. Os recursos privados, por outro lado, não podem preencher a lacuna de financiamento público. A noção de que – mais uma vez – a colaboração com o sector privado desempenha um papel no aumento do financiamento interno, a não ser através do sector privado que paga a sua quota-parte de impostos, deve ser rejeitada. Os delegados precisam estar preparados para reconhecer e desafiar esse status quo, incluindo atores e instituições que mantêm o atual sistema de emaranhamento financeiro.

Não há atalhos fáceis para a elaboração de um texto decente da OMS CA+. Para que isso se mantenha, as linhas de falha no terreno em que toda a iniciativa se baseia terão de ser reconhecidas, abordadas e corrigidas. A saúde pública requer ver as coisas e as populações em

sua realidade *a partir do chão*, em vez de através dos olhos dos investidores corporativos e da formulação de políticas investidas.”

*Authors: Ashka Naik, Corporate Accountability and Nicoletta Dentico, Society for International Development. Full version with footnotes and updated list of endorsements: [here](#)*

**Quinto Fórum Global de Recursos Humanos para a Saúde** – 3-5 de abril de 2023. Tema Proteger, salvaguardar e investir na força de trabalho de saúde e cuidados. [https://healthandcareworkforce.org/168/participation\\_form](https://healthandcareworkforce.org/168/participation_form)

O Quinto Fórum Global de Recursos Humanos para a Saúde compartilhará evidências e experiências sobre o desenvolvimento da força de trabalho para uma era pós-COVID-19. As sessões também explorarão caminhos para ampliar os investimentos necessários nas capacidades da força de trabalho para promover a cobertura universal de saúde e cumprir funções essenciais de saúde pública, incluindo preparação e resposta a emergências.

As sessões técnicas do Quinto Fórum Global de Recursos Humanos para a Saúde, e outras atividades de aprendizagem e networking, serão realizadas **virtualmente** através de uma plataforma de eventos on-line dedicada. Segmentos de alto nível serão transmitidos ao vivo por meio da plataforma virtual, com interpretação em árabe, chinês, inglês, francês, português, russo e espanhol.

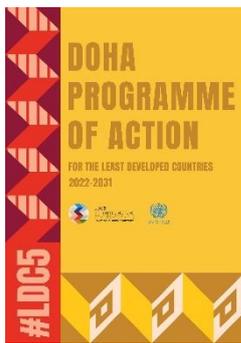
## Diplomacia da saúde no Sul Global UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul

*Regina Ungerer*

### Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

### Destaques do UNOSSC entre 01 a 13 de março de 2023



O destaque mais importante do período foi a realização da **5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos (LDC5)**

Lembrando que esta Conferência foi realizada em duas partes:

- 1) A adoção do novo [Programa de Ação de Doha](#) que foi realizado em Nova York no dia 17 de março de 2022;
- 2) A principal parte da conferência que foi realizada em Doha, Catar, de 5 a 9 de março de 2023.

Há quarenta anos, em setembro de 1981, a comunidade internacional se reuniu em Paris para a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos e lançou um novo Programa de Ação robusto para estes países na década de 1980. Este programa tinha o objetivo de transformar e empurrar os países menos desenvolvidos rumo ao desenvolvimento autossustentável e os capacitando para conseguir padrões mínimos e internacionalmente aceitos de nutrição, saúde, transporte, comunicação, infraestrutura social, incluindo água potável e saneamento, habitação e educação para suas populações, bem como oportunidades de emprego para seus cidadãos.

Nesta última semana em Doha, os países se reuniram pela quinta vez para discutir os países menos desenvolvidos. E esta Conferência foi realizada na mais inérita das circunstâncias, considerando a crise sanitária e socioeconômica que abalou o mundo todo, individual e coletivamente. O mundo vive uma crescente pobreza, fome e desnutrição, desigualdade, violações dos direitos humanos, divisões digitais, divisões de vacinas, emergências humanitárias e conflitos armados, insegurança, pandemias, degradação ambiental, mudanças climáticas e desastres.

A grande preocupação é que uma em cada três pessoas nos países menos desenvolvidos ainda vive na extrema pobreza, e a pandemia da doença de coronavírus (Covid-19) fez com que esse número aumentasse ainda mais. Apesar dos líderes mundiais afirmarem que estão determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, a realidade aponta para outra direção.

Os países menos desenvolvidos, atualmente são compostos por 46 nações que correspondem a 14% da população global, sendo que alguns se encontram entre os mais pobres e vulneráveis do mundo. Estes países respondem por apenas 1,3% do produto interno bruto (PIB) global, 1,4% do investimento estrangeiro global direto e pouco menos de 1% das exportações globais de produtos.

Desta forma, o Programa de Ação de Doha para a década de 2022–2031 está sendo considerado como um novo compromisso dos países desenvolvidos e seus parceiros de desenvolvimento fundamentados com objetivos abrangentes, renovados e fortalecidos para apoiar os países menos desenvolvidos a conseguirem uma recuperação rápida, sustentável e inclusiva da pandemia do Covid-19. Espera-se que possam criar resiliência para futuras crises, erradicar a pobreza extrema, fortalecer os mercados de trabalho promovendo a transição do emprego informal para o formal, permitindo sua graduação da categoria de país menos desenvolvido.

Outro item importante deste PoA é a possibilidade de acesso a financiamento sustentável e inovador, que possibilitará os países a enfrentarem as desigualdades, dentro e entre os países, alavancando o poder da ciência, tecnologia e inovação, integrando o empreendedorismo impulsionado pela tecnologia, trazendo transformação estrutural e alcançando os ODS, por meio de uma parceria global revigorada para o desenvolvimento sustentável baseado em meios de implementação ampliados e ambiciosos e apoio diversificado para os países menos desenvolvidos na formação da mais ampla coalizão possível de parcerias com várias partes interessadas.

Neste cenário, a Conferência focalizou em seis áreas prioritárias

- 1) Investir nas pessoas, erradicar a pobreza e desenvolver capacidades
- 2) Aproveitando o poder da ciência, tecnologia e inovação
- 3) Apoiar a transformação estrutural como motor da prosperidade
- 4) Fortalecer o comércio internacional e a integração regional
- 5) Enfrentando as mudanças climáticas, Covid-19 e construindo resiliência
- 6) Mobilizando parcerias internacionais para uma graduação sustentável

Espera-se que a implementação completa do Programa de Ação de Doha (DPoA) ajude os LDCs a enfrentar a pandemia de Covid-19 que ainda não terminou, bem como ajude a superar os impactos socioeconômicos negativos resultantes, possibilite os países menos desenvolvidos possam retornar ao caminho em direção aos ODS, possam enfrentar os desafios da mudança climática e avançar em direção à graduação sustentável e irreversível.

A cooperação Sul-Sul pode desempenhar um papel catalisador nos esforços dos países menos desenvolvidos para mobilizar recursos financeiros e técnicos e encontrar soluções inovadoras para a implementação oportuna do DPoA.

**Outro destaque importante do UNOSSC foi o anúncio da 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul será realizada de 30 de maio a 2 de junho de 2023.**



Esta sessão está programada para revisar o progresso alcançado na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (BAPA), a Estratégia Novas Direções para a cooperação Sul-Sul, o documento final de Nairóbi da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e o documento final de Buenos Aires da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).

Em 1º de maio, haverá uma reunião para organizar a 21ª sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, eleger a mesa e adotar a agenda.

### Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>72</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>73</sup>, Paris (UNESCO)<sup>74</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>75</sup>, Viena (UNIDO)<sup>76</sup> e Washington ((G-24)<sup>77</sup>.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.



### Destaques do G-77 entre 01 a 13 de março de 2023

Neste período, o G-77 e a China participaram de 6 reuniões da AGNU.

#### New York, 01 de março de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Yuri A. Gala López, representante permanente adjunto de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na primeira reunião sobre o processo preparatório do diálogo de Alto Nível sobre financiamento para o desenvolvimento.



O Diálogo de Alto Nível, que ocorre apenas a cada quatro anos, é uma oportunidade especial para avaliar a implementação da [Agenda de Ação de Adis Abeba](#) (AAAA). Especialmente neste ano, o Diálogo de Alto Nível será realizado em um momento crítico em que o contexto geopolítico e as tendências mais recentes na cooperação internacional para o desenvolvimento estão levando os países em

<sup>72</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>73</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>74</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>75</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>76</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>77</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

desenvolvimento a enfrentar desafios sem precedentes para seu desenvolvimento e progresso econômico.

Além das múltiplas consequências de um longo período de pandemia global, os membros do G-77 também enfrentam crises interligadas e exacerbadas por uma ordem econômica internacional que perpetua as desigualdades e a pobreza.

De acordo com o Embaixador Yuri López, é preciso aproveitar esse momento e tomar medidas transformadoras para permitir que os países do Grupo superem a crescente lacuna de financiamento, o risco cada vez maior de sobre endividamento, as barreiras à transferência de tecnologia, a emergência climática, as medidas coercitivas unilaterais, a crescente insegurança alimentar e as consequências negativas de medidas restritivas ao comércio arbitrárias e injustificadas que afetam o bem-estar das gerações presentes e futuras.

O Grupo acredita que o Diálogo de Alto Nível sobre financiamento para o desenvolvimento deve ser uma oportunidade para fazer um balanço do progresso e identificar as lacunas na implementação da Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA).

Para o G-77 e a China é fundamental identificar ações diretas para as sete áreas de ação da AAAA e acelerar o ritmo de implementação necessário para cumprir os compromissos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Da mesma forma, é preciso abordar temas prioritários, como a necessidade urgente de reformar a arquitetura financeira internacional, incluindo as reformas nas Instituições Financeiras Internacionais, especialmente o FMI e o Banco Mundial, com o objetivo de dar a voz aos países em desenvolvimento no processo de decisão econômica internacional rumo a uma arquitetura de governança internacional mais equitativa e inclusiva.

É necessário implementar e acompanhar a proposta do Secretário-Geral da ONU para o "Estímulo aos SDG" como uma iniciativa crítica para mobilizar recursos financeiros adicionais para que todos os países em desenvolvimento possam apoiar a implementação dos ODS, inclusive por meio de uma recapitalização dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para atender às necessidades financeiras dos países em desenvolvimento.

É também urgente e essencial, o apoio técnico e financeiro dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, assim como o apoio dos bancos multilaterais de desenvolvimento, aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e financiamento concessional. Assim como é importante mobilizar rapidamente, investimentos para apoiar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável nos países em desenvolvimento para impulsionar o alcance dos ODS na década de ação restante.

Outras prioridades são: a necessidade de reformar a arquitetura da dívida soberana global para uma gestão sustentável de longo prazo; a realocação de Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados para países em desenvolvimento, bem como a alocação dos SDRs com base em novos critérios; combate aos fluxos financeiros ilícitos; a promoção da cooperação fiscal internacional inclusiva e eficaz e para garantir o acesso preferencial ao comércio para os países em desenvolvimento e promover o crescimento liderado pelas exportações como uma forma eficaz de alcançar os ODS; o estabelecimento de um conjunto de medidas de progresso no desenvolvimento sustentável que complementam ou vão além do produto interno bruto para o acesso a financiamento concessional e cooperação técnica pelos países em desenvolvimento; a provisão de espaço fiscal, bem como a necessidade de abordar as restrições na transferência de

tecnologia e capacitação, apenas para destacar alguns elementos que precisam ser discutidos se todos estiverem realmente dispostos a ter um Diálogo significativo.

### **New York, 02 de março de 2023**

Declaração feita pela Sra. Juana María Pantoja, Chefe do Escritório Nacional de Estatística e Informação de Cuba, em nome do G-77 e da China, sobre o item 3(L) da agenda sobre métodos de trabalho da comissão de estatística na 54ª sessão da Comissão de Estatística da ONU.

Neste pronunciamento, a Sr Juana Pantoja declarou que o aumento dos membros da Comissão de Estatística, a tornará mais representativa e quiçá mais equitativa. A última vez que o número de membros foi ampliado foi em 1966, quando havia 122 Estados Membros na ONU. Hoje são 193 e espera-se que haja mais representatividade dos países em desenvolvimento.

Como órgão técnico, o aumento do número de membros ajudará a trazer novas perspectivas e sugestões para o trabalho da Comissão.

### **Doha, 06 de março de 2023**

Declaração feita por sua Excelência, o Ministro de Comércio e Investimento Exterior da República de Cuba, Sr Rodrigo Malmierca Díaz, em nome do G-77 e da China, no debate geral da 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos.



O Ministro iniciou seu pronunciamento agradecendo os esforços e compromissos do governo do Catar em apoio aos países menos desenvolvidos.

Considerou que o mundo se encontra em um momento bastante crítico, pois os países em desenvolvimento enfrentam múltiplos desafios, tais como: a necessidade de recuperação econômica e social após a pandemia do Covid-19, agravada por enormes dificuldades financeiras e da dívida; aumento dos preços dos alimentos; escalada da emergência climática e uma ordem econômica desequilibrada que perpetua as desigualdades e a pobreza.

É totalmente inaceitável que os países menos desenvolvidos, que se encontram entre os mais vulneráveis, continuem com a capacidade produtiva limitada e espaço fiscal insuficiente. Estes países têm vivido um desequilíbrio macroeconômico e níveis crescentes de endividamento externo, juntamente com menor acesso às tecnologias, o que definitivamente dificulta seu desenvolvimento em todas as áreas. Metade dos países menos desenvolvidos sofreu emergências alimentares contínuas por pelo menos 13 anos consecutivos durante um período de 42 anos (1981-2022), o que também tem um impacto severo no bem-estar de suas populações.

É inconcebível que, embora os países menos desenvolvidos sejam responsáveis por menos de 4% das emissões totais de gases de efeito estufa do mundo, eles estejam na vanguarda da crise climática. Nos últimos 50 anos, 69% das mortes globais por desastres relacionados ao clima ocorreram nos países menos desenvolvidos. Esta situação não pode continuar. Esta crise de desigualdade, deixa claro que 46 países, que representam 14% da população mundial, correm o risco de ficar para trás, enquanto nos últimos 10 anos o 1% mais

rico do mundo abocanhou mais da metade de toda a nova riqueza global. Isso é simplesmente inaceitável.

A implementação do Programa de Ação de Doha é um passo importante na direção certa. No entanto, seu cronograma coincide com os últimos anos de ação para alcançar a Agenda 2030 e seus ODS, o que exigirá uma parceria global renovada, verdadeira solidariedade e meios de implementação ajustados aos países menos desenvolvidos.

Como primeiro passo, o acesso a vacinas e tratamentos contra a Covid-19 não pode continuar sendo um desafio para estes países. Deve-se fornecer vacinas seguras, de qualidade, eficazes e acessíveis de forma adequada e oportuna para esse grupo de países.

A seguir, é preciso enfrentar o peso da dívida insustentável em muitos países e, para voltar à normalidade é urgente e necessário, tomar medidas para reduzir a situação da dívida, com ações imediatas, como alívio e reestruturação da dívida, realocação de Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados e uma nova alocação de SDRs.

É imperativo que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), ou seja, destinar entre 0,15% e 0,20% de seu PIB à Assistência Oficial ao Desenvolvimento para os países menos desenvolvidos.

O processo de graduação dos países menos desenvolvidos para um estágio superior deve ser reavaliado, caso a caso, para garantir a sustentabilidade dos avanços alcançados. Não é razoável que os países menos desenvolvidos, uma vez graduados, deixem de receber tratamento especial quando sua vulnerabilidade ainda é evidente. Isso está de acordo com a necessidade urgente de medir o desenvolvimento sustentável para além do PIB. Os países menos desenvolvidos graduados não enfrentariam essa realidade se os países desenvolvidos cumprissem seu compromisso de contribuir com 0,7% de seu PIB para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, o que, ainda hoje, não passa de uma ilusão.

Sem esquecer que é preciso aumentar a transferência de tecnologia e capacitação, bem como a cooperação tecnológica e científica dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos para promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e a plena implementação da Agenda 2030.

E finalmente, é preciso consolidar seu envolvimento nos processos globais de decisão econômica, social e ambiental e enfrentar os problemas estruturais agravados pela atual ordem econômica injusta.

O G-77 e a China reiteram sua solidariedade com os países menos desenvolvidos e reafirmam sua disposição de firmemente apoiar a implementação do Programa de Ação de Doha no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

### **New York, 06 de março de 2023**

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre a organização dos trabalhos do 5º Comitê, na primeira parte da retomada da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O G-77 e a China comprometem-se com a minuciosa consideração dos itens da Agenda alocados a este Comitê para o resumo de sua primeira sessão, em particular, a gestão de

recursos humanos, o sistema de prestação de contas, as atividades da cadeia de suprimentos, o planejamento de investimentos de capital, a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação, os padrões de acomodações para voos em viagens, UMOJA<sup>78</sup>, o relatório da Unidade de Inspeção Conjunta, entre outros.

Desde há vários anos que a gestão de Recursos Humanos é um tema sobre o qual não se consegue chegar a um consenso. O G-77 e a China continuarão a empenhar-se num verdadeiro espírito de compromisso, tendo em vista os benefícios coletivos que todos obteriam com uma resolução sobre esta importante questão.

Nosso objetivo é considerar de forma holística, como um pacote, todas as questões essenciais neste item da Agenda, incluindo representação geográfica equitativa, paridade de gênero, preenchimento de cargos vagos, abordagem de deficiências no processo de seleção de pessoal e melhoramento da gestão de desempenho. Embora permaneçam divergências nas sessões anteriores, houve muitas áreas de convergência e nosso Grupo espera que constituam um ponto de partida para as discussões desta vez.

A responsabilidade é outra questão chave a ser considerada nesta sessão. O G-77 e a China enfatizam este aspecto e reiteram seu apelo para o fortalecimento dos controles internos no sistema de prestação de contas por meio do monitoramento constante dos gastos, a fim de implementar plenamente os mandatos e programas acordados.

Nesse sentido, o Grupo se empenhará na revisão do sistema de prestação de contas, prestando especial atenção à forma como as reformas devam contribuir para o melhoramento do mecanismo de prestação de contas.

### **New York, 06 de março de 2023**

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 144 da agenda: unidade de inspeção conjunta, na primeira parte da retomada da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU do 5º Comitê.

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O Grupo deseja reafirmar seu apoio de longa data ao importante trabalho da Unidade de Inspeção Conjunta (JIU) como o único órgão de supervisão externo e independente das Nações Unidas encarregado de realizar inspeções, avaliações e investigações em todo o sistema.

O Grupo reconhece os esforços da JIU em cumprir seu programa de trabalho em anos anteriores, tendo em vista o impacto da pandemia de coronavírus. Em 2022, apesar de terem voltado às atividades, apenas 2 revisões foram concluídas e apesar dos atrasos em várias revisões devido ao impacto cumulativo ocasionado por inúmeros impedimentos, espera-se que em 2023, a JIU possa concluir as 8 revisões pendentes de 2022.

O Grupo observa que já existem três novas revisões programadas para 2023, enquanto outras de extrema importância para o Grupo foram transferidas de 2021, incluindo a revisão das estruturas de responsabilidade nas organizações do sistema da ONU. O Grupo espera discutir em consultas informais como ocorre a transição de projetos de anos anteriores.

---

<sup>78</sup> UMOJA é uma solução única e global que permite o gerenciamento eficiente e transparente dos recursos financeiros, humanos e físicos das Nações Unidas e melhora os resultados programáticos

A revisão da aceitação e implementação das recomendações da Unidade de Inspeção Conjunta pelas organizações do sistema da ONU, prevista para 2022, não foi iniciada e espera-se que seja feito em breve. O Grupo está preocupado com a taxa média de aceitação e implementação das recomendações por parte de algumas organizações e há o entendimento de que a pertinência dessas recomendações exige a melhoria dos números apresentados nos últimos relatórios.

O Grupo enfatiza mais uma vez a importância de ter um sistema baseado na web que funcione bem para rastrear informações atualizadas sobre o status da implementação das recomendações da JIU. O Grupo gostaria de abordar detalhadamente o processo de atualização da plataforma, uma vez que este processo está atrasado.

Destaca-se o exercício de autoavaliação da JIU, realizado em 2022 para avaliar seu desempenho global desde a autoavaliação anterior em 2013. O Grupo reconhece o compromisso da JIU de considerar formalmente e priorizar em 2023 as recomendações da autoavaliação e desenvolver planos de ação nesse sentido. O Grupo espera que os resultados do exercício ajudem a resolver os atrasos atuais e apoiem a avaliação intermediária de 2024 do quadro estratégico da JIU.

O Grupo reitera a importância de reforçar a coordenação para alinhar os planos de trabalho, evitar sobreposições ou duplicações de trabalho e maximizar a sinergia entre o Conselho Fiscal, os Serviços de Fiscalização Interna e a Unidade de Fiscalização Conjunta.

Para o programa de trabalho da JIU para 2023, o Grupo valoriza a diversidade dos projetos que serão realizados, bem como a conclusão daqueles pendentes e incentiva que sejam acrescentados outros temas ao programa de trabalho.

O G-77 e a China incentivam os inspetores e suas equipes a finalizar todas as revisões dentro do ano civil, mantendo a qualidade do trabalho.

O Grupo pede aos Estados Membros que colaborem com a JIU e seus inspetores, quando necessário vistos de entrada e passagens), para permitir que estes cumpram suas funções de forma eficaz e sem impedimentos.

### **New York, 06 de março de 2023**

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 143 da agenda: gestão de recursos humanos na primeira parte da retomada da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU do 5º Comitê.

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

O G-77 e a China agradeceram a introdução dos seguintes relatórios do Secretário-Geral: "Visão geral da reforma da gestão de recursos humanos para o período 2021-2022", "Próximos passos na implementação da reforma da gestão de recursos humanos para o período 2023-2026", Composição e Assuntos Disciplinares" e o "relatório sobre Escritório de Ética da ONU". Agradeceram também a Comissão Consultiva para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ).

A reforma da gestão de recursos humanos para o período 2021-2022 concentrou-se em três resultados integrados, coerentes e interdependentes: agilidade, diversidade e responsabilidade. O secretário Geral fez novas propostas para o período 2023-2026 e, ao mesmo

tempo, delineou indicadores de monitoramento para medir o progresso em direção aos resultados de longo prazo.

O Grupo ressaltou as conclusões do secretariado sobre as deficiências do atual processo de recrutamento que são de natureza sistemática e estrutural e destacam a intenção do secretariado de revisar o atual sistema de seleção de pessoal por meio de um programa dedicado de "seleção de pessoal 2.0", que abrangeria os três componentes de recrutamento, divulgação e o Programa de Jovens Profissionais, para que o sistema de seleção possa ser mais eficaz, justo, eficiente e ágil e possa cumprir o [artigo 101 da Carta das Nações Unidas](#), com uma base geográfica tão ampla quanto possível.

A finalização deste programa está prevista para 2026 e o Grupo está aberto a explorar as melhores formas de estudar e abordar esta proposta de forma consistente e aprofundada. Ao mesmo tempo, espera-se uma discussão produtiva e uma consideração holística deste item da Agenda, como um pacote, a fim de garantir que o resultado final guie efetivamente o secretariado.

O Grupo observa os esforços em andamento para reformar a gestão de recursos humanos, que é um componente chave dos esforços gerais de reforma da ONU. O Grupo considera e agradece os progressos alcançados até ao momento, sobretudo no que diz respeito à simplificação e racionalização de regras e políticas e alterações nas condições de serviço. O G-77 e a China agradecem as medidas tomadas para fortalecer as ações anticorrupção internas e garantir um ambiente seguro para que os funcionários denunciem má conduta.

Os princípios de representação geográfica equitativa e paridade de gênero são pilares do G-77 e da China. Ao mesmo tempo em que se comemora os avanços rumo à paridade de gênero na ONU, existe a preocupação de que esforços nessa direção não tenham sido complementares para garantir uma representação geográfica mais ampla.

É difícil entender que, enquanto o número de países representados aumentou pouco, a ONU está prestes a alcançar a plena paridade de gênero nos próximos anos. Esta informação sustenta que as mulheres dos países em desenvolvimento são muito menos recrutadas do que as dos Estados-Membros desenvolvidos. Também é desanimador ver que a porcentagem de mulheres de países em desenvolvimento em cargos de chefia é desproporcionalmente baixa.

Insistimos para que o Secretário-Geral intensifique seus esforços para alcançar uma representação geográfica equitativa dentro da ONU, especialmente nos cargos de maior nível. Deve-se dar à devida atenção aos países que contribuem com tropas e polícia (TCC/PCC). O Grupo lembra ainda que atualmente cerca de 500 cargos estão vagos.

O Grupo reflete na idade média do secretariado e que os cargos de nível inicial, principalmente nos níveis P1 e P2, continuam caindo, o que limita o rejuvenescimento da organização e a contratação de novos talentos de diferentes regiões do mundo, especialmente de Estados Membros em desenvolvimento não representados e sub-representados.

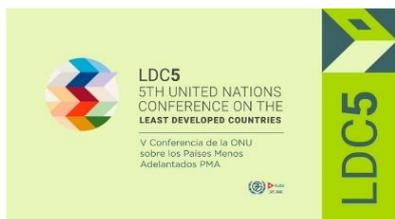
Por último, o G-77 e a China desejam chamar a atenção do secretariado para o regime de trabalho flexível. Embora essa abordagem tenha se mostrado eficaz durante os tempos mais difíceis da pandemia do Covid-19, atualmente a vida está voltando à normalidade. Nesse sentido, é preocupante que a presença fora do escritório possa ser considerada um direito, ou até mesmo uma regra, quando não é o caso, de acordo com o respectivo boletim do Secretário-

Geral. Esta preocupação baseia-se essencialmente na avaliação empírica de ver a maioria dos andares do edifício da ONU, com meia capacidade ou até menos, em qualquer dia da semana.

### Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



**1º de março de 2023** - Cuba continuará a apoiar fortemente um sistema de comércio multilateral baseado em regras, transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo, baseado no princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.



**1º de março de 2023** - A categoria de países menos desenvolvidos foi oficialmente criada em 1971 pela AGNU para atrair apoio internacional especial para os Estados Membros mais vulneráveis desfavorecidos da ONU.



**5 de março de 2023** – Começou no Catar, a 5ª Cúpula das Nações Unidas dos Países Menos Desenvolvidos. O Programa de Ação de Doha só será possível se for implementado de forma coordenada e coerente com os compromissos contemplados na Agenda 2030, na Agenda de Adis Abeba e no Acordo de Paris.

O apoio aos países menos desenvolvidos deve visar o crescimento econômico inclusivo e o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e da fome, a recuperação pós-pandêmica, o desenvolvimento energético e a proteção ambiental.



**5 de março de 2023** - Em termos de financiamento climático, o equilíbrio necessário deve ser alcançado na provisão de recursos e meios de implementação para mitigação e adaptação, o que atende particularmente às necessidades dos Países menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.



**6 de março de 2023** No âmbito da 5ª Conferência da ONU sobre os LDC, foi realizada uma mesa redonda sobre: "Aproveitar o poder da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável dos países menos desenvolvidos".

**7 de março de 2023** - Cuba reforçou seu compromisso de disponibilizar e doar vacinas contra o Covid-19 aos países menos desenvolvidos, que podem receber as doses através de um esquema de cooperação triangular.

## Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. Em 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 01 e 13 de março de 2023



No dia 2 de março de 2023 foi realizada em Baku, a **Cúpula do Grupo de Contato do MNA em resposta ao Covid-19**.

Estiveram presentes na Cúpula, 70 Chefes de Estado e Primeiro Ministros, o Presidente da 77ª AGNU, **Csaba Kőrösi**, o **Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus (por vídeo)**, a Diretora-geral da ONU em Genebra, representando o Secretário Geral António Guterres, o Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), o Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Secretário-Geral da Organização de Cooperação Econômica (ECO), além de diversos ministros, vice-ministros, embaixadores e outras autoridades.



O Presidente do Azerbaijão e Presidente do MNA, S.E. Sr. Ilham Aliyev fez um sumário da atuação do MNA durante a pandemia, desde quando promoveram a Cúpula Online de Chefes de Estado e de Governo em maio de 2020 em que foi estabelecido a Força-Tarefa do MNA que criou um banco de dados utilizado pela Organização Mundial de Saúde como ponto de referência para identificar as necessidades dos Estados Membros do NAM no enfrentamento da pandemia.

Nessa Cúpula, em maio de 2020, o MNA sugeriu a convocação de uma Sessão Especial da AGNU, para discutir a pandemia do Covid-19, que foi realizada em dezembro de 2020 com a participação de mais de 70 Chefes de Estado e de Governo e que enfatizou a necessidade de maior solidariedade internacional e nesta Sessão Especial, foi reconhecida a liderança do MNA na luta contra o coronavírus.

Considerando o “nacionalismo da vacina” observado por alguns países ricos, como um sério impedimento no combate à pandemia, o MNA iniciou duas resoluções na ONU em prol do acesso equitativo e universal às vacinas para todos os países. Uma resolução foi adotada no Conselho de Direitos Humanos da ONU e outra na Assembleia Geral da ONU em 2021. De acordo com o Presidente Ilham Aliyev, a liderança do MNA na mobilização de esforços globais para combater a pandemia, demonstrou a influência e responsabilidade do Movimento.

Ele deixou claro que o Azerbaijão ofereceu apoio financeiro e humanitário a mais de 80 países, a maioria membro do MNA, por meio de canais bilaterais ou da OMS.

Como presidente do MNA, ele apoiou fortemente o desenvolvimento institucional do MNA, como a criação da Rede Parlamentar do MNA em 2022 e o estabelecimento da Organização Jovem do MNA em 2021.

Seu objetivo, como presidente do MNA é criar sustentabilidade institucional e deixar um legado de sucesso para os membros que assumirão a presidência do MNA depois do Azerbaijão.

Em 2021, durante a Reunião de Alto Nível para comemorar os 60 anos do MNA, foi sugerido pós-covid que se traduz em uma oportunidade par discutir questões globais emergentes.

Desta forma, o Presidente Ilham Aliyev considerou que a arquitetura de segurança internacional existente, vem sofrendo mudanças dramáticas colocando em risco o multilateralismo, e o mundo vivencia a erosão das normas e princípios do direito internacional.

Ele ressaltou que, cada vez mais se observam casos de violação da soberania e integridade territorial e intervenção nos assuntos internos de Estados soberanos. Além disso, as decisões das principais organizações internacionais não são implementadas ou aplica-se com uma abordagem seletiva com “dois pesos e duas medidas”.

A nova ordem mundial está em processo de reformulação e assiste-se ao mais grave confronto Leste-Oeste desde o fim da Guerra Fria, com repercussões para o resto do mundo. Sendo a segunda maior instituição internacional depois da ONU, o MNA deve desempenhar um papel mais visível e eficiente na arena internacional e participar ativamente na reformulação desta nova ordem mundial.

Infelizmente, observa-se uma tendência crescente para o neocolonialismo e o MNA que surgiu devido ao processo histórico de descolonização, deve unir esforços para eliminar completamente esta página vergonhosa da humanidade.

Outra questão importante, que vem sendo discutida há muitos anos, são as reformas do sistema da ONU. O Conselho de Segurança da ONU é uma reminiscência do passado e não reflete a realidade do mundo de hoje.

A composição do Conselho de Segurança deve ser ampliada para torná-lo mais representativo e mais justo geograficamente, assim como deve-se dar um assento permanente ao MNA e um assento rotativo ao país que ocupa o cargo de presidente, no período. E deve-se alocar assentos permanentes para a África.

O Presidente apelou aos países membros do MNA para iniciarem consultas sobre esta questão e apresentarem suas deliberações ao Comité relevante da ONU.

Sem dúvida que a pandemia teve um impacto negativo na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e deve-se redobrar os esforços globais para evitar, entre outras coisas, o retrocesso nas metas e alcançar a Agenda 2030.

Para esse fim, sugerimos o estabelecimento de um Painel de Alto Nível da ONU sobre a Recuperação Global do Covid-19. Este Painel poderia elaborar recomendações sobre medidas globais para o período pós-pandemia. Convido todos os membros do MNA a apoiar esta iniciativa.

Deve-se fortalecer ainda mais a cooperação Sul-Sul guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, igualdade e benefício mútuo. Sua agenda deve ser definida pelos próprios países do Sul de acordo com suas necessidades e prioridades nacionais e não impostas pelo mundo exterior.

A mudança climática é outro desafio para a humanidade, causando sérios problemas como escassez de água, insegurança alimentar e migração forçada. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento merecem mais atenção a esse respeito, pois são mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas e enfrentam uma ameaça existencial.

O Azerbaijão continuará a oferecer apoio financeiro e humanitário aos Estados Membros do MNA e o Presidente Ilham Aliyev declarou aberta duas chamadas globais para apoiar a recuperação pós-pandêmica da África e dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e anunciou o aporte de 1 milhão de dólares americanos para cada uma das chamadas. Clamou para que os membros do MNA e outros membros da comunidade internacional se juntem ao Azerbaijão no apoio aos países necessitados em seu caminho para a recuperação pós-pandemia.

Voltando ao assunto do Conselho de Segurança da ONU, o Presidente Ilham Aliyev declarou que este Conselho de Segurança é ineficiente. Enquanto algumas resoluções do Conselho de Segurança são implementadas em poucos dias, outras são desconsideradas, como no caso da Armênia, que ignorou as quatro resoluções do Conselho de Segurança exigindo sua retirada imediata e incondicional de suas forças armadas dos territórios do Azerbaijão por quase 30 anos.

Durante os anos de ocupação, centenas de cidades e vilas no Azerbaijão foram deliberadamente destruídas, e todos os locais culturais e religiosos foram saqueados. Desde o final de 2020, milhares de diplomatas, jornalistas, ONGs e políticos estrangeiros, visitaram os territórios libertados e testemunharam a barbárie cometida pela Armênia.

Hoje, o Azerbaijão realiza trabalhos de reconstrução em grande escala nos territórios libertados com seus próprios recursos financeiros. Estamos construindo novas cidades e aldeias, começando do zero e aplicando planejamento urbano moderno e utilizando os conceitos de "cidade inteligente" e "aldeia inteligente". É um modelo de desenvolvimento e reconstrução pós-conflito único e sem precedentes liderado pelo governo nacional.

Outro item a ser considerado é que o Azerbaijão está entre os países mais infestados por minas no mundo devido à ocupação armênia. Considerado a importância primordial da desminagem no país, o Azerbaijão está considerando estabelecer um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nacional específico. Existe uma ligação direta entre os ODS e a desminagem, uma vez que as minas retardam o processo de reconstrução nos territórios libertados e o retorno da população deslocada internamente. Assim, o Azerbaijão está promovendo a iniciativa de lançar o 18º ODS sobre desminagem e convidamos os países do MNA a apoiar esta iniciativa.

Uma vez que vários países membros do MNA estão entre os países mais contaminados por minas e ordenanças não detonadas, ele sugeriu a formação de um grupo de países afetados por minas e que compartilhem a sua opinião, para fazer sua voz ser ouvida globalmente.

Para terminar, o Presidente Ilham Aliyev afirmou que como presidente do MNA, não poupará esforços para defender ainda mais os interesses legítimos dos Estados Membros do NAM e aumentar a posição de Movimento na arena internacional.

### **Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados**



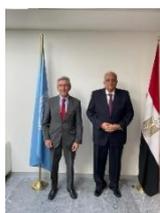
Os membros do Movimento Jovem dos Não Alinhados participaram ativamente do processo de organização da Cúpula do Grupo de Contato do MNA em resposta ao Covid-19.

Nos últimos anos, os movimentos jovens tornaram-se amplamente reconhecidos como agente da paz e do desenvolvimento sustentável. Assim, amplificar suas ideias e vozes é uma missão importante que o Movimento Jovem dos não alinhados assume.

### **Centro Sul (South Centre)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### **Destaques do Centro Sul**



O Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa recebeu o embaixador do Egito, Ahmed Ihab Gamaleldin para discutir os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento em fóruns multilaterais e na implementação do Acordo de Paris, bem como formas de fortalecer outras áreas de cooperação com o Centro Sul.



O Centro Sul recebeu o Embaixador Saad Alfarargi, Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, para discutir as contribuições para a implementação deste importante direito humano.



O Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa recebeu o Embaixador da República de Cuba Juan A. Quintanilla Roman para discutir os cenários atuais para os países em desenvolvimento nas negociações multilaterais, o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais (UCMs) e áreas de cooperação, considerando Cuba como presidente do

G-77.



O Rascunho Zero do tratado pandêmico da OMS contém alguns elementos positivos, mas permanecem lacunas importantes em áreas de importância fundamental para os países em desenvolvimento, disse Carlos Correa, Diretor Executivo na reunião de embaixadores do G-77 + China

## A guerra na Ucrânia: 8+12=20?

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,  
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

### G7

Nos dias 13 e 14 de maio está previsto de ocorrer, em Nagasaki, o encontro ministerial da saúde no âmbito da presidência japonesa do G7. Nagasaki é conhecida pela cidade em que foi porta de entrada da medicina ocidental no Japão. A cidade abriga a Universidade de Nagasaki, responsável por contribuir para o desenvolvimento das áreas médica e de saúde pública do mundo, tendo seu Centro de Pesquisa de Doenças Infecciosas Avançadas e o Instituto de Medicina Tropical desempenhando papel central.

A agenda internacional ainda gira em torno da pandemia de Covid-19, como se fosse o novo marco zero para a saúde global. A agenda provisória do evento dará ênfase na prevenção, preparação e resposta para emergências de saúde pública pelo G7. Isso se reflete na contribuição para uma cobertura de saúde universal mais resistente, equitativa e sustentável, por meio do fortalecimento dos sistemas de saúde e da promoção da inovação em saúde<sup>79</sup>. As pautas não trazem pontos novos desde Oxford 2021 e Berlin 2022. A expectativa é alta para acompanhar a discussão na íntegra em maio.



Fonte: <https://www.g7nagasaki.jp/>

Para além dos preparativos no campo da saúde, ocorreu a reunião dos ministros das relações exteriores no último dia 10 de março, em que o G7, com participação da Ucrânia, renovou o compromisso de apoiar o setor energético do país<sup>80</sup>. O Japão garantiu a doação de 10 autotransformadores e 140 equipamentos relacionados à energia para a Ucrânia. De forma a reduzir a capacidade de financiamento da Guerra, o Canadá proibiu a importação de todos os

<sup>79</sup> G7 Health Ministers' Meeting in Nagasaki. Ministry of Health, Labour and Welfare. 2023. Disponível em: [https://www.mhlw.go.jp/stf/seisakunitsuite/bunya/hokabunya/kokusai/g8/g7health2023\\_en.html](https://www.mhlw.go.jp/stf/seisakunitsuite/bunya/hokabunya/kokusai/g8/g7health2023_en.html). Acesso em: 12/03/2023.

<sup>80</sup> G7 + Foreign Ministers' Meeting on Ukraine Energy Sector Support. Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2023. Disponível em: [https://www.mofa.go.jp/press/release/press1e\\_000390.html#:~:text=On%20March%2010%2C%20commencing%20at,on%20Ukraine%20Energy%20Sector%20Support](https://www.mofa.go.jp/press/release/press1e_000390.html#:~:text=On%20March%2010%2C%20commencing%20at,on%20Ukraine%20Energy%20Sector%20Support). Acesso em: 12/03/2023.

produtos de alumínio e aço russos<sup>81</sup>. Os EUA acusam a Rússia de tentar desestabilizar politicamente a Moldávia e, por meio do compartilhamento de informações, garantiram ajuda ao país<sup>82</sup>. Por fim, a União Europeia prevê aumento do fundo para compra de armamento para a Ucrânia em 3,7 bilhões de dólares<sup>83</sup>.

De acordo com o relatório *“Destruction and Devastation: One Year of Russia’s Assault on Ukraine’s Health Care System”*<sup>84</sup>, publicado em 21 de fevereiro, houve pelo menos 707 ataques ao serviço de saúde ucraniano durante 1 ano de guerra. De acordo com a investigação, houve cerca de 2 ataques por dia a infraestrutura de saúde, incluindo ambulâncias e hospitais, ao pessoal médico. O relatório acusa a Rússia de ter atacado deliberadamente e de forma indiscriminada o sistema de saúde da Ucrânia como parte de um ataque mais amplo à população civil e à infraestrutura do país. Tais ataques poderiam ser qualificados, portanto, constituindo crimes de guerra e, possivelmente, crimes contra a humanidade.

O relatório usa como metodologia entrevistas a sobreviventes e testemunhas, visitas de pesquisa a hospitais em todo o país, 10 estudos de caso e fotografias. Como resultado da guerra, a investigação destacou que há maior negação do acesso aos cuidados médicos, redução das taxas de vacinação, maiores barreiras para o controle de doenças crônicas e severos custos à saúde mental. Pelo menos um em cada três ucranianos não tinha acesso aos serviços médicos em dezembro de 2022, de acordo com uma pesquisa da Organização Internacional para as Migrações<sup>85</sup>.

#### **Diante da falta de consenso na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20, pequenos passos são dados à margem dos encontros oficiais**

Após uma complicada quinzena no G20 em decorrência da falta de consenso para uma declaração conjunta na Reunião de Finanças, aconteceu nos dias 01 e 02 de março, em Nova Délhi, o encontro entre os ministros das Relações Exteriores (FMM, na sua sigla em inglês). Na agenda, a Índia privilegiou os temas da mudança climática e da dívida de países em desenvolvimento<sup>86</sup>. O primeiro-ministro Narendra Modi abriu as sessões dizendo que as divisões globais estão colocando em risco o desenvolvimento sustentável e que “muitos países estão lutando contra dívidas insustentáveis enquanto tentam garantir a segurança alimentar e energética”. As crescentes tensões entre Estados Unidos e a China e as questões referentes ao conflito na Ucrânia, no entanto, mais uma vez impediram que avanços significativos fossem alcançados. Como resultado, a reunião também terminou sem uma declaração conjunta e com a ausência da tradicional foto entre os ministros<sup>87</sup>.

---

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> Ibid.

<sup>83</sup> Ibid.

<sup>84</sup> DE VOS, Christian; GALLINA, Anna; KOVTONIUK, Pavlo; POLTAVETS, Uliana; ROMY, Julianne; RUSNAK, Diana; WILLE, Christina. **Destruction and Devastation: One Year of Russia’s Assault on Ukraine’s Health Care System**. RELIEF WEB. 2023. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/ukraine/destruction-and-devastation-one-year-russias-assault-ukraines-health-care-system>>. Acesso em: 12/03/2023.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Ukraine war, US-China tensions to dominate G20 foreign ministers meet. **Reuters**. 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/ukraine-war-us-china-tensions-dominate-g20-foreign-ministers-meet-2023-02-27/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

<sup>87</sup> India G20: Bitter divisions over Ukraine war mar talks. **BBC News**. 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-64796718>. Acesso em: 11 mar. 2023.

**Imagem 1:** Primeiro-ministro da Índia abre o encontro dos ministros de Relações Exteriores do G20



Fonte: Reuters, 2023.

Assim como na Reunião de Finanças, o G20 publicou apenas um documento resumindo os principais pontos<sup>88</sup> debatidos e não foram feitas postagens no site oficial. O documento retoma nos primeiros parágrafos a discordância entre os membros sobre a situação na Ucrânia e o uso de sanções, em especial a posição da China e da Rússia, e enfatiza novamente que o fórum não pretende solucionar questões de segurança, ainda que as mesmas afetem a economia global. Dentre os tópicos abordados, ressalta-se a necessidade de reforma das instituições multilaterais para enfrentar adequadamente os desafios globais contemporâneos e para a implementação da Agenda 2030. De acordo com o texto, são necessários mecanismos de governança representativos, eficazes, transparentes e responsáveis. Nesse sentido, os chanceleres destacaram três eventos considerados cruciais para restaurar e fortalecer o multilateralismo, a saber: a Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro; a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28) em dezembro; e a Cúpula do Futuro em 2024.

Os ministros de igual modo articularam apoio em diversos temas como o fomento de parcerias regionais e da cooperação para o desenvolvimento, formulações sobre segurança alimentar e energética, gênero, mudanças climáticas, biodiversidade, compromissos financeiros com as nações em desenvolvimento e saúde global. Sobre este último ponto, os países reiteraram declarações passadas do bloco em relação às ameaças de futuras pandemias e a necessidade de melhorar capacidades operacionais e institucionais na prevenção, preparação e resposta à emergências de saúde; além do fortalecimento de aspectos-chave da arquitetura global de saúde, como o apoio ao processo de negociação e adoção de um novo acordo para pandemias, emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e o apoio ao Fundo

---

<sup>88</sup> G20 Foreign Ministers' Meeting Chair's Summary and Outcome Document. **G20**. 02 mar. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/FMM\\_OUTCOME\\_DOC.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/FMM_OUTCOME_DOC.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023

Pandêmico. A cobertura universal de saúde, a abordagem da “Saúde Única”, a digitalização da área e o combate à resistência antimicrobiana também foram elementos destacados.

Como inovações da presidência indiana, o resumo trouxe questões como o combate ao terrorismo, ao narcotráfico e à redução de desastres associada à ajuda humanitária. Em razão dos terremotos que acometeram seriamente a Turquia e a Síria no começo de fevereiro, os membros prestaram condolências aos países e as populações afetadas e chamaram atenção para a indispensabilidade de fortalecer a cooperação internacional em assistência humanitária e na redução do risco de desastres em situações em que o aparato nacional não é suficiente. Nesse contexto, reafirmaram a importância dos princípios humanitários de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência e da Resolução 46/182<sup>89</sup> da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) para orientar o apoio de forma coordenada dos países em complemento às respostas conduzidas nacionalmente.

Em relação ao Brasil, a participação na reunião foi consolidada na presença do ministro Mauro Vieira que manifestou a posição do país em 14 reuniões bilaterais e nas duas sessões de debates que ocorreram no encontro<sup>90</sup>. Vieira, então, enfatizou a importância do multilateralismo e da responsabilidade dos membros do G20 em avançar na agenda de cooperação para o desenvolvimento como meio para contribuir para a estabilidade e para a paz. O chanceler, em seu discurso, ressaltou que as múltiplas crises enfrentadas globalmente não podem ser resolvidas isoladamente por nenhum país e reformas nos organismos internacionais devem ser feitas, sobretudo no Conselho de Segurança da ONU.

O ministro também chamou atenção para a proposta do governo Lula de uma parceria global pela segurança alimentar e assegurou que o Brasil está ciente de sua responsabilidade como um dos principais fornecedores de alimentos do planeta; além de reafirmar o compromisso do país no combate ao aquecimento global. É importante salientar que o Brasil já está se preparando para assumir a presidência do bloco e neste mês convidou os governos do Uruguai e do Paraguai para integrar os trabalhos na gestão brasileira do G20 que terá início em dezembro deste ano<sup>91</sup>.

No que concerne ao conflito na Ucrânia, o chanceler reiterou a posição do governo de que as sanções aplicadas à Rússia de forma unilateral são ilegais e ferem o direito internacional. Lula em diversas ocasiões adotou uma postura em prol do diálogo e de oposição ao envio de qualquer armamento ao governo de Zelensky. O presidente de igual forma tem sido enfático em seus discursos na importância da criação de um “G20 para a paz”, um grupo neutro formado

---

<sup>89</sup> Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations. **UN**. 1992. Disponível em: [https://digitallibrary.un.org/record/135197/files/A\\_RES\\_46\\_182-EN.pdf?ln=en](https://digitallibrary.un.org/record/135197/files/A_RES_46_182-EN.pdf?ln=en). Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>90</sup> Participação do Ministro Mauro Vieira na reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20 - Nova Délhi, Índia, 2/3/2023. **MRE**. 02 mar. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-nova-delhi-india-2-3-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-nova-delhi-india-2-3-2023). Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>91</sup> Brasil convida Paraguai e Uruguai a integrarem G20 de forma temporária, anuncia Itamaraty. **G1**. 10 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/10/brasil-convida-paraguai-e-uruguai-a-integrarem-g20-de-forma-temporaria-anuncia-itamaraty.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2023.

para mediar as negociações do conflito. Entretanto, em decorrência do clima pouco apaziguador, não existiram avanços na discussão dessa proposta de mediação<sup>92</sup>.

Os avanços mais significativos, ainda que tímidos, ficaram à margem do encontro principal na capital indiana<sup>93</sup>. Na ocasião, pela primeira vez desde que o conflito na Ucrânia teve início, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, se encontraram para conversar. No breve diálogo, que durou cerca de dez minutos, Blinken sublinhou que Washington irá apoiar a Ucrânia pelo tempo que for necessário e pediu à Rússia que reinicie a participação no tratado de armas nucleares New START, descrevendo como "irresponsável" a recente decisão de Moscou de suspender sua participação no acordo<sup>94</sup>. Na esteira desses acontecimentos, outra importante troca foi feita entre os ministros das Relações Exteriores da China e da Índia, Qin Gang e Subrahmanyam Jaishankar respectivamente, que tiveram uma reunião formal de 45 minutos – a primeira após um intervalo de um ano. A importância de uma melhor comunicação e cooperação foi ressaltada, ao mesmo tempo que a questão fronteiriça entre os países permaneceu como um problema a ser resolvido.

Como conclusão da quinzena, ainda que novamente outra importante reunião tenha falhado no seu propósito, alguns passos iniciais foram tomados, como exemplo dos encontros informais percorridos acima. Por mais que as partes tenham reiterado posicionamentos divergentes e longe de alcançar um consenso, é relevante ponderar que o início do diálogo é melhor que a sua ausência. Além disso, a proposta brasileira de mediação do conflito na Ucrânia já parece ser um avanço maior ao lidar com a questão – em contraponto ao discurso adotado pela presidência indiana de que o G20 não tratará de questões de segurança. Mesmo que embrionário, o plano parece ser um caminho promissor para ao menos evoluir nas discussões e, talvez, solucionar alguns dos difíceis impasses dentro do bloco.

**OCDE:** Na esteira da celebração de 8 de março, data simbólica que marca o Dia Internacional das Mulheres, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico publicou dias antes o relatório “Gender, Education and Skills: The Persistence of Gender Gaps in Education and Skills”<sup>95</sup>, parte integrante de seu setor de estudos de gênero e de sua iniciativa de pesquisa de políticas de habilidades, educação e economia. No relatório, as autoras do estudo buscam entender a partir da análise dos resultados mais atualizados das pesquisas Programa para a Avaliação Internacional de Competências de Adultos (PIAAC), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e Education at Glance (EAG) o porquê da manutenção de certas lacunas de gênero no âmbito da educação mundial e a relação dessas com disparidades consequentes em indicadores de representação e de remuneração de gênero no mercado de trabalho.

---

<sup>92</sup> Clima esquentado no G20, e Brasil não avança com diálogo para fim da guerra na Ucrânia. **O Globo**. 02 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/03/clima-esquentado-no-g20-e-brasil-nao-avanca-com-dialogo-para-fim-da-guerra-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>93</sup> Despite slight turbulence, G20 makes progress. **The Hindustan Times**. 07 mar. 2023. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/ht-insight/international-affairs/despite-slight-turbulence-g20-makes-progress-101678184726704.html>. Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>94</sup> Antony Blinken and Sergei Lavrov meet for first time since Ukraine war. **BBC News**. 02 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-64825198>. Acesso em: 11 mar. 2023.

<sup>95</sup> ENCINAS-MARTÍN, Marta; CHERIAN, Michelle. **Gender, Education and Skills: The Persistence of Gender Gaps in Education and Skills**. OECD Skills Studies. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/34680dd5-en>. Acesso em: 10 mar 2023.

O estudo aponta, por exemplo, que apesar das diferenças gerais de gênero no estudo em matemática e ciências serem bastante pequenas, jovens mulheres permanecem sub-representadas nas áreas de exatas após deixarem a escola e também que mulheres com ensino superior obtêm somente 76% dos ganhos de seus pares do sexo masculino. Diante disso, o relatório finaliza chamando a atenção do assunto para formuladores de políticas e reiterando a necessidade da promoção de uma rede de cooperação de esforços de variados atores (públicos, privados, coletivos e individuais), modalidades de intervenções e públicos-alvos para romper com o fluxo estrutural de desigualdade e assim promover a equidade e a mudança em prol de melhores condições de vida para todos.

Ainda nesta quinzena, a OCDE apresentou a primeira edição de 2023 do “OECD Journal on Budgeting”<sup>96</sup>, seu periódico trianual especializado em fornecer *insights* sobre os temas de arranjos institucionais, sistemas e instrumentos de ponta para a alocação e gestão de recursos no setor público e elaborado pelo Comitê de Altos Funcionários em Orçamento (*Committee of Senior Budget Officials*, em inglês) e com eventuais contribuições especiais de Ministérios das Finanças, acadêmicos e especialistas da área. Sua versão mais atual compila quatro artigos preocupados com discussões sobre arranjos orçamentários públicos, sendo eles divididos em: (i) melhores práticas da OCDE para orçamento sensíveis ao gênero nos países membros da OCDE; (ii) propostas orçamentárias de políticas e diretrizes para para instituições fiscais independentes; (iii) melhores práticas da OCDE para orçamentos parlamentares; e (iv) o uso do processo de formulação do orçamento público para a implementação de novas agendas governamentais.

Outra iniciativa lançada durante o período analisado e interessante de ser destacada foi o “OECD Inventory of Support Measures for Fossil Fuels: Country Notes”<sup>97</sup>, que documenta e fornece em acesso on-line e interativo um inventário de dados e de medidas de apoio aos combustíveis fósseis de cinquenta economias mundiais – sendo o Brasil parte desse grupo. A plataforma possibilita visualizar os indicadores apresentados (como estrutura do mercado nacional, a distribuição de fontes de energia utilizadas, preços e taxas e impostos relacionados) e, assim, estimular a interpretação de dados e a percepção de tendências, rupturas e/ou padrões ao longo dos anos compreendidos no banco de dados da iniciativa.

Paralelamente, a organização ainda divulgou a atualização referente ao mês de janeiro de 2023 de seu estudo e acompanhamento da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)<sup>98</sup>. O resultado de suas medições revelou uma ligeira baixa geral em comparação à medição anterior (dezembro de 2022) e também observou quedas na inflação entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023 em metade dos países da OCDE, em comparação com dois terços percebidos entre os dados de novembro e dezembro de 2022.

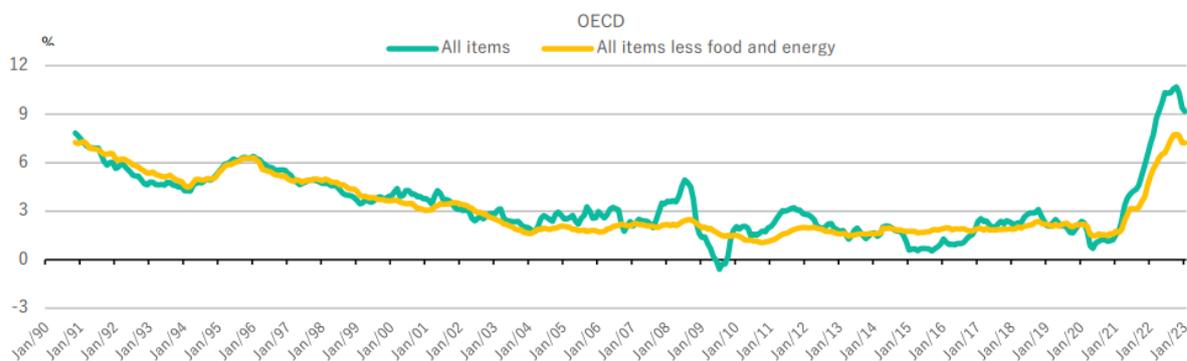
---

<sup>96</sup> OCDE. **OECD Journal on Budgeting, Volume 2023 Issue 1**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c947ecd0-en>. Acesso em: 10 mar 2023.

<sup>97</sup> OCDE. **OECD Inventory of Support Measures for Fossil Fuels: Country Notes**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a3efe65-en>. Acesso em: 10 mar 2023.

<sup>98</sup> Consumer Prices, OECD - Updated: 7 March 2023. **OCDE**. 07 mar 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-7-march-2023.htm>. Acesso em: 10 mar 2023.

**Figura 1:** Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2023.

Por fim, no que tange às atualizações sobre o governo brasileiro, seus avanços para integrar ao grupo internacional e seu relacionamento com a OCDE, ressalta-se o posicionamento da diretora do Centro de Política Tributária da organização, Grace Perez Navarro, ao participar de uma reunião sobre propostas tributárias com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad<sup>99</sup>. Para a mesma, a reforma tributária brasileira deve compreender também a criação de um imposto mínimo global de 15% sobre empresas multinacionais, alinhando-se com o acordo mundial finalizado em 2021 para a cobrança desse a partir de 2023. Além disso, a diretora frisou que a adequação das regras brasileiras sobre os preços de transferências às normas aplicadas pelos países-membros da OCDE é percebida como essencial para a viabilização da integração do Brasil à organização.

<sup>99</sup> NEVES, Giordanna; FROUFE, Célia. Imposto mínimo global deveria integrar reforma no Brasil, diz diretora da OCDE. **UOL ECONOMIA**. 06 mar 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/06/imposto-minimo-global-deveria-integrar-reforma-no-brasil-diz-diretora-da-ocde.htm>. Acesso em: 10 mar 2023.

## O BRICS no G20, o foco no conflito na Ucrânia, Índia e Brasil se apresentam como mediadores e o sentimento do sul global

Claudia Hoirisch



***O amplo apoio militar à Kiev e a orientação geral anti-Rússia do Ocidente [com uma retórica belicosa dos representantes das instituições europeias e ações concretas dos Estados-membros da UE] complicam a resolução de todas as questões internacionais, inclusive a desescalada na Ucrânia.***

Kirill Logvinov, representante interino da Rússia na UE, explicando o porquê o Ocidente não quer a desescalada na Ucrânia

A Índia desejava concentrar seu período na presidência do G20 em temas como a redução da pobreza e o financiamento de medidas climáticas, mas a guerra na Ucrânia ofuscou essas e outras questões, como demonstrou o encontro de MRE do G20 em Nova Délhi no início de março. No início do encontro do G20, o PM indiano, Narendra Modi, pediu para que os países superassem as divergências a respeito da Ucrânia e afirmou que baseado na experiência dos últimos anos – contabilizando-se aí crise financeira, mudança climática, pandemia, terrorismo e guerras, estava claro que a governança mundial havia fracassado<sup>100</sup>.

A maioria dos membros do Grupo dos 20 (G20) condenou a guerra na Ucrânia, exceto a Rússia, China e Índia.

Rússia e China acusam o Ocidente de fazer insinuações e pressão. O governo dos EUA não parece estar disposto a mudar de posição sobre suas relações com Moscou e vem insistindo que a China considera a possibilidade de fornecer armas à Rússia. Os representantes da diplomacia ocidental esperavam usar o encontro de ministros para “dissuadir Pequim de participar no conflito”. Durante a reunião, Blinken exigiu que a Rússia renovasse um acordo mediado pela ONU para permitir a exportação de cereais ucranianos. A Iniciativa de Grãos do Mar Negro foi negociada com a mediação da ONU e da Turquia em julho de 2022. O acordo seguiu a escalada dos preços dos alimentos, aliviou o cenário de fome nos países em desenvolvimento ao permitir a exportação de quase 20 milhões de toneladas de grãos. O acordo expirará em 18 de março.

Após uma reunião paralela ao G20 entre os ministros da Rússia e da China, Lavrov e Qin Gang, Moscou divulgou uma declaração com duras críticas ao Ocidente. Os dois ministros rejeitaram as tentativas de interferência nos assuntos internos de outros países, de impor abordagens unilaterais por meio de chantagens e ameaças<sup>101</sup>.

Em meio às divergências, todos os chanceleres que participaram do evento do G20 concordaram com os parágrafos 1, 2 e 5 ao 24. Rússia e China não concordaram com os

<sup>100</sup> <https://www.g20.org/en/media-resources/speeches/march-23/fmm/>

<sup>101</sup> [http://sa.china-embassy.gov.cn/eng/zgyw/202303/t20230305\\_11035968.htm](http://sa.china-embassy.gov.cn/eng/zgyw/202303/t20230305_11035968.htm)

parágrafos 3 e 4, o 3 “exigia a retirada completa e incondicional da Rússia do território ucraniano”<sup>102</sup>

Para Moscou, os países ocidentais querem se vingar, pois estão perdendo sua hegemonia no sistema internacional. De acordo com a intervenção de Lavrov, "As políticas destrutivas dos EUA e de seus aliados levaram o mundo à beira do desastre, causaram um retrocesso no desenvolvimento socioeconômico e agravaram a situação dos países mais pobres".



A Índia não condenou a invasão da Ucrânia, mas Modi disse à Putin ano passado que "não era tempo para uma guerra"<sup>103</sup>. Apesar da declaração ter sido considerada uma crítica à Moscou, o governo indiano vem tentando se posicionar como mediador, um elemento neutro no conflito e afirma defender a posição dos países do Sul. O governo indiano pode abordar o conflito pelo prisma dos problemas causados pela guerra para os países em desenvolvimento, em termos econômicos e energéticos.



Durante a cúpula do G20, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, encontrou o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken e o MRE da Rússia, Sergei Lavrov. Em conversas separadas, Vieira tentou convencer Moscou e Washington de aceitarem as posições da diplomacia brasileira em relação à operação russa na Ucrânia.

Ao encontrar o secretário de estado americano Blinken<sup>104</sup>, o norte-americano agradeceu a Mauro Vieira o voto favorável do Brasil à resolução aprovada na AGNU que solicitou a "retirada imediata" das tropas russas da Ucrânia e condena a invasão ao país. O texto ainda contou com uma contribuição brasileira em um de seus parágrafos.

Lavrov por sua vez disse entender a posição brasileira de condenação da invasão da Ucrânia pelas forças de Putin reafirmada recentemente na ONU, e quer continuar a discutir a

<sup>102</sup> [https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty\\_new/document/FMM\\_OUTCOME\\_DOC.pdf](https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/FMM_OUTCOME_DOC.pdf)

<sup>103</sup> <https://edition.cnn.com/2022/09/17/world/modi-putin-russia-ukraine-war-rebuke-intl-hnk/index.html>

<sup>104</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/russia-diz-entender-condenacao-do-brasil-a-guerra-e-envia-chanceler.shtml>

mediação de paz proposta por Lula. Tanto Lavrov quanto Vieira repassaram pontos conhecidos de lado a lado: os russos viam uma intrusão ofensiva do Ocidente ao tentar absorver a Ucrânia em suas estruturas, dada a história comum e a fronteira entre os países, o fato do Brasil condenar a invasão, mas também ser contra o regime de sanções aplicado contra Moscou e defender uma negociação com países neutros. Lavrov confirmou que visitará Brasília em abril, o que deverá desagradar aos EUA<sup>105</sup>.

Apesar do Brasil ter condenado a invasão da Ucrânia pelas forças de Putin<sup>106</sup>, o país continua tendo um bom relacionamento com todas as partes envolvidas, inclusive com Moscou. O presidente brasileiro **visitou recentemente o presidente americano Joe Biden, retomou o diálogo com Pequim e agendou uma visita à China dos dias 27-31 de março. O presidente brasileiro também possui uma boa relação com os países da União Europeia, com o presidente Macron**, o que faz do país um intermediário confiável. Lula propôs a criação de um fórum composto por um grupo de países não envolvidos no conflito, para discutir maneiras de encerrar as hostilidades entre Rússia-Ucrânia. **A proposta é bem recebida pela Rússia.**

Esse status de mediador confiável pode inclusive **servir de canal de comunicação indireto entre Biden e o presidente russo Putin**. A ascensão do debate em torno da multipolaridade e a demanda de países fora do eixo EUA–UE por mais representatividade nas questões internacionais, também é um fator a favor do Brasil.

No início de março, o presidente brasileiro conversou por videochamada com **Zelensky**, reafirmou o desejo do Brasil de conversar com outros países e participar de qualquer iniciativa em torno da construção da paz e do diálogo. No final de fevereiro, Zelensky convidou Lula para ir a Kiev, no intuito de que líder brasileiro o ajudasse a organizar uma Cúpula de países da AL e a Ucrânia para tratar de negociações de paz e contrabalançar a influência da Rússia na região.

O que falta neste momento para o Brasil é construir pontes com a Ucrânia, para totalizar as partes fundamentais para uma solução do conflito. Se o Brasil não conseguir chegar a um cessar-fogo ou a uma possível concertação da promoção da paz, a imagem que se constrói internacionalmente é a de que pelo menos houve o voluntarismo de tentar. E se o Brasil conseguir contribuir de algum modo, gera dois ganhos possíveis. Um para a comunidade internacional, com a produção de um bem comum, que é o aumento da estabilidade internacional, a retomada dos fluxos de comércio, a diminuição das tensões. E gera ganhos para o Brasil, na medida em que consegue se apresentar como aquele que contribuiu para esse novo momento de paz.

Com a criação do fórum pela paz, mesmo que ele não se traduza em um fim do conflito, o Brasil pode se valer disso para reforçar a sua demanda por uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, e então se apresentar como um país que venha a colher louros nessa possível reforma.

---

<sup>105</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/russia-diz-entender-condenacao-do-brasil-a-guerra-e-envia-chanceler.shtml>

<sup>106</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/russia-diz-entender-condenacao-do-brasil-a-guerra-e-envia-chanceler.shtml>

A resposta do sul global à guerra na Ucrânia representa uma mudança muito maior na ordem global do que a maioria dos analistas americanos e europeus reconhecem<sup>107</sup>. Este não é o movimento não-alinhado do século XX, mas diversas potências importantes como Índia, Brasil, África do Sul, a Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN) que estão dizendo que “Esta não é mais a nossa guerra, e o que realmente nos preocupa são os nossos próprios conflitos regionais”<sup>108</sup>. Eles sentem que o Ocidente dominou a narrativa econômica e geopolítica global por muito tempo e que a era de domínio dos EUA está terminando gradualmente. E em um mundo em que os EUA brigam cada vez mais com a China, eles não querem ter que escolher lados.

### **Banco dos Brics inicia troca de comando de Troyjo para Dilma**

O Banco dos Brics divulgou um comunicado em março anunciando o início do processo de transição no comando da instituição que no momento está a cargo do Brasil. O sistema é rotativo e a cada cinco anos cada um dos sócios-fundadores indica um presidente para o Novo Banco de Desenvolvimento, cuja sede fica em Xangai, China.

O atual presidente do NDB é o brasileiro Marcos Troyjo, que assumiu em 2020 e ficaria até 6 de julho de 2025. Mas houve um processo consensual entre todos os sócios do banco e ele deixará a instituição em 24 de março de 2023. A sucessão ocorre de forma mutuamente acordada e em observância à governança e aos procedimentos da instituição.

Com a vitória de Lula na eleição presidencial de 2022, o atual governo brasileiro iniciou um processo de consultas com os sócios do Banco dos Brics e indicou o nome de Dilma Rousseff para ser a nova líder da instituição. A ex-presidente será eleita formalmente para conduzir o NDB possivelmente já em 24 de março (quando Troyjo deixa o cargo) e poderá assumir imediatamente o posto em Xangai. Lula visitará a China de 27 a 31 de março. Deve estar em Xangai nos dias 29, 30 e 31. A ideia é que o presidente participe de uma cerimônia formal da posse de Dilma no comando do NDB.

---

<sup>107</sup> Anne-Marie Slaughter, ex-diretora de planejamento político do Departamento de Estado dos EUA em uma conversa do Foreign Policy

<sup>108</sup> [O Sul Global está mudando a geopolítica em 2023 \(foreignpolicy.com\)](https://foreignpolicy.com)

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*

### Introdução

Nesta semana, a pandemia de Covid-19 entrou em seu terceiro ano. Conforme observa Jarbas Barbosa, diretor da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a região contabilizou mais de 190,3 milhões de casos de Covid-19 e mais de 2,9 milhões de mortes, o que representa 25% e 43% do total mundial, respectivamente.

Atualmente, as taxas de incidência da doença são de 20 a 30 vezes menores do que há um ano, portanto, “embora não estejamos totalmente fora de perigo, estamos em um lugar muito melhor”, afirmou o diretor da OPAS. No entanto, apesar dessas conquistas, Barbosa alertou que “a Covid-19 ainda está conosco e o vírus ainda não se estabeleceu em um padrão previsível. (...)Durante o mês passado, vimos mais de 1,5 milhão de novos casos e 17 mil mortes”. Por tanto, “não podemos ser complacentes”, afirmou.

A pandemia evidenciou que nenhum país ou organização no mundo estava totalmente preparado para o impacto global de um vírus como o da Covid-19. Igualmente, reforçou as desigualdades entre os países e seus sistemas de saúde. Na América Latina, as debilidades dos seus sistemas de saúde e de proteção social foram escancaradas com a magnitude do número de mortes em decorrência da doença.

No entanto, apesar de ainda fazer parte da realidade regional, a pandemia e a agenda da saúde parecem ter deixado de ser prioridade ou, ao menos, não estão mais no topo das pautas políticas. Um indício disso é a XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado. Como já apontamos no Caderno CRIS/FIOCRUZ anterior, a questão da pandemia aparece como pano de fundo, mas o tema da saúde aparece apenas através da segurança.

Por outro lado, as questões ambientais e as mudanças climáticas ganharam destaque na agenda da região. Nesse sentido, os Ministros do Meio Ambiente da Ibero América se reuniram no ano passado, na República Dominicana, e assinaram uma Declaração sobre o tema. Os trabalhos continuaram, com a reintrodução da agenda do meio ambiente nos trabalhos preparatórios para a Cúpula Iberoamericana e, na XXVIII Cúpula Iberoamericana, a ser realizada na semana que vem, será adotada a Carta Iberoamericana do Meio Ambiente.

Do ponto de vista das ações no âmbito da saúde regional, tendo em vista que o vírus ainda “não atingiu um padrão previsível”, é muito apropriada a tarefa da ORAS-CONHU e da COMISCA de continuar trabalhando no fortalecimento das capacidades de vigilância e resposta.

No âmbito do MERCOSUL, embora o bloco esteja experimentando uma forte crise, como as que derivam dos questionamentos de Uruguai de maior abertura dos países do bloco, a chegada do Presidente Lula ao Brasil e uma aliança estratégica com Argentina poderia abrir uma janela de oportunidades para uma agenda de cooperação com vistas a uma possível soberania sanitária e produção de vacinas e insumos com projeção regional.

Os relatórios epidemiológicos da OPAS assinalam que nas semanas epidemiológicas do último mês, foram contabilizados mais de um milhão de casos novos e dezessete mil óbitos por Covid-19. Embora muitos países já tenham administrado esquemas de vacinação completos e doses de reforço, um número significativo de países da região não alcançaram um número expressivo de imunização de sua população.

Haiti é o país com a menor taxa de vacinação, como somente 2,1 % de sua população imunizada. O cenário político deteriorado e o quadro de violência generalizada não permitem espaço para políticas de imunização adequadas. Outros países do Caribe também possuem um percentual baixo da população com a vacinação completa, como Jamaica: 25,3%; San Vicente e Granadinas 28,4%, Guiana Francesa 28,4% e Santa Lucia 29.8%.

### **SEGIB Chanceleres apostam em atuação multilateral às portas da Cúpula**

Faltando apenas 10 dias para a *XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo: juntos por uma América justa e sustentável*, os mais altos chefes da diplomacia da Argentina, Andorra, Costa Rica e Guatemala manifestaram por meio de mensagens de vídeo seu compromisso com a ação multilateral em um momento complexo para a região e diante de desafios partilhados que serão discutidos com base em propostas concretas acordadas ao longo de dois anos de preparação prévia.

A Cúpula, a ser realizada em 25 de março na República Dominicana, estrutura-se em quatro eixos principais: segurança alimentar, crise ambiental, financiamento internacional mais justo e digitalização centrada nas pessoas.

O ministro das Relações Exteriores Assuntos e Comércio Internacional da Argentina afirmou em sua mensagem: “A Cúpula será uma oportunidade para discutirmos as prioridades de nossa região e fortalecermos os vínculos entre os países que compõem este espaço, bem como a vontade de nos unirmos diante dos desafios a serem enfrentados. (...) Nossos povos exigem que pensemos juntos para promover a transformação digital, a segurança alimentar, a recuperação econômica e a luta contra as mudanças climáticas.”

A Ministra dos Negócios Estrangeiros de Andorra, Maria Ubach Font, considera que os quatro acordos que serão aprovados na próxima Cúpula são extremamente importantes, mas dá especial atenção ao documento sobre segurança alimentar, por ser um dos elementos-chave para o desenvolvimento sustentável.

Para alcançar uma segurança alimentar resiliente e sustentável, Ubach propõe promover a inovação, educação nutricional acessível e oferecer oportunidades para mulheres e grupos vulneráveis.

Os responsáveis pelas Relações Exteriores concordam com o valor estratégico da Comunidade Ibero-Americana como espaço propício para fortalecer a cooperação regional, o intercâmbio de experiências, o desenvolvimento de capacidades e, em última instância, o multilateralismo como meio para encontrar soluções comuns, sem esquecer a peculiaridade de cada país.

A XXVIII Cúpula Ibero-americana representa um ponto de inflexão para fortalecer a Comunidade Ibero-americana por meio de propostas concretas que se concretizam através da Carta Ibero-Americana do Meio Ambiente e da Carta de Princípios e Direitos, bem como uma Estratégia Regional de Segurança Alimentar e uma proposta de arquitetura financeira que visa melhorar as condições de financiamento internacional para sustentar a recuperação econômica da região.

Esses acordos contribuirão para “reafirmar nosso compromisso com a região e fortalecer a comunidade ibero-americana”, destaca o secretário-geral ibero-americano, Andrés Allamand.

## Os quatro documentos da XXVIII Cúpula Ibero-americana

### 1. Carta Ibero-Americana do Meio Ambiente<sup>109</sup>

A Carta a ser apresentada na Cúpula é resultado de quase três anos de trabalho técnico e diálogo com organizações internacionais e redes da sociedade civil, com a retomada da pauta meio ambiental em 2020 nos trabalhos preparatórios das Cúpulas, após quase 11 anos de pausa.

Este plano de trabalho é a continuação do trabalho realizado na Cúpula de Andorra em 2021, em cuja declaração ficou consagrada a necessidade de integrar a dimensão ambiental nos planos de recuperação pós-pandemia.

A partir daí, e com a questão ambiental no topo das prioridades políticas, foi constituído um grupo de trabalho liderado pela República Dominicana - como Secretaria Pro-Tempore da Conferência Ibero-Americana, juntamente com Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba e Espanha.

Hoje, esta dimensão ambiental está consolidada e fortalecida a ponto de o planejamento estratégico da cooperação ibero-americana para 2023-2026 a estabelecer como uma área específica de trabalho e um princípio transversal de toda a sua ação.

Tão importante quanto o conteúdo da Carta Ambiental Ibero-Americana é o caminho para sua adoção na próxima Cúpula Ibero-Americana. Sua elaboração é uma construção coletiva baseada no diálogo entre governos, especialistas, organizações internacionais e redes ibero-americanas especializadas em questões ambientais. Um trabalho que se alimentou para além da evidência científica que o Observatório do Desenvolvimento Sustentável e Alterações Climáticas tem proporcionado ao longo dos últimos anos.

### 2. Nova arquitetura financeira

A Proposta de Arquitetura Financeira busca explorar novas opções de financiamento mais equitativas para que a região enfrente desafios como a pobreza, a fome, a crise climática e a desigualdade. Esta proposta é baseada nos seguintes pontos principais:

Solicitar aos organismos multilaterais que revisem as condições de financiamento, além de avaliar o aumento de sua capacidade de conceder empréstimos e ampliar os limites de acesso a eles.

Promover a avaliação de novas emissões de Direitos Especiais de Saque (DES) pelo Fundo Monetário Internacional, além de capacitar os bancos multilaterais de desenvolvimento para serem titulares autorizados e canalizadores desses Direitos.

Promover a criação de políticas sistêmicas que promovam a integração regional no combate às crises sistêmicas múltiplas e interligadas, através da facilitação de instrumentos financeiros inovadores, como as trocas de dívida por natureza, que evitem o agravamento dos níveis de endividamento dos países em desenvolvimento.

Nesse link é possível conhecer um pouco mais sobre a proposta:  
<https://youtu.be/VFixkleAKdY>

---

<sup>109</sup><https://www.somosiberoamerica.org/destacado/carta-medioambiental-una-hoja-de-ruta-iberoamericana-para-un-futuro-sostenible/>

### 3. *Segurança alimentar: “Caminho crítico para alcançar a segurança alimentar inclusiva e sustentável na Ibero-América”*<sup>110</sup>

A fome e a desnutrição atingiram níveis recordes na América Latina. Quatro em cada dez pessoas na região vivem com insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que a quantidade e a qualidade de sua dieta estão seriamente comprometidas.

Os dados do *Panorama de Segurança Alimentar e Nutricional para a América Latina e o Caribe 2022*<sup>111</sup> (FAO) dispararam o alarme: 56,5 milhões de pessoas (9% da população) são afetadas pela fome, o que significa 13,2 milhões a mais desde o início da pandemia.

Em uma das regiões mais atingidas pelos efeitos da pandemia, o custo de uma alimentação saudável é maior do que a média mundial, razão pela qual 22% da população – 131,3 milhões de pessoas – não podem pagar por uma alimentação saudável, segundo dados da do relatório da FAO, que alertou também para o aumento de outras formas de desnutrição, como sobrepeso e obesidade.

Josefina Stubbs, especialista em desenvolvimento internacional e uma das assessoras do intitulado “Caminho crítico para alcançar a segurança alimentar inclusiva e sustentável na Ibero-América”, explica que “falar de segurança alimentar implica mais do que o simples acesso aos alimentos. Esses alimentos devem ser saudáveis e acessíveis a toda a população. Temos o desafio e a necessidade de avançar para sistemas agroalimentares mais sustentáveis”. Segundo ela, a “Ibero-América é um espaço propício para uma grande aliança regional para a segurança alimentar na qual são definidas prioridades estratégicas que promovam ações que por sua vez, produzem mudanças concretas. Para garantir a segurança alimentar sem deixar ninguém para trás, acrescenta, é urgente mobilizar recursos financeiros em melhores condições de crédito para os países da Ibero-América”.

Ao avaliar a proposta que será apresentada na Cúpula Ibero-Americana, Josefina Stubbs conclui que “é um documento orientado para a ação que aborda a segurança alimentar desde uma perspectiva integral para gerar mudanças tangíveis. O fato de esta questão ter uma entrega específica na Cúpula Ibero-Americana implica um compromisso dos países em encontrar soluções coletivas e um trabalho contínuo no qual faremos um balanço e veremos resultados”.

### 4. *Direito Digital: Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos Digitais*<sup>112</sup>

A Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos Digitais é um documento com um plano comum para aplicar os direitos humanos ao mundo digital, já reconhecidos no mundo analógico, bem como desenvolver novos direitos de acordo com tecnologias emergentes, como inteligência artificial ou neurotecnologias.

Nesse sentido, o Secretário-Executivo da SEGIB, Andrés Allemand observa que “a aprovação de uma Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos Digitais faria da Ibero-América uma das primeiras regiões do mundo a ter padrões comuns para uma digitalização inclusiva, justa e centrada nas pessoas”.

---

<sup>110</sup> <https://www.somosiberoamerica.org/destacado/transformar-los-sistemas-alimentarios-para-una-iberoamerica-sin-hambre/>

<sup>111</sup> <https://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/panorama-2022/pt>

<sup>112</sup> <https://www.somosiberoamerica.org/destacado/transformar-los-sistemas-alimentarios-para-una-iberoamerica-sin-hambre/>

O caráter global da Internet nos obriga a pensar que a proteção dos direitos humanos no ambiente digital não conhece fronteiras e além da legislação nacional que venha a ser desenvolvida e do nível de avanço tecnológico de cada país, é um desafio compartilhado.

No momento de direcionar uma recuperação da crise do COVID, a digitalização pode ser uma alavanca de transformação e desenvolvimento, desde que centrada nas pessoas e orientada para o bem comum.

### **ORAS- CONHU – Primeira Reunião de Autoridades Nacionais de Saúde 2023<sup>113</sup>**

Na segunda quinzena de fevereiro, foi realizada a primeira Reunião de Autoridades Nacionais de Saúde pela ORAS-CONHU com participante dos países andinos. A situação atual do Covid, o Covid longo e os projetos sobre tuberculose e hepatite foram os principais temas de discussão na reunião.

Cabe destaque ao projeto de fortalecimento do diagnóstico de laboratório da Tuberculose na Região das Américas 2020-2023. Esse projeto tem apoio e financiamento do Fundo Mundial da Luta contra AIDS, Tuberculose e Malária e tem como objetivo melhorar a qualidade do diagnóstico da Tuberculose nas Américas pela incorporação de tecnologias e metodologias para o diagnóstico ou melhorias na gestão do tema. O projeto é executado pela ORAS CONHU com apoio da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (SECOMISCA) e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

O programa foi iniciado em 2020 e será finalizado em 2023 e conta com 16 países da região andina e centro americana. Sendo que Argentina, Chile e México participarão com Laboratórios de Referência Supranacional no diagnóstico de TB e Bolívia, Colômbia, Equador, El Salvador, Guayana, Haiti, Honduras, Nicaragua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Venezuela participarão a partir de Laboratórios de Referência Nacional da Tuberculose.

As posições dos países frente aos desafios da agenda proposta foram:

Bolívia: sinalizou que tem avançado para dar sustentabilidade ao laboratório de referência nacional designado pela OPAS/OMS que faz parte do projeto da Tuberculose nas Américas. Além disso, trabalha para melhorar setores como grupos de trabalho, gestão, vigilância, atualização tecnológica entre outros. Sobre Covid, relatou mortalidade nula no ano de 2023, mas uma necessidade de melhoria na cobertura vacinal.

Colômbia: ressaltou a inserção de novas tecnologias e orçamento de 7 milhões de dólares investido nos programas de combate a tuberculose. Sobre covid, destaca o fortalecimento de capacidades para atividades de prevenção e controle

Equador: sinalizou que houve avanço na inserção de tecnologias para diagnóstico e monitoramento da tuberculose na rede pública de laboratórios. No âmbito da COVID, o destaque foi para ações para lidar com o COVID-19 longo.

Peru: indicou aumento na cobertura de casos de tuberculose diagnosticados e melhoria, através do programa do ORAS-CONHU, na capacitação de pessoal em normas ISO para a acreditação de laboratórios.

---

<sup>113</sup><https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-realiza-primera-reunion-de-autoridades-nacionales-de-salud-2023>

## O Mercosul em disputa: aproximações internacionais para garantir áreas de influência

O cenário internacional de disputas hegemônicas entre China e Estados Unidos e a guerra na Ucrânia tem acelerado a busca dos países centrais por (re)definir zonas de influência na América do Sul, com destaque para o cone sul. O que tem refletido nas ações europeia, chinesas e estadunidenses e reverberado nas respostas às brechas conjunturais abertas aos países da região. No entanto, essa busca dos países centrais tem surtido efeitos de aproximação e “rusgas” entre os componentes do Mercosul.

Neste espaço de discussão, daremos destaque a dois movimentos: a busca europeia por reaproximação e a repercussão da “onipresença” chinesa nos componentes do bloco.

O começo do ano foi marcado pela chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder, mas também pela busca do governante brasileiro para a aproximação com Argentina, dado as relações enfraquecidas durante governos anteriores. Essa aproximação contou com visita oficial do presidente brasileiro recém-eleito a Argentina, resgatando o imaginário do “Consenso de Buenos Aires” dos anos 2000.

Nesse sentido, a aproximação Brasil-Argentina também apresentou propostas para reativar o Mercosul, que teve sua dinâmica questionada em administrações brasileiras e argentinas anteriores, como por exemplo a de uma moeda comum. As administrações brasileiras e argentinas declararam que tinham interesse em “avançar nas discussões sobre uma moeda sul-americana comum que possa ser usada tanto para os fluxos financeiros como comerciais, reduzindo os custos operacionais e nossa vulnerabilidade externa”<sup>114</sup>. Proposta que foi amplamente noticiada e gerou controvérsias pois foi interpretada como uma tentativa análoga ao euro, mas que na prática funcionaria mais como uma unidade de conta para transações comerciais, como explicou o economista Claudio Paiva<sup>115</sup>.

No entanto, a controvérsia atravessou as fronteiras dos sócios Mercosul e gerou falas contrárias à criação de uma “moeda comum” por autoridades uruguaias, por exemplo. O próprio presidente do Uruguai afirmou que a criação de uma moeda comum seria “uma loucura”<sup>116</sup>, mas que estaria a discutir a possibilidade do estabelecimento de “bandas de flutuação”. Essa divergência discursiva entre Brasil-Argentina e Uruguai é mais um dos capítulos do estranhamento uruguaio frente a proposta de “mais integração” que dificulte caminhos para aproximação com a China.

A “onipresença” chinesa na América Latina já é um fato em termos econômicos e isso tem convocado países da região a buscarem se aproximar e iniciar tratativas para acordos de livre comércio com o país asiático, como é o caso do Chile e Uruguai. O Uruguai, sob direção de LaCalle Pou, tem avançado negociações unilaterais com a China para a criação de um Tratado de Livre Comércio e pediu adesão ao Acordo Trans-pacífico, o que estremeceria as bases multilaterais de comércio estabelecidas pela Tarifa Externa Comum do Mercosul. Esse interesse uruguaio já havia se tornado motivo de desentendimento com a Argentina em reunião do

---

<sup>114</sup>[https://www.clarin.com/economia/luis-lacalle-pou-dijo-crear-moneda-comun-mercosur-locura\\_0\\_pc3N7ljAeJ.html](https://www.clarin.com/economia/luis-lacalle-pou-dijo-crear-moneda-comun-mercosur-locura_0_pc3N7ljAeJ.html)

<sup>115</sup> <https://jornal.unesp.br/2023/01/25/proposta-de-moeda-comum-para-transacoes-bilaterais-com-a-argentina-ainda-e-incipiente-mas-sinaliza-retomada-da-agenda-de-integracao-regional-do-novo-governo/>

<sup>116</sup>[https://www.clarin.com/economia/luis-lacalle-pou-dijo-crear-moneda-comun-mercosur-locura\\_0\\_pc3N7ljAeJ.html](https://www.clarin.com/economia/luis-lacalle-pou-dijo-crear-moneda-comun-mercosur-locura_0_pc3N7ljAeJ.html)

Mercosul em 2022<sup>117</sup>. Dessa maneira, a busca chinesa por parcerias na América Latina tem influenciado nos posicionamentos dos países do Cone Sul frente a ideia de mais ou menos integração regional.

Do outro lado, a União Europeia, respondendo a disputa hegemônica entre China e EUA e aos resultados da guerra na Ucrânia na questão de energética por exemplo, tem buscado se reaproximar da região sul-americana. Eventos como a viagem do chanceler alemão, Olaf Scholz, a Argentina e ao Brasil que dentre outras agendas tratou sobre a retomada do acordo de livre comércio UE-Mercosul<sup>118</sup> tem direcionado a busca europeia por “normalizar” as relações com a região, estremecidas pela administração brasileira anterior.

Como desdobramento dessas conversas iniciadas nas reuniões entre autoridades dos países, nos dias 7 e 8 de março/2023, foi realizada reunião entre os chefes negociadores do acordo Mercosul e União Europeia. Essa foi a primeira reunião do acordo desde a chegada ao poder de Luís Inácio Lula da Silva ao poder no Brasil. A negociação estava travada diante das visões incompatíveis entre o governo Bolsonaro e as lideranças europeias.

Em comunicado oficial, o grupo de negociadores indicou que a prioridade da reunião foi o desenvolvimento sustentável e sua importância para o aprofundamento das relações entre os blocos. Para além disso, ressaltam que a frente bi regional atende aos desafios estratégicos do contexto mundial contemporâneo e definem um cronograma de atividades para o primeiro semestre de 2023 para a continuidade do diálogo<sup>119</sup>.

A retomada das negociações pavimentada pelos líderes europeus fez com que a União Europeia enviasse aos sócios mercosulinos um documento prévio que abarcava temas como metas de desmatamento e garantias trabalhistas como condicionantes para a continuidade dos trabalhos de negociação<sup>120</sup>. É importante recordar que o tema do meio ambiente tem sido uma das principais justificativas utilizadas para que países como França, Áustria e Irlanda não ratificassem o acordo proposto em 2019.

Do lado brasileiro, o governo Lula dá sinais positivos a retomada das negociações. O Ministro da Fazenda Fernando Haddad confirmou a disposição para dar continuidade ao diálogo e disse que “Está na ordem do dia da agenda presidencial, mas não depende só do governo brasileiro. A essa altura do campeonato, eu diria que a bola está mais com os europeus do que com a gente”. No entanto, o ministro ainda destacou alguns obstáculos como a apropriação de pautas agrícolas por grupos internos da extrema direita.<sup>121</sup> Para além das afirmações do Ministro, o governo brasileiro ainda critica “o protecionismo ambiental”, que seria uma das

---

<sup>117</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/06/fernandez-da-argentina-e-lacalle-pou-do-uruguai-se-desentendem-em-encontro-de-lideres-do-mercosul.ghtml>

<sup>118</sup> <https://www.dw.com/pt-br/os-avan%C3%A7os-econ%C3%B4micos-da-viagem-de-scholz-%C3%A0-am%C3%A9rica-do-sul/a-64582770>

<sup>119</sup> <https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/reunion-de-jefes-negociadores-mercosur-union-europea-comunicado-conjunto>

<sup>120</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/ue-envia-ao-mercosul-condicoes-para-retomada-de-negociacoes-de-acordo/>

<sup>121</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/haddad-afirma-que-tratou-sobre-acordo-mercosul-ue-durante-encontro-do-g20/>

justificativas que travariam as negociações, mas que “encobriria” restrições comerciais que ainda são praticadas pelos europeus<sup>122123</sup>.

Do lado argentino, há também a orientação de retomada das negociações, no entanto, com necessidade de revisão alguns pontos sensíveis, dentre eles, questões como compras públicas. Além disso, o ministro argentino das relações exteriores, Santiago Cafiero chamou atenção para restrições europeias a produtos, como o biodiesel, que desequilibram os ganhos de mercado para a Argentina. Essas restrições advindas de iniciativas como o Pacto Verde Europeu, segundo Cafiero, se tornam obstáculos que os próprios europeus criaram para o avanço das negociações.<sup>124</sup>

As declarações brasileiras e argentinas aparentemente coincidem em conteúdo frente aos interesses europeus, o que pode fortalecer a unidade do cone sul nas negociações. Por outro lado, o Brasil busca aproximar o Uruguai para as negociações Mercosul- União Europeia como fica claro na declaração do chanceler brasileiro “Precisamos de um Mercosul que beneficie as nossas sociedades e seja aberto ao mundo [...] Entendemos que há espaço para trabalharmos juntos nessa agenda externa do bloco, em busca de uma melhor inserção internacional dos nossos países. Nesse sentido trabalharemos juntos na negociação acordo Mercosul e União Europeia”<sup>125</sup>.

Finalmente, ainda não é possível afirmar os resultados dessas buscas por influências de atores externos na região do cone sul como a finalização do acordo Mercosul-UE ou do acordo de livre comércio entre Uruguai e China. No entanto, essas movimentações parecem indicar que em curto e médio prazo o Mercosul e seus sócios estarão consolidados na zona de competição por influência na reorganização geopolítica e econômica atual.

#### **CEPAL: próxima Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável**

A Sexta Reunião do Fórum terá lugar entre os dias 25 e 28 de abril, em Santiago do Chile, na sede da CEPAL. Até o momento, há apenas uma agenda provisória disponível: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48730>

#### **OTCA**

Membros dos oito países amazônicos participam de Workshop de Capacitação em estratégias de financiamento florestal e mobilização de recursos que é promovido pelo fórum das Nações Unidas para Florestas.

O workshop pretende fortalecer estratégias nacionais de financiamento, acesso e melhoria dos recursos para manejo florestal sustentável, mas também se apresenta como oportunidade de discussão sobre a necessidade de uma estratégia regional de financiamento florestal.

---

<sup>122</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/business/ue-envia-ao-mercosul-condicoes-para-retomada-de-negociacoes-de-acordo/>

<sup>123</sup> <https://www.dw.com/pt-br/os-avan%C3%A7os-econ%C3%B4micos-da-viagem-de-scholz-%C3%A0-am%C3%A9rica-do-sul/a-64582770>

<sup>124</sup>[https://www.clarin.com/economia/gobierno-quiere-revisar-acuerdo-mercosur-union-europea-significa\\_0\\_t5IGH4YtDB.html](https://www.clarin.com/economia/gobierno-quiere-revisar-acuerdo-mercosur-union-europea-significa_0_t5IGH4YtDB.html)

<sup>125</sup> <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-e-uruguai-trabalharao-juntos-por-acordo-mercosul-ue-diz-vieira>

A secretária geral da OTCA que a participação dos membros de cada país é importante para avanços na implementação de um dos marcos da Organização que é o Programa Florestal da OTCA para a Bacia/Região Amazônica<sup>126</sup>.

## **SE – COMISCA SICA**

### **Oficina Regional de Peritos para a Revisão Técnica do Primeiro Rascunho da Proposta de Política Regional de Saúde para o SICA 2023-2030 do SE-COMISCA**

Nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2023, foi realizada a Oficina Regional de Peritos para Revisão Técnica da Primeira Minuta da Proposta de Política Regional de Saúde para o SICA 2023-2030 da SE-COMISCA, com o objetivo de apresentar e revisar as prioridades políticas identificadas para a formulação da Política Regional de Saúde do SICA (PRESS) 2023-2030, bem como o conteúdo do primeiro rascunho com base nas conclusões de uma consulta regional.

A atividade foi conduzida pela Secretaria Executiva do Conselho Centro-Americano de Saúde e a República Dominicana em seu papel de Presidência Pro Tempore e com a facilitação do Instituto Centro-Americano de Administração Pública (ICAP).

A Política Regional de Saúde do SICA fornece o marco para uma agenda estratégica setorial, que permite articular todos os esforços gerados por meio de diferentes instrumentos técnicos e consolida a orientação programática para a gestão pública regional.

A política define objetivos de saúde no contexto da ação e integração regional de saúde. A política parte de uma dimensão regional e corresponde à definição das ações governamentais que devem ser desenvolvidas nessa escala, além das responsabilidades e competências nacionais.

A política regional de saúde do SICA é delineada sob o enfoque da Saúde Pública, que tem como princípio a busca da equidade em saúde e inclui o enfrentamento dos determinantes da saúde das populações, especialmente a determinação social que explica a maior parte das iniquidades em saúde, das desigualdades injustas e evitáveis observadas na situação sanitária dos países e da região.

Este novo documento será lançado na próxima semana.

### **Mecanismo de Resposta Rápida frente a Emergências Sanitárias e Multiameaças dos Estados Membros da SICA**

Nos dias 9 e 10 de março/2023, foi realizada na Cidade de Guatemala uma oficina de coordenação para elaboração do *Mecanismo de Resposta Rápida frente a Emergências Sanitárias e Multiameaças dos Estados Membros da SICA* (MERRES), que tem como objetivo fortalecer a articulação institucional, estratégica e operacional para a gestão integral dos riscos e respostas frente a emergência com foco prioritário na saúde.

Para realização do MERRES, a oficina pretende identificar os obstáculos aos processos de resposta a emergências através da análise dos mecanismos existentes e dos papéis das instancias regionais e aliados estratégicos para propor complementos ao Guia do Mecanismo de Resposta Rápida frente a Emergências Sanitárias e Multiameaças dos Estados Membros da SICA que foi instruído pela Resolução COMISCA 07/2022 e definir os conteúdos chaves para

---

<sup>126</sup> <http://otca.org/pt/representantes-florestais-dos-paises-amazonicos-participam-de-capacitacao-para-o-desenvolvimento-de-estrategias-de-financiamento-florestal/>

elaboração de um plano de trabalho para o fortalecimento da gestão integral de riscos e resposta regional às emergências.<sup>127</sup>

### **Reunião de Contrapartes e Revisão de Portfólio do Acordo Cooperativo Global de Saúde COMISCA/CDC**

A reunião, realizada de 6 a 8 de março na cidade de Antigua, contou com a presença de representantes dos escritórios e programas da sede do CDC em Atlanta (US CDC), representantes do CDC Regional Office for Central América (CDC-CAR) e da equipe de gestão e consultores da SE-COMISCA, que apoiam a implementação das atividades do projeto nos Estados Membros do SICA.

Este encontro foi realizado em meio ao Acordo Global de Cooperação em Saúde, que está em seu terceiro ano de vigência. Desta forma, SE-COMISCA e CDC-CAR estabeleceram como objetivos, fortalecer a comunicação e a troca de informações entre as contrapartes do projeto, a revisão das realizações e progresso por programa até o momento e a priorização das ações para os anos 4 e 5 do projeto.

O evento começou com apresentações da Alejandra Acuña Navarro, Secretária Executiva do COMISCA, sobre a estrutura institucional do COMISCA, o trabalho diário da secretaria e as prioridades de Saúde Pública do Conselho de Ministros da Saúde, e da Emily Zielinski-Gutiérrez, sobre as ações do CDC-CAR Office e os projetos e convênios que estão em andamento.

Durante o evento, as equipes dos Estados Unidos O CDC compartilhou detalhes sobre portfólios de projetos e ações prioritárias na região, bem como outras atividades que realizam globalmente. Em correspondência, as equipes técnicas dos programas SE-COMISCA, acompanhadas pelos Pontos Focais do CDC-CAR Office, apresentaram os avanços e o nível de progresso alcançado nos anos 1, 2 e 3 do projeto.

Apresentações dos grupos foram sobre: Infecções Respiratórias Agudas Graves (SARI) ou Infecções Respiratórias Agudas Graves (SARI), fortalecimento das capacidades laboratoriais, fortalecimento dos Institutos de Saúde Pública, o Programa de Treinamento em Epidemiologia de Campo (FETP por Enteric Viral Diseases, Fungal Diseases, One Health, Saúde Fronteiriça, Doenças Transmitidas por Alimentos e Água, Controle e Prevenção de Infecções e Operações de Resposta a Emergências de Saúde.

Esta atividade foi apoiada pelo Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (CDC/HHS), como parte do Acordo Cooperativo de Saúde Global entre CDC e SE-COMISCA, com uma concessão de assistência financeira totalizando US\$ 24 mil com cem por cento financiado pelo CDC/ HHS.

### **8M LATAM: Dia Internacional da Mulher na América Latina**

O oito de março foi palco para grandes manifestações femininas em países latino-americanos como México, Argentina, Chile, Colômbia e Brasil. As principais demandas que ressoaram nas ruas latino-americanas foram a paridade efetiva no ambiente do trabalho, aborto seguro e denúncias contra a violência estrutural diária contra as mulheres.

---

<sup>127</sup>[https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-coordinacion-para-elaboracion-del-merres\\_1\\_131748.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-taller-coordinacion-para-elaboracion-del-merres_1_131748.html)

Na Argentina, as mulheres protestaram contra o feminicídio, a desigualdade de gênero, o desemprego e a precarização laboral e os direitos de mulheres, lésbicas, travestis, trans e identidades não binárias. Em Buenos Aires, o coletivo feminista Ni Una Menos distribuiu o documento “com ajuste e sem justiça social não há democracia”, que dentre outros pontos pedem uma investigação da dívida com o FMI e o controle do aumento dos preços e a inflação que supera os salários de trabalhadoras e outros setores da população<sup>128</sup>.

No Chile, as demandas eram relacionadas a aborto seguro, respostas aos feminicídios e às vítimas dos protestos recentes, lembravam das mulheres desaparecidas na ditadura.<sup>129</sup>

Na Bolívia, as mulheres protestavam contra a violência. Os dados mostram que Bolívia é o país da América do Sul onde os direitos das mulheres são mais violados. Como resposta o governo boliviano disse estar trabalhando em um plano nacional de prevenção da violência contra mulheres que articule esforços de autoridades territoriais, governos autônomos, organizações sociais e coletivos de mulheres<sup>130</sup>.

### **SELA – Integração regional para discutir medidas de combate ao fungo FOC-R4T na Venezuela**

O Sistema Econômico Latino Americano e do Caribe (SELA), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Organismo Internacional Regional da Sanidade Agropecuária (OIRSA), a Convenção Internacional de Proteção Fitosanitária (CIPF), o Ministério para Ciência e Tecnologia e Ministério para Agricultura Produtiva e Terras da Venezuela e o Instituto Nacional da Saúde Agrícola Integral (INSAI) realizaram uma mesa de trabalho sobre a visita oficial que tem como objetivo atender a emergência fitossanitária FOCR4T na Venezuela.

O secretário permanente da SELA, embaixador Clarems Endara sinalizou a importância do trabalho integrado e inter secretarial na região e qualificou a emergência fitossanitárias FOC-R4T na Venezuela como um tema de segurança alimentar. Explicou que a situação atual mostra o produto da interação entre as ameaças e vulnerabilidades e resulta em uma condição de risco para cada país em termos de uma provável deterioração da atividade agropecuária. O Secretário ainda comemorou o interesse por parte de mecanismos internacionais e de integração regional de se engajarem para atender a situação do FOC R4T na Venezuela.

Os demais organismos como a OIRSA e FAO destacaram a importância da integração para estes casos e da criação de mesas de trabalho para debater medidas contra a propagação de fungos como o FOC R4T.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> Ejes del mundo em la pátria. Ano 2 , Edição N°568, 9 de março de 2022.

<sup>129</sup> <https://elpais.com/sociedad/dia-de-la-mujer/2023-03-08/8-m-dia-de-la-mujer-en-vivo-desde-america-las-latinoamericanas-reivindican-sus-derechos-en-las-calles.html>

<sup>130</sup> <https://elpais.com/sociedad/dia-de-la-mujer/2023-03-08/8-m-dia-de-la-mujer-en-vivo-desde-america-las-latinoamericanas-reivindican-sus-derechos-en-las-calles.html>

<sup>131</sup> <http://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/85870/sela-fao-oirsa-insai-y-cipf-articulan-esfuerzos-para-atender-emergencia-fitosanitaria-foc-r4t-en-venezuela>

## **A cobertura de gelo da calota polar antártica foi reduzida ao seu mínimo histórico <sup>132</sup>, <sup>133</sup>**

Conforme relatado pelo Observatório Europeu do Clima Copérnico: a área congelada do oceano, que envolve o continente antártico, tinha uma área de 2,09 milhões de quilômetros quadrados em 16 de fevereiro, o nível mais baixo desde que começou a ser medido em 1978.

Esta área foi reduzida a níveis recordes em fevereiro pelo segundo ano consecutivo e a cobertura diária de gelo atingiu seu mínimo histórico.

Da mesma forma, o National Ice and Snow Data Center - NSIDC dos Estados Unidos já havia alertado no mês passado para essa redução da massa congelada, mas com uma superfície menor de 1,79 milhão de quilômetros quadrados.

A extensão do gelo do oceano no Polo Sul encolhe e reabastece ciclicamente a cada ano, com variações sazonais, mas a redução relatada se aprofundou significativamente.

No entanto, a redução desse limite não significa aumento do nível do mar porque se trata de água salgada que foi simplesmente congelada. Mas quando descongela, essa barreira revela a grande massa continental congelada, que sofre com os estragos do oceano.

Por outro lado, o gelo marinho desempenha um papel importante, o chamado efeito “albedo” de ricochete dos raios solares. À medida que derrete é substituída pela massa escura do oceano, que absorve mais luz, contribuindo para as mudanças climáticas. Huan Manuel Lirio, geólogo do Instituto Antártico Argentino explicou: “quando o gelo marinho que envolve o continente derrete, essa superfície branca que rejeitava o calor agora se torna azul, que é a água, que o atrai.”<sup>134</sup>

No mesmo sentido, especialistas<sup>135</sup> afirmam que o colapso climático é evidente na região, com algumas partes da Antártica esquentando mais rapidamente do que qualquer outro lugar do planeta.

Um relatório da Universidade de Santiago do Chile explica que, além dos efeitos da mudança climática, uma das possibilidades de derretimento do gelo na Antártica pode ser atribuída ao carbono negro produzido por navios, aviões e geradores a diesel provenientes de atividades turísticas.

Segundo dados do Copernicus, a calota de gelo do mar Antártico, em fevereiro de 2023, caiu 34% abaixo da média, batendo assim o recorde mensal de fevereiro de 2017. É o oitavo ano consecutivo que ocorre esse fenômeno de acentuação do degelo, acima da média histórica registrada.

---

<sup>132</sup> <https://www.pagina12.com.ar/529952-es-record-el-deshielo-del-casquete-polar-antartico>

<sup>133</sup> <https://www.telam.com.ar/notas/202303/621944-casquete-polar-antartida-reduccion-hielo-nivel-historico.html>

<sup>134</sup> <https://www.marambio.gub.gov.ar/hieloantartidaminimo.html>

<sup>135</sup> <https://www.dw.com/es/se-derrite-el-hielo-cu%C3%A1l-es-el-problema/a-56955924>

### **O Terceiro Ciclo da Mesa de Diálogos de Paz será realizado em Cuba<sup>136</sup>**

O governo cubano confirmou nesta quarta-feira, 8 de março, que a ilha sediará<sup>137</sup> o *Terceiro Ciclo da Mesa de Diálogo de Paz* entre o Governo da Colômbia e a guerrilha do Exército de Libertação Nacional (ELN).

O governo da ilha prometeu fazer "*todos os esforços pela paz na Colômbia*".

O fato é importante, já que os Estados Unidos incluíram Cuba na lista de países que patrocinam o terrorismo depois que, após as negociações de 2019, Havana se recusou a extraditar os negociadores do ELN em seu território.

A inclusão nesta lista se soma às repercussões financeiras e econômicas para Cuba, à qual está sujeita há décadas pelas sanções dos Estados Unidos.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e o ELN negaram que Cuba esteja nesta lista.

As delegações de paz de ambas as partes expressaram sua gratidão ao Governo e ao povo cubano pela disposição incondicional e apoio fundamental que "*há mais de quatro décadas têm prestado aos esforços para construir a paz na Colômbia*".

"*Seu compromisso permanente e neutro com a reconciliação dos colombianos demonstra, contra qualquer declaração que tente colocar em dúvida, que Cuba é um farol de esperança e paz para o resto do continente*", enfatizaram.

### **Chile e o novo processo de redação da Constituição<sup>138</sup>**

O Chile iniciou o processo eleitoral para eleger os 50 membros do Conselho Constitucional, que redigirá a nova Carta Magna. O processo constitucional no Chile de 2023, oficialmente denominado Processo Constitucional 2023, é o procedimento para elaborar uma nova proposta de Constituição Política da República do Chile após o triunfo da opção "Rejeição" no plebiscito constitucional de 2022, que descartou o texto anterior

Este novo processo constitucional foi lançado depois que os cidadãos rejeitaram a proposta anterior de uma Carta Magna, que substituiria o texto da Constituição herdada da ditadura de Augusto Pinochet<sup>139, 140</sup>.

As diferenças com o primeiro processo são evidentes, principalmente no que diz respeito à participação de políticos. A primeira vez decidiu-se deixar tudo nas mãos dos cidadãos, que se inclinaram para os independentes de esquerda, enquanto agora os partidos estão no centro das atenções<sup>141</sup>.

---

<sup>136</sup> <https://cnnspanol.cnn.com/2023/03/08/colombia-eln-negociaciones-cuba-orix/>

<sup>137</sup> <https://www.telesurtv.net/news/cuba-sede-tercer-ciclo-dialogos-paz-colombia-gobierno-eln-20230308-0024.html>

<sup>138</sup> <https://elpais.com/chile/2023-03-08/chile-inicia-una-campana-de-dos-meses-para-elegir-a-los-50-redactores-de-la-nueva-constitucion.html>

<sup>139</sup> <https://www.dw.com/es/chile-reintenta-cambiar-la-constituci%C3%B3n-de-pinochet-la-segunda-es-la-vencida/a-64899518>

<sup>140</sup> <https://www.dw.com/es/chile-entierra-la-constituci%C3%B3n-de-pinochet-y-abre-ruta-para-actualizar-su-democracia/a-55397372>

<sup>141</sup> Por isso, nesta fase, o público não tem demonstrado particular interesse. De fato, em algumas pesquisas como a do Pulso Ciudadano, o desinteresse por essa segunda tentativa supera os 50%. "Vai ser

Um conselho formado por 50 membros<sup>142</sup>, que serão eleitos pelo povo, se encarregará de redigir o novo projeto de Constituição Nacional do Chile. Na eleição participarão representantes da Aliança Esquerda, Unidade para o Chile (composta por Convergência Social, Partido Comunista, Socialista e Liberal, Revolução Democrática, Comunes Federacao Regionalista Verde Social e Ação Humanista); a coalizão de centro-direita "*Todos por Chile*" (Partido para a Democracia, Democracia Radical e Cristã) e a de direita "*Chile Seguro*" (União Democrática Independente, Renovação Nacional e Evópoli).

Outros partidos também participarão, como o "Partido do Povo", pertencente ao conservadorismo e o Partido Republicano, de extrema-direita.

A proposta de Constituição que este Conselho preparará será posteriormente submetida a plebiscito no dia 17 de dezembro.

### **Peru: tensões políticas continuam**

As tensões políticas continuam no Peru. Durante uma audiência presidida pelo Juiz Supremo Juan Carlos Checkley, na qual o Ministério Público peruano solicitou 36 meses de prisão preventiva, o ex-presidente Castillo denunciou ter sido vítima de um sequestro injusto e ser inocente dos "fatos falsos" que é acusado: organização criminosa, conclusão agravada e tráfico de influência.

Castillo deu detalhes nas redes sociais: "Compartilho minhas declarações prestadas na audiência de hoje, reitero minha inocência sobre os falsos atos de que sou acusado e denuncio novamente este sequestro injusto por servir lealmente a meus países como Presidente da República. abraço, povo peruano", escreveu o ex-presidente em sua conta no Twitter.

### **Chile: crise migratória leva governo Bóric a militarizar a fronteira norte do Chile<sup>143</sup>**

No final de fevereiro, O Chile iniciou um destacamento militar em pontos críticos de sua fronteira norte - com Peru e Bolívia - para aumentar o controle da entrada irregular de migrantes.

A medida foi implementada graças a um Decreto com Força de Lei que permite o destacamento militar por 90 dias. Durante este período, o Exército do Chile contribuirá para o reforço dos controles policiais que são realizados nas rodovias das regiões de Arica e Parinacota, Antofagasta e Tarapacá.

O destacamento militar contempla medidas como controle de identidade, revista de bagagens e em determinadas circunstâncias, tiros de advertência, como parte de suas atribuições com o objetivo de dissuadir as pessoas que cruzam a fronteira por passagens não habilitadas.

---

difícil as pessoas se entusiasmarem com esse novo processo porque o veem como algo para políticos. Até os especialistas são identificados politicamente. Então, é difícil para mim acreditar que as pessoas tenham confiança em um processo liderado e liderado por a mesma classe política que ele diz que odeia. Será preciso ver se os membros que forem escolhidos para o conselho conseguem mudar essa percepção", aponta Cristóbal Bellolio, doctor en filosofía política del University College de Londres.

<sup>142</sup> <https://www.infobae.com/america/america-latina/2022/12/22/como-sera-el-paso-a-paso-hacia-la-nueva-constitucion-de-chile-el-proyecto-fue-enviado-al-congreso/>

<sup>143</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64764691>

As autoridades de Colchane, comuna fronteiriça na região norte de Tarapacá, afirmam que há pelo menos três anos aumentou a entrada de venezuelanos no Chile e afirmam que nos últimos tempos a chegada de pessoas de países como Colômbia, Haiti e El Salvador. Segundo estimativas, o país recebe pelo menos 400 imigrantes ilegais por dia pela zona fronteiriça onde fica o povoado, uma das travessias mais utilizadas pelos estrangeiros para entrar no Chile.

### **Tampão de Darien: equatorianos são agora os que mais cruzam a selva a caminho dos Estados Unidos<sup>144</sup>**

Em nosso relatório de meados de 2022, escrevemos sobre a terrível travessia da selva de Darien – que liga Colômbia ao Panamá – e o elevadíssimo número de migrantes venezuelanos que se submetiam às condições mais desumanas para tentar chegar até o território dos Estados Unidos. Naquele momento, a selva de Darién não era tão frequentada pelos equatorianos, mas os números vieram ascendendo e, em outubro do ano passado, o número de migrantes do Equador superou o de haitianos.

Este ano, o fluxo de equatorianos pela selva continua aumentando. Segundo dados do Ministério de Segurança Pública do Panamá, mais de trinta e sete mil pessoas cruzaram o Darién até 15 de fevereiro de 2023 e, destes, pelo menos 9536 são equatorianos.

Pela primeira vez, os migrantes equatorianos estão superando os venezuelanos em sua tentativa de chegar aos Estados Unidos pela selva.

Segundo Lorena Mena, diretora do Continente Móvil, um centro de estudos migratórios, “este é um fluxo sem precedentes no Equador”.

Embora o Equador tenha sido tradicionalmente um país de migrantes, existem vários fatores que explicam por que agora há outro êxodo para os Estados Unidos e, especificamente, através do Darién.

Em entrevista à BBC, Soledad Álvarez, antropóloga equatoriana da Universidade de Illinois em Chicago, acredita que entre os motivos existem alguns novos e outros antigos: “Vivemos outro pico na história migratória do Equador como consequência de problemas estruturais não resolvidos. O Equador está sendo afetado pela pobreza e pela desigualdade, mas também pela proliferação do crime organizado e pelo medo da insegurança. As classes média, média baixa e baixa estão chegando para sobreviver e buscar proteção”.

Abaixo lista-se quatro fatores, segundo avaliou a BBC, para entender por que os equatorianos são hoje os sul-americanos que mais atravessam a selva de Darién a caminho dos Estados Unidos.

#### 1. A escalada da violência

O Equador fechou 2022 como o ano mais violento de sua história, contabilizando 4.450 assassinatos, segundo dados da Polícia Nacional do Equador. Assassinatos cometidos por pistoleiros em plena luz do dia tornaram-se comuns em cidades como Guayaquil, onde foram registrados 1.537 casos.

---

<sup>144</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64753352>

Em um ano, Guayaquil tornou-se uma das cidades mais violentas do mundo, passando da posição 50 para a posição 24 no ranking elaborado pelo Conselho Cidadão de Segurança Pública e Justiça Criminal do México.

## 2. Medo de “vacinas”

Comerciantes equatorianos fogem das chamadas “vacinas”, que constituem um tipo de extorsão por parte de grupos criminosos com os quais pedem dinheiro em troca de suposta proteção.

Quem se recusa a pagar corre o risco de ser morto ou receber constantes ameaças contra sua integridade ou de seus familiares até que decida pagar.

## 3. México exige visto novamente

Em novembro de 2018, o governo do presidente Enrique Peña Nieto eliminou a exigência de visto mexicano para os equatorianos para viagens de turismo ou atividades não remuneradas por um período de 180 dias.

Isso facilitou o caminho para os equatorianos migrarem para os Estados Unidos, após o fim do mandato de Rafael Correa, que conteve a saída de nacionais sob sua promessa de recuperação e injeção de investimento social.

Após a medida, o número de viajantes disparou de 39.956 para 119.220 entre 2017 e 2019. Nem todos foram para o turismo. Apenas um em cada três equatorianos voltou ao Equador.

Conseqüentemente, o governo de Andrés López Obrador reverteu a medida e retomou o visto de entrada para equatorianos a partir de 4 de setembro de 2021.

Poucos dias depois, a Guatemala aderiu à medida, o que significou um aumento nas dificuldades para os equatorianos chegarem à fronteira sul dos Estados Unidos. No entanto, a imposição do visto também não impediu a migração. Em vez disso, forçou-os a explorar outras rotas mais perigosas, como a rota de Darien.

## 4. As consequências da pandemia

O Equador foi um dos países da região mais atingidos pela covid-19. Desde então, a situação não se inverteu. “Mais de 500 mil empregos foram perdidos com a pandemia e não foram recuperados”,

### **Haiti: violência, crise humanitária e deterioro sanitário<sup>145</sup>**

A situação de violência generalizada vem se agravando dia após dia no território haitiano, principalmente em Cité Soleil, região mais perigosa da capital do país. Os confrontos entre gangues armadas que lutam pelo controle territorial se espalharam desde o início de março por quase todo o território da capital Porto Príncipe.

Com a violência descontrolada, Cité Soleil ficou sem o hospital administrado pela organização Médicos Sem Fronteiras. A organização teve de fechar temporariamente seu centro de saúde devido a condição de extrema insegurança que assola o país.

---

<sup>145</sup> <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64910464>

Segundo um médico do MSF, “há tiroteio perto do portão do hospital todos os dias, a poucos metros de onde estávamos. O médico relata que os profissionais de saúde ficam na primeira linha de fogo, veem cenas de guerra na porta do hospital e encontram balas perdidas dentro.

A situação é tão grave que milhares de pessoas em Cité Soleil foram pegas no fogo cruzado na semana passada foram forçadas a fugir de suas casas para sobreviver. Os grupos armados estão atirando diretamente na casa da população.

Nos últimos meses, gangues criminosas instalaram um clima quase permanente de terror em Porto Príncipe, usando franco-atiradores que atiram indiscriminadamente, informou segundo relatório das Nações Unidas em dezembro.

As gangues armadas que atuam no Haiti estão agrupadas em duas grandes coalizões: G9 e G-Pep. Esses grupos são responsáveis por ações violentas como assassinatos, desaparecimentos, violência sexual ou sequestros.

Especialistas afirmam que os grupos armados têm ligações com figuras políticas corruptas, tanto no governo quanto na oposição. Essas figuras seriam as encarregadas de abastecer as gangues com armas, financiamento ou proteção política. Em troca, as gangues fazem o trabalho sujo, gerando medo, apoio ou instabilidade.

Algumas das táticas implementadas pelo grupo armado visam restringir a circulação dos moradores e bloquear o acesso a produtos de primeira necessidade, como alimentos e água, além de serviços de saneamento.

Essas ações empobreceram ainda mais a população local e degradaram um ambiente sanitário já extremamente insalubre, favorecendo a disseminação de doenças infecciosas.

Ariel Henry, primeiro-ministro que atua como presidente desde o assassinato de Jovenel Moise, pediu repetidamente o envio de uma força internacional para ajudar a polícia em sua luta contra a violência, mas, até o momento, nenhum país, tampouco as Nações Unidas, se ofereceu para liderar tal iniciativa.

## A saúde global e diplomacia da saúde: O contributo africano

*Augusto Paulo, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

UNECA (United Nations Commission for Africa) e UNIÃO AFRICANA

**9ª Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável**

Lema: *Acelerando a recuperação inclusiva e ecológica de múltiplas crises e a implementação integrada e integral das Agendas para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e 2063* (Niamey, capital do Níger, 28 de fevereiro a 3 de março).



Photo: UNECA

### África à procura de soluções para reduzir a pobreza e acelerar a realização dos ODS até 2030

O Presidente do Níger, Mohamed Bazoum, [abriu oficialmente](#) o 9º Fórum Regional Africano para o Desenvolvimento Sustentável (*9th Session of the Africa Regional Forum on Sustainable Development, ARFSD - 9*) no dia 28 de fevereiro.



O evento contou com a presença da Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed, o Secretário Executivo Interino da UNECA, geólogo moçambicano, *António Maria Afonso Pedro*.

A realização deste fórum é fruto de parcerias entre instituições de desenvolvimento africanas e também através de contribuições da Comissão da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento e das agências das Nações Unidas. O objetivo é que África e os seus parceiros acelerem a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 e se comprometam a uma recuperação verde e inclusiva baseada em cadeias de valor sustentáveis.

Em 2022, há 18 milhões de novos pobres, principalmente devido à crise na Ucrânia e ao impacto generalizado da pandemia em África. O PIB africano deverá desacelerar em 2023, num ambiente global volátil.

*“Em Niamey, a África deve ir além do status quo e encontrar uma nova vida nesta era de múltiplas crises. Globalmente, os efeitos negativos combinados de pressões inflacionistas, depreciação cambial, ruptura da procura e das cadeias de abastecimento, deterioração dos termos de troca, custos de empréstimos mais elevados e acontecimentos climáticos adversos resultaram numa falha de produção de 2,4% para África em comparação com a produção pré-pandémica real. Este ano, estamos a rever os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 6, 7, 9, 11 e 17”, disse Antonio Pedro, Secretário Executivo Interino da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). Ele acrescentou: "O Secretário-Geral das Nações Unidas apresentou um plano ambicioso para impulsionar os ODS, visando aumentar significativamente os recursos disponíveis para investir nos ODS. Isto exigirá uma arquitetura de desenvolvimento internacional apropriada". O custo de capital em termos comerciais é inaceitavelmente elevado para os países africanos, enquanto os recursos acessíveis através de instituições de desenvolvimento são insuficientes para satisfazer a nossa ambição. Estamos também a concentrar-nos na forma como os países africanos podem mobilizar mais dos seus próprios recursos com menos dependência aos doadores.*



A África não será capaz de atingir os ODS até 2030. O défice de financiamento para alcançar os ODS e assegurar a resiliência climática continua a crescer. Apenas cerca de 43% das nações africanas se encontravam em situação de endividamento ou perto disso, principalmente devido a fatores externos fora do seu controlo.



A Secretária-Geral Adjunta da ONU Amina Mohammed reiterou o apelo do Secretário-Geral da ONU ao G20 para desbloquear um estímulo para os ODS de pelo menos 500 mil milhões

de dólares por ano para os países em desenvolvimento. *"Para apagar este fogo, precisamos de igual apoio, não de hipocrisia e promessas vazias. Em termos mais gerais, precisamos também de reformas sistemáticas da arquitetura financeira global, que não é adequada ao objetivo e continua a ser demasiado a curto prazo, propensa a crises e fundamentalmente tendenciosa para os interesses dos ricos. Apelo à realização de reformas que abordem o estímulo dos ODS, juntamente com iniciativas como a [Agenda de Bridgetown](#)", disse ela.*

Para a realização das agendas 2030 e 2063, o Presidente do Níger está convencido de uma coisa: *"a realização de progressos reais na implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas e da Agenda 2063 da União Africana exigirá necessariamente estes esforços, que se concentrarão na promoção de um mundo justo, baseado em direitos equitativos e inclusivos que promovam o crescimento económico inclusivo, a proteção ambiental e os interesses das gerações futuras. Daí a necessidade de acelerar o progresso, especialmente face a certos constrangimentos como a insegurança e os impactos das alterações climáticas que podem comprometer os ganhos obtidos até à data. Muitos desafios afetam a África, mas cabe-nos a nós dar-nos os meios para os transformar em oportunidades para promover o desenvolvimento sustentável dos nossos Estados", disse ele.*

Os resultados da Cúpula da União Africana sobre industrialização e diversificação económica fornecem um roteiro para alcançar o ODS 9 em África. O 9º Fórum Regional procura basear-se nesta visão para acelerar a implementação dos ODS e da Agenda 2063.

#### **Soluções lideradas por África é chave para alcançar os ODS, diz Amina Mohammed da ONU**



É tempo de a África cumprir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, afirmou a [Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas](#), Amina Mohammed, apelando a uma maior liderança, empenho e investimento na realização dos ODS.

"Temos um entendimento comum de que através de soluções lideradas por África nascidas em solo africano podemos mudar de rumo e estar à altura do desafio de alcançar a Agenda 2063 e os ODS", disse a Sra. Mohamed aos delegados ao 9º Fórum, acrescentando que *"Os líderes mundiais devem estabelecer ambições claras para reduzir a pobreza e a desigualdade até 2030 e devem fazê-lo através de investimentos em África, investimentos nas nossas economias, investimentos no nosso povo, especialmente nas nossas mulheres e jovens"*.

Citando o aumento do comércio interafricano e o potencial da Área de Comércio Livre Continental (AfCFTA) em retirar 30 milhões de africanos da pobreza, a Secretária-Geral Adjunta da ONU salientou que os líderes africanos apoiaram a industrialização sustentável e a diversificação económica como chave para o desenvolvimento de África. Acrescentou que as tecnologias verdes e digitais emergentes devem ser aproveitadas para servir a África.

Antes da próxima Cúpula sobre os ODS em setembro de 2023, a Adjunta da ONU exortou os líderes africanos a estabelecerem ambições claras para reduzir a pobreza e a desigualdade até 2030 através da alavancagem do financiamento e do alinhamento dos compromissos claros dos ODS com as instituições e orçamentos nacionais.

### **Especialistas apelam a um enfoque renovado nos objetivos de desenvolvimento sustentável em África**

É necessária uma refocalização concertada nos objetivos de desenvolvimento sustentável, a fim de satisfazer tanto as aspirações da Agenda 2030 quanto da Agenda 2063 de transformação de África, de acordo com os [principais oradores](#) nas oficinas regionais preparatórias para as revisões nacionais voluntárias africanas e de revisões locais voluntárias (VNR - *voluntary local reviews*) em Niamey.

*"Vimos como os efeitos da pandemia e da guerra na Ucrânia descarrilaram os progressos que tinham sido feitos. Os orçamentos do Estado para a política social, ação ambiental e desenvolvimento económico estão ameaçados pelo aperto dos recursos financeiros, precisamente quando estas intervenções são mais necessárias"*, disse Hanan Morsy, Secretária Executiva Adjunta da Comissão Económica para África. *"Mas no meio destes desafios, a região africana tem inúmeros exemplos de medidas adaptáveis e eficazes tomadas para avançar para as duas Agendas"*.

A oficina VNR realizou-se como evento paralelo antes do 9º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD). Foi organizada pela UNECA com o apoio da União Africana, UN-Habitat, UNDESA (UN *Department of Economic and Social Affairs*), UCLG África ([United Cities and Local Governments of Africa](#)) e o Gabinete do Conselheiro Especial para África (OSAA).

A senhora Morsy disse que o ano 2023 representa o ponto intermédio para a Agenda global 2030, e o fim dos primeiros dez anos de implementação da Agenda regional 2063 da União Africana.

As revisões voluntárias nacionais e locais - também conhecidas como VNR e VLR - destinam-se a ajudar os países e regiões africanos a avaliar os progressos alcançados sobre os ODS e os desafios que precisam de ser enfrentados.

*"Também felicitamos as cidades e municípios de todo o continente que estão a realizar análises locais. Os VLR são uma poderosa ferramenta de base para promover o desenvolvimento sustentável"*, disse a senhora Morsy.

O Economista-Chefe da UNECA referiu que a Comissão continuará a apoiar os VLR em toda a África, aproveitando as diretrizes regionais desenvolvidas em cooperação com a ONU - Habitat e Cidades e Governos Locais Unidos de África com um mandato dado pelos Estados-Membros no 6º Fórum em 2020.

Cristina Duarte, caboverdiana e Conselheira Especial para a África do Secretário-Geral das Nações Unidas, destacou a importância das iniciativas de crescimento doméstico, afirmando que *"os decisores políticos e parceiros precisam compreender que o desenvolvimento sustentável pode ser plenamente alcançado se for conduzido internamente"*. Ela disse ainda que, para que a África alcance os seus ODS, os países devem abordar questões de gestão da dívida, localizar o desenvolvimento sustentável e criar instituições nacionais fortes. Sublinhou também a

necessidade de um sistema de comércio internacional equilibrado e de uma reestruturação da arquitetura financeira global.

Nas suas observações de boas-vindas, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Niamey, Habiboulaye Zanga, disse: "*O Níger está a liderar pelo exemplo na transferência do desenvolvimento para as autoridades locais, a fim de assegurar o empenhamento igual e ativo de todos no desenvolvimento do país*".

Um delegado da RDC, Modeste Kakanda, reiterou a importância de integrar dados locais e nacionais para assegurar melhores sinergias. Modeste Kakanda também identificou o desenvolvimento de capacidades e a mobilização de recursos como áreas que precisam de ser reforçadas pela VNR.

De acordo com Oumar Sylla, Director do Escritório Regional da ONU-Habitat para África, atualmente África está a experimentar a urbanização mais rápida do que qualquer continente do mundo. Esta urbanização representa uma oportunidade para as cidades inovarem e fazerem progressos significativos no desenvolvimento local. Ele enfatizou a importância de monitorizar os avanços na implementação dos ODS.

Claramente, a África tem inúmeros exemplos de medidas adaptáveis e eficazes tomadas para avançar para as duas Agendas, apesar dos desafios colocados pela pandemia e pela guerra na Ucrânia. Mas para alcançar os ODS, devem ser dados passos em frente para abordar questões de gestão da dívida, tornar local o desenvolvimento sustentável e criar instituições nacionais robustas, advogando ao mesmo tempo pelo equilíbrio do sistema de comércio internacional e pela reestruturação da arquitetura financeira global.

### **Ações-chave para acelerar a implementação do ODS 9**

O 9º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável realizado em Niamey, capital do Níger, de 28 de fevereiro a 2 de março, contou com uma [sessão específica](#) para discutir os progressos, desafios, oportunidades e ações prioritárias necessárias para acelerar a implementação do ODS 9.

Estiveram presentes representantes de vários países e organizações africanas, incluindo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Gabinete do Conselheiro Especial para África (OSAA), e a Comissão Económica para África (UNECA).

O principal foco do Fórum foi a necessidade de acelerar a evolução da educação científica e tecnológica nas universidades para tornar os seus currículos mais práticos através da combinação da teoria com a prática. Ao fazê-lo, engenheiros e técnicos que são inventores e produtores de produtos tecnológicos estariam mais bem equipados para entrar no mercado de trabalho.

Os participantes instaram os governos e o sector privado a implementar políticas e estratégias para apoiar as pequenas e médias empresas, criar empregos, e aumentar a produtividade em África. Também enfatizaram a necessidade de aumentar o investimento em infraestruturas duras e suaves, incluindo transportes, e no desenvolvimento de competências relacionadas com tecnologias de informação e comunicação e ciência, tecnologia e inovação.

A sessão apelou ao aumento dos esforços para ajudar as empresas a aumentar as exportações, atrair investimento direto estrangeiro, e facilitar a transferência de tecnologia. Os participantes também instaram os países a construir cadeias de valor regionais resilientes para

desenvolver economias produtivas e competitivas que possam tirar pleno partido das oportunidades para implementar o Acordo que estabelece a Área de Comércio Livre Continental.

A sessão recomendou que entidades das Nações Unidas e organizações de desenvolvimento regional apoiem os Estados no acesso a instrumentos de financiamento misto, incluindo capital concessional, fundos climáticos e verdes, e instrumentos de mitigação de riscos. Isto encorajaria os investidores privados que estejam interessados em projetos de desenvolvimento de infraestruturas.

A discussão sobre o ODS 9 foi enquadrada por um documento de fundo preparado conjuntamente pela ECA, UNIDO e OSAA. A sessão foi moderada por Salamatou Gourouza, Ministra da Indústria e do Empreendedorismo da Juventude do Níger. Julien Paluku Kahongya, Ministro da Indústria da República Democrática do Congo (RDC), participou no painel de discussão.

Em conclusão, o Fórum Regional Africano para o Desenvolvimento Sustentável em Niamey propôs ações-chave para acelerar o progresso no sentido da implementação do ODS 9. Espera-se que as recomendações feitas pelos participantes forneçam um roteiro para os países e organizações africanas para fomentar a inovação, criar empregos e melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, contribuindo em última análise para a realização da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e da Agenda 2063: *A África que queremos*.

**Transição energética: A África deve colmatar a lacuna tecnológica, intensificar o diálogo em torno da inovação. Posição da CEDEAO.**



*"O nosso desafio atual é conseguir que os Chefes de Estado adotem uma política conjunta de hidrogénio verde até ao final deste ano", disse Francis Sempore, Director Executivo do Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO, em Niamey.*

*"O hidrogénio verde na África Ocidental pode parecer utópico agora, mas o mesmo aconteceu com a decisão dos líderes da CEDEAO de adoptar uma política regional sobre energias renováveis em 2013. No entanto, tornou-se impensável para um país não ter energia solar no seu mix energético", acrescentou ele.*



À margem do Fórum sobre os ODS, o representante da CEDEAO falava no [5º Fórum Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação](#) e diálogo político de alto nível sobre tecnologias energéticas emergentes, juntamente com um painel de peritos africanos e da ONU, que apelou a uma profunda revisão da abordagem africana às questões energéticas para evitar o ciclo vicioso das tecnologias ultrapassadas, responder mais eficientemente às necessidades de eletricidade e acelerar o desenvolvimento económico.

O caso do Níger, onde a conferência foi realizada, é uma ilustração flagrante das contradições que a África Ocidental e o resto do continente estão hoje a viver. Para além do seu imenso potencial energético (solar, hidroelétrico e eólico), o país possui cerca de 90 milhões de toneladas de carvão, 953 milhões de barris de petróleo, mais de 24 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural, e uma das maiores reservas de urânio em África.

Em 2022, contudo, o acesso à eletricidade beneficiou apenas 16% do país, e 6% nas zonas rurais. A biomassa (lenha) cobre atualmente mais de 87% das necessidades energéticas domésticas num país onde 200.000 hectares de terra se perdem todos os anos devido à desertificação. Para aumentar a capacidade de produção de energia em África, os decisores políticos terão de agir a vários níveis. Teriam de assegurar que os seus países possuem *know-how* suficiente para a utilização de energias renováveis; criar mecanismos especiais para atrair investimentos em energias renováveis e criar capacidade de pesquisa. Terão também de ter em conta o contexto social, uma vez que a pobreza energética significa que algumas comunidades não têm energia para iniciar projetos, disse a Diretora Regional da UNESCO e Representante para a África Austral, Lídia Brito.



Outra área significativa de intervenção seria a capacitação e qualificação de recursos humanos. Muitos dos nossos países investem substancialmente na educação, o sistema universitário, mas quando se trata de extrair recursos energéticos nacionais, os governos ainda

traem profissionais do estrangeiro, disse Nkem Khumbah, presidente do [Africa Development Futures Group](#), que apelou a um diálogo tripartido entre governos, universidades e grandes empresas para assegurar que os programas universitários se tornem os motores das aspirações africanas.

*Não devemos olhar para a energia apenas como um capacitador, mas também como uma oportunidade quer em termos de produtividade quer de inovação*, explicou Somila Xosa, Diretora de Combustíveis de Transporte, no Departamento Sul Africano de Ciência e Inovação.. Xosa apelou aos países africanos não só para encorajarem a inovação, mas também para gerarem uma cultura de inovação onde os inventores possam arrancar e prosperar.

*Também precisamos de considerar como financiamos a inovação: embora precisemos de desafiar os governos africanos a investirem eles próprios, também precisamos de ter em mente que poucos governos têm capacidade de financiamento. Por outro lado, o acesso à energia pode aumentar os rendimentos até 39%*, disse Jean Paul Adam, Director da UNECA para a Tecnologia, Alterações Climáticas e Gestão de Recursos Naturais.

### **O crescimento sustentável de África depende da ciência, da tecnologia e da inovação**

Atingir as metas ambiciosas das Agendas 2030 e 2063 requer o aproveitamento do poder da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para combater as vulnerabilidades multidimensionais, para que a África possa passar da crise para o desenvolvimento sustentável.

Durante uma sessão sobre CTI neste Fórum Regional, os peritos enfatizaram o papel crucial das CTI como motor e facilitador fundamental para assegurar o crescimento económico, melhorar o bem-estar, mitigar os efeitos das alterações climáticas e salvaguardar o ambiente.

Sublinharam também a necessidade de reforçar os ecossistemas nacionais e regionais de CTI, fomentando a inovação, promovendo o empreendedorismo e investindo na pesquisa e desenvolvimento. Ao fazê-lo, a África pode aproveitar o potencial das CT&I para acelerar o seu progresso socioeconómico e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 e a Agenda 2063 da União Africana.

A sessão, realizada a 2 de março, baseia-se nas recomendações do [5º Fórum Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação](#), que acentua o papel central da CT&I e da digitalização durante a pandemia de Covid-19 e a necessidade das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento de CT&I, planos e políticas orientadas para a ação no sentido de reforçar a sua plena implantação.

Os peritos salientaram que, apesar dos avanços em CT&I, continuam a existir lacunas significativas na redução do fosso científico e tecnológico entre os países desenvolvidos e a África. A distribuição global altamente desigual da capacidade científica e do acesso ao conhecimento ameaça fazer descarrilar o objetivo de não deixar ninguém para trás, que é a promessa central e transformadora da Agenda 2030.

*"Precisamos de uma vontade política clara dos governos para assegurar que a ciência, a tecnologia e a inovação sejam uma realidade. Ao fazê-lo, os nossos sistemas educativos estarão capacitados para o conhecimento vital para enfrentar os desafios de sustentabilidade em África"* disse, Mamoudou Djibo, Ministro do Ensino Superior e Pesquisa do Níger.

Na esteira para alcançar "*a África que queremos*", foi adoptada pela União Africana uma [Estratégia de CT&I para 10 anos](#). A estratégia inclui a criação de universidades como centros de

excelência e investimentos em educação, competências técnicas e formação nos domínios da ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Estas iniciativas são cruciais para acelerar o progresso no sentido de alcançar objetivos globais. No entanto, a fim de aproveitar plenamente o potencial das CT&I, são necessários investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento.

Os sistemas nacionais também precisam de ser reforçados, tal como mencionado por Emma Theophilus, Vice-Ministra das Tecnologias de Informação e Comunicação da Namíbia: "*o reforço dos nossos sistemas nacionais de CT&I é uma mudança fundamental para uma rápida transformação estrutural em África. Alavancar a transformação digital pode alcançar uma recuperação mais forte, mais inteligente e mais inclusiva*".

Durante a última década, a África lançou-se numa trajetória para fortalecer a sua capacidade em CT&I. Intensificadas durante a pandemia, os novos indícios sugerem que CT&I e a [África digital](#) podem ser um trampolim para acelerar a implementação dos ODS e satisfazer as aspirações da Agenda 2063.



Realizado em Niamey a 26-27 de fevereiro antes do 9º Fórum Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, o 5º Fórum Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação foi organizado conjuntamente pela UNECA, UNESCO, União Africana e o Departamento de Ciência e Inovação da África do Sul. As discussões visaram considerar como a ciência, a tecnologia e a inovação podem apoiar os esforços africanos para alcançar uma recuperação inclusiva e ecológica de múltiplas crises e a implementação integrada e plena da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e da Agenda 2063. Para saber muito mais sobre o 5º Fórum Africano de CT&I, veja [aqui](#).

Igualmente, para ler sobre outros temas tratados durante o 9º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável, consultar este [Newsletter](#).

## Papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) para um sistema de saúde mais forte em África



The International Association of  
National Public Health Institutes

Trouxemos o segundo dos três trabalhos recentemente publicados e recomendados pela IANPHI sobre os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP). Neste informe continuamos com o artigo *Role of National Public Health Institutes for a Stronger Health System in Africa*, publicado na revista [Fortune Journal of Health Sciences](#).

O principal objetivo deste estudo foi mapear e gerar informações sobre o estado de criação de INSP na África, compreender os marcos legais utilizados pelos países para estabelecer os INSP e descrever os diferentes modelos de INSP no continente.

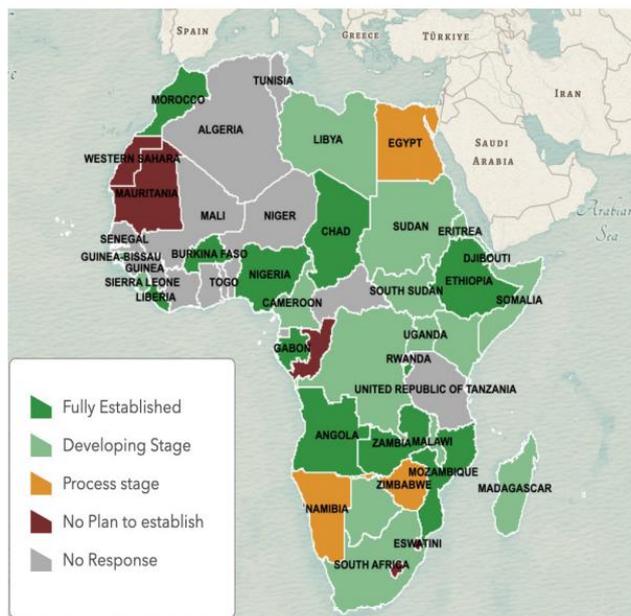
Os resultados confirmam uma realidade já conhecida de que a maioria dos países africanos ainda sente falta de INSP em pleno funcionamento e com uma menor preparação para responder às ameaças à saúde pública.

O desenvolvimento e a estrutura dos INSP em África varia de país para país. O espectro varia de países sem funções de saúde pública organizadas e lideradas pelo governo até aqueles com INSP totalmente desenvolvidos.

O CDC África, em colaboração com a IANPHI, o CDC dos Estados Unidos (US-CDC) e outros parceiros, tomou uma série de medidas para reforçar os INSP existentes, apoiar os esforços dos países a criarem e defenderem o desenvolvimento dos INSP em Estados-Membros onde não existem. Alguns dos esforços incluem a realização de advocacia de alto nível, fornecendo orientação e assistência técnica no local e desenvolvendo documentos padrão para orientar e monitorar o estabelecimento e o desenvolvimento de INSP na África.

Dos 55 Estados-Membros da União Africana, 40 (72,7%) responderam à pesquisa online. A maior taxa de resposta foi de países dos Centros de Colaboração Regionais da África Austral do CDC África (*Regional Collaborating Centers, RCCs*), onde todos os 10 Estados-Membros responderam ao questionário. Isto foi seguido por países da África Oriental (85,7%, 12), Central (77,7%, 7), Ocidental (40%,6), e do Norte (71,4%, 5).

Dentre os Estados-Membros que responderam, 12 indicaram ter INSP plenamente estabelecidos, 17 em estágio avançado, seis (6) iniciando o processo e cinco (5) como não tendo um plano para desenvolver um INSP. A distribuição regional dos INSP totalmente estabelecidos abrange a África Austral (Zâmbia, Moçambique e Angola), África Ocidental (Nigéria, Burkina Faso, Libéria), África Central (Burundi, Chade, Gabão), África Oriental (Etiópia, Djibuti) e África do Norte (Marrocos). Os países que não têm um plano para estabelecer INSP incluem Lesoto, Eswatini, Congo, Mauritânia e República Árabe Saharaui conforme o mapa abaixo.



**Figure 1:** Map of NPHI establishment status in Africa. This map depicts the NPHI development status in Africa as of May 2022 from 40 countries that participated in this study. Status of 15 countries is unknown as there was no response to the survey.

Entre os INSP que estão totalmente estabelecidos e em um estágio avançado de desenvolvimento, 12 foram estabelecidos por um Ato do Parlamento, 12 por Decreto presidencial e 5 por Decreto ministerial.

**Table 1:** Legal frameworks used to establish NPHIs in Africa

Act of Parliament	NPHIs Established by	
	Presidential/ Prime-Minister Decree	Ministerial Decree
Djibouti	Angola	Cameroon
Gabon	Burkina Fasso	DRC
Liberia	Burundi	Mauritius
Zambia	Morocco	Sudan
Botswana	Chad	Ethiopia
Cabo Verde	Mozambique	
Eritrea	Nigeria	
Guinea Bissau	Kenya	
Malawi	Libya	
Somalia	Nigeria	
South Africa	Uganda	
South Sudan	Madagascar	

**Table 2:** Three types of NPHI models commonly used in Africa

Autonomous	Network of Institutions	Department under MoH
Botswana	DRC	Angola
Burkina Fasso	Kenya	Chad
Burundi	Djibouti	Gabon
Cabo Verde	Uganda	Cameroon
Ethiopia		Eritrea
Guinea Bissau		Mauritius
Liberia		Chad
Morocco		Sudan
Mozambique		
Nigeria		
Zambia		
Libya		
Malawi		
Nigeria		
Somalia		
South Africa		
South Sudan		

O quadro 1 apresenta os diferentes quadros jurídicos utilizados para estabelecer os INSP entre países com INSP bem estabelecidos ou em estágios avançados de desenvolvimento. Foram identificados três modelos de INSP:

- ❖ Autônomos
- ❖ Semiautônomos
- ❖ Redes de instituições
- ❖ Departamentos do Ministério da Saúde

Dezessete (17) INSP eram autônomos e semiautônomos, quatro (04) redes de instituições e oito (08) foram estruturados como um departamento dos Ministérios da Saúde, como mostrado na quadro 2. Dos INSP bem estabelecidos e em desenvolvimento, 19 dispõem

de Planos Estratégicos parcialmente financiados pelos governos. O governo cobre em média 40% do orçamento anual total do INSP, embora varie de país para país.

O quadro 2 mostra os três modelos de INSP que são comuns na África. Estes incluem INSP autônomos, instituições semiautônomas, uma rede de instituições e um departamento sob a tutela do Ministério da Saúde responsável pelas funções essenciais de saúde pública a nível nacional.

As funções mais comuns dos INSP são:

- ❖ Pesquisa (26)
- ❖ Vigilância e informação (24)
- ❖ Preparação e resposta (24)
- ❖ Desenvolvimento da força de trabalho (19)
- ❖ Informática de saúde pública (15)
- ❖ Promoção da saúde (10)

Em resposta a uma pergunta sobre a situação de estabelecimento de INSP, 18 países indicaram que têm um INSP estabelecido. Analisando com profundidade a informação fornecida, apenas 12 satisfazem a definição de um INSP plenamente estabelecido, de acordo com o quadro de referência do CDC África para o desenvolvimento dos INSP, que determina um INSP plenamente estabelecido quando é autônomo ou é uma rede semiautônoma de instituições mandatadas para conduzir pelo menos funções relacionadas com a vigilância de doenças, preparação e resposta a emergências, sistemas laboratoriais e pesquisa a nível nacional com plena capacidade operacional e a independência técnica.

Por exemplo, a Eritreia, Gabão e o Sudão criaram as suas instituições como um departamento sob a tutela do Ministério da Saúde, e os dois últimos não fazem vigilância da doença, preparação para emergências e resposta como funções centrais, enquanto a Líbia e a Guiné Bissau dispõem de redes de instituições sem vigilância nem sistemas de laboratório como suas funções principais. Neste ponto e no que diz respeito à Guiné-Bissau, a informação é incorreta. O INSP (INASA) é autônomo e responsável pela vigilância e serviços de laboratório de saúde pública.

Apenas 72,5% dos Estado-Membros da União Africana têm INSP plenamente estabelecidos ou numa fase de desenvolvimento, o que exige que o CDC África e parceiros de desenvolvimento reforcem seu apoio para garantir que cada Estado-Membro tem um INSP financiado e sustentável com uma plena capacidade e poder de resposta a qualquer tipo de emergências de saúde pública no país. Esforços adicionais do CDC África e outras organizações parceiras são necessários para incentivar e apoiar os países, especialmente aqueles que não têm planos para estabelecer um INSP, através de empenhamento contínuo e advocacia junto de liderança dos países.

O sucesso na construção de sistemas de saúde fortes em África exige que os países tenham instituições de saúde pública fortes. Os INSP são instituições governamentais de base científica com mandatos legais claramente definidos, que proporcionam liderança e coordenação focadas e centralizadas para as funções de saúde pública específicas acima detalhadas.

Os resultados deste estudo são baseados em informações recolhidas através de questionários autoadministrados, que poderiam estar sujeitos a um enviesamento de informação. Há que constatar uma apreciável limitação deste estudo com algumas imprecisões relativamente ao INASA da Guiné-Bissau que atrás refutamos, desconhecendo outros vieses que pudessem afetar a compreensão da dinâmica de desenvolvimento dos INSP no continente africano.

Quem tiver interesse em aprofundar o conhecimento sobre o processo de criação e desenvolvimento dos INSP, recomendamos o artigo que regista referências bibliográficas importantes sobre o continente africano.

#### IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DA SAÚDE

As Ministras e os Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou seus representantes, reunidos em plataforma eletrônica, no dia 9 de março de 2023, por ocasião da IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP, com o objetivo de aprovar o **Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP, 2023-2027)**.



A reunião foi convocada pela Ministra da Saúde de Angola, Dr.<sup>a</sup> Sílvia Lutucuta, enquanto presidência em exercício da CPLP, e contou com as participações dos Ministros da Saúde dos Estados-Membros e de representantes das entidades assessoras da CPLP para o setor da Saúde, designadamente, FIOCRUZ, IHMT e INSA.

O PECS-CPLP representa um compromisso coletivo de cooperação horizontal e estruturante entre os Estados-Membros da CPLP no setor da saúde.

Na [Declaração Final](#), as Ministras e Ministros da CPLP, decidiram:

- ❖ Aprovar o “**PECS-CPLP 2023-2027**”, reconhecendo-o como instrumento primordial de orientação da cooperação em saúde da CPLP para fomentar o relacionamento da Comunidade com diferentes parceiros de desenvolvimento nesse sector;
- ❖ Incrementar esforços para dotar o PECS-CPLP com recursos financeiros, ou de outras tipologias, que permitam reforçar a execução das iniciativas nele previstas;

- ❖ Apelar aos parceiros de desenvolvimento da CPLP para que se juntem aos esforços a promover pelos Estados-Membros e, no curto e médio prazo, incrementem o desenvolvimento de atividades de cooperação com a CPLP para a implementação do PECS-CPLP
- ❖ Promover, até ao final de 2023, uma Mesa Redonda com o propósito de mobilizar os Observadores Associados e outros parceiros de desenvolvimento para a execução do PECS-CPLP.

O “PECS-CPLP 2023-2027” mantém um carácter essencialmente estratégico, reconhecendo nos seus eixos, projetos e atividades as áreas de trabalho prioritárias e as iniciativas de carácter estruturante que possibilitem garantir progressos significativos no seu período de vigência, respondendo às orientações ministeriais de que retenha como estratégia fundamental o papel transversal da saúde para o alcance dos ODS, que considere prioridades que contribuam para o processo em curso de combate ao COVID19 e outros vírus respiratórios, e de mitigação e recuperação pós COVID-19 e expanda as parcerias entre todos os setores da sociedade para o alcance destas orientações com aplicabilidade a outras emergências de saúde pública.

O “PECS-CPLP 2023-2027” desenvolve-se em seis eixos de intervenção, identificando diferentes atividades de cooperação a nível comunitário que, no âmbito da sua execução, poderão vir a ser complementadas por outras iniciativas que se revelem pertinente para o reforço da cooperação em saúde da CPLP. Os eixos de intervenção identificados permanecem os já conhecidos das versões anteriores do PECS-CPLP e são os seguintes:

1. Sistemas Nacionais de Saúde (SNS)
2. Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde (FTS)
3. Informação e Comunicação em Saúde (ICS)
4. Investigação e Bioética em Saúde
5. Monitorização dos ODS
6. Prontidão para Emergências em Saúde Pública

#### **Modelo de governação e monitorização**

Com a finalidade de promover e facilitar a execução do “PECS-CPLP 2022-2026” são previstas as ações de acompanhamento e gestão.

O Plano será coordenado pelo Estado-Membro que ocupa a Presidência *pro tempore* e pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), com apoio técnico e científico das entidades assessoras - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) e Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). Este elenco de entidades deverá ser, paulatinamente, alargado a Institutos Nacionais de Saúde de outros Estados-Membros.

Caberá à Coordenação:

- Auscultar, sempre que oportuno, diferentes atores, entre os quais entidades com o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, para identificação das melhores soluções para a execução do PECS-CPLP;
- Apelar para que sejam asseguradas as estruturas de implementação adequadas aos projetos/atividades propostos no âmbito do PECS;

- Realizar, com caráter anual, uma reunião das Entidades Assessoras para avaliação do grau de execução do PECS-CPLP sugerindo, sempre que tal se revele pertinente, adequações ao Plano, que serão submetidas à apreciação da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP;
- Desenvolver advocacia para incrementar a mobilização de recursos financeiros de múltiplas fontes nacionais e internacionais, incluindo os Estados-Membros e os Observadores Associados, que permitam assegurar a sustentabilidade na execução das atividades do PECS-CPLP 2023-2027;
- Recomendar os critérios e condições para o surgimento de futuras redes e equipas de projeto para o planeamento e coordenação dos projetos/atividades abaixo identificadas;
- Desenvolver mecanismos que fortaleçam a articulação entre as estruturas de implementação com outras estruturas pertinentes dos Estados-Membros;
- Acompanhar a implementação das redes através da apreciação dos seus regimentos (recomendando um modelo padrão) e dos seus planos de ação e relatórios de atividades

### **Mobilização de recursos financeiros para o PECS-CPLP**

A sustentabilidade de recursos para financiamento das atividades previstas no PECS-CPLP é um fator absolutamente decisivo para o cumprimento do programa de ação proposto.

### **Articulação do PECS-CPLP com outras atividades da CPLP**

O caráter amplamente transversal das atividades de cooperação da CPLP e o seu alinhamento à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pressupõe um diálogo estreito e harmonizado entre setores de cooperação na lógica da complementaridade, subsidiariedade e eficácia.

### **Quadro geral de eixos e atividades**

Nesse quadro sistematizam-se os eixos, objetivos, atividades, estruturas de implementação e indicadores que compreendem a execução do [PECS-CPLP 2023-2027](#).

### **COMESA e parceiros mantêm envolvimento de alto nível à margem da CSW67"<sup>146</sup>**

A COMESA, a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), três comunidades económicas regionais que estão implementando a plataforma digital *50 Million African Women Speak* (50MAWSP), realizaram um encontro de parceiros de alto nível na quarta-feira, 8 de março, para mobilizar apoio para a próxima fase da iniciativa.

O encontro ocorreu simultaneamente à margem da 67ª Comissão sobre a Condição Feminina que está acontecendo na sede das Nações Unidas em Nova York, nos Estados Unidos. Os dignitários presentes incluíram o Ministro de Estado de Género e Cultura de Uganda, Exmo. Paz Regis Mutuuzo, a Observadora Permanente da União Africana na ONU, Embaixadora Fatima Kyari Mohamed, a Comissária da CEDEAO, Prof. Fatou Sow Sarr e representantes de alto nível de parceiros, incluindo o Banco Mundial, a Fundação Bill & Melinda Gates e o Secretariado da AfCFTA, entre outros.

Os dignitários enfatizaram a importância do 50MAWSP como uma ferramenta viável para o empoderamento das mulheres e apelaram aos parceiros para apoiar sua transformação, citando seu potencial inexplorado para criar oportunidades económicas para mulheres e jovens.

<sup>146</sup> <https://www.comesa.int/comesa-partners-hold-high-level-engagement-on-sidelines-of-csw67/>

Os palestrantes do evento concordaram unanimemente que realizar melhorias significativas nos recursos da plataforma seria a chave para liberar esse potencial.

*“O feedback dos usuários consistentemente apresenta recomendações para a integração do comércio eletrônico, permitindo que as mulheres negociem entre si na plataforma, aprimoramento da plataforma para oferecer suporte a treinamentos ao vivo para capacitar as mulheres a gerenciar melhor seus negócios e integração com provedores de serviços financeiros para permitir que os usuários acessem crédito sem problemas, como solicitando empréstimos na plataforma”, disse o Secretário-Geral da COMESA, SE Chileshe Mpundu Kapwepwe.*

O Ministro de Estado de Uganda para Gênero e Cultura, Paz Regis Mutuuzo, que presidiu à abertura do evento, fez um apelo apaixonado para que a plataforma fosse apoiada para que pudesse, por sua vez, apoiar mulheres e jovens.

*“Imagine quanto apoio poderíamos dar ao esforço de recuperação pós-Covid de reconstruir melhor, permitindo que esta plataforma facilite o acesso ao crédito, criando esquemas de concessão para benefício exclusivo dos usuários da plataforma. Meu apelo é para que você estenda a mão de apoio que nos lança na próxima fase crítica”, disse ele.*

Por sua vez, a Observadora Permanente da União Africana junto à ONU, Embaixadora Fatima Kyari Mohamed, afirmou que o órgão continental endossa totalmente o trabalho das comunidades econômicas regionais nesta iniciativa, *“porque vemos no “50 Million African Women Speak” um potencial real para transformar a vida de milhões de mulheres, literalmente com um clique de um botão”*.

#### **Funcionários de fronteira treinados para lidar com emergências de saúde<sup>147</sup>**

Funcionários de alto escalão que trabalham em postos fronteiriços estratégicos na região estão passando por um programa de treinamento de quatro dias sobre gerenciamento de fronteiras durante emergências de saúde após a pandemia de Covid-19. O treinamento começou em 7 de março, em Lusaka, Zâmbia, com o objetivo de capacitar funcionários de imigração, alfândega, polícia de fronteira, saúde portuária e comércio do Malawi, Zâmbia e Zimbábue, que servem nos Postos Fronteiriços *Mwami-Mchinji e Chirundu*.

A formação é coordenada pelo Secretariado do COMESA em colaboração com a União Europeia (UE) e o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD) através da iniciativa *Migration EU Expertise (MIEUX)*, financiada pela UE. O objetivo é aumentar o conhecimento e as habilidades dos funcionários para melhor gerenciar emergências de saúde.

Na abertura do treinamento, o Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais da Secretaria do COMESA, Gabriel Masuku, destacou que o treinamento se baseará nas Diretrizes Tripartidas e COMESA Covid-19 existentes sobre Facilitação de Comércio e Transporte para movimentação de pessoas, bens e serviços. *“Este treinamento fornecerá uma abordagem abrangente para fortalecer as capacidades de gestão de fronteiras, com a inclusão de sistemas de saúde no controle de fronteiras e apoiar agências focais nacionais para desenvolver e implementar planos de ação baseados em preparação e resposta em passagens de fronteira”, disse Masuku.*

---

<sup>147</sup> <https://www.comesa.int/border-officials-trained-on-handling-health-emergencies/>

A pandemia de Covid-19 expôs a necessidade de tal treinamento, pois na época COMESA não tinha modalidades para facilitar o comércio e investimento regionais transfronteiriços contínuos e seguros. A maioria dos Estados-Membros fechou suas fronteiras, o que afetou negativamente o comércio e as economias regionais e internacionais. Isso levou o COMESA a desenvolver as Diretrizes para facilitar a movimentação segura de bens e serviços através das fronteiras.

O programa MIEX+ procurou superar a lacuna no desenvolvimento de capacidade para os funcionários de fronteira para ajudá-los a facilitar um movimento seguro de bens e serviços quando ocorrem cisões políticas durante uma crise de saúde. A Gerente do Programa da Delegação da União Europeia em Lusaka, Christiane Haziyo, apreciou o foco da Iniciativa em melhorar a migração e a mobilidade, o que resulta na facilitação do comércio e da mobilidade na região do COMESA.

As sessões de treinamento fornecerão às partes interessadas da comunidade fronteiriça o conhecimento e exemplos práticos sobre como preparar e gerenciar crises de saúde. A UE e o ICMPD fornecem apoio técnico ao COMESA há mais de uma década, mas este projeto específico sobre migração por meio do programa MIEUX+ começou em 2020.

#### **BAD consulta sociedade civil sobre inclusão financeira de deslocados na RDC<sup>148</sup>**

No dia 28 de fevereiro, o BAD realizou uma reunião de consulta com cerca de 20 organizações da sociedade civil em Kinshasa, na RDC. O objetivo da consulta foi avaliar as necessidades de inclusão financeira das pessoas deslocadas à força no país, em preparação para a fase piloto do Projeto de Promoção do Setor Privado e Inclusão Financeira de Pessoas Deslocadas Forçadas (IDPs) na RDC, apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento com 1,4 milhões de dólares americanos.

Durante a reunião, Victorin Salifou, especialista em digitalização do BAD, enfatizou que o projeto fornecerá assistência técnica para apoiar o desenvolvimento do setor privado em áreas afetadas pelo deslocamento forçado de cidadãos congolese. O projeto ajudará a estabilizar a situação socioeconômica e melhorar as condições de vida das populações deslocadas.

A Directora-Geral do Fundo Nacional de Promoção e Serviço Social, Alice Mirimo, elogiou a concretização deste projeto, apelando aos atores da sociedade civil congolese a contribuírem para o seu desenvolvimento. As organizações da sociedade civil que participaram da oficina destacaram a importância do projeto e manifestaram seu apoio.

Além disso, algumas organizações da sociedade civil elogiaram a abordagem participativa adotada pelo BAD na implementação do projeto e destacaram a necessidade de considerar a inclusão financeira de pessoas deslocadas à força, especialmente mulheres, que precisam urgentemente de financiamento e orientação para desenvolver atividades geradoras de renda. Também foram levantadas preocupações com a saúde e a educação das pessoas deslocadas.

A consulta permitiu uma melhor compreensão de necessidades dos deslocados forçados na RDC e fortaleceu a colaboração entre o Banco e as organizações da sociedade civil para melhor apoiar os deslocados forçados na RDC. Conflitos e desastres naturais forçaram o

---

<sup>148</sup> <https://www.afdb.org/en/news-and-events/democratic-republic-congo-african-development-bank-consults-civil-society-assess-financial-inclusion-needs-forcibly-displaced-people-59605>

deslocamento de cerca de 12 milhões de pessoas na África subsaariana em 2021, com quase três milhões na RDC, de acordo com o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno.

### **Ampliando as soluções africanas para enfrentar as crises alimentar e climática no continente<sup>149</sup>**

Os Presidentes do Quênia, do BAD e o CEO do Centro Global de Adaptação discutem o desafio de garantir que a África possa se alimentar diante das mudanças climáticas. A África está sofrendo sua pior seca em quatro décadas, o que coloca 20 milhões de crianças em risco de fome, sede e doenças. O aumento das temperaturas globais está causando estragos nos padrões de chuva dos quais dependem centenas de milhões de pequenos agricultores. Grandes porções da África estão aquecendo a uma taxa duas vezes maior que a média global, colocando meio bilhão de pessoas em risco.

Para solucionar o problema, é preciso investir em soluções inteligentes para o clima, como *start-ups* fundadas por jovens empreendedores africanos, que estão ajudando pequenos agricultores na atual seca com tecnologia de coleta de água da chuva e sistemas de irrigação movidos a energia solar, detectando pragas e doenças nas plantações e aconselhando os agricultores sobre as condições do solo.

Para que essas soluções possam alcançar milhões de agricultores em todo o continente, é necessário investimento financeiro. É importante mudar a ótica sobre como a adaptação climática deve ser vista, passando de um meio de mitigação de riscos para a melhor oportunidade econômica para garantir um futuro habitável.

O argumento econômico para investir na adaptação climática é forte. Segundo o Centro Global de Adaptação (GCA), apenas US\$ 15 bilhões por ano seriam suficientes para pagar por uma melhor gestão da água, infraestrutura, restauração de terras e serviços de informações climáticas em toda a África, gerando US\$ 5 em benefícios para cada US\$ 1 investido. A adaptação climática, bem-feita e em larga escala, gera uma cascata de benefícios econômicos, sociais e ambientais positivos, como colheitas mais robustas, melhores rendimentos, rendimentos agrícolas mais elevados e sustentáveis, acesso ao crédito, comunidades mais saudáveis, maior segurança alimentar, contas de importação de alimentos mais baixas, comércio mais equilibrado e economias mais resilientes em geral.

Por outro lado, a inação custa centenas de bilhões de dólares todos os anos, incluindo assistência em desastres e reconstrução. Apenas o Quênia estima que está perdendo de 3% a 4,4% do PIB ao ano devido aos múltiplos impactos do aquecimento global. O continente já importa mais de 100 milhões de toneladas métricas de cereais, a um custo anual de US\$ 75 bilhões.

É necessário desenvolver uma nova abordagem para enfrentar esse desafio. Em 2021, os 55 Estados-Membros da União Africana concordaram em apoiar um plano para acelerar a adaptação climática em todo o continente, o Programa de Aceleração da Adaptação da África.

---

<sup>149</sup> <https://www.afdb.org/en/news-and-events/its-time-scale-african-solutions-continent-food-and-climate-crises-opinion-59673>

## SADC reafirma compromisso com a equidade de gênero em inovação e tecnologia<sup>150</sup>

O Secretário Executivo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Elias M. Magosi, reiterou o compromisso da SADC com o avanço da equidade de gênero na inovação e mudança tecnológica, assim como com o empoderamento de todas as mulheres e meninas na região da SADC.

Na mensagem que marcou o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, sob o tema global "*DigitALL: Inovação e Tecnologia para a Igualdade de Gênero*", Magosi expressou seu compromisso com a campanha deste ano, "*#EmbraceEquity*", que apela para aumentar o acesso aos recursos de desenvolvimento, benefícios e oportunidades para abraçar a qualidade de ser justo, correto e igual para homens e mulheres.

Embora reconhecendo que os avanços na tecnologia digital oferecem imensas oportunidades para enfrentar os desafios do desenvolvimento, Magosi disse que é lamentável que as oportunidades da revolução digital representem um risco de perpetuar os padrões existentes de desigualdade de gênero, com desigualdades crescentes tornando-se cada vez mais evidentes no contexto da revolução digital, habilidades e acesso a tecnologias, deixando as mulheres para trás como resultado dessa divisão digital de gênero.

*"A SADC decidiu construir uma sociedade onde as mulheres são respeitadas, valorizadas e têm as mesmas oportunidades que os homens, através da implementação do Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC (RISDP 2020-2030)", afirmou Magosi.*

A fim de promover a elevação do estatuto (*empowerment*) das mulheres, abordar os estereótipos de gênero e explorar como abraçar a equidade, o Secretário Executivo da SADC sublinhou a importância de implementar as disposições dos instrumentos da SADC que procuram elevar a participação das mulheres na inovação e tecnologias digitais, como a Carta da SADC sobre o estabelecimento da Organização das Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia, o Marco Regional de Propriedade Intelectual, o Enquadramento e Diretrizes Regionais sobre a criação e reforço de Centros de Excelência e Centros de Especialização, o Quadro de Ciber-Infraestrutura da SADC, o Marco Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia e Plano de Ação, entre outros.

O Secretário Executivo da SADC exortou os Estados-Membros a tomarem medidas especiais para aumentar o número de meninas que frequentam disciplinas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos níveis secundário, superior e superior, conforme estipulado no Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento.

Ele acrescentou que, ao buscar o desenvolvimento e o avanço da Transformação Digital e da Quarta Revolução Industrial (4IR), a região da SADC e o continente africano precisam implementar regulamentações e leis apropriadas para proteger a proteção de dados, privacidade, segurança e padrões éticos.

---

<sup>150</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-executive-secretary-reiterates-regions-commitment-gender-equity-innovation-and>

## **SADC e ACNUR fortalecem cooperação com prioridades e valores comuns<sup>151</sup>**

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) elogiou a SADC por ter endossado um Plano de Ação Conjunto com o objetivo de acabar com a apatridia, melhorar os sistemas de asilo e reduzir o atraso de requerentes de asilo na região. Durante uma reunião em Botswana entre o Diretor do Escritório Regional do ACNUR e o Secretário Executivo da SADC, foram discutidas questões de interesse comum e exploradas áreas potenciais de aprofundamento da cooperação. O ACNUR e a SADC cooperam estreitamente através de um Memorando de Entendimento (MoU), que prevê a cooperação na promoção das Resoluções da Assembleia Geral da ONU, incluindo o Pacto Global sobre Refugiados e adesão aos instrumentos internacionais relacionados a refugiados, apátridas e deslocados internos. Além disso, foi discutida a cooperação entre a SADC e a Organização Internacional para Migração (OIM) em áreas como migração laboral, combate ao tráfico, abordagem da migração mista, saúde migratória e gestão de imigração e fronteiras. O Secretário Executivo da SADC propôs a implementação de vários planos de ação para aprofundar a cooperação entre as organizações.

## **Centro de Controle de Pesca da SADC começa operações no primeiro semestre de 2023<sup>152</sup>**

Em 9 de março, o Botswana assinou a Carta que estabelece o Centro de Coordenação de Vigilância e Controle de Monitorização das Pescas (MCSCC) da SADC. A assinatura ocorreu durante uma cerimônia na capital, Gaborone, com o Ministro Adjunto da Agricultura, Molebatsi Shimane Molebatsi, na presença da Secretária Executiva Adjunta da SADC para a Integração Regional, Angele Makomo N'tumba.

Com a adesão do Botswana, o MCSCC alcançou o limite de dois terços dos signatários necessários para a Carta entrar em vigor e ajudar a região a priorizar a proteção das pescas, visando sustentar maiores benefícios e crescimento da economia azul. Até o momento, Angola, Eswatini, Lesoto, Madagascar, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zâmbia já haviam assinado a Carta.

O MCSCC será responsável por coordenar serviços regionais de compartilhamento de dados e informações sobre pesca, manter um registro regional de embarcações pesqueiras, fornecer serviços de vigilância pesqueira, coordenar observadores pesqueiros, apoiar a implementação de medidas de estado do porto, fornecer fiscalização da pesca e serviços de apoio jurídico e ajudar a melhorar a capacidade dos sistemas nacionais de Monitoramento, Controle e Vigilância (MCS).

A Carta entrará oficialmente em vigor em 30 dias e o MCSCC ficará sediado no distrito municipal de Katembe, em Maputo, com o governo de Moçambique pronto para implementá-lo, com o apoio de outros Estados-Membros e financiamento do Banco Mundial. O terreno já está garantido e preparado para a construção do Centro em Katembe.

Durante a cerimônia, o Ministro Adjunto da Agricultura do Botswana enfatizou a importância do MCSCC para a proteção dos recursos pesqueiros da região, enquanto a Secretária Executiva Adjunta de Integração Regional do Secretariado da SADC destacou a importância da colaboração para proteger as pescas. Solani Mhango, Diretor Nacional do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), afirmou que a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

<sup>151</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-unhcr-commit-strengthen-cooperation-based-shared-priorities-values-and>

<sup>152</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-fisheries-monitoring-control-and-surveillance-coordination-centre-enter-force>

é uma das principais causas da sobrepesca na Região da SADC e que o SADC MCSCC é uma das prioridades da estratégia do WWF para a paisagem marinha do sudoeste do Oceano Índico (SWIO) e região da SADC. Mark Ssemakula, Presidente da *Stop Illegal Fishing*, reforçou a importância do MCSCC para o combate à pesca ilegal e apoia a iniciativa.

## Europa em estado de greve

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

Hoje escrevo de Paris. Por aqui, o que salta aos olhos é a quantidade de lixo pelas ruas, as interrupções no transporte público e a maior passeata que já presenciei – autoridades estimam que [mais de 1 milhão de pessoas](#) estiveram nas ruas. A greve geral se arrasta por uma semana e teve seu ápice na terça, 7/3, quando a cidade quase parou. Sindicatos celebraram o que chamaram de [“mobilização histórica”](#), principalmente em Paris. Serviços como transporte público, não estão totalmente parados, mas descontinuados. Já a coleta de lixo, está totalmente parada e a cidade já contabiliza [mais de 4,5 toneladas de lixo pelas ruas](#). Eu assisti a marcha passar por 10 minutos. Vi um clima de festividade, mas no final da tarde, quando já estava na margem direita do Sena, pude ouvir as bombas. Neste dia, fui dispensada de comparecer ao Instituto: estradas foram bloqueadas com suspensão do envio de combustível, houve redução na produção de energia, a circulação de trens e metrô foi interrompida e o tráfego aéreo também foi atingido.

Os protestos são contra a reforma da previdência, que está em curso no país e no ponto mais polêmico, prevê o aumento da idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos. A grande manifestação de terça, foi a sexta do ano e outra aconteceu no sábado (11/3). O barulho, contudo, parece não estar sendo ouvido. O projeto de lei foi votado na madrugada de domingo (12/3) pelo Senado, com 195 votos favoráveis e 112 contrários, e volta para a Assembleia de Deputados na quinta-feira (16/3).

Em cenário de menor proporção, [o Reino Unido também registra manifestações](#). Nesta segunda (13/3), milhares de médicos britânicos deram início a uma greve de 3 dias em hospitais para exigir aumentos salariais, no início de uma semana de greves. Nos últimos meses, as greves afetaram diversos setores no Reino Unido, onde a inflação supera os 10%. Trabalhadores ferroviários, enfermeiros, policiais de fronteira, professores e outros profissionais entraram em greve para exigir aumentos salariais para fazer face à alta dos preços dos alimentos e da energia. O Serviço Nacional de Saúde (NHS) está imerso em uma profunda crise devido às políticas de austeridade e às consequências da pandemia e em 6 de fevereiro viveu a maior greve desde a sua criação em 1948.

Em medida polêmica, [o Reino Unido vai distribuir injeção contra obesidade](#) para 35 mil pessoas. Em maio de 2022, a OMS alertou para o agravamento da epidemia de obesidade que afeta a Europa, onde 59% dos adultos são obesos, pedindo aos governos que tomassem medidas urgentes para reverterem a situação. Nas próximas semanas, o Serviço Nacional de Saúde (NHS) inglês vai disponibilizar a injeção semanal de semaglutida – vendida sob a marca Wegovy – que é prescrita contra diabetes e, segundo recentes estudos, pode ajudar na perda de peso. Pesquisas descobriram que aqueles que tomaram o remédio perderam cerca de 12% do peso corporal e reduziram suas chances de diabetes tipo 2 em mais da metade. Segundo Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Assistência (Nice, em inglês) que deu o aval para a comercialização do medicamento, porém, apenas doentes obesos que sofram de pelo menos uma comorbidade associada ao excesso de peso, como a hipertensão arterial ou doenças do foro cardiovascular, e que tenham ou um Índice de Massa Corporal (IMC) acima dos 35, ou um IMC entre 30 e 34.9 podem tomar o remédio. Há expectativa de redução da quantidade de cirurgias bariátricas. As vacinas são autoadministradas pelos pacientes uma vez por semana, por um período mínimo de 16 semanas.

Em termos de saúde, esta foi a notícia mais relevante da quinzena europeia. No tocante à crise energética, a União Europeia caminha em sua pretensão de criar um mecanismo de compra conjunta de gás – a exemplo do programa de compra conjunta de vacinas durante a pandemia de Covid-19 -, numa tentativa de alavancar o poder de compra do bloco e assegurar preços mais baixos para os Estados-membros junto dos fornecedores internacionais. Lançado em dezembro de 2022, o plano vem sendo discutido como parte do conjunto de medidas de emergência para combater a crise energética, que se acirrou com a guerra na Ucrânia.

Os preços do gás no continente europeu têm diminuído gradativamente e já se encontram em patamares anteriores à guerra, mas ainda elevados se comparados ao período antecedente à pandemia. De acordo com o Vice-presidente da Comissão Europeia encarregado de orientar as compras conjuntas, [o preço do gás na UE continua inflacionado](#), sendo 7 vezes mais caro do que nos EUA, o que afeta a competitividade da Europa e o custo de vida para os cidadãos europeus. Sob a plataforma conjunta, as empresas europeias serão autorizadas a comprar gás individualmente ou através de consórcios com outras empresas. O esquema oferecerá também a possibilidade de designar uma empresa como "comprador central" para liderar as negociações em nome das outras.

O sistema energético europeu conseguirá atravessar o inverno de 2023, mas poderá não conseguir passar o de 2024. A comissária europeia para a Energia, Kadri Simson, anunciou que irá propor a [extensão da redução voluntária do consumo de gás na UE](#). **Na mesma ocasião, o Diretor Executivo da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, disse aos eurodeputados que a energia nunca mais será tão barata como era antes da guerra, o que colocará a indústria europeia em desvantagem em relação aos seus concorrentes.**

A Europa mostra resiliência frente às crises que atravessa, mas vem perdendo cada vez mais espaço na arena global. Sua precariedade no acesso ao gás, combustível fundamental para sua economia, só tende a aprofundar o quadro. Mesmo com a suspeita de que os EUA tenham sabotado os gasodutos Nord Stream, a Europa segue em seu alinhamento asfixiante, por não ter saída.

## O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso

**Lúcia Marques**

*"Foi um erro a tentativa americana de imposição de seu modelo democrático liberal pela força em regiões no Norte da África, Oriente Médio, Ásia Central e outros, e a presunção de que os valores ocidentais seriam 'universais' e, portanto, deveriam ser aceitos sem resistência pelo resto do globo, o que obviamente ignora as especificidades de diferentes civilizações".*

**Valdir Bezerra**<sup>153</sup>

O início de 2022, sinalizamos que o ano seria da Ásia.<sup>154</sup> Os cenários apontavam para um 2022 favorável à China, com desdobramentos positivos para os países da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio**. O país de Xi Jinping vinha se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. Além disso, o ano se iniciava com a entrada em vigor da Parceria Econômica Abrangente (RCEP), tendo a China como parceiro chave; com o Paquistão como presidente do G77<sup>155</sup>; com China como presidente dos BRICS. E com Indonésia<sup>156</sup> como presidente do G20 - que aliás, encerrou seu mandato<sup>157</sup> com chave de ouro ao organizar a cúpula de líderes de 2022, considerada bem frequentada e unida por um consenso anti guerra.

Ao mesmo tempo, as ações dos EUA de contenção à ascensão da China, que tiveram início na era Trump<sup>158</sup>, foram ficando cada vez mais hostis. Embora o atual presidente americano tenha um estilo diferente de seu antecessor, Joe Biden segue a mesma tática combativa e o pensamento surgido após a Segunda Guerra Mundial, com normas e ideias moldadas por um grupo relativamente pequeno de países liderados pelos EUA, que sabe o que é melhor para o mundo.

Mas o mundo mudou. Diferente daquela época e dos tempos da guerra fria entre EUA e Rússia, o mundo globalizado evoluiu e as relações comerciais e de cooperação se ampliaram. E viu emergir a China como um ator chave não só para a sua região, mas para grande maioria dos países em desenvolvimento do Sul Global. E um parceiro estratégico para os desafios globais que estão por vir – novas pandemias, mudanças climáticas, insegurança alimentar e novas tecnologias para energia verde.

Em várias ocasiões o governo americano vem dizendo que não precisa haver uma guerra fria entre EUA e China, mas parece mais uma afirmação do tipo “as uvas estão verdes”, como na

---

<sup>153</sup> Mestre em relações internacionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo e membro do Grupo de Estudos sobre Ásia (Geasia) do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (Nupri-USP) e do Grupo de Estudos sobre os BRICS da Universidade de São Paulo (Gebrics/USP). Em <https://sputniknewsbrasil.com.br/20221104/aproximacao-com-paises-do-sul-global-reforca-carater-anti-hegemonico-do-brics-diz-especialista-25759098.html>

<sup>154</sup> **Marques, L.** Ásia estará no centro dos cenários positivos em 2022. E China também. In: Buss e Burguer (Org.). *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2022*, p. 137

<sup>155</sup> O Grupo dos 77 é uma coalizão de nações em desenvolvimento, do qual a China faz parte, que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. O G-77 integra os Cadernos CRIS, com análise de **Regina Ungerer**, que acompanha também o Movimento dos Nãos Alinhados.

<sup>156</sup> Indonésia é a atual presidente da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

<sup>157</sup> Índia é o atual presidente do bloco das 20 maiores economias <https://www.g20.org/indonesia-hands-b20-presidency-to-india-as-summit-ends/>

<sup>158</sup> Presidente dos EUA entre 2017 e 2021.

fábula de Esopo.<sup>159</sup> Considerando que a dinâmica clássica da guerra fria de potências é influenciar políticas domésticas em países menores usando seu poder econômico ou militar, EUA não tem obtido muito êxito em sua campanha de angariar aliados contra a China – e vale tudo, inclusive teorias conspiratórias sobre a origem do Sars-Cov2. Os países, principalmente do Sul Global, não vêm a China como um grande inimigo, ao mesmo tempo que já não vêm a América como o grande provedor da paz.

Enquanto os EUA tentam conquistar a confiança das nações asiáticas, colocando na mesa de negociações os temas que interessam aos países asiáticos, a China fortalece cada vez mais sua parceria estratégica com os países da Ásia Central e Ocidental, do Indo-Pacífico e da África. No Oriente Médio, a saída dos EUA do acordo nuclear do Irã, pelo ex-presidente, Donald Trump, a retirada catastrófica da América do Afeganistão e o “fechar de olhos” às ações de Israel na Palestina deixaram os líderes regionais cautelosos.<sup>160</sup> Apesar dos esforços de Biden, a América não é mais o poder tutelar do Oriente Médio como já foi, como [escreveu](#) Herve de Charrette.<sup>161</sup> Para alguns, a China é cada vez mais vista como um parceiro confiável; já os EUA estão longe de conquistar a confiança das nações orientais como planeja. Terá que oferecer mais. E não é segurança. O belicismo americano não faz bem para ninguém.

As regiões viveram, nos últimos três anos, os desdobramentos das fragilidades reveladas, das tensões exacerbadas e do reposicionamento de aliados estratégicos, em decorrência da pandemia e agora em decorrência da “disputa” Oriente *versus* Ocidente e da guerra russo-ucraniana. Ásia Pacífico e Oriente Médio têm aliados no Ocidente e no Oriente, mas a geografia da vizinhança e a falta de confiança nos EUA têm falado mais forte.

A política americana do governo Biden de enfrentamento à China não contribui para uma mudança de cenário e quase que reforça essa divisão entre Ocidente e Oriente. A China é importante parceiro dos países da AP, OM e Ásia Central. Os EUA ainda estão no passado colonial; demonstram seu poder aplicando sanções e implantando bases militares. China atua fazendo acordos e atraindo parceiros com interesses comuns; vem estabelecendo parcerias estratégicas, com foco no multilateralismo e recuperação econômica igualitária – que é o que todos querem.

Ao longo de 2022, países da Ásia Sul e Sudeste aprofundaram relações com países do Oriente Médio e da Ásia Central.<sup>162</sup> E o mapa se amplia quando olhamos as parcerias estabelecidas entre os países do Golfo e da Ásia com os países do continente africano. Saúde e vigilância, governança em saúde, infraestrutura em saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde, educação e capacitação, energia, novas redes de transportes de suprimentos e tecnologias verdes estiveram no centro dos acordos. E, à medida em que as relações foram se aprofundando e consolidando, os países dessas regiões deram mais um passo para tornarem-se

---

<sup>159</sup> A Raposa e as Uvas é uma fábula atribuída a Esopo e que foi reescrita por Jean de La Fontaine. é a história de uma raposa que tenta, sem sucesso, comer um cacho de uvas convidativas penduradas em um galho alto. Não conseguindo, afasta-se, dizendo que as uvas estariam verdes. A moral afirmada no final da fábula é: É fácil desprezar aquilo que não se pode obter.

<sup>160</sup> **Marques, L.** Biden tenta recuperar as relações com Oriente Médio. In: Buss e Burguer (Org.). [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2022, p. 152.](#)

<sup>161</sup> Herve de Charrette é ex-ministro das Relações Exteriores e ministro da Habitação da França. Também foi prefeito de Saint-Florent-le-Vieil e vice de Maine-et-Loire.

<sup>162</sup> Em palestra recente nos Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. [\(tempo 1:24:51\)](#), José Luis Fiori<sup>162</sup>, Professor de Economia e Política Internacional (UFRJ), apontou o deslocamento do Oriente Médio para a Ásia.

fortes frente aos desafios globais: o intercâmbio cultural, turismo e capacitação passaram a fazer parte dos novos planos de trabalho e de cooperação, como uma oportunidade para alcançar a prosperidade e o crescimento para os países e povos das regiões.

Nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas, as nações do Sul global vêm a cultura como uma ferramenta para fortalecer laços de identidade, de união, parceria e respeito, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Esse novo e estratégico diálogo entre as nações dessas regiões tão diversas, mas com muitas similaridades, pode desempenhar um papel de liderança para promover uma cultura de paz, tolerância e compreensão mútua, e assim, avançar juntos em suas agendas.

Pois, esses países tão diversos sabem que, embora compartilhem o mesmo planeta, tendemos a ver o ambiente ou o mundo de forma diferente, sob o ponto de vista das nossas percepções, das nossas experiências, da nossa história, portanto, a realidade percebida está sob o ponto de vista do nosso “aquário” – cada um vê o mundo sob sua própria ótica e sua bagagem cultural e histórica<sup>163</sup>. Vemos de forma diferente à medida que nossas percepções são moldadas por nossos vieses e são influenciados e influenciam ideias; uma rica diversidade que gera avanços mas também faz surgir desencontros, rivalidades e conflitos. Reconhecer a existência do “aquário” evita desencontros. Tal diversidade é reflexo das culturas, da geografia histórica e, mais recentemente, da história ocidentocêntrica surgida no Século XIX, reforçadas pelas ideias estadunidocêntricas e de seus aliados europeus do pós-2ª Guerra<sup>164</sup>, e que permanecem até hoje na América Latina, na África e em muitas partes da Ásia e Oriente Médio. Como escreve Stuenkel<sup>165</sup>, o “ocidentocentrismo afeta o modo como vemos o mundo e como interpretamos os acontecimentos políticos contemporâneos.”

Assistimos a um movimento em direção ao oriente, não só econômica e tecnologicamente, mas culturalmente. Vemos o ocidentocentrismo do século XX e a ideia de superioridade ocidental perderem força. O Oriente começa a “se valorizar”- se é que podemos escrever assim – e começa a perceber seu poder<sup>166</sup>. Para além das discussões e debates políticos e de governança, assistimos a um crescimento de valorização cultural regional e que lembram os movimentos anticoloniais na Índia.<sup>167</sup> Cultura que passa a integrar as pautas das relações inter-regionais como forma de integração, conhecimento, respeito e de promoção da paz. Cultura que ganha o mundo; que viu um filme sul-coreano, *Parasita*, ganhar o Oscar de melhor filme em 2020, depois de ganhar a Palma de Ouro em 2019; que acaba de ver uma atriz asiática levar a estatueta como melhor atriz, que acompanha a presença cada vez maior de produções chinesas, japonesas, coreanas, indianas, tailandesas e turcas nas plataformas de streaming, confirmando a diversidade da expressão cultural e que não se surpreendeu com a escolha de

---

<sup>163</sup> Alves, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar* Editora Cortez, 1993, São Paulo.

<sup>164</sup> Defensores da democracia e da paz, os EUA estiveram em guerra com um ou outro país mais vezes que qualquer um outro. Informe 10 ou contexto

<sup>165</sup> Stuenkel, Oliver. *O mundo pós ocidental: potências emergentes e a nova ordem global*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

<sup>166</sup> Embora o conceito de poder em assuntos internacionais estejam ligados a medições como PIB, demográficas e militares ([Baldwin](#)), o poder do Oriente está avançando para além da propriedade, do ter, avança para a relação, isto é ligado à sua capacidade de construir alianças e valorizar o multilateralismo. E confiança e respeito é importante. Foi o que [destacou](#) General Prabowo, da Indonésia, durante o Diálogo de Shangri-la, em junho passado: “o jeito asiático é que cada país tem sua própria forma de resolver seus problemas. Cada país tem que manter boas relações com seus vizinhos e com todas as grandes potências do mundo. Esse é o jeito asiático.”

<sup>167</sup>

um cantor catari e de um sul-coreano para performar a música oficial da Copa 2022, no Catar. Cultura e formação que proporciona conversa entre jovens estudantes da África e da Ásia Sudeste com astronautas da Estação Espacial chinesa, em órbita da Terra; que inclui o mandarim no currículo regular das escolas, como na Indonésia e outros países.

Esse movimento de “autorreconhecimento” tem sido demonstrado nas falas recentes de líderes e nas declarações conjuntas. Como na reunião dos Ministros de Negócios do G20, ainda em 2022, quando a ministra da Indonésia falou que a ASEAN tem o jeito “aseano” de encontrar soluções para suas questões regionais. Ou no Diálogo de Shangri-la, quando os países do Indo Pacífico, mandaram seu recado, principalmente para a América: o Sudeste Asiático tem “maneiras asiáticas” de resolver os desafios de segurança regional. A Indonésia, então presidente do G20, destacou que a China é um país milenar e sempre seguiu seu caminho. A cúpula de Shangri-la mostrou o grande embate entre os valores ocidentais e a cultura oriental. Ou na [declaração política](#) emitida por representantes de vários países, durante a UNGA77, na qual saúdam a Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) apresentada pela China, que defende uma parceria aberta e inclusiva e visa acelerar a implementação da Agenda 2030:

*“expressamos rejeição categórica às práticas coloniais e neocoloniais nas relações internacionais, que incluem, entre outras, tentativas de exercer dominação racial, cultural, econômica, social e política, inclusive por meio de exploração e discriminação, ocupação estrangeira e políticas de apartheid, interferência externa, bem como por meio de outras práticas destinadas a promover concepções supremacistas perversas e alcançar a subjugação dos outros.”*

Considerando que Pequim é a segunda economia do mundo e principal parceira comercial de muitos países ao redor do globo, o sentimento anti-China fica limitado e explica a resistência dos países da Ásia e do OM em tomar partido contra o gigante asiático. E, mais do que entender de budismo, o Ocidente precisa entender o pensamento chinês construído ao longo de mais de 5 mil anos de história. Ao avaliar a melhor forma de trabalhar com a China, os países seriam mais bem servidos por analogias históricas da Ásia do que aquelas tiradas das tradições europeias.<sup>168</sup> Isto é, sobre China não devemos ler apenas Henry Kissinger.<sup>169</sup>

Como vemos, o Sul Global se esforça em criar e estabelecer conexões para o diálogo, uma vez que ficou claro que pandemias, mudanças climáticas ou guerras afetam a todos e que são precisas ações conjuntas e de cooperação para superação dos desafios. Ao longo de 2022, muitas reuniões, cúpulas e workshops contribuíram para fortalecer as relações entre as nações dessas regiões, estabelecendo novas parcerias e novos arranjos, se antecipando às mudanças da ordem mundial. E foram muitos encontros sobre saúde, resiliência e preparação e prevenção de novas pandemias, que levaram em conta as urgências, demandas e especificidades regionais. E diante da tentativa de imposição de um modelo de democracia liberal de maneira uniforme, pelos EUA e seus aliados, sem levar em conta as particularidades existentes em cada região, os países da **Ásia, Oriente Médio e África** se aproximam, construindo novas parcerias. O interesse de diferentes países em aderir aos BRICS, bloco formado por Rússia, China, Índia, África do Sul e Brasil, demonstra que o grupo tem sido visto como uma alternativa ao domínio das economias

---

<sup>168</sup> Em um artigo de opinião, o colunista financeiro australiano, Daryl Guppy, fala [Porque a equipe de política chinesa de Joe Biden deve olhar para a dinastia Tang, não para a história europeia](#). Para ele, o presidente americano corre o risco de repetir os erros de seu antecessor, Donald Trump, porque o mal-entendido sobre a situação da China continua semelhante.

<sup>169</sup> Kissinger, Henry. Sobre China. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

ocidentais, como uma força para enfrentar os desafios globais. Os BRICS vêm contestando a ordem econômica hegemônica dos EUA e Europa.<sup>170</sup>

Não podemos deixar de destacar, a recente parceria estratégica estabelecida entre Índia e Arábia Saudita. O país de Narendra Modi tem se aproximado cada vez mais das nações do Oriente Médio e da Ásia Central, em questões políticas, segurança, relações socioculturais e outros assuntos regionais e internacionais de interesse mútuo, incluindo cultura.

Outro exemplo foi a participação da Arábia Saudita na cúpula da APEC, a convite do governo anfitrião, a Tailândia,<sup>171</sup> que quer ser a porta de entrada do país saudita para os mercados asiáticos. Reciprocamente, essa é uma porta de entrada para a Tailândia reentrar nos mercados do Oriente Médio. Os dois países restauraram as relações diplomáticas e assinaram vários acordos e memorandos de entendimento envolvendo hidrogênio verde, transição energética, economia digital, turismo, intercâmbio e interação cultural, cujo potencial envolve trocas culinárias. A Arábia Saudita também assinou acordos com as Filipinas para turismo e inclui capacitação para a língua árabe.<sup>172</sup>

Nestes tempos de novas geopolíticas, frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia e Oriente Médio estabelecem parcerias, diálogos e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado. China, Arábia Saudita, Índia, Turquia e os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. E os países do continente africano não querem ficar de fora desse movimento e se aproximam de seus vizinhos do oriente. Atuando em bloco, as nações do Sul global podem se posicionar mais firmemente nos fóruns internacionais, para conquistar espaços e ver suas vozes ouvidas.

E o primeiro grande teste será o debate sobre o tratado internacional para pandemias, que, já na primeira reunião que aconteceu neste início de março, na OMS, revelou o “racha” entre países desenvolvidos e o resto do mundo, com o Brasil defendendo a posição do Sul Global. Ficou clara a diferença dos interesses dos EUA e países europeus e o foco que querem dar ao documento, priorizando comprometimento, sugerindo aplicação de sanções aos países que não tomaram medidas preventivas e de controle, “facilitando” a disseminação de uma nova pandemia – mesmo sabendo que para prevenção e monitoramento é necessário um alto investimento em tecnologias de vigilância – ignorando a importância do acesso aos remédios e à tecnologia, como defende o Brasil. Aliás, sobre isso, como divulgou Jamil Chade em seu artigo, os EUA não vão absolutamente concordar em nada que afete sua “soberania nacional”.<sup>173</sup>

O documento tem como objetivo estabelecer direitos e obrigações aos governos de todo o mundo diante de uma eventual nova pandemia e foi construído durante meses nos quais governos e OMS coletaram propostas de todos os países sobre como deveria ser o novo tratado, que pode ser uma oportunidade para denunciar e corrigir o desequilíbrio na distribuição de

---

<sup>170</sup> Saiba mais sobre a expansão dos BRICS no informe elaborado por Claudia Hoirisch, nos [Cadernos CRIS- Informe 13-2022, p. 96](#) e [Informe 8, p. 121](#).

<sup>171</sup> <https://www.arabnews.com/node/2202251/saudi-arabia>

<sup>172</sup> <https://www.arabnews.com/node/2210826/world>

<sup>173</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/10/governo-lula-e-paises-ricos-racham-em-negociacao-sobre-pandemia.htm>

vacinas.<sup>174</sup> E, na primeira oportunidade, o governo dos EUA barrou a possibilidade de que o documento pudesse ser compartilhado com a sociedade civil, causando indignação. Depois EUA e União Europeia reclamam do não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África na questão da guerra na Ucrânia. A falta de empatia e o *apartheid* das vacinas têm um custo.<sup>175</sup>

## NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

### A cereja do bolo de Bibi

O golpe constitucional de Netanyahu é a cereja do bolo de um plano insano que envolve legalizar a ocupação da Cisjordânia, tornar Jerusalém a capital de Israel, escapar da cadeia e perpetuar-se no poder.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, realmente extrapolou. Sob o estrondoso bombardeio de golpe de governo, o gabinete avançou com uma medida de mudança de regime na Cisjordânia que traz implicações dramáticas para a população palestina – é um *apartheid* legalizado. O ministro da Defesa, Yoav Gallant, assinou um acordo, atribuindo poderes governamentais na Cisjordânia a um órgão a ser chefiado por um político da extrema-direita, Bezalel Smotrich<sup>176</sup>, e removendo grande parte da jurisdição da Administração Civil sobre os Territórios Ocupados do comando militar. Uma vez que o acordo seja implementado, Smotrich tornar-se-á o governador de fato da Cisjordânia, detendo poderes que lhe permitirão controlar quase todas as áreas da vida lá, incluindo planejamento, construção e infraestrutura, que ele pretende usar para expandir o empreendimento de assentamentos e cercar todo o desenvolvimento palestino.<sup>177</sup>

Com esse *golpe de caneta* a administração israelense nos territórios ocupados deixa de ser uma ocupação militar e passa a ser civil – lembrando que a concentração de poderes numa força militar de ocupação, temporariamente até que se chegue a uma solução acordada sobre o estatuto do território ocupado, é um princípio do Direito Internacional. Todos os governos israelenses anteriores foram cautelosos em interferir na estrutura formal de governo na Cisjordânia Ocupada e tiveram o cuidado de manter a ocupação como um governo militar.

Mas não foi esse *golpe de caneta* que provocou as manifestações populares de “Fora Bibi”, em 13 de fevereiro. Foram as mudanças radicais promulgadas no Judiciário de Israel, pelo governo de coalizão de extrema direita de Netanyahu, que provocou alvoroço doméstico e alarme entre os aliados ocidentais do país.

Desde que Netanyahu voltou ao cargo de primeiro-ministro, o governo vem avançando com uma legislação que enfraquecerá o sistema judicial. A “reforma legal” do governo [visa destruir a independência e o poder da Suprema Corte](#) e, assim, desmantelar a única restrição à coalizão governista – que em Israel controla os poderes executivo e legislativo –. As mudanças

---

<sup>174</sup> Leia mais sobre esse documento na Nota Técnica do GT USP-Fiocruz [https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2\\_2022-1.pdf](https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2022/12/GT-NT-2_2022-1.pdf)

<sup>175</sup> Marques, L. O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África In: [Cadernos CRIS Informe 2-2022, p. 182.](#)

<sup>176</sup> Ele é um residente de Kedumim nos assentamentos israelenses, que são considerados ilegais sob a lei internacional, em uma casa dentro dos territórios ocupados por Israel na Cisjordânia, que também foi construído ilegalmente. As crenças radicais de Smotrich levaram a várias controvérsias. Ele é um defensor da expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia e se opõe ao Estado palestino e é acusado de incitar o ódio contra cidadãos árabes de Israel.

<sup>177</sup> <https://www.pazagora.org/2023/02/haaretz-israel-legalizando-apartheid-na-cisjordania/>



o acordo de cooperação em segurança assinado em 2001 e o acordo geral de cooperação nos campos da economia, comércio, investimento, tecnologia, ciência, cultura, esportes e juventude assinado em 1998, de acordo com o texto do acordo.

O acordo fornece ao Irã uma legitimidade muito necessária no mundo árabe e pode levar a novos acordos com países árabes como o Egito, abrir caminho para o fim da guerra no Líbano – que aliás, já começou a se desenhar -, oferecer uma solução viável para a crise no Líbano.<sup>183</sup> Fica uma incógnita se essa aproximação pode levar a uma retomada das negociações para salvar o acordo nuclear, uma equação mais complicada, com muitos interesses contrários em jogo.<sup>184</sup>

O anúncio provavelmente redesenhará o mapa regional de amigos e inimigos e terá reverberações globais. Os **Estados Unidos** disseram estar cientes de que o Irã e a Arábia Saudita retomaram relações diplomáticas; **Reino Unido** e Irã agradeceram à China por seu papel nas negociações; Teerã e Riad elogiaram o papel do **Iraque e Omã** na negociação, sediando negociações. A notícia foi muito bem recebida na região:<sup>185</sup> os **Emirados Árabes** saudaram o acordo e disseram que "valorizam" o papel da China nas negociações; **Qatar** saudou o anúncio assim como **Bahrein, Argélia, Turquia, Libanês e Sudão**; o **Kuwait** disse que o acordo é fundamental para construir confiança e desenvolver relações amistosas entre os dois países de uma maneira que sirva aos interesses dos países da região e do mundo inteiro; Um comunicado jordaniano disse que **Amã** espera que o acordo entre a Arábia Saudita e o Irã contribua para "preservar a soberania dos países e a não interferência em seus assuntos internos"; **Síria** saudou o acordo dizendo que levaria a mais estabilidade na região; **Turquia** elogiou a decisão; o ministro das Relações Exteriores do **Paquistão**, Bilawal Bhutto Zardari, disse que seu país saudou a "conquista" e parabenizou a liderança da Arábia Saudita e do Irã. *"Em um mundo onde infelizmente não estamos mais acostumados a receber boas notícias, isso foi realmente fantástico"*; Stephane Dujarric, porta-voz do secretário-geral da **ONU**, saudou o acordo em nome de António Guterres. O Conselho de Cooperação do Golfo, a Liga Mundial Muçumana e a Organização de Cooperação Islâmica também aplaudiram o acordo.

O Reino saudita já vinha realizando movimentos diplomáticos e econômicos para aumentar seu protagonismo promover estabilidade regional e ampliar suas relações com o Sul Global. Mas intensificou suas ações neste início de ano.

Nos últimos dias, a Arábia Saudita informou ter [depositado 5 milhões de dólares no banco central turco](#), o que ajudará Ancara a firmar sua moeda há muito enfraquecida, a lira, após o grande terremoto do mês passado que atingiu o sudeste da Turquia e o norte da Síria. O depósito sacramenta as melhoras nas relações entre o reino e a Turquia, após anos de tensões entre as nações, particularmente após [o assassinato e desmembramento do colunista do Washington Post Jamal Khashoggi em 2018](#), no consulado saudita em Istambul. Lembrando que a Turquia também apoiou o Qatar em um boicote de anos pelo reino, Bahrein, Egito e Emirados

---

<sup>183</sup> [www.haaretz.com/middle-east-news/2023-03-10/ty-article/.premium/saudi-iran-rapprochement-in-chinas-middle-east-israel-has-little-influence/00000186-cc34-d739-a9cf-dc7ecd530000](http://www.haaretz.com/middle-east-news/2023-03-10/ty-article/.premium/saudi-iran-rapprochement-in-chinas-middle-east-israel-has-little-influence/00000186-cc34-d739-a9cf-dc7ecd530000)

<sup>184</sup> O acordo, conhecido como [Joint of Comprehensive Plan of Action \(JCPOA\)](#), foi assinado em 2015 pelos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) mais a Alemanha, com intermediação da União Europeia. O acordo, rompido unilateralmente em 2018 pelo então presidente americano Donald Trump, estabeleceu mecanismos de controle do programa nuclear de Teerã em troca da suspensão das sanções aplicadas contra a economia do país persa.

<sup>185</sup> [Global, regional countries react to China-brokered Saudi-Iran agreement \(arabnews.com\)](#)

Árabes Unidos. Além disso, o depósito vai ajudar a impulsionar a reeleição de Recep Tayyip Erdogan, nas próximas eleições na Turquia.

Mais recentemente o Reino divulgou que [destinará 800 milhões de dólares financiar projetos nos países menos desenvolvidos](#) (LDC) através do Fundo Saudita para o Desenvolvimento para financiar projetos de desenvolvimento para os Países Menos Desenvolvidos em regiões como África e Ásia. O anúncio foi feito pelo ministro da Economia e Planejamento, Faisal bin Fadel Al-Ibrahim, durante a [Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos \(LDC5\)](#), realizada em Doha, entre 5 a 9 de março. O Reino participou de duas mesas redondas "Investir em pessoas em países menos desenvolvidos para não deixar ninguém para trás" e "Recuperação sustentável da pandemia e construção da resiliência dos países menos desenvolvidos contra choques futuros".

Arábia Saudita irá abrigar um [Centro Regional para a Mudança Climática](#), cujo foco será construir a base de conhecimento necessária para incentivar a adaptação às mudanças climáticas, reduzir seus efeitos e alcançar a sustentabilidade.

Em parceria com o Paquistão, o país saudita vai estender a plataforma de educação on-line, criada em 2016 para treinar mais de 1.500 médicos afegãos, graças ao financiamento do Banco Islâmico de Desenvolvimento. A plataforma vai permitir a criação de centros inovadores de educação em saúde on-line no Afeganistão, onde o sistema de saúde - com falta de pessoal, mal equipado e subfinanciado por anos - está à beira do colapso. Os médicos também receberão treinamento presencial em instituições de saúde no vizinho Paquistão.<sup>186</sup> Atualmente, o programa presta serviços no Iêmen, no Paquistão e aos peregrinos do Hajj na Arábia Saudita.

Além disso, o Reino prometeu apoiar esforços internacionais para encontrar solução política para a crise russo-ucraniana, após visita do ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe, Faisal bin Farhan, à [Moscou](#) e à [Kiev](#).

Como podemos ver, o príncipe herdeira saudita, Mohammed bin Salman, está firme em colocar seu país como um player estratégico para a região e além. E, ao anunciar a retomada das relações diplomáticas com o rival Irã, marca território e enfraquece planos desestabilizadores na região.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim vai se confirmando a mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico para a Ásia e mudando a ordem mundial estabelecida pelos EUA após 1945. Uma nova geopolítica começa a ser rascunhada. Assim, as nações do Sul Global avançam para buscar consolidar um poder, não militar ou econômico/sanções, mas como um bloco de muitas vozes, tendo o multilateralismo como protagonista. E para, num futuro próximo, ser capaz de definir agenda e avançar em suas pautas de saúde e ambiente, de bem-estar e equidade, de proteção social e desenvolvimento sustentável. Como aprendemos com a pandemia, os determinantes sociais da saúde foram ampliados para determinantes econômicos, ambientais, políticos, climáticos, tecnológicos, comerciais e culturais e de paz e segurança.

Não será um caminho fácil. Nem rápido. Nem linear. Haverá incertezas, divergências e teorias conspiratórias. Riscos de novos conflitos também podem atrapalhar o caminho. Outros interesses poderão fazer parte do jogo, como as disputas cibernéticas e a nova corrida

---

<sup>186</sup> [Saudi-Pakistani telehealth platform to train 1,500 Afghan doctors \(arabnews.com\)](#)

espacial<sup>187</sup>. Vivemos o estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo. Nesse cenário instável, os movimentos americanos nas duas regiões provocam ondas perigosas.

Mas já foi dada a largada e não tem mais volta. E Brasil, enquanto G20 e BRICS deve buscar liderança do Sul Global com ênfase na redução das iniquidades antes, durante e depois das emergências. Seu papel será crucial no estabelecimento desse novo mundo multipolar.

---

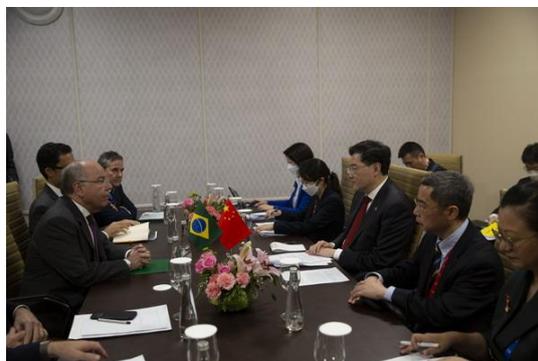
<sup>187</sup> Como aponta Tim Marshal em seu novo livro “O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas”. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. p. 315.

## China: Reforma no Sistema de Ciência e Tecnologia

*André Costa Lobato*

### Diplomática

O presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, organiza viagem para visita de Estado ao presidente chinês Xi Jinping no final do mês. O vice-presidente Geraldo Alckmin fez reunião de trabalho no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), distribuiu sugestões do lado chinês e pediu que os ministérios elencassem prioridades<sup>188</sup>. Os chanceleres Mauro Vieira e Qin Gang se encontraram em Nova Deli durante reunião de ministros das finanças do G20. Gang disse que a China espera aprofundar cooperação em ciência e tecnologia com o Brasil<sup>189</sup>. A ex-presidenta Dilma Rousseff estará na delegação, estimada em 200 pessoas<sup>190</sup>, e será empossada na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento – que ela co-criou.



Qing Gang, ministro das relações exteriores, disse que “certamente haverá conflito e enfrentamento” caso os EUA não mudem de direção<sup>191</sup>. Xi, o presidente Chinês, mencionou as iniciativas lideradas pelos EUA de contenção à China como um dos principais desafios para o desenvolvimento chinês<sup>192</sup>. O Ministério das Relações exteriores divulgou texto titulado “A Hegemonia dos EUA e seus Perigos”<sup>193</sup>, em que contesta diretamente o histórico de intervenções e ingerências desse país no mundo todo. Esse documento cita uma frase de comumente associada à escalada de conflitos: “Aquele que encontra o curso correto tem muitos para ajudá-lo. Aquele que perde o curso correto tem poucos para ajudá-lo”<sup>194195</sup>.

A Iniciativa de Segurança Global da China, proposta por Xi em abril de 2021 no Forum Boao<sup>196</sup>, foi atualizada e expandida<sup>197</sup> com uma proposta de paz para a Ucrânia<sup>198</sup> e o sucesso da mediação chinesa no retorno das relações diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita. As propostas para a Ucrânia foram imediatamente descartadas pela Otan. Mas as negociações entre os epicentros de poder xiita e sunita ocorreram sem alarde<sup>199</sup> e foram sacramentadas em Pequim.

<sup>188</sup><https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/201ctemos-150-bilhoes-de-dolares-de-comercio-bilateral-e-nossa-meta-e-aumentar-esse-comercio-e-diversifica-lo201d-diz-geraldo-alckmin-durante-reuniao-da-cosban>

<sup>189</sup> [https://www.mfa.gov.cn/web/wjbxw/202303/t20230302\\_11034395.shtml](https://www.mfa.gov.cn/web/wjbxw/202303/t20230302_11034395.shtml)

<sup>190</sup> <https://www.moneytimes.com.br/lula-5-pontos-sobre-a-viagem-do-presidente-a-china-confira/>

<sup>191</sup><https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3212720/chinese-foreign-minister-qin-gang-tells-us-hit-brakes-relations-continue-deteriorate>

<sup>192</sup> [https://www.ccps.gov.cn/xtt/202303/t20230306\\_156758.shtml](https://www.ccps.gov.cn/xtt/202303/t20230306_156758.shtml)

<sup>193</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjbxw/202302/t20230220\\_11027664.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230220_11027664.html)

<sup>194</sup> 得道多助，失道寡助, do filósofo Mengzi (372-289 BC)

<sup>195</sup> <https://en.wiktionary.org/wiki/失道寡助>

<sup>196</sup> <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1731161163352624196&wfr=spider&for=pc>

<sup>197</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjbxw/202302/t20230221\\_11028348.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html)

<sup>198</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/202302/t20230224\\_11030713.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202302/t20230224_11030713.html)

<sup>199</sup> <https://www.gingerriver.com/p/timeline-views-on-saudi-iran-decision>

Pelo combinado, as respectivas embaixadas, fechadas desde 2016<sup>200201</sup>, voltam a operar em dois meses.

Autoridades monetárias de Brasil e China, o Banco Central do Brasil e o Banco do Povo da China, assinaram memorando de entendimento sobre compensação cambial entre o real e renminbi. Com isso, investimentos chineses no Brasil poderão ser feitos em renminbi, sem intermediação do dólar, diminuindo os custos e os riscos de flutuações cambiais<sup>202</sup>.

### Sanitária

Infecções por influenza superaram as por Covid-19 segundo dados do Centro de Controle de Doenças da China<sup>203</sup>. A reposta sanitária chinesa foi considerada um sucesso pelo governo, que saudou os imensos esforços do povo na contenção do sars-cov-2<sup>204</sup>. A Pandemia continua sendo uma preocupação para o governo<sup>205</sup>.

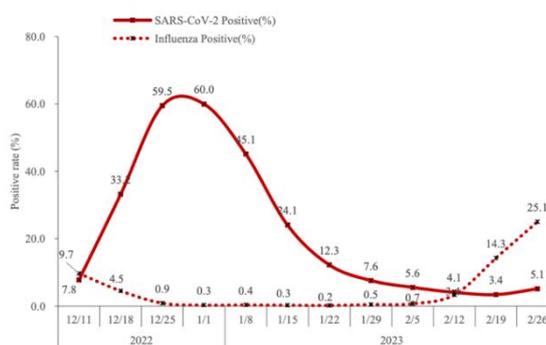


Figure 2-5 The Positive Rate of SARS-CoV-2 and Influenza Virus in ILI Samples from Sentinel Hospitals in Chinese mainland (Reported data were from 402 laboratories)

### Socioeconômica

A Primeira Sessão do 14º Assembleia Nacional Popular (CNP) e a Primeira Sessão do 14º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC) ocorreram na capital, respectivamente, entre os dias 5 e 13 de março e entre os dias 4 e 11 de março<sup>206</sup>. Como ocorrem quase ao mesmo tempo, são chamados e Duas Sessões. Nos concentraremos na ANP.

A ANP avalia, produz e vota sobre os planos de trabalho do governo, emendas legislativas, planos de desenvolvimento, orçamentos, e outros relatórios de trabalho. Como essa é a primeira reunião do 14º Congresso (que dura entre 2023 e 2028), sua principal função é votar e anunciar os nomes que irão governar o Estado. São votados nomes para presidente, vice-presidente, comitês da ANP (de finanças e o constitucional, por exemplo), o Comitê Permanente, o presidente da Suprema Corte, e Procurador-geral da Suprema Corte. Também são eleitos os membros do Conselho de Estado, que inclui o primeiro-ministro e seu gabinete. A seguir, algumas das nomeações mais importantes.

<sup>200</sup><https://www.telesurenglish.net/news/Iran-Saudi-Arabia-Embassy-Left-Charred-After-Night-of-Protests-20160103-0005.html>

<sup>201</sup><https://www.sharghdaily.com/Section-iran-256/864914-iran-ready-for-reopening-embassies-when-ever-riyadh-ready>

<sup>202</sup><https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/acordos-poderao-aumentar-o-uso-de-renminbi-no-comercio-brasil-china.ghtml>

<sup>203</sup><https://weekly.chinacdc.cn/fileCCDCW/cms/news/info/upload//45f9cc24-b0d8-4d12-a941-c8db74e8e1af.pdf>

<sup>204</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202303/1286835.shtml>

<sup>205</sup> <https://www.chinadaily.com.cn/a/202303/08/WS6407cecb31057c47ebb2f59.html>

<sup>206</sup>[http://english.www.gov.cn/policies/infographics/202303/02/content\\_WS64001f90c6d0a757729e77db.html](http://english.www.gov.cn/policies/infographics/202303/02/content_WS64001f90c6d0a757729e77db.html)

## Nomeações

Xi Jinping foi reeleito presidente do Estado e da Comissão Central Militar. Seu terceiro mandato o sacramenta como a pessoa que representa a união necessária para a superação de desafios históricos na atual fase do rejuvenescimento da China<sup>207208</sup>.

Li Qiang foi eleito primeiro-ministro. Li Qiang deve manter políticas econômicas similares de seu antecessor, Li Keqiang, como a redução das dívidas e boa relação com o setor privado – que é um grande empregador e investidor em Pesquisa e Desenvolvimento. O Relatório de Trabalho do Governo foi lido por Keqiang, aprovado pela APN e será conduzido por Qiang. Por exemplo, a meta de crescimento de cerca de 5% do PIB para 2023.



O presidente do Banco Central, Yi Gang, foi reconduzido no cargo, num sinal estabilidade para os mercados<sup>209</sup>.

Li Shangfu foi nomeado Ministro da Defesa. Ele foi sancionado pela Casa Branca em 2018 por comprar armas da Rússia e deve ser a principal face pública do Exército de Libertação Popular durante os próximos cinco anos.

Qin Gang foi promovido a Conselheiro de Estado. Ele continua como Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupa desde 30 de dezembro. Entre 2021 e 2023, foi embaixador nos EUA.

## Reformas

O “Plano de Reforma do Estado e dos órgãos de Estado” foi submetido pela segunda Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China à 14ª Assembleia Nacional do Povo.

As principais reformas anunciadas para esta 14ª Assembleia lidam com postos-chave de ciência e tecnologia, supervisão financeira, gestão de dados, revitalização rural, direitos de propriedade intelectual e cuidado dos idosos<sup>210</sup>. A reforma de Ciência e tecnologia é o primeiro ponto do plano.

Caberá ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) re-criar o sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. A reforma busca reforçar as responsabilidades da macrogestão, tais como o planejamento estratégico, coordenação dos recursos, coordenação global, as políticas e os regulamentos, a supervisão e a inspeção. Para isso, algumas de suas funções foram repassadas para outros ministérios. Por exemplo, o Centro Nacional de Biotecnologia da China, criado em 1983, passará a ser gerido pela Comissão Nacional de Saúde. O programa de captação de talentos estrangeiros ficará com o Ministério de Recursos Humanos e Sociais. Vários outros ministérios irão absorver responsabilidades do MCT.

<sup>207</sup> <https://baijiahao.baidu.com/s?id=1760234424602240730>

<sup>208</sup> <https://www.globaltimes.cn/page/202303/1287060.shtml>

<sup>209</sup> <https://www.ft.com/content/83148ad9-f9f7-4aa3-8560-12d1618efb3b>

<sup>210</sup> <https://npcobserver.com/2023/03/07/china-npc-2023-state-council-reorganization/>

Será estabelecida uma Comissão Central de Ciência e Tecnologia do Comitê Central do Partido, e o Ministério de Ciência e Tecnologia reformado agirá como o corpo administrativo dessa comissão.

Segundo o plano<sup>211</sup> (tradução do Microsoft Word) :

“O Ministério da Ciência e Tecnologia foi reorganizado. Reforçar as funções do Ministério da Ciência e Tecnologia na promoção e aperfeiçoamento do novo sistema nacional, otimizando a gestão de toda a cadeia de inovação científica e tecnológica, promovendo a transformação das realizações científicas e tecnológicas e promovendo a integração da ciência e tecnologia com o desenvolvimento econômico e social, reforçando as responsabilidades de macrogestão do planejamento estratégico, da reforma estrutural, do planejamento global dos recursos, da coordenação abrangente, das políticas e regulamentações, da supervisão e inspeção, e reter a investigação básica nacional e a investigação básica aplicada, a construção de laboratórios nacionais, os grandes projetos nacionais de ciência e tecnologia, a construção do sistema nacional de transferência de tecnologia, a transferência e transformação das realizações científicas e tecnológicas e a integração da produção, educação e investigação, e a construção do sistema regional de inovação científica e tecnológica. O estabelecimento de um sistema de supervisão e avaliação científica e tecnológica, o estabelecimento de credibilidade em pesquisa científica, a cooperação científica e tecnológica internacional, a construção de equipes de talentos científicos e tecnológicos e prêmios nacionais de avaliação de ciência e tecnologia”.

O ministério deverá aprofundar as reformas nos mecanismos de alocação e uso de fundos e aprimorar a gestão financeira de instituições centrais, coordenando e gerindo os planos, projetos especiais etc. Ficará a cargo da industrialização de novas tecnologias, da construção de grandes parques, zonas de inovação, parques industriais de alta tecnologia e oferecer orientações para o mercado e de alta tecnologia. Mas a responsabilidade de desenvolvimento de organizações intermediárias de ciência e tecnologia (que eu entendi como sendo a parte de massificação dos produtos), ficará a cargo do Ministério de Indústria, Tecnologia da Informação. De forma semelhante, o Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Rurais ficará com o Ministério de Agricultura.

---

<sup>211</sup> <https://npcobserver.com/wp-content/uploads/2023/03/国务院关于提请审议国务院机构改革方案的议案.pdf>

## EUA: Questões prioritárias da administração Biden

**Guto Galvão**

As questões prioritárias da atual administração nos EUA incluem:

1. Resposta à pandemia de COVID-19: O governo Biden deu prioridade máxima ao enfrentamento da pandemia, com foco no aumento das taxas de vacinação e garantindo acesso equitativo a recursos de saúde. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/covidplan/>)

2. Infraestrutura: O governo Biden propôs um grande plano de infraestrutura que inclui investimentos em transporte, água, banda larga e outras áreas. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/03/31/fact-sheet-the-american-jobs-plan/>)

3. Mudança climática: O governo Biden fez do enfrentamento das mudanças climáticas uma prioridade, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa, na promoção de energia limpa e na proteção dos recursos naturais. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/climate-change/>)

4. Recuperação econômica: O governo Biden propôs medidas para promover a recuperação econômica, incluindo pagamentos de estímulo, investimentos em infraestrutura e apoio a pequenas empresas. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/economy/>)

5. Racismo e discriminação sistêmica: O governo Biden enfatizou a importância de abordar o racismo sistêmico e promover a equidade racial em áreas como saúde, educação e justiça criminal. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/racial-equity/>)

6. Imigração: O governo Biden propôs uma reforma da imigração que inclui um caminho para a cidadania para imigrantes indocumentados, maior segurança nas fronteiras e melhorias no sistema de asilo. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/immigration/>)

7. Educação: O governo Biden propôs investimentos em educação, incluindo pré-K universal, faculdade comunitária e aumento do financiamento para faculdades e universidades historicamente negras. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/education/>)

8. Saúde: O governo Biden propôs medidas para fortalecer a Lei de Cuidados Acessíveis, expandir o acesso aos cuidados de saúde e enfrentar a epidemia de opiáceos. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/healthcare/>)

9. Política externa: O governo Biden enfatizou a importância das alianças e da diplomacia na política externa, com foco em enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas, proliferação nuclear e terrorismo. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/foreign-policy/>)

10. Violência armada: O governo Biden propôs medidas para lidar com a violência armada, incluindo verificações de antecedentes ampliadas, proibição de armas de assalto e

financiamento para programas comunitários de prevenção da violência. (Referência: Casa Branca, <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/issue-briefs/gun-violence/>)

**As prioridades para a cooperação estratégica EUA-Brasil é multifacetada e abrange várias áreas, como cooperação econômica, política, de segurança e cultural. As prioridades da cooperação estratégica EUA-Brasil sob o governo Biden incluem:**

1. Cooperação Econômica: Promover a cooperação econômica e o comércio é uma das principais prioridades da cooperação estratégica Brasil-EUA. O governo Biden enfatizou a importância de fortalecer os laços econômicos entre os dois países, incluindo investimentos em infraestrutura, tecnologia e energia limpa. (Referência: Departamento de Estado dos EUA, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>)

2. Proteção Ambiental: O governo Biden enfatizou a importância da proteção ambiental e do combate às mudanças climáticas. A cooperação estratégica EUA-Brasil inclui o trabalho conjunto para enfrentar desafios ambientais, como o desmatamento, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção do desenvolvimento sustentável. (Referência: Departamento de Estado dos EUA, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>)

3. Cooperação em Segurança: A cooperação estratégica Brasil-EUA inclui o aprimoramento da cooperação em segurança em áreas como contraterrorismo, segurança de fronteiras e segurança cibernética. O governo Biden enfatizou a importância da colaboração em questões de segurança regional e da promoção da estabilidade no Hemisfério Ocidental. (Referência: Departamento de Estado dos EUA, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>)

4. Cooperação em Saúde: A pandemia de COVID-19 destacou a importância da cooperação em saúde entre os EUA e o Brasil. O governo Biden enfatizou a importância de fortalecer a cooperação em saúde, incluindo a troca de informações, recursos e conhecimentos para combater a pandemia. (Referência: Departamento de Estado dos EUA, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>)

5. Educação e Intercâmbio Cultural: A cooperação estratégica EUA-Brasil inclui a promoção da educação e do intercâmbio cultural entre os dois países. O governo Biden enfatizou a importância dos laços interpessoais e da promoção da compreensão mútua por meio de programas de intercâmbio educacional e cultural. (Referência: Departamento de Estado dos EUA, <https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>)

**Algumas atividades e tendências recentes sobre saúde pública nos EUA:**

1. A resposta à pandemia de COVID-19 tem sido uma grande preocupação de saúde pública nos EUA desde o início de 2020. As autoridades federais acreditam que a pandemia entrou em uma nova fase, menos terrível e planeja revogar o estado de emergência em maio. Esse movimento tem um peso simbólico e traz consequências para milhões de americanos que atualmente recebem testes, tratamentos e vacinas contra a Covid gratuitamente. A Casa Branca cogita em manter a emergência em vigor por mais alguns meses para que hospitais, profissionais de saúde e autoridades de saúde possam se preparar para uma série de mudanças quando ela terminar. Em média 500 pessoas morrem por dia nos Estados Unidos pela Covid-19, duas vezes o número de mortes por dia durante uma temporada de gripe. Mas, depois de três anos, a doença já não está mais mudando a vida cotidiana da mesma forma que antes, em parte porque grande parte da população tem pelo menos alguma proteção contra o vírus de vacinas e

infecções anteriores, por isso o governo continua trabalhando para aumentar as taxas de vacinação e fornecer orientações para medidas de segurança pública, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Também tem voltado à tona as discussões sobre a origem do vírus e a resposta à pandemia. (Referência: Centros de Controle e Prevenção de Doenças, <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/index.html>)

2. Saúde mental: A saúde mental tem sido uma preocupação crescente nos EUA, especialmente devido à pandemia de COVID-19. Tem havido um foco maior no fornecimento de recursos de saúde mental e apoio a indivíduos e comunidades. (Referência: Instituto Nacional de Saúde Mental, <https://www.nimh.nih.gov/index.shtml>)

3. Racismo e discriminação sistêmicos e a equidade em saúde tem sido tópicos de crescente interesse e preocupação nos EUA, com foco em abordar as disparidades nos resultados de saúde e no acesso aos cuidados de saúde com base em raça, etnia, status socioeconômico e outros fatores. (Referência: Centros de Controle e Prevenção de Doenças, <https://www.cdc.gov/healthyequity/index.html>)

4. Mudanças climáticas e saúde tem sido reconhecido como uma questão de saúde pública, com preocupações sobre seu impacto na qualidade do ar, na qualidade da água, em eventos climáticos extremos como o calor extremo, na disseminação de doenças infecciosas e no aumento de certas doenças crônicas não transmissíveis. (Referência: Centros de Controle e Prevenção de Doenças, <https://www.cdc.gov/climateandhealth/default.htm>)

5. A crise dos opiáceos tem sido uma grande preocupação de saúde pública nos EUA há vários anos, com esforços para aumentar o acesso ao tratamento da dependência e às medidas de prevenção. (Referência: Instituto Nacional de Abuso de Drogas, <https://www.drugabuse.gov/drug-topics/opioids>)

6. A nutrição e a obesidade têm sido preocupações contínuas de saúde pública nos EUA, com esforços para promover uma alimentação saudável e atividade física. (Referência: Centros de Controle e Prevenção de Doenças, <https://www.cdc.gov/obesity/index.html>)

7. O envelhecimento da população tem sido uma preocupação crescente nos EUA, principalmente pela necessidade crescente de serviços de saúde e cuidados de longa duração. (Referência: Instituto Nacional do Envelhecimento, <https://www.nia.nih.gov/health>)

8. A saúde digital, incluindo o uso de dados e tecnologia de saúde aumentou durante a pandemia e mostrou melhoria da prestação de cuidados de saúde e das análises de saúde pública. (Referência: Gabinete do Coordenador Nacional de Tecnologias de Informação em Saúde, <https://www.healthit.gov/>)

9. Saúde mental dos profissionais de saúde foi um dos aspectos que ficou evidente durante a pandemia de COVID-19, destacando a necessidade de apoio aos profissionais de saúde sob condições de estresse e trauma significativos. (Referência: Associação Americana de Psicologia, <https://www.apa.org/>)

10. A violência armada tem sido uma grande preocupação de saúde pública nos EUA, com esforços para abordar suas causas, mas enfrentando profundas contradições na prática sobre como prevenir futuros incidentes. (Referência: Centros de Controle e Prevenção de Doenças, <https://www.cdc.gov/violenceprevention/index.html>)

**Algumas das grandes preocupações dos EUA sobre saúde global hoje, além das negociações do INB e do RSI, incluem:**

1. Pandemia COVID-19 - Os EUA continuam a enfrentar desafios significativos em relação à pandemia COVID-19, incluindo o aumento de casos e mortes em algumas áreas do país, a propagação de variantes do vírus e a necessidade de aumentar a taxa de vacinação.

- CDC COVID-19 Dashboard: [https://covid.cdc.gov/covid-data-tracker/#cases\\_casesper100klast7days](https://covid.cdc.gov/covid-data-tracker/#cases_casesper100klast7days)

- WHO COVID-19 Dashboard: <https://covid19.who.int/>

2. Vacinação global - A vacinação é uma das principais estratégias para controlar a pandemia COVID-19 em todo o mundo, e os EUA estão preocupados com a necessidade de garantir que as vacinas sejam distribuídas de forma justa e equitativa em todo o mundo.

- White House Fact Sheet on Global COVID-19 Vaccine Supply and Access: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/10/fact-sheet-global-covid-19-vaccine-supply-and-access/>

- U.S. Department of State Fact Sheet on the Biden-Harris Administration's Global COVID-19 Vaccine Efforts: <https://www.state.gov/biden-harris-administrations-global-covid-19-vaccine-efforts/>

3. Doenças infecciosas emergentes - Os EUA estão preocupados com o surgimento de novas doenças infecciosas, como o Ebola e o Zika, e com a necessidade de melhorar a capacidade de detecção e resposta a essas ameaças à saúde.

- CDC Ebola Outbreaks: <https://www.cdc.gov/vhf/ebola/outbreaks/index.html>

- CDC Zika Virus: <https://www.cdc.gov/zika/index.html>

4. Saúde mental - Os EUA estão preocupados com a saúde mental das pessoas em todo o mundo, especialmente em relação aos impactos da pandemia COVID-19 e de outros eventos estressantes.

- WHO Mental Health and COVID-19: <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/covid-19>

- CDC Mental Health and Coping During COVID-19: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/daily-life-coping/managing-stress-anxiety.html>

5. Resistência antimicrobiana - Os EUA estão preocupados com a crescente resistência aos antibióticos e outros medicamentos antimicrobianos, que pode levar a infecções graves e potencialmente mortais.

- U.S. National Action Plan for Combating Antibiotic-Resistant Bacteria: [https://www.cdc.gov/drugresistance/pdf/national\\_action\\_plan\\_for\\_combating\\_antibiotic-resistant\\_bacteria\\_2020-2025.pdf](https://www.cdc.gov/drugresistance/pdf/national_action_plan_for_combating_antibiotic-resistant_bacteria_2020-2025.pdf)

- WHO Antimicrobial Resistance: [https://www.who.int/health-topics/antimicrobial-resistance#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/antimicrobial-resistance#tab=tab_1)

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Karinne Marieta Carvalho** – Doutora em Ciências pela UFRJ. Membro da Coordenação de Pesquisa do IFF/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Leandro Viegas** - Doutor em Ciências, Faculdade de Saúde Pública da USP; Secretário Executivo do GT Fiocruz-USP sobre Tratado de Pandemia e Reforma do RSI

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e Pesquisador Visitante Senior do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael França** – Faculdade de Saúde Pública USP

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2023**

**Dia 22 de março, 14-16h – Reforma do RSI**

**Dia 5 de abril – Direitos humanos e saúde**

**Dia 19 de abril – Saúde dos povos indígenas: Desafios globais**

**Dia 3 de maio – Saúde do trabalhador: Desafios globais**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 03/2023**

***Período de 28 de fevereiro a 13 de março de 2023***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ÉRICA KASTRUP**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.**

**205 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**